

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**NÍVEL MESTRADO**

**THAÍS MACENA DE OLIVEIRA**

**RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA PAMPA-BONAERENSE:**  
**Os indígenas no discurso da *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* [1753-1776]**

**SÃO LEOPOLDO**

**2022**

THAÍS MACENA DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA PAMPA-BONAERENSE:**

**Os indígenas no discurso da *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* [1753-1776]**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina Bohn Martins

São Leopoldo

2022

O48r

Oliveira, Thaís Macena de.

Relações interétnicas na pampa-bonaerense : os indígenas no discurso da Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires [1753-1776] / Thaís Macena de Oliveira. – 2022.

192 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Bohn Martins.”

1. Cabildo de Buenos Aires. 2. Discurso. 3. Indígenas.  
4. Acuerdos. 5. Século XVIII. I. Título.

CDU 982

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

THAÍS MACENA DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA PAMPA-BONAERENSE:**

**Os indígenas no discurso da *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* [1753-1776]**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovada em: 18/04/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Adriano Comissoli – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

---

Prof. Dr. Carlos Daniel Paz – UNICEN – Tandil (Argentina) / Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof. Dr. Deise Cristina Schell – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof. Dr. Maria Cristina Bohn Martins (orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela concessão da bolsa integral que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Maria Cristina, pela leitura atenta do texto, por todas as sugestões e ideias que me provocaram a pensar esta pesquisa, pela confiança e por acreditar no meu potencial desde sempre.

Agradeço aos professores(as) que fizeram parte da banca de qualificação e que também fazem parte desta. Ao professor Carlos Paz, por todas as sugestões de leituras, textos enviados em PDF, conversas produtivas, e por estar sempre disponível e solícito para me auxiliar nas dúvidas que surgiram no meio do caminho, agradeço enormemente. À professora Deise Schell, agradeço pela leitura atenta do texto de qualificação, pelas valiosas sugestões sobre a estrutura do trabalho e pelas indicações para enriquecer o capítulo sobre a *Colección* e o *AGN*. Agradeço, também, ao professor Adriano Comissoli por realizar uma leitura atenta e generosa do meu trabalho, e por provocar questões sobre as quais até então eu não havia refletido.

Também agradeço aos professores e professoras do PPGH Unisinos, especialmente à professora Eliane Fleck, pois a realização de sua disciplina rendeu bons frutos que enriqueceram o presente trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, Henrique e Bernardo, pelas trocas e conversas acadêmicas.

Agradeço à minha família pelo apoio, à minha irmã Joice, pelo cuidado de sempre. Sobretudo à Júlia, minha sobrinha, que não possui dimensão de sua importância enquanto fonte de alegria diária.

Também aos meus amigos e amigas, que no processo de escrita de uma dissertação em meio a uma pandemia, foram bálsamos de alegria e diversão: Fabiane, Camille, Bruno, Priscilla, Suelen, Israel, Douglas, Henrique... obrigada!

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha terapeuta, Alice, que teve papel importante na concretização dessa pesquisa.

Pois o outro deve ser descoberto. Coisa digna de espanto, já que o homem nunca está só, e não seria o que é sem sua dimensão social. E, no entanto, é assim: para a criança que acaba de nascer, *seu* mundo é *o* mundo, e o crescimento é uma aprendizagem da exterioridade e da sociabilidade; pode-se dizer, um pouco grosseiramente, que a vida humana está contida entre dois extremos, aquele onde o *eu* invade o mundo e aquele onde o mundo acaba absorvendo o *eu*, na forma de cadáver ou cinzas.

Tzvetan Todorov (2019, p. 360).

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma investigação acerca do discurso formulado no Cabildo de Buenos Aires sobre as populações indígenas da pampa bonaerense, no período de 1753 a 1776. Os Cabildos eram órgãos coloniais que tinham o papel de supervisionar e dar andamento a várias questões locais, de ordem jurídica, administrativa, econômica, política e social. O Cabildo de Buenos Aires produzia atas que resumiam as suas reuniões e que, no período republicano, foram compiladas e publicadas sob o título *Colección Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires*. Um dos temas recorrentes nos *Acuerdos* é o “problema” que os grupos indígenas independentes, em pleno século XVIII, demonstram ser para as “elites”, os grupos sociais bonaerenses representados no Cabildo de Buenos Aires. Assim, através da análise dos *Acuerdos*, essa pesquisa busca compreender as relações interétnicas na “fronteira”, ou *zona de contato*, e as ações e os discursos efetivados pelos cabildantes frente aos desafios impostos pelos grupos indígenas. A análise tem como base a compreensão de que o discurso reflete as dinâmicas das relações ocorridas nesse processo histórico, sendo um fenômeno de *transculturação na zona de contato* (PRATT, 1999), e também se trata da construção de alteridade frente ao indígena tido como “bárbaro” (CERTÉAU, 2000; HARTOG, 1999; TODOROV, 1993; 2019). Essa dissertação também pretende refletir sobre as implicações do processo de arquivagem das fontes aqui utilizadas. A *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos*, a qual tive acesso para construir essa pesquisa, foi organizada e publicada pelo *Archivo General de la Nación*, no século XIX.

**Palavras-chave:** Cabildo de Buenos Aires; Discurso; Indígenas; *Acuerdos*; Século XVIII.

## ABSTRACT

The present work is a research about the speech formulated in the Cabildo of Buenos Aires about the indigenous populations of the pampa of Buenos Aires, in the period from 1753 to 1776. The Cabildos were colonial institutions that had the role of supervising and giving progress to various issues local, legal, administrative, economic, political and social. The Cabildo of Buenos Aires produced minutes that summarized its meetings and which, during therepublican period, were compiled and published under the title *Colección Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires*. One of the recurring themes in the *Acuerdos* is the “problem” that independent indigenous groups, in the mid-18th century, showed to be for the “elites”, the Buenos Aires social groups represented in the Cabildo de Buenos Aires. Thus, through the analysis of the *Acuerdos*, this research seeks to understand the interethnic relations in the “frontier”, or *contact zone*, the actions and speeches carried out by the cabildantes in the face of the challenges imposed by indigenous groups. The analysis is based on the understanding that the discourse reflects the dynamics of the relationships that occurred in this historical process, being a phenomenon of *transculturation* in the *contact zone* (PRATT, 1999), and it is also about the construction of alterity in front of the indigenous considered as “barbarian” (CERTEAU, 2000; HARTOG, 1999; TODOROV, 1993; 2019). This dissertation also intends to reflect on the implications of the archiving process of the sources used here. The *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos*, which I had access to build this research, was organized and published by the *Archivo General de la Nación*, in the 19th century.

**Key words:** Buenos Aires’s Cabildo; Discourse; Indigenous; *Acuerdos*; 18th century.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira página do <i>Índice Alfabético de las Materias Contenidas</i> .....	23
Figura 2 – Vista do Cabildo de Buenos Aires no início do século XIX.....	44
Figura 3 – Início de uma Ata de Cabildo .....	48

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Todas as atas selecionadas entre os anos de 1753 a 1776 mediante análise dos índices dos tomos, representadas em um gráfico com suas porcentagens temáticas.....	99
Gráfico 2 – Gráfico de porcentagem que representa a incidência de temas pertinentes nas atas selecionadas entre os anos de 1753 a 1760.....	100
Gráfico 3 – Gráfico de porcentagem que representa a incidência de temas pertinentes nas atas selecionadas entre os anos de 1761 a 1770.....	101
Gráfico 4 – Gráfico de porcentagem que representa a incidência de temas pertinentes nas atas selecionadas entre os anos de 1771 a 1776.....	102

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Delimitação do espaço da pesquisa e principais localidades que aparecem nas fontes.....	79
Mapa 2 – Bacia do Rio da Prata com destaque para a localização do Rio Salado.....	81
Mapa 3 – Linha de fronteira em meados da década de 1750, principais postos coloniais e movimentação de caciques importantes.....	85
Mapa 4 – Linha de “fronteira” por volta da década de 1780.....	87
Mapa 5 – Caminhos coloniais e caminhos indígenas.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – 1753-1760.....	103
Tabela 2 – 1761-1770.....	103
Tabela 3 – 1771-1776.....	104

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 BUROCRACIA E ARQUIVALIZAÇÃO DOS ACUERDOS DEL CABILDO DE BUENOS AIRES.....</b>	<b>39</b>
2.1 O Cabildo de Buenos Aires.....	41
2.2 A história da coleção <i>Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires</i> .....	47
<b>3 A PAMPA BONAERENSE NO SÉCULO XVIII.....</b>	<b>55</b>
3.1 Relações na <i>zona de contato</i> : violência, comércio e intercâmbio cultural.....	58
3.2 A segunda metade do século XVIII: Buenos Aires: “praça” comercial.....	62
3.3 Panorama sociocultural da campanha.....	65
3.4 Novas orientações das reformas borbônicas em fins do XVIII.....	73
<b>4 O ESPAÇO DA PAMPA BONAERENSE.....</b>	<b>77</b>
4.1 Relações <i>transandinas</i> e os <i>malones</i> .....	89
4.2 Utilizando o espaço como ferramenta de análise dos discursos dos <i>Acuerdos del Cabildode Buenos Aires</i> .....	92
<b>5 OS INDÍGENAS NO DISCURSO DOS ACUERDOS DEL CABILDO DE BUENOS AIRES (1753-1776).....</b>	<b>97</b>
5.1 Movimentações na <i>zona de contato</i> : incursões indígenas e expedições punitivas.....	103
5.2 A falência das <i>Compañías de Frontera</i> e a fidelidade dos caciques amigos como estratégia de contenção.....	113
5.3 <i>Fuertes, Poblaciones</i> e as estratégias finais no período pré <i>Virreinato del Río de la Plata</i> .....	119
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS FONTES.....</b>	<b>140</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A *prática* historiográfica, certamente, é o ponto que nos “singulariza” perante outros ofícios. A partir de inúmeras técnicas e gestos que são *conscientes*, como a delimitação e o recorte de um tema, a escolha e manipulação de fontes em conjunto com determinadas bibliografias e teorias, geramos uma pesquisa que será a base do *discurso*, o terceiro ponto ressaltado por Michel de Certeau (2000) a respeito dela. Entretanto, por meio da *escrita*, produzimos uma *inversão escriturária*, pois, ao fundarmos um espaço textual sobre o espaço da *prática*, começamos pelo o que seria o fim e realizamos “uma série de distorções com relação aos procedimentos da análise” (CERTEAU, 2000, p. 90), isso, pois, a escrita exige um fechamento (diferentemente da pesquisa) que marca todo o texto, desde a sua introdução. Por ser *folheada*, isto é, apresentar as fontes, bibliografias e as *citações* (sobretudo), indica que o discurso histórico busca credibilidade e autoridade dentro de seu *corpo social*, de seus pares, e, também busca essa autoridade a partir do enquadramento da escrita dentro de normas científicas. A seguir, discutirei algumas questões relativas aos caminhos teórico-metodológicos empreendidos nesta pesquisa, e ao ofício do historiador, buscando evidenciar, entre outras coisas, a estrutura deste trabalho.

Na obra *A Operação Historiográfica*, no capítulo *Etno-grafia*, Michel de Certeau (2000) apresenta a trajetória e a obra<sup>1</sup> de Jean de Léry, conjecturo, entre outras razões, para estabelecer uma relação entre o conceito de *alteridade* e o trabalho do historiador. Jean de Léry teve sua história de vida ligada ao Brasil a partir do ano de 1556<sup>2</sup>. Ao sair da França em direção à Genebra e, depois, ao Brasil, Léry tinha como objetivo fundar um refúgio calvinista no Novo Mundo. Durante o tempo em que esteve na região da Baía de Guanabara, o francês conviveu durante cerca de três meses com os tupinambás. De Certeau esclarece que:

[...] o itinerário parte do centro para as margens, na busca de um espaço onde encontrar um solo; pretende construir aí a linguagem de uma convicção nova (reformada). Ao final dessa pesquisa existe, produto deste ir e vir, a **invenção do Selvagem** (CERTEAU, 2000, p. 226) [grifo meu].

A escolha que Michel De Certeau faz ao selecionar Jean de Léry e sua obra, baseia-se no fato de que o procedimento realizado por esse calvinista pode ser visto como *inaugural e diferenciado*. Léry representa um novo impulso que começava a surgir no

<sup>1</sup> *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil* (1578).

<sup>2</sup> No ano de 1558, Léry efetua o caminho de volta à Europa.

século XVI:

A descoberta do Novo Mundo, o fracionamento da cristandade, as clivagens sociais que acompanham o nascimento de uma política e de uma razão novas engendram um outro funcionamento da escrita e da palavra. Presa na orbita da sociedade moderna, sua diferenciação adquire uma *pertinência* epistemológica e social que não tinha antes; em particular torna-se o *instrumento* de um duplo trabalho que se refere, por um lado, à relação com o homem “*selvagem*”, por outro à relação com a tradição *religiosa* (CERTEAU, 2000, p.223).

O *lugar social* e a *prática* de Léry também dão o “tom” inaugural e diferencial de sua obra. Por ser um calvinista, carregava em sua “bagagem” uma visão de mundo reformada, e seu relato torna-se diferente de obras de alteridade de outros europeus, católicos. De Certeau também identifica certo “encantamento” de Jean de Léry a partir do encontro com os tupinambás, o que sinaliza para a conhecida noção do “bom selvagem”. Outro aspecto que aponta para o caráter inaugural da *Histoire*, é o fato de Léry, no século XVI, já designar o indígena como *inconvertível*, o que é entendível devido ao seu lugar social como cristão reformado, mas que impressiona, por antever em alguns séculos uma noção que será generalizada<sup>3</sup>.

O relato de Léry também foi um dos que “inauguraram” a escrita enquanto prática colonizadora. Isto é, funda-se um espaço escriturário sob uma espacialidade que é oral (tupinambás). Fica muito nítido que o próprio Jean de Léry já entendia a escrita como uma característica superior à oralidade. Este seria um dos primeiros *cortes* efetuados ao entrar em contato com a alteridade. Eles (tupinambás) possuem “fábulas”, que não são fixadas através de um instrumento de controle, como seria a escrita, e que ficariam circunscritas em um espaço; “nós” (Léry e sua cultura ocidental-cristã) fazemos história, à medida em que conservamos as informações em papéis e podemos enviá-las a qualquer lugar do mundo (CERTEAU, 2000, p.232).

Assim, desde o *corte* oceânico, “o Atlântico, fenda entre o Antigo e o Novo Mundo” (CERTEAU, 2000, p. 236), diversos outros são formulados. Na seção *Uma hermenêutica do outro*, vislumbramos como o encontro com a alteridade é uma busca para interpretação desse *Outro*, mas na intenção de dar sentido *a si mesmo*. Quando Léry compreende o “*tapiruçu*” como “meio vaca” e “meio asno”, está refletindo “a cisão que partilha o universo” (CERTEAU, 2000, p. 236).

<sup>3</sup> No século XVIII, por exemplo, textos de missionários jesuítas apresentam como justificativa para o fracasso de suas reduções a noção de que os indígenas seriam *inconvertíveis*. No “desenrolar” deste século e no XIX, os estados nacionais em formação “adicionam” à noção de *inconvertíveis* a ideia de que os nativos são “incivilizáveis”, o que justificou campanhas violentas sobre essas populações.

Outro *corte* efetuado por Léry que reflete o caráter inaugural de seu relato, é a separação entre *natureza* e *cultura*. A natureza seria o espaço do nativo-selvagem, em oposição à *cultura*, representada pela *civilização* do ocidental-cristão. Segundo De Certeau (2000, p. 238-239),

Ver-se-á, aliás, que essa metamorfose, produto do deslocamento operado pelo texto, faz da “natureza” a região onde se exprimem a experiência *estética* ou *religiosa*, a admiração e a prece de Léry, enquanto o espaço social é o espaço onde se desenvolve uma *ética*, através de um constante paralelo entre a festa e o trabalho. Nessa combinação, já “moderna”, o trabalho social, reproduz o mesmo e referência de uma identidade, coloca fora de si a natureza e a religiosidade.

Depois de uma série de *cortes* que separavam Léry dos tupinambás, ele começa a exercer o “caminho de volta”, isto é, estabelecer humanidade aos indígenas. Entretanto, conclui que, apesar de “esta *natureza estranha*” representar “esta *humanidade exemplar* (ainda que pecadora)” (CERTEAU, 2000, p. 239), os tupinambás seriam homens de uma “qualidade” inferior, porque não eram “civilizados”. Dessa forma, este é o fruto gerado pela *hermenêutica do outro*, extrair efeitos de sentido para si mesmo, ou seja, “fornecer ao Ocidente moderno como que articular sua identidade numa relação com o passado ou o futuro, com o estranho ou a natureza” (CERTEAU, 2000, p.239).

Na seção *A palavra erotizada*, De Certeau esclarece que é a partir do erótico, da nudez, que podemos “acessar”, de certa forma, os *vestígios* do outro. Segundo ele, no relato ocorreriam certas “quedas”, quando Léry descreve a antropofagia, por exemplo, que são lapsos no discurso ocidental, “um dejetivo do pensamento, isto será, finalmente, o *outro*” (CERTEAU, 2000, p. 247). Entretanto, as sucessivas oposições operadas por Léry – nudez/vestimenta, passatempo/trabalho, etc – voltariam ao intento inicial da alteridade: no “espelho” tupinambá, aparece assim, a imagem refletida do trabalhador europeu. Da mesma maneira, no reflexo do espelho *del indio enemigo*, não estaria refletida a imagem das elites incipientes bonaerenses?

Reconhecemos no relato de Léry o *olho* e o *ouvido* como instrumentos colonizadores, de dominação. Este é outro motivo para se considerar a *Histoire* como uma obra singular e inaugural, uma vez que, como desenvolvimento do imperialismo nos séculos seguintes, a legitimação através desses sentidos (“sei porque eu vi com os meus olhos”, “sei porque ouvi dizer”) permeará os discursos, de viajantes naturalistas e missionários jesuítas, a membros do Cabildo de Buenos Aires. De Certeau explica,

Como o corpo nu da Índia, o corpo do mundo se torna uma superfície aberta à inquisição da curiosidade. [...] transformados em espaços



legíveis. Pelos “pequenos furos” de “experiências” sucessivas, o véu tradicional que ocultava a opacidade das coisas se rasga e permite “reconhecer a terra ocularmente”. [...] Da transgressão que acompanha o nascimento de uma ciência, Léry resume os dois elementos: “bom pé, bom olho”. (CERTEAU, 2000, p. 256).

No livro *História e Psicanálise: entre ciência e ficção* (2011), Michel de Certeau já preconizava<sup>4</sup> as problematizações sobre o ofício do historiador que formulou em *A Escrita da História* (CERTEAU, 2000). Especificamente, no capítulo *O ausente na história*, o autor apresenta sua preocupação sobre as condições em que o discurso histórico é formulado, definindo esse estudo como uma heterologia. Segundo Costa (2012, p.298),

A heterologia, o estudo do outro, seria a marca discursiva da historiografia. Todavia, o outro, objeto do historiador é o que está ausente. O trabalho historiográfico teria com o efeito a multiplicação das “marcas da alteridade” através da série de nomes, datas e outros pormenores.

Usando o romance de Daniel Defoe escrito em 1719, *Robinson Crusoe*, como uma metáfora para comparar a relação de alteridade que o historiador estabelece com o passado, De Certeau preocupa-se com o que o discurso historiográfico esconde em seu interior. E são muitasas coisas que ele esconde.

A partir do momento em que delimitamos um tema a ser estudado, estamos, a exemplo de Léry, estabelecendo um *corte*, determinando uma diferença entre o que é “passado” e o que é “presente”. Ou seja, o “material bruto a ser transformado em história é sempre pensado como estando fora de um conjunto entendido como “presente” – trata-se sempre do passado que se deseja inteligível para o presente” (OHARA, 2013, p. 25). Tal como em *Histoire*, a história é um esforço de tradução de um outro<sup>5</sup>– nesse caso o passado – que está ausente. O discurso historiográfico reflete tendências e “modas” de seus departamentos espalhados pelo mundo, em uma aproximação ao que Jean de Léry refletia a partir de seu lugar social.

O historiador toma como objeto o Outro passado. O Outro presente, ou seja, ele mesmo (historiador) e o seu *lugar social*, é o espaço em que *enuncia* o discurso. Nesse sentido, – desde a leitura das obras *A Escrita da História* (2000) e *História e Psicanálise* (2011) – é possível entender a relação que De Certeau estabelece entre história e etnografia. Léry e os historiadores, tomam, através dos *cortes* que realizam, a diferença e a alteridade de como objetos de estudo.

<sup>4</sup> A primeira edição da obra foi lançada em 1987.

<sup>5</sup> “...a história implica uma relação com o outro enquanto ele está ausente, embora um ausente particular, aquele que “já era” [“apassé”], como diz a linguagem popular” (CERTEAU, 2011, p.181).

Para Michel de Certeau, os historiadores *fabricam* a alteridade a partir de *gestos* que coletam e classificam vestígios do passado, na tentativa de ordená-los em uma lógica racional que obedece, *sempre*, ao presente. Por isso, ele afirma nas obras já mencionadas que a prática historiográfica exige reflexão constante, do contrário, pode servir única e exclusivamente a projetos políticos e ideológicos. Aí está, portanto, uma das maiores preocupações do autor em relação ao ofício historiográfico e à alteridade: a dimensão ética que essa manipulação<sup>6</sup> envolve<sup>7</sup>. Os historiadores deveriam, segundo De Certeau, deixar claro em sua escrita as “regras do jogo”. Isto é, esclarecer não só os procedimentos técnicos efetuados “sobre” o objeto do passado, mas apresentar as relações de força e poder existentes nas escolhas que realizam, desde a separação das fontes até a adesão a certas teorias em detrimento de outras. E é justamente isso que buscarei fazer a seguir.

Muitos autores e correntes historiográficas, nas últimas décadas, têm refletido sobre o papel da subjetividade na construção histórica, assim como desenvolvido a noção de que não existe uma “Verdade” histórica absoluta. Entretanto, Certeau vai além. Evidencia o discurso historiográfico como uma representação que busca “enterrar” uma alteridade. Mais do que isso, localiza esse discurso em um lugar *entre* a ciência e a ficção. A dimensão narrativa da história, que lembra um romance ao classificar personagens e datas, é exigida pelo mesmo “público” que impõe a necessidade de uma credibilidade baseada no rigor científico.

Quais foram os caminhos interpretativos que percorri a partir do contato com os tomos dos *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*? E, sobretudo, quais alternativas, metodológicas e de interpretação teórica construí a partir do contato com as fontes<sup>8</sup>?

---

<sup>6</sup> Por manipulação, não estou afirmando o sentido de mentira ou enganação. Entende-se, no sentido de uma série de gestos e técnicas que fabricam um produto, o discurso historiográfico.

<sup>7</sup> O atual presidente da Argentina, Alberto Fernández, recentemente se envolveu em uma polêmica devido a uma fala pronunciada que ecoa o mito de uma Argentina “branca” e europeia. Assim, é de suma importância que os historiadores se posicionem e posicionem as suas pesquisas no sentido de derrubar estereótipos e visões errôneas sobre o passado. Sobre a fala do presidente argentino, ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/06/frase-de-presidente-eco-mito-do-branqueamento-na-argentina-que-apaga-indigenas-e-negros.shtml>.

<sup>8</sup> O resultado dessa dissertação também reflete uma trajetória pessoal iniciada em 2016, quando ingressei na Iniciação Científica. Desde então, venho estudando no mesmo grupo de pesquisas que investiga a região da pampa bonarense no século XVIII. Tendo em vista que não considero possível separar a pessoa da pesquisadora, é preciso destacar que não foram apenas conhecimentos teóricos, a convivência durante esse período com os colegas de IC, e, destacadamente, com a orientadora, também me construíram. Os três anos de Iniciação Científica renderam alguns trabalhos, que acabaram por guiar a minha trajetória até o tema desta dissertação. Também destaco como muito relevante para o produto final deste mestrado, as contribuições adquiridas nas disciplinas cursadas durante estes dois anos, especialmente: *Práticas de Escrita, Narrativas e Representações*, ministrada pela Prof. Dr. Eliane Fleck; *História e Historiografia das Sociedades Indígenas*, com a Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins; *Fontes e Métodos na Pesquisa Histórica. Arquivos, história e memória*, com as professoras Dr<sup>as</sup>. Camila Silva, Deise Schell, Maria Cristina B. Martins, e o professor Dr. Paulo Staudt Moreira; e *Antropologia Política, História Indígena e escrita etnológica da Companhia de Jesus*, com o Prof. Dr. Carlos

Na obra *León el africano: Un viajero entre dos mundos*, Natalie Davis (2008) utiliza o conceito de experiência para refletir sobre a experiência histórica concreta vivida pela personagem principal de sua obra, o viajante e diplomata norte-africano *al-Hasanal-Wazan*. Isso, para pensar acerca da influência direta dessa experiência no conteúdo dos escritos do diplomata, principal fonte analisada pela autora. Inspirada no exercício efetuado por Davis, busco perceber a experiência de encontro ocorrida no XVIII, entre *hispano-crioulos* e grupos indígenas, como geradora de uma narrativa, que são as atas do Cabildo. Mas essa narrativa não é “única”, ela produziu uma edição/versão posterior, derivada do processo de *arquivalização* (KATELAAR, 2018) e *monumentalização* (LEGOFF, 2013) da documentação no *Archivo General de la Nación*. Esse processo de “edição” não é neutro, é comprometido com uma certa audiência, que diz respeito ao seu momento histórico (século XIX). Essa *expectativa das audiências* (DAVIS, 2008) será melhor discutida no capítulo 2 da dissertação, intitulado *Burocracia e arquivalização dos Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*. Além de buscar discutir a história da formação da *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* no século XIX, o capítulo também contará com uma seção intitulada *O Cabildo de Buenos Aires*, que abordará questões como a burocracia e a padronização dessas atas e as consequências que isso pode gerar. Neste sentido, o subcapítulo refletirá sobre as implicações da passagem da voz para a escrita, o apagamento das vozes indígenas e das dissidências presentes nas reuniões, e o papel do escrivão.

No capítulo 3 desta dissertação, o qual intitulei de *A Pampa Bonaerense no século XVIII*, abordarei algumas questões, como as relações interétnicas entabuladas na região durante o Setecentos, importantes momentos que antecederam o recorte de tempo selecionado para esta pesquisa, isto é, a primeira metade do século XVIII, mas que incidem sobre representações e práticas localizadas naquele segundo momento. A segunda metade da centúria trata sobre o contexto socioeconômico da região em que atuaram os grupos históricos que a pesquisa pretende examinar, *cabildantes* e indígenas.

Os primeiros contatos com a documentação influenciaram, além dos caminhos metodológicos trilhados, as escolhas teóricas que poderão amparar as compreensões acerca do objeto desta pesquisa, o discurso sobre as populações indígenas bonaerenses por parte das elites do Cabildo de Buenos Aires. Percebi que as ações implementadas para lidar com o “problema” da “fronteira” não foram espontâneas, mas reativas às circunstâncias do espaço e, sobretudo, aos desafios impostos pelos indígenas. A movimentação dos grupos indígenas

por este espaço pampeano, seu *modus vivendi* e a utilização dos seus recursos naturais estavam estreitamente atreladas a essas reações das autoridades, bem como ao discurso de alteridade forjado.

Também percebi que a sociedade *criolla*<sup>9</sup> não era homogeneizada. Inclusive muitos grupos - mestiços, peões – acabavam sendo empecilho aos intentos do Cabildo em controlar os indígenas. Neste trecho de um *Acuerdo* de 21 de janeiro de 1768, por exemplo, essa problemática fica evidente:

Y que rrespecto a que la causa de todos estos perjuicios y daños que experimenta el publico, es **la falta de subordinacion y Obediencia que se experimenta, en la Xente de la Campaña**:se suplique al Ex.mo Señor Governador expida las mas estrechas ordenes, para que se castiga Seberamente a todos, los que no Obedescan las Ordenes, que se les comuniquen; pues **nada es mas cierto y constante que si hubiera Obediencia, no podrian conseguirlos Yndios, hacernos la Guerra con lo suseso que lo logran**[...].[grifos meus].<sup>10</sup>

Aqui, mais uma vez, a problemática do espaço se apresenta. Quando a ata indica que há falta de subordinação *en la Xente de la Campaña*<sup>11</sup>, nos deparamos com a ideia de que o espaço em questão contrasta com o espaço da cidade. O afastamento dos colonos da cidade, enquanto lugar que reúne os requisitos de espaço civilizatório, os relega ao espaço da campanha, sob a convivência da “selvageria” e “barbárie” indígena.

Assim, o capítulo 4, *O Espaço da Pampa Bonaerense* propõe apresentar aos leitores o espaço geográfico da pampa, seus recursos físicos e problematizar a noção de *vazio, ou deserto*, que foi bastante cara à historiografia argentina. Tem o objetivo de ambientar o leitor do trabalho à região, sobretudo, às localidades que aparecem nas atas que serão analisadas no capítulo 5. Ainda pretende, no subcapítulo *Utilizando o espaço como ferramenta de*

<sup>9</sup> O conceito de *criollo* não deve mais ser interpretado como uma referência exclusiva aos descendentes de espanhóis nascidos na América, uma vez que não foram apenas espanhóis que vieram viver nas colônias hispânicas. Além disso, esta lógica simplista exclui os mestiços e os peninsulares que se estabeleceram na América, por exemplo, não fazendo jus à complexidade dos cenários históricos em questão (PIETSCHMANN, 2003, apud REIS; KALIL, 2018). Particularmente do meu interesse, na região do Rio da Prata, “tal palavra só passou a ser empregada no século XVIII, com um sentido diferente, referindo-se, geralmente, aos mestiços que pertenciam às classes populares” (REIS; KALIL, 2018, p. 24). Deste modo, quando a nomenclatura *criollo* ou *hispanocriollo* é referida nesta pesquisa, não se trata de uma autodefinição dos sujeitos históricos aqui contemplados, mas de um recurso instrumental. Segundo Lockhart & Schwartz (2002, p. 372-373): (...) o uso oral passou a separar os recém-chegados dos nascidos no local (...) Os dois tipos eram espanhóis; os nascidos no local, como grande maioria e ponto de referência, eram espanhóis, pura e simplesmente, e os imigrantes eram “espanhóis europeus” ou “espanhóis peninsulares”, termos quase sempre reduzidos para “europeus” e “peninsulares”. Então, finalmente, nos últimos anos do período colonial, passou a existir uma distinção pública, correspondente à que, hoje, a mente popular costuma conceber entre “crioulos” e “peninsulares” e, erradamente, estende para todos os três séculos coloniais.

<sup>10</sup> AGN, 21/01/1768, [1927], p. 580-581. [ANEXO A, p. 159].

<sup>11</sup> A ortografia das fontes não foi atualizada. Estamos seguindo, *ipsis litteris*, a ortografia que consta nos documentos consultados.

*análise dos discursos dos Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*, problematizar as relações existentes entre o discurso sobre populações as quais busca-se dominar e as noções de espaço, sobretudo, a partir de dois autores: Arnold, (2001) e Bartra, (1992). Tais noções constroem, ao mesmo tempo, a imagem de um território *vazio, deserto*, e de um nativo que é selvagem, pois não ocupa o espaço dentro de uma lógica colonial. Essa última seção, sobretudo, busca ser um suporte teórico de análise e interpretação das fontes, que ocorrerá no capítulo 5. Apesar disso, não será o único viés teórico que permeará a discussão. Conceitos como *zona de contato e transculturação* (PRATT,1999), *retórica da alteridade*<sup>12</sup> (HARTOG, 2004) e *hermenêutica do outro* (CERTEAU, 2000), também serão ferramentas de interpretação do discurso formulado pelo Cabildo de Buenos Aires sobre os indígenas.

No livro *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira*, Ronald Raminelli (1996), em um dos capítulos, se debruça sobre a questão dos colonizadores e a sua antítese, os bárbaros. O autor esclarece a origem do termo, que teria sido cunhado em vistas de destacar a superioridade da civilização grega frente aos povos vizinhos. A natureza teria criado os bárbaros como claro objetivo de desempenhar tarefas de menor importância sob a supervisão de um tutor. Segundo Raminelli (1996, p .53),

A antinomia entre gregos e bárbaros inclui aspectos da linguagem e da política: da centralização e descentralização do poder; da existência e inexistência da *polis*; da capacidade e incapacidade de dominar a língua grega. O termo ainda contrasta a *polis* à vida natural e destaca a cidade como espaço propício para o desenvolvimento das potencialidades humanas, enquanto o bárbaro vive imerso no caos, em um mundo sem normas, sem regras.

De acordo com o autor, tal pensamento aristotélico “invadiu” o medieval. Alberto Magnus e Tomás de Aquino foram os principais difusores dele no mundo cristão, apesar de conter outros aspectos, mas preservar o mesmo princípio. *Barbarus* e *paganus* eram termos que se equivaliam a partir do século VI e não eram atribuídos apenas “aos descrentes, aos alheios à palavra revelada, mas aos homens indiferentes à verdadeira razão [...] “àqueles que viviam nas trevas e “conviviam sob o signo da agressão, da guerra interminável”

---

<sup>12</sup> O conceito refere-se ao discurso de alteridade, o qual Hartog apresenta através de um recurso: a personagem de Ulisses na epopeia escrita por Homero, a Odisseia. Para o autor, o que verdadeiramente importa, não é a viagem em si, mas o percurso, ou itinerário realizado por Ulisses. É um movimento que carrega o olhar de Ulisses por terras e povos estranhos, construindo uma operação discursiva e uma narrativa que busca “dominar” essa estranheza, ou seja, a *retórica da alteridade*. Para Hartog, a “fronteira” começa onde a alteridade é demarcada. Ele afirma que, ao se deslocar, o viajante, neste caso Ulisses, se encontra com a diferença e marca, a partir disso, a “fronteira”. Ulisses é o homem-fronteira, na medida em que carrega em si todos os signos do que é ser um grego, ao se encontrar com o diferente, é ele que demarca a alteridade (HARTOG, 2004).

(RAMINELLI, 1996, p. 54).

No XVI, quando os europeus encontram em solo americano a sua representação ideal (BARTRA, 1992), os indígenas são “acoplados” à figura do bárbaro, que, com seus corpos nus, práticas antropofágicas, e uma vida “sem lei, sem rei e sem fé” (RAMINELLI, 1996), parecem cumprir idealmente o papel de um espelho com o qual reverberar e construir a sua identidade (HARTOG, 1999). Entretanto, na América o conceito ganha novos tons, e o índio “bárbaro” dialoga não somente com “o legado cristão, mas sobretudo com os embates próprios ao mundocolonial” (RAMINELLI, 1996, p. 55).

Elucubrações acerca da natureza indígena foram construídas desde o primeiro contato, em 1492<sup>13</sup>. O processo de buscar compreender essa humanidade até então desconhecida foi um exercício intelectual efetuado ao longo dos séculos. Entretanto, no XVIII, período que compreende essa pesquisa, as interpretações tidas até então foram reformuladas devido ao surgimento da História Natural. No início da conquista, a pretensa inferioridade indígena era justificada a partir dos costumes e religião, e, portanto, cristianizados e civilizados, esses humanos poderiam se tornar algo melhor. Entretanto,

[...] a filosofia da Ilustração inverteu a visão paradisíaca da América [...] no “Século das Luzes”, antigas e novas teses depreciativas do Novo Mundo assumiram feições específicas: elas foram envolvidas por uma aura de ciência e de pensamento racional, com proporções até então desconhecidas.” (DOMINGUES; SANTOS, p. 321, 2017).

Neste sentido, têm sido realizados trabalhos analisando o discurso de alteridade cunhado por europeus e seus descendentes sobre indígenas, que englobam o período de conquista e colonização do continente americano. A contribuição desta dissertação será buscar compreender esse discurso em uma esfera bastante localizada, através das fontes do Cabildo de Buenos Aires. Como se deu nosso primeiro contato com a documentação? Primeiramente, houve um choque de realidade com a quantidade de documentação a ser analisada e a aceitação de que seria necessário alterar o espaço temporal da pesquisa. O projeto previa o recorte temporal de 1753 a 1810, o que, objetivamente, envolve 15 tomos, com uma média de 600 páginas cada. Entretanto, ainda que o novo recorte temporal tenha diminuído muito o número de tomos (de 1753 a 1776 são 5 tomos), eles somam o total de 3.687 páginas para análise. Essa iniciativa também mostrou suas

<sup>13</sup> Na tese *La construcción de los indios. Disputas al rededor de una clasificación política y social, 1492-1555*, Alfredo Nava Sánchez (2013) busca compreender como os indígenas eram vistos pelos cristãos do século XVI, e a partir de quais pressupostos se conformou uma caracterização sua. Argumenta que, nos documentos sobre o processo de dominação e povoamento do XVI, “cuando se hablaba de los indios, se hablaba fundamentalmente de una categoría, es decir, de una construcción cultural específica mediante la cual se buscaba dar sentido a un conjunto de personas” (NAVA SANCHEZ, 2013, p. 13).

dificuldades e o caminho metodológico escolhido foi partir da leitura e análise do *Índice Alfabético de las materias contenidas* de cada um dos tomos (Figura 1 – página 23).

Figura 1 – Primeira página do *Índice Alfabético de las Materias Contenidas*

ÍNDICE ALFABÉTICO		
DE LAS MATERIAS CONTENIDAS EN EL TOMO II		
DE LA TERCERA SERIE		
AÑOS 1756 A 1761		
A		
		PÁGS.
Abastecedores.	Andrés Godoa, Nicolás de Cuenca, Juan Blanco, Victoriano Rodríguez, Agustín Villoldo y Gerardo Ribera se quejan de la obligación de dar, semanalmente, un cuarto de carne para los presos de la Cárcel. Informa del Cabildo. . . . .	647
Idem.	Reunión de los principales de la Ciudad a fin de tratar lo que ha de observarse para el abasto de carne de la misma. . . . .	653
Abasto de carne.	Sobre la multa impuesta al Apoderado del Cabildo en La Plata Bartolomé Verecocha y Garmondí. . . . .	11
Idem.	Pedición de Pedro García Pose referente a la multa que se le impuso. Resolución del Cabildo. Otras incidencias. — 88, 90, 111, 157. . . . .	197
Idem.	Sobre la rebaja de la multa impuesta a Domingo Pelliza. Libramiento a su favor. . . . .	237
Idem.	Memorial de Luis Antonio de Legorburu. . . . .	271
Idem.	Sobre el suministro de carne a los presos de la Cárcel. . . . .	393
Idem.	Acerca de lo que debe observarse para dar el abasto. Reunión de corraleros. . . . .	655
Abasto de la Ciudad.	Francisco Alvarez Campana propone establecer puestos en la plaza, destinados para la venta de géneros de abasto. Resolución del Cabildo. — 179. . . . .	183
Idem.	Arancel que deberá regir en las pulperías para los géneros de abasto. . . . .	391
Idem.	Representación de los vecinos del Monte por los excesivos derechos que se les impone por el carbón, leña, cañas y maderas que envían a la Ciudad. Resolución del Cabildo. . . . .	398
Abasto (Géneros de).	Véase: Alcabalas.	
Abintestates.	Despacho del Juzgado de Bienes de Difuntos para que se dé, oportunamente, el correspondiente aviso a aquel Juzgado. El Dr. Antonio Aldao presenta el título respectivo y es reconocido. . . . .	67

Fonte: AGN (1926, p. 667).

Os *Acuerdos* selecionados a partir desse primeiro contato com as fontes, foram sendo organizados em uma planilha de Excel. A planilha contém linhas que dividem os anos, e colunas que detalham a data exata do *Acuerdo*, a página em que pode ser encontrado, e um breve resumo do assunto em questão. Conforme a planilha foi sendo preenchida, a própria distribuição dos assuntos presentes nas 95 atas selecionadas foi tornando evidente a oportunidade de se organizara narrativa do capítulo 5, intitulado “Os indígenas no discurso dos *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*” (1753-1776).

No subcapítulo *Movimentações na zona de contato: incursões indígenas e expedições punitivas* a proposta será analisar os anos de 1753 a 1760 a partir, sobretudo, do conceito de *zona de contato* (PRATT, 1999). Isso, pois desde as tratativas das atas selecionadas, observa-se uma intensa movimentação, tanto dos indígenas, com as suas incursões, quanto da sociedade colonial, a partir das expedições punitivas. Também se

verifica uma cobrança muito grande por parte do Cabildo para o levantamento de fundos e impostos para o sustento das milícias que fariam a segurança da região ou o enfrentamento dos indígenas, as *Compañias de Fronteras*.

Por outro lado, no período de 1761 a 1770, as temáticas das atas levantadas para análise nos indicam para a falência desse projeto das companhias de fronteira. No subcapítulo (5.2) “A falência das Companhias de Fronteira: a fidelidade dos caciques amigos como estratégia de contenção”, veremos que o Cabildo não consegue nem ao menos pagar os soldos aos milicianos (os *vecinos* se negam a pagar os impostos para o seu sustento). Na década anterior já havia a estratégia de se aliar aos “caciques amigos”, mas, percebo que nesse momento tal prática ganha maior força e o reconhecimento, pelo Cabildo, da fidelidade de um cacique chamado Lepin, exemplar neste sentido.

No último subcapítulo desta dissertação (5.3), “*Fuertes, poblaciones* e as estratégias finais no período pré Vice-reinado”, buscarei analisar os anos de 1771 a 1776, percebendo, através dos assuntos mais abordados nas atas, um apelo à construção de *poblaciones* que avançassem a “fronteira” do Rio Salado, uma vez que a estratégia das *Compañias* não demonstrou êxito no intento de conter os ataques e perturbações dos grupos indígenas de *tierra adentro*.

A parte a seguir desta introdução tem o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica sobre os temas e conceitos que são importantes para este trabalho.

\*\*\*

O documento *Expediente del Cabildo secular de Buenos Aires [1752]* expõe as razões pelas quais, para as autoridades do Cabildo e os interesses que elas representavam, a redução dos índios pampas, *Nuestra Señora de la Concepción*, deveria ser descontinuada ou ser alocada em uma área mais distante daquela em que se encontrava<sup>14</sup>. Segundo os cabildantes, a proximidade do *Pueblo* com a cidade de Buenos Aires era indesejada (Ver [Mapa 3](#) – página 85), uma vez que os índios reduzidos, irremediavelmente, se comunicavam com os demais grupos de *tierra adentro*<sup>15</sup>, autores dos ataques e incursões às propriedades rurais, passando-lhes informações que colocavam em risco suas defesas. Para

<sup>14</sup> A redução de *Nuestra Señora de la Concepción* foi fundada em 1740. Outras duas missões foram erigidas nessa mesma região e período histórico: *Reducción de Nuestra Señora del Pilar* (1746-1750) e *Reducción de Nuestra Señora de los Desemparados* (1750-1751).

<sup>15</sup> O termo era utilizado para fazer referência a um território visto como vazio e indômito, o qual, na realidade, era ocupado por populações indígenas que ainda no XVIII se mantinham independentes do mando colonial.



as autoridades,

[..] a redução favorecia também aos índios de localidades mais distantes, como os aucas e serranos, que para ali se dirigiram sob o pretexto de comprar gados, mas que, na verdade, estariam tomando conhecimento da situação local para quando se propusessem a atacar as possessões espanholas (SILVA, 2018, p.109).

O *Expediente* é composto por vários interrogatórios. Em grande medida, os depoimentos são de soldados que prestaram guarda na redução, mas existem casos de *hispano-crioulos* que tinham sido cativos dos indígenas da região e que, ao fugirem ou serem resgatados, refugiaram-se circunstancialmente naquele povoado. É o caso de Raphael Soto, cativado pelo cacique Yati, considerado uma das mais perigosas lideranças nativas na área. Uma característica claramente perceptível do documento, é que as perguntas do processo são direcionadas para que aquele que responde, acuse os indígenas. Isto é, na própria sentença interrogatória já reside uma afirmação acusatória. Raphael Soto, assim, é indagado para que diga se quando estava pastoreando os cavalos do cacique Yati, viu chegarem dois índios da Redução de *Concepción*. Também lhe perguntam se esses indígenas conversaram com o índio Yati, ao que ele responde afirmativamente (ME, Carpeta J. 16, p. 8). As relações mantidas entre os indígenas que viviam com os padres e seus parentes “infieis” apontavam para o perigo que eles representavam à segurança e interesses dos bonaerenses, servindo os primeiros de “atalaias” para as agressões dos segundos.

Com este prelúdio pretendi mostrar ao leitor e à leitora que as relações entre os atores sociais da região sul bonaerense já se encontravam em um evidente estado de tensão ainda antes do recorte de análise que delimitei para conduzir a pesquisa. As três reduções jesuíticas, que fizeram parte de uma estratégia de contenção de “fronteira”, alternativa à opção bélica, demonstravam o seu fracasso no trabalho de catequizar e “civilizar” os indígenas. Setores das elites locais, sobre tudo os comerciantes e os incipientes *estancieros*, ganhavam, assim, mais argumentos para defender as suas propostas beligerantes para a questão da “fronteira”.

Outro ponto a ser destacado para os Setecentos, são as reformas borbônicas e as suas tentativas de controle dos territórios considerados marginais - aqui enquadra-se a pampa bonaerense<sup>16</sup>-, e de dinamização comercial e o conseqüente crescimento de Buenos Aires. As reformas serão vistas enquanto um projeto da coroa espanhola que encontra, nas

---

<sup>16</sup> O termo pampa apresenta uma polissemia. Era utilizado para se referir também a uma parte dos grupos indígenas que habitavam a região. O seu sentido geográfico será melhor discutido no capítulo 4 deste trabalho.

diferentes regiões da colônia, diferentes “terrenos” para germinarem. Ou seja, as deliberações das reformas quase sempre encontraram outros projetos, das “elites” locais, com os quais precisaram negociar e dialogar (GARRIGA, 2013; PAULINO, 2019). Assim também se deu no contexto dos grupos sociais bonaerenses e os seus projetos para lidar com o “problema” que as populações indígenas representavam. Mas por quais motivos esses indígenas representavam um problema para os membros do *Cabildo de Buenos Aires*? Essa questão, entre outras, serão problematizadas nessa pesquisa.

Este trabalho trata-se de uma investigação acerca do discurso formulado em relação aos indígenas da pampa bonaerense pelos grupos sociais que deliberavam no Cabildo de Buenos Aires, e as ações efetuadas por esses setores para lidar com o “problema” indígena. O recorte temporal estabelecido para análise é de 1753 a 1776. Na monografia de conclusão de curso que desenvolvi recentemente<sup>17</sup>, pude me deter aos anos de 1740 a 1752, propositalmente, espaço de tempo em que funcionaram as reduções austrais. Em tal ocasião, analisei fontes jesuíticas e civis e, entre outras coisas, concluí que os missionários foram verdadeiros mediadores, ou homens- fronteira (HARTOG, 2004), nas relações entre indígenas e sociedade colonial, mas, particularmente, nos discursos e representações que tal sociedade formulou sobre os indígenas. Sendo assim, o ponto inicial de análise ser o ano de 1753 é justificado com base nesta constatação, a qual, conjectura para uma mudança no discurso dos cabildantes após o fim da mediação dos missionários nessas relações<sup>18</sup>. O ano de 1776 encerra a investigação devido a formação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Tal deliberação se enquadra dentro das reformas borbônicas que buscaram aumentar o controle metropolitano sobre os espaços coloniais, e, que, especificamente neste caso, empreendeu uma mudança nos quadros que formavam o *Cabildo de Buenos Aires*, na tentativa de diminuir o poder das “elites” locais.

Acerca do recorte espacial da pesquisa, lembro que, segundo David Weber (2007, p.102), “los pampas y los patagones establecidos más al norte experimentaron los cambios inducidos por los españoles antes que los patagones que vivían al sur”. Ou seja, entendo que o território da Patagônia não compreende este trabalho, que se trata de um estudo sobre relações interétnicas em *zonas fronteiriças*, pois busco dar ênfase aos grupos em contato maior com a sociedade colonial. Isso não significa afirmar que os povos indígenas da

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, T, M. A construção dos “bárbaros” nas fontes coloniais. O caso dos indígenas da pampa bonaerense (1740-1752), 2019. 64 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação). Unisinos, 2019.

<sup>18</sup> Segundo Lidia Nacuzzi (2018, p. 36), “Para mediados de la década de 1740 se percibe la influencia de los jesuitas en la clasificación étnica que se registra en los Acuerdos, posiblemente porque se recogían informaciones de esos misioneros”.

Patagônia estavam isolados do processo histórico em construção naquele período, uma vez que esses grupos exerciam intensa movimentação nestes espaços, mas, que a região da Patagônia era afetada de forma menos direta naquele momento.

O principal objetivo desta pesquisa será compreender o discurso de alteridade formulado pelos grupos sociais que deliberavam no Cabildo de Buenos Aires acerca dos indígenas da pampa bonaerense, no período de 1753 a 1776. Especificamente, também pretendo refletir sobre o espaço (e a noção de espaço, sobretudo) enquanto um fator de influência dentro desse discurso de alteridade. Ainda, buscarei realizar uma crítica das fontes que leve em consideração o processo de arquivação que deu origem à *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*, no século XIX. Esse último ponto importa, pois, as fontes aqui utilizadas são uma versão organizada, editada e publicada em um período posterior à sua produção primordial, no século XVIII, assim, torna-se necessário apresentar as intencionalidades deste projeto.

Sendo o objeto de investigação do presente trabalho o discurso sobre os indígenas da pampa bonaerense, construído pelas autoridades do Cabildo de Buenos Aires, é de grande valia que possamos compreender quem eram estes sujeitos *hispano-crioulos*. Essa questão será debatida, sobretudo, no terceiro capítulo do trabalho.

O tema acerca da elite colonial foi atualizado, considerando a necessidade de nos referirmos ao conceito de *elites*, no plural. Dessa forma, podemos pensar os indivíduos cujo prestígio se respaldava na tradição, mas, também aqueles que angariavam algum poder devido ao acúmulo de riqueza. Sobre este assunto, Ronald Raminelli lembra que “a grande vantagem do conceito é sua flexibilidade, que obriga o pesquisador a trabalhar com as diversas dimensões da realidade” (2011, p. 2), e complementa:

Assim, independentemente do espaço ou da escala de seu domínio, os estudos das elites devem abordar os seguintes âmbitos: o econômico (o patrimônio e as rendas), o político (os cargos e o poder institucional), o jurídico (o pertencimento ou não à nobreza) e o social (redes clientelares, honra e prestígio). (..) O emprego de tal conceito analítico requer um estudo pluridimensional que investigue, a hierarquização social da época estudada pois não se trata de analisar a um grupo social homogêneo (...). Embora sustentadas por diferentes dimensões, as elites ocupam o vértice da sociedade e os meios necessários para alcançar e manter a preeminência social. Em suma, as elites constituíam grupos heterogêneos que detinham o controle de atividades econômicas, militares e políticas. (...) Quando livres dos impedimentos, tais qualidades e preponderância, por certo, facilitavam a sua atuação como oficiais régios no cabildo, por nomeação ou por compra de cargos<sup>19</sup> (RAMINELLI, 2011, pp. 2-3).

<sup>19</sup> Sobre a venda de cargos, Ots Capdequí (1959, p. 272), afirmou que: “En diferentes leyes de la Recopilación de

Considerando a questão das fontes, o estudo das elites das sociedades se beneficia do acesso a uma maior variedade delas. Todavia, salvo exceções, as fontes administrativas não se referem àqueles “de baixo”, muito menos são produtos deles. É preciso ter clareza de que não há homogeneidade quando falamos em elites coloniais, pelo contrário, a diversidade as define, existindo uma pluralidade de critérios que as caracterizam. São estes, econômicos, culturais, políticos e intelectuais. Tais lugares sociais, muitas vezes, podem ser compartilhados. Frédérique Langue (1992) afirma que existem as elites *principais* e as elites *secundárias*, e, é justamente o grau de coincidência dos critérios definidores que irá eleger as *elites principais*. A autora defende que o poder econômico seria, muitas vezes, o ponto de partida para angariar o poder político e afirma que o poder logrado por instituições municipais como os cabildos e as milícias urbanas é um exemplo significativo “de la dualidad y de las interacciones entre la base económica y el estatuto social” (LANGUE, 1992, p. 126). Neste contexto, faz referência ao caso bonaerense:

La élite bonaerense se constituye a partir de una minoría de hacendados aunque sí se origina en esta clase, de los primeros en llegar. A hora bien, esta élite reproduce los esquemas estudiados para otras regiones: invierte en la tierra en un segundo momento (preservación del capital); en el siglo XVII, es una élite de "notables" (el término quizás sea decisivo a la hora de caracterizar estas "otras" élites) que ha sabido —lo mismo que en otros lugares de América— diversificar sus inversiones y competir por el poder, integrando paralelamente a los miembros de la élite administrativa (magistrados) y militar. Las prácticas de estas redes de notables que se van conformando a lo largo del periodo colonial incluyen la corrupción, tanto en el caso de las "élites principales" (en los casos novohispanos por lo general se actúa por medio de la clientela) o de manera general de los "notables", los cuales recurren más quizás a la parentela y a sus relaciones con la administración local, como se subrayó en el caso de los comerciantes bonaerenses (LANGUE, 1992, p. 131).

À ótica da historiografia tradicional, as relações comerciais eram vistas como uma imposição da autoridade colonial, a partir de sua pretensa superioridade militar sobre os grupos indígenas. Dessa maneira, a intensificação destas relações era entendida enquanto fruto da inferioridade militar indígena, e, como consequência das reformas borbônicas, privilegiando, portanto, sempre a ótica colonial (GALARZA, 2012). A mesma historiografia considerava, então, dois períodos principais quanto a estas relações: o período de conflitividade em meados do XVIII, ocasionado pela disputa de gado; e o

---

1680, que recogen distintas Cédulas Reales que arrancan, algunas de ellas, ya del año 1522, al enumerar taxativamente los oficios vendibles en las Indias, figuran en esta enumeración los siguientes oficios concejiles: <<Escribanos de Cabildo, Alguaciles mayores de las Ciudades y Villas e Españoles, Alféreces mayores, Regidores, Fieles Executores, Alguaciles mayores y Escribanos de Pueblos de Indios y Depositarios de Ciudades, Villas y Lugares.”

período de “paz relativa” que iniciava em fins do XVIII e perdurava até a década de 1820.

Um primeiro avanço ocorreu no sentido de entender tais relações, sejam as de tipo comercial, ou os tratados de paz e os *malones*<sup>20</sup> como aspectos de uma “trama social construída entre las sociedades que convivían en la región estudiada” (GALARZA, 2012, p. 109) e que tal trama responde a uma série de causas – militares, políticas e econômicas. Assim, neste primeiro momento, ainda que continuassem com uma perspectiva centrada nos interesses das autoridades metropolitanas e da sociedade hispano-crioula, esses estudos abriram as portas para análises mais complexas, que levassem em conta como as políticas imperiais foram recebidas em diferentes espaços fronteiriços.

O avanço seguiu a partir de trabalhos que evidenciam que as sociedades indígenas também se transformaram neste período, o que auxiliou na compreensão das estratégias e vínculos dos indígenas como império. Nas palavras de Antonio Galarza (2012, p. 110), isso “significó que la explicación para una suerte de estabilidad en las relaciones interétnicas pampeanas tardocoloniales comenzó a hallar buena parte de su sustento en dinámicas propias de las sociedades indígenas”.

Até poucas décadas, a historiografia argentina “proclamaba la existencia de una clase estanciera poderosa y rica en la Buenos Aires prerrevolucionaria” (MAYO, 2004, p. 53). Ela também dividia a sociedade rural bonaerense em dois “estratos”: os *estancieros* ricos em cima, e os *pobres, gauchos e índios* na base. Sabe-se hoje, contudo, que na campanha bonaerense do período tardocolonial existiam algumas poucas propriedades rurais de grande extensão, entretanto, predominavam as de porte médio e pequeno. Sobre este tema e o perfil social dos estancieros, trataremos mais no terceiro capítulo deste trabalho.

Ainda que esta dissertação não seja um trabalho de História Indígena, História dos Índios, ou dos índios na História, se o discurso se desenvolve a partir do encontro, não há como excluir da problemática da pesquisa o objeto desse discurso. Assim, ao tratar de analisar as atas produzidas pelos grupos sociais locais no Cabildo de Buenos Aires, o trabalho será atravessado em alguns momentos por personagens históricos indígenas. Esta pesquisa enquadra-se dentro do campo da história colonial e da história das relações interétnicas em regiões de “fronteira”. Portanto, a seguir, discutirei estes dois conceitos e realizarei uma revisão bibliográfica da historiografia sobre as relações interétnicas na Pampa.

---

<sup>20</sup> Incursões rápidas efetivadas por grupos indígenas. Serão melhor explicadas ao longo do trabalho.

Kimiye Tommasino, em seu artigo *Os povos indígenas no sul do Brasil e suas relações interétnicas*, reflete acerca de uma visão já ultrapassada na historiografia desta temática. Segundo a autora, havia a ideia de “dois tipos de sociedade colocados o tempo todo em lados opostos” (TOMMASINO, 2002, p. 37), quando em realidade, existia “nos interstícios do processo de conquista, espaços de negociação, de alianças, de amizade” (ibidem, p. 37). Como veremos a seguir, essa noção de oposição e conflito permanente entre indígenas e “brancos” teve ainda maior impacto no contexto da historiografia argentina sobre a Pampa, processo que se relacionou mais com o projeto de constituição do Estado nacional argentino, no XIX, do que propriamente com o que as fontes do século XVIII nos indicam. A autora continua,

Sabemos que mesmo povos inimigos praticavam comércio de bens materiais através da troca silenciosa. Era comum também a prática do rapto de mulheres entre povos inimigos. Nesse sentido, nunca houve povos vivendo completamente isolados de outros. [...] os índios adotaram alguns hábitos de origem europeia, até porque a maior parte dos recursos naturais do meio ambiente desapareceu ao longo do tempo, tornando-as dependentes dos produtos industriais. [...] Olhando pelo lado das aquisições de objetos do mundo externo, verificamos que não se trata de “descaracterização” ou de “aculturação”, conceitos referentes à perspectiva do branco, que confunde aparência exterior com mudança cultural (TOMMASINO, 2002, p. 39-42).

Tommasino faz referência a que relações interétnicas já ocorriam na América antes da chegada de europeus neste continente. Os grupos indígenas da região da pampa bonaerense também desenvolviam, antes do contato, uma série de trocas comerciais e culturais. A prática cultural do cativo, inclusive, já foi matéria de uma dissertação junto ao PPGH Unisinos<sup>21</sup>. Nesse sentido, concordo com a autora em relação a já existência de relações interétnicas “pré- colombianas”, e que a noção de isolamento de grupos nativos é ultrapassada.

Entretanto, discordo, em parte, sobre o tema da adoção/aquisição de bens materiais/imateriais de outras culturas. Apesar de concordar que isso não gera “aculturação”, ou “descaracterização” do grupo aquisidor, por não se tratar de um fenômeno passivo, e sim ativo, tendo a discordar do ponto de vista que aponta que essas adoções, mesmo sendo conscientes, geravam mudanças exclusivamente de “aparência” e “externas” no grupo. Entre as sociedades indígenas da pampa bonaerense, a adoção do cavalo é um exemplo disto. Não é possível considerar o cavalo europeu e a consequente

---

<sup>21</sup> SILVA, Marcelo Augusto Maciel da. Índios e criollos: rapto e aprisionamento: características do cativo nas fronteiras pampiano-patagônicas no século XVIII. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

prática da montaria, como um mero acessório superficial na vida desses indígenas. Sua aceitação e implementação gerou transformações significativas na organização sociopolítica e cultural/simbólica dos grupos. Esqueletos de cavalos foram encontrados junto a sepultamentos indígenas realizados durante o século XVIII, por exemplo (MANDRINI, 2000).

Tommasino também esclarece que a ideia de que “as relações interétnicas se deram gradativamente do conflito para o consenso, da inimizade para a amizade, do desencontro para o encontro” (TOMMASINO, 2002, p. 43) é equivocada. Neste ponto, vejo que a visão da autora se enquadra muito bem ao contexto da pampa bonaerense. Ao menos durante o século XVIII, não há como falarmos de uma linearidade nas relações interétnicas. Definitivamente, não foi um processo contínuo, da guerra à paz. Trabalhos recentes dão conta de demonstrar a complexidade das relações em andamento neste contexto, com períodos de paz, inclusive através de acordos firmados (MARTINS, 2017), e períodos conflituosos.

No artigo *Kaingang vs. colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do século XIX*, Sandor Bringmann (2009) investiga os contatos interétnicos entre a etnia Kaingang e os colonos alemães. O autor trabalha com o conceito de fronteira a partir de duas noções: inclusão e exclusão. Nos interessa aqui, sobretudo, a fronteira de inclusão. Segundo o autor, ela

acentua a absorção étnica, cultural e econômica da sociedade envolvida pelos valores da sociedade intrusiva, a qual dissemina seus preceitos religiosos, culturais e econômicos, marcadamente por meio do ecletismo religioso e pela miscigenação. No objeto aqui analisado esta relação se deu principalmente por meio das negociações comerciais e pelo colaboracionismo de lideranças indígenas (BRINGMANN, 2009, p.2).

Havia uma “política” de “índios amigos” e de “índios inimigos” no contexto bonaerense do século XVIII, como fica claro, por exemplo, em situações como a que certas lideranças são brindadas a posições reconhecidas pelas autoridades coloniais<sup>22</sup>. Sobre tudo durante a segunda metade da centúria, período sobre o qual me debruço, há o fortalecimento dessas práticas. Os chamados “índios amigos”, assim categorizados nas fontes do período, eram úteis na manutenção e na vigilância daquilo que a sociedade colonial considerava ser a “fronteira”. No caso da pampa bonaerense, os *hispano-crioulos* demarcaram essa “fronteira” através da extensão do rio Salado (Ver Mapa 2 – página 81).

Por outro lado, estes mesmos indígenas que prestavam esse serviço de “vigilância”

---

<sup>22</sup> Ver o caso do Cacique Bravo, Nicolas Cangapol, estudado por Juliana Camilo da Silva (2016).

usavam tal artifício para os próprios interesses. Entretanto, mesmo em relação aos “índios amigos”, pairava a desconfiança entre os *hispano-crioulos*, que afirmavam haver condições “naturais” na índole dos indígenas que os faziam ter um caráter “beleidoso” (inconstante)<sup>23</sup>.

No processo de formação do estado nacional argentino em meados do XIX, ocorreu a tentativa de aniquilação física e simbólica dos nativos. Deste modo, eles passaram a serem vistos como relíquias do passado. Os historiadores se desobrigaram do seu estudo, deixando-o nas mãos de arqueólogos e etnólogos (MANDRINI, 2007). O tema das “fronteiras” foi visto como a luta contra o índio e a historiografia tradicional reduziu esta temática à “guerra de fronteiras”, à oposição entre barbárie e civilização. As investigações foram limitadas à problemática fronteiriça enquanto uma questão militar. A partir de meados do XX, algumas análises de história econômica e social focavam na questão da ocupação do território, visto como um espaço vazio. Por trás dessa visão estava a concepção “turneriana” de fronteiras<sup>24</sup>.

O conceito passou por inúmeras reformulações na historiografia das últimas décadas, desde Weber(2007), que enxergava tais regiões como sendo mais violentas do que os centros, até os casos específicos de usos do termo por especialistas sobre a região da pampa bonaerense(MANDRINI, 2004; MARTINS, 2017; ORTELLI, 2000; RATTO, 2001; SILVA, 2016), os(as) quais entendem que a *frontera bonaerense* não seria um limite geopolítico, tampouco físico, ou uma linha divisória, mas, um espaço de relações interétnicas.

O antropólogo Guillaume Boccara, em seu artigo *Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (ymás allá) de la obra de Nathan Wachtel* (2005) aponta para a necessidade de pensar a “fronteira” de maneira crítica, considerando-a como uma construção retórica, material e ideológica do discurso colonial. O autor reforça que a noção de “fronteira” funciona como

---

<sup>23</sup> Em um *Acuerdo del Cabildo de Buenos Aires*, do ano de 1766, há uma solicitação de um cacique “amigo”, chamado Lepin, para convocar seus aliados para fazer a guerra contra os índios “inimigos” (AGN, 13/10/1766, [1927], p. 428-430). [ANEXO A, p. 155].

<sup>24</sup> Um dos precursores do conceito de fronteira foi o historiador norte-americano Frederik J. Turner que “planteaba que la frontera norteamericana, escenario de la lucha de los pioneros contra una naturaleza hostil, había contribuido al desarrollo del individualismo, la iniciativa personal y la capacidad de improvisación en la organización de la nueva sociedad. Según esa tesis, el continuo avance de los colonos sobre las tierras aparentemente baldías del oeste habría jugado un rol crucial en el desarrollo del sistema democrático norteamericano y habría sido un factor determinante en la formación del carácter nacional. La frontera turneriana cobraba la imagen de un lugar de constante renacimiento, una “fuente mágica de juventud” en donde América bebía permanentemente y rejuvenecía. Más allá de la validez histórica del modelo, las ideas de Turner fueron fundamentales para elaborar teóricamente la identidad americana basada en la existencia de un espíritu individualista que no encuentra barreras para su expansión y desarrollo (RATTO, 2001, p. 105-106).



um operador de civilização que “marca un límite entre dos espacios heterogéneos -el primero salvaje, nómade y poblado de gente “sin ley, sin rey, sin fe”, y el segundo “civilizado”, sedentario y en el seno del cual reina la policía” (BOCCARA, 2005, p. 32). Além de ser um marcador de espaço, o conceito de “fronteira” também opera sobre o tempo, pois as populações que habitavam além desta “fronteira”, entendida como limite, estariam em uma etapa inferior do desenvolvimento das civilizações. Segundo o autor, o estudo de uma zona fronteiriça será parcial se não considerar as várias “fronteiras” frequentadas pelos grupos indígenas. Isso, pois os efeitos da presença europeia foram difusos para além da área de contato, necessitando que consideremos em nossas investigações o que ocorria na *tierra adentro*. Dessa maneira, mais do que pensar em uma noção de “fronteira”, Boccara (2005, p. 42) defende o conceito de *complejo fronterizo*,

(...) pues los indígenas no sometidos evolucionan en distintas fronteras. De hecho, es gracias a la combinación de actividades diversas (guerra, pillaje, diplomacia, comercio) en espacios fronterizos distintos que los indígenas logran mantener su soberanía y autonomía. (...) Estas prácticas hubiesen sido imposibles sin la existencia de los *hinterlands*, verdaderos laboratorios de las hibridaciones interindígenas y componente esencial en la estructuración de los nuevos espacios macrorregionales.

A partir do estudo de Mary Louise Pratt (1999), *Os Olhos Do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*, pude considerar que o termo *fronteira* evoca uma perspectiva europeia, pois, para as populações indígenas a região da Pampa não equivalia a um espaço fronteiriço. Portanto, mesmo que o utilizemos com todo o cuidado, o conceito de *fronteira*, etimologicamente, trará sempre uma perspectiva do colonizador. Por outro lado, o conceito de *zona de contato* proposto pela autora canadense, advém da linguística e indica o encontro entre “diferentes” que buscam entender um ao outro. Na *zona de contato*, há a presença conjunta de sujeitos separados, cujas trajetórias se cruzam. Considerando que o conceito de “fronteira” quase sempre requer a adição de algum outro termo (por exemplo: *fronteira de exclusão e fronteira de inclusão*), a fim de evitar interpretações equivocadas que exclusivamente antagonizem os grupos históricos, ou que indiquem alguma divisão física e geográfica entre eles, *zona de contato* parece ser uma alternativa fecunda. De acordo com Piras Giorgia (2017, p. 294),

Naquele espaço que Mary Louise Pratt chama zona de contato (PRATT, 2002) a invisibilidade das populações marginalizadas transforma-se em copresença social e histórica. Sem conservar o valor imperialista europeu do conceito de fronteira, zona de contato explica melhor as dimensões interativas e imprevisíveis dos encontros coloniais deixados de lado nos relatos de conquista e dominação, que sempre adotam a perspectiva do invasor.

A *zona de contato*, segundo Mary Louise Pratt (1999), é um espaço no qual grupos pertencentes a culturas totalmente diferentes se cruzam, se estranham, e se relacionam, por isso, neste contexto, ocorre o fenômeno da *transculturação*. De forma sucinta, podemos concluir que esses dois conceitos nos auxiliam a compreender as relações interétnicas de uma maneira não hierarquizante, apontando que nenhum grupo cultural sai ileso deste tipo de encontro, não fazendo sentido, portanto, o uso de termos como *aculturação*, por exemplo.

O livro de Pratt (1999) é importante para refletir sobre a região bonaerense no século XVIII como uma *zona de contato*. Entretanto, encontrarei dificuldades para enquadrar os discursos das autoridades pampeano-patagônicas como provenientes de uma influência da História Natural, e/ou, do desenvolvimento de uma nova consciência planetária europeia. Os agentes por trás da construção dos *Acuerdos* não eram, em sua maioria, nem europeus, muito menos intelectuais ou viajantes. Tenho assim, identificado os discursos sobre os indígenas nas fontes como interligados, inseparavelmente, das relações nesta *zona de contato*. Pretendo levar em consideração em minha análise as especificidades contextuais da região como o fator predominante de influência nos discursos<sup>25</sup>.

Há outro motivo para o uso cuidadoso do conceito de “fronteira”. A partir da leitura de Ivonne Del Vale (2009), é possível compreender que essa palavra é a perspectiva de apenas um dos lados envolvidos no processo histórico. *Fronteira* é um termo cunhado e utilizado pelos colonizadores para fazer referência às parcelas do território americano as quais eles ainda não detinham o controle militar e administrativo. Como uma linha divisória que deveria avançar, dessa forma era vista a pampa-patagônia, no XVIII, e, com ainda mais força durante o XIX.

A superação dos limites impostos por uma historiografia nacionalista<sup>26</sup> também foi de extrema importância. Anteriormente, a cordilheira andina fora vista como um limite entre os povos da Araucania e das Pampas, recortando, também pela geografia, as “histórias

---

<sup>25</sup> Apesar de a leitura do livro *Como Escrever a História do Novo Mundo* (2011), de Cañizares-Esguerra, ter me inspirado em alguns fatores, não acredito que a *Querelle d'Amérique* tenha “respingado” na “mentalidade” dos cabildantes e demais agentes que cunharam os discursos. Entendo que as práticas da sociedade *hispanocriolla* a respeito desses grupos indígenas foram pautadas em lógicas, estratégias e justificativas, e que essas ações são relacionadas ao discurso, e ambos são retroalimentados.

<sup>26</sup> A superação de alguns limites tradicionais promoveu avanços nas interpretações historiográficas. Um dos limites derrubados foi a separação entre história e antropologia. A aproximação da antropologia buscou conceitos e instrumentos teóricos para se acercar de temáticas sobre indígenas. Proporcionou a reivindicação do valor de outras fontes, como a tradição oral, dados arqueológicos e etnográficos. Além disso, possibilitou a releitura crítica de fontes escritas “tradicionais”.

nacionais”. Estudos dos últimos anos têm avançado em demonstrar que a cordilheira não era um muro que separava os dois mundos, mas um espaço que os articulava (BECHIS, 1984). Sem deixar de se considerar as especificidades de cada região, passou-se a considerar uma história comum, de povos em situação relacional para além de ciclos de conflitos.

Além disto, é preciso recordar que a historiografia tradicional, calcada no processo de formação do Estado-nação, fundou a imagem do território pampeano-patagônico enquanto um deserto. Entretanto, uma leitura crítica da documentação demonstra que o espaço estava longe de ser um “deserto”, tanto em termos físicos como em termos humanos. Na realidade, precisamos considerar que quando os produtores das fontes no XIX se referiam a um deserto, eles não estavam indicando um espaço vazio, mas um vasto território que não era ocupado da maneira “correta”, ou seja, da forma ocidental (FLORIA, 2002).

Ante todo, la región, que se caracterizaba por una variedad de paisajes y ámbitos ecológicos que no pasó desapercibida a quienes la recorrieron, no era precisamente una vasta y monótona llanura abierta y plana. Además, ese extenso territorio constituyó el hábitat de una importante población indígena; su número, imposible de estimar con precisión, debió alcanzar a mediados del siglo pasado a muchos miles de personas con capacidad para poner en batalla ejércitos de centenares de lanceiros (MANDRINI, 2007, p.30).

Outro importante avanço se deu na reformulação das bases materiais da sociedade indígena da pampa-patagônia. Vistas antes como grupos de economias predatórias, elas passaram a ser investigadas pelo seu amplo leque de atividades combinadas em diferentes graus e formas<sup>27</sup>, o que outorga a elas uma excepcional adaptabilidade. O complexo sistema de intercâmbios que vinculava os grupos indígenas e estes à sociedade *criolla* vem sendo estudado nos últimos anos. Esses circuitos comerciais eram, também, conformados sobre antigas vias de contato pré-hispânicas. Os grupos indígenas da região da pampa bonaerense desenvolviam, antes do contato com o europeu, uma série de trocas comerciais e culturais. A partir da segunda metade do XVIII, o desenvolvimento desses circuitos gerou processos de especialização econômica na região, sobretudo com a intensificação dos contatos interétnicos e a nova pressão exercida pelo elemento colonizador.

Desta forma, podemos concluir que existem alguns novos consensos atingidos dentro

---

<sup>27</sup> Outra noção que já foi superada na historiografia sobre estes povos é a ideia de nomadismo. Segundo Raul Mandrini, a “alta movilidad de los indígenas, determinada por la circulación de los ganados, las actividades mercantiles, o la participación en parlamentos, asambleas o rituales colectivos, no debe confundirse con nomadismo” (MANDRINI, 2007, p.31).

da historiografia argentina sobre os povos originários. a) A sociedade indígena é vista como muito mais complexa em seu funcionamento e estrutura; b) é evidente a impossibilidade de entendê-la sem compreender suas relações com a Araucania e com a sociedade *criolla*; e c) o mundo indígena sofreu mudanças e transformações ao longo de todo o período histórico (MANDRINI, 2007). Entretanto, há interpretações ainda em disputa<sup>28</sup>.

Em seu artigo *La historiografía argentina, los pueblos originarios y la incomodidad de los historiadores*, Raul Mandrini (2007) aponta que há um problema na aparente integração do território nativo no XIX, que tende a ocultar as diferenças, com o claro intuito de tornar o espaço físico e cultural homogêneos. Para o autor, um campo frutífero de pesquisas deveria considerar as características geológicas do território, pois estas permitem definir âmbitos e áreas com funções econômicas que articulavam atividades diferenciadas, impulsionavam o desenvolvimento de distintos modelos econômicos, definiam as linhas centrais de articulação e condicionavam a distribuição da população e sua mobilidade.

O que ocorria no mundo *hispanocriollo* tinha impacto para o mundo indígena dada as vinculações e a interdependência entre ambas as sociedades. Entretanto, para Mandrini, não há como ocultar a importância da dinâmica própria dos processos que se operaram no mundo indígena, e a participação deles na definição do caráter e ritmo das mudanças ocorridas na sociedade *criolla*. Considero como uma alternativa fértil pensar esta realidade histórica como algo novo. Isto é, talvez, o caminho não seja ver dois mundos se relacionando – *criollo* e indígena, mas considerar a partir dos conceitos de *zona de contato* e *transculturação* (PRATT, 1999) uma nova realidade.

De fato, a partir do contato interétnico há o desenvolvimento de uma série de novas

---

<sup>28</sup> A *araucanização* foi um processo longo e complexo que incluiu a incorporação de aspectos culturais da Araucania pelos povos pampeanos, especialmente ao longo do XVIII, e, o assentamento de grupos araucanos na pampa principalmente a partir de meados do XIX. Uma das questões que segue em debate é o conceito de araucanização, suas implicações e o alcance que o fenômeno obteve. É problemático pensar no processo a partir de um viés de aculturação, por exemplo, no qual, hierarquizamos práticas culturais, e, rapidamente, concluímos que os pampas adotaram hábitos araucanos por este motivo. Segundo Raul Mandrini (2007), os processos de diferenciação social e acumulação de riquezas, ou seja, a formação dos cacicados no XIX, é indiscutível. Todavia, os aspectos desse desenvolvimento ainda não são bem conhecidos. O autor também aponta que é errôneo projetar esse fenômeno sobre o século XVIII, sendo, este, um processo específico de meados do XIX. Houve, portanto, um avanço na compreensão dos aspectos políticos, dos ciclos de violência intraétnicos e do funcionamento interno das grandes unidades políticas. Mas é preciso avaliar o alcance e o caráter destas transformações, bem como se debruçar mais sobre as suas cronologias. O conceito de chefaturas, utilizado por Raul Mandrini, poderia ser o reforço de uma visão neoevolucionista da história. Isso, pois, Mandrini se refere ao processo ocorrido no XIX como uma complexificação da organização política indígena. Ainda que de maneira sutil, apontar que um aspecto se incrementou a partir do contato com a sociedade europeia, é determinar uma “evolução”. Por outro lado, por exemplo, Lidia Nacuzzi (2008) inverte essa lógica. Para ela, as mudanças na organização política indígena, com adoções de aspectos ocidentais, foram um processo de simplificação.

práticas culturais, sociais e simbólicas, para ambas sociedades. Há a questão do *hispanocriollo* como uma nova identidade social americana, que se opõe aos nativos indígenas, e também não se confunde com a dos “peninsulares”. Há, ainda, que se avaliar as diferenças regionais que caracterizam os crioulos americanos. O contato interétnico na região da pampa bonaerense, aliado às especificidades, inclusive ecológicas do espaço, às pressões internas causadas pela enorme resistência indígena, entre outros fatores, são os elementos constitutivos de um tipo específico de *hispanocriollo*, o ganadero, criador de gado, que constituirá, especialmente no século seguinte, o *estanciero*. É possível conjecturar, inclusive, que todo este contexto alterou substancialmente as relações *intraétnicas* entre os grupos nativos, acirrando rivalidades já antigas, ou, construindo novas alianças, enfim, modificando o rol de relações sócio-políticas, militares, culturais e comerciais.

O reconhecimento das realidades geográficas e ambientais é fundamental para separar destas os componentes ideológicos que participaram da construção das imagens forjadas sobre o mundo indígena e o território, imagens, estas, ligadas ao processo de constituição do Estado nacional, no XIX.

Na pampa bonaerense do século XVIII, quando os contatos começaram a se tornar cada vez mais acirrados, houve a classificação dos indígenas a partir do que os observadores visualizaram como delimitações geográficas. Ou seja, é possível verificar nas fontes deste período que os grupos das regiões serranas das proximidades de Tandil eram chamados “serranos” em oposição aos “pampas” das áreas mais próximas de Buenos Aires. E que os serranos foram estereotipados como os “inimigos” e “bravios”, e os pampas como os índios “amigos”, “mansos”, os quais se encontravam, em boa medida, ligados aos colonizadores através da prestação de trabalho.

Por óbvio, estas classificações não podem ser vistas como a realidade que compunha o caleidoscópio étnico da região. Primeiro, porque o padrão de ocupação de um território nos moldes nativos (alta mobilidade) difere totalmente daquele empreendido pelos ocidentais que cunharam essas classificações (sedentário). Em segundo lugar, porque a construção deste discurso de “índios amigos” e “índios inimigos” é algo que inicia nos primeiros contatos dos colonizadores, ainda nas Antilhas, no XVI, e que prosseguiu ao longo dos séculos posteriores. A localização e a geografia, assim como as atitudes em relação aos estrangeiros são utilizadas para construir diferenças aonde, talvez, não existissem (BOCCARA, 2001). Assim, “as generalizações “pampas” e “serranos”, além de serem rotulações geográficas, são também uma metáfora [...] nos quais os pampas são os

pacificados e os serranos os indômitos (SILVA, 2016, p. 26). Ainda sobre este tema das classificações, o historiador Carlos Paz (2011, p. 374) define com precisão ao refletir sobre a região do Chaco,

Los grupos nativos a los que se hacía alusión como bárbaros [...] fueran catalogados, desde comienzos de la labor misional jesuítica, bajo macro categorías étnicas que si bien daban cuenta, en un primer momento, de una gran variedad de formas de reconocimientos identitarios atribuidos a los nativos, también reducían – y aún lo hacen – el panorama social chaqueño a un conjunto finito y discreto de grupos humanos posibles de ser catalogados en un *index* que presentaba cierta correlación con un determinado espacio físico. Este aspecto niega la movilidad estacional de los grupos así como un posible abordaje diacrónico de los procesos históricos de complejización social y construcción y reelaboración de identidades políticas, económicas y étnicas.

O capítulo a seguir debate sobre as possibilidades e os limites dos *Acuerdos* enquanto fonte de investigação histórica. Além disso, pretende analisar o processo de *arquivização e memorialização da Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*.

## 2 BUROCRACIA E ARQUIVALIZAÇÃO DOS ACUERDOS DEL CABILDO DE BUENOS AIRES

Ao discutir a relação entre *documentos* e *monumentos*, Jacques Le Goff (2013) avalia a problemática das fontes históricas serem produtos de certas condições. Lembra que, na perspectiva positivista há o trunfo do documento escrito como prova da “verdade”, e ressalta a importância dos *Annales* na ampliação da noção do que seria considerado um documento. Na década de 60 do século XX, com o desenvolvimento da história quantitativa, a utilização de registros cartoriais, paroquiais ou judiciais, por exemplo, inaugurou a era da documentação “de massa” e introduziu a possibilidade de novos questionamentos à reflexão historiográfica. Já no final do século XX, o computador alia-se à revolução documental: a história quantitativa altera o estatuto do documento. Ele já não existe em si próprio, mas em relação a uma série, e o seu valor é relativo a isso.

O principal ponto do referido texto diz respeito à crítica sobre tomarmos documentos enquanto *monumentos*. E o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. Nesse sentido, todo documento é monumento, ele é o produto da sociedade que o fabricou. Segundo Le Goff (2013, p. 476) “todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e demonstrar em que medida o documento é instrumento de um poder”.

As ponderações deste texto foram importantes para pensar sobre as condições de produção das fontes que sustentam esta pesquisa. As atas presentes na coleção *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* são documento e monumento. Existem dois momentos históricos importantes relativos a elas. Há a época em que as atas são produzidas, no caso das que analiso, o século XVIII. E há o momento em que elas são monumentalizadas, quando organizadas e publicadas pelo *Archivo General de la Nación*, no século XIX.

No Setecentos, os *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* eram uma espécie de formalidade que resumia os assuntos tratados nas reuniões realizadas no órgão. Assim, elas possuíam um fim burocrático e administrativo. Por outro lado, quando essa documentação foi reunida, editada e publicada em tomos, entre os anos de 1885 a 1934, ela sofreu um processo de *monumentalização* que esteve irremediavelmente ligado ao projeto de poder político vigente naquele período – a constituição da República Argentina, que, entre outras questões, levava a cabo uma campanha de guerra contra populações indígenas resistentes, a Campanha do Deserto.

Da mesma maneira, quando me propus a analisar essas atas e construí um percurso

teórico para interpretá-las, também estava realizando escolhas que se relacionam à historiografia atual e fazendo perguntas que, ao menos de maneira indireta, se ligam ao contexto político presente. O historiador e a história que ele constrói é sempre o produto de seu lugar social e de seu contexto histórico-social. Nesse sentido, “toda fonte é uma fonte ‘inventada’ assim como todo indivíduo histórico é uma construção, um tipo ideal” (ROUSSO, 1996, p. 88).

O artigo *O arquivo ou o indício de uma falta* (1996), de Henry Rousso, tem também contribuições importantes para a reflexão aqui proposta. Concordo com autor quando ele diz que chamamos

[...] de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – [...] e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica (ROUSSO, 1996, p. 96).

Assim, penso as atas do Cabildo de Buenos Aires enquanto documento escrito, e, que o processo de produção dessa documentação não detinha consciência de historicidade e do caráter de fonte/monumento que poderia assumir mais tarde. Entretanto, são raras as iniciativas que resistem à alteridade do tempo, e tanto na sua transformação em um fundo arquivístico no XIX, quanto nos seus usos por historiadores do presente e do futuro, essas atas testemunham e testemunharão não apenas sobre o passado, mas, também sobre o presente. Portanto, de acordo com Rousso (1996), o trabalho do historiador é o de esclarecer de forma parcial, coerente e refutável, uma sequência do passado, e deixar uma marca, uma mediação. Mediação, pois nenhum documento jamais fala por si só. Existe aquilo que o autor (neste caso, os cabildantes) de um documento pôde ou quis dizer e registrar, existe a realidade histórica que esse documento exprime (e que jamais se apresentará em sua total transparência para o historiador), e existe a interpretação que os historiadores farão.

O arquivo escrito revela por sua própria existência uma falta (ROUSSO, 1996, p.90). É preciso que tenhamos a consciência da incompletude das fontes. Há, portanto, um *mal de arquivo* (DERRIDA, 2001), um esquecimento que vai além do recalçamento, mas que representa a morte de algo. Isso nos revela a impossibilidade de “resgatar” o passado. O que não significa a impossibilidade de conhecer o passado, mas a oportunidade de construir uma narrativa através do que Michel de Certeau (2000) intitulou como *operação*



*historiográfica*, e que já foi discutida na introdução deste trabalho. Jacques Derrida (2001, p. 29) afirma sobre esta questão que,

[...] o arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnesica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável do passado, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, semo arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação.

Tal raciocínio possibilitou pensar nas condições de produção das atas do Cabildo de Buenos Aires enquanto produtoras do próprio sentido. Ou seja, a forma altera sim o conteúdo. A tecnologia envolvida na confecção do documento influencia naquilo que consultamos sobre o passado. Se pensarmos em uma realidade alternativa, na qual os cabildantes possuíssem um gravador de voz que registrasse as suas reuniões, podemos ter uma ideia do quanto isso é verídico. O escrivão do Cabildo, aquele que portava a pena em suas mãos, precisava resumir diversos assuntos tratados em uma só ata, dar sentido à narrativa do que ele observava que ocorria. As atas apresentam uma homogeneização de opiniões, muito provavelmente, maior do que as reuniões realmente expressavam. E quando foram organizadas, editadas e publicadas pelo *Archivo General de la Nación* um século depois, de que maneira esse processo pode ter alterado o sentido das atas? Perguntas como essas nos fazem entender as possibilidades e os limites do historiador no trabalho com as fontes.

## 2.1 O Cabildo de Buenos Aires

Os Cabildos funcionavam, sob certos aspectos, como o equivalente a uma câmara da municipalidade no território americano. Eram formados pelas elites coloniais, sendo espaço de ação do poder local dentro do panorama de subordinação aos marcos jurídicos e burocráticos do Império Espanhol. Entre suas atribuições estavam as questões de ordem econômica, como a regulação do comércio local; as questões jurídicas, arbítrios, cobranças; funções políticas, como a escolha de seus representantes; e também as funções militares, na organização das milícias que controlavam a “fronteira”, por exemplo (OTSY CAPDEQUÍ, 1959).

Os Cabildos eram organismos responsáveis pela justiça e pelo governo das cidades e seus respectivos espaços rurais, ou “campanhas”. Segundo Lidia Nazuzzi e Luisina

Tourres (2018, p. 29) eles estavam “*incluidos en unidades administrativas mayores llamadas gobernaciones o –a partir de 1782/83– intendencias, donde la autoridad jurídica, política y militar recaía en un gobernador o intendente que respondía al virrey.*”

O Cabildo de Buenos Aires funcionou desde a fundação da cidade até o ano de 1821, quando a reforma empreendida por Bernardino Rivadavia dissolveu-o. Nele, dois *alcaldes*<sup>29</sup> desempenhavam funções judiciais. Contava, ainda, com seis regidores e diversos funcionários especiais (NACUZZI; TOURRES, 2018). A eleição dos membros do Cabildo foi extraordinariamente diferente segundo a época e região. Mas, o que importa salientar é que o procedimento constituía um compromisso entre os interesses das “elites” locais e o poder real (KONETZKE, 1971).

Todos os 57 tomos da *Colección Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires* foram compilados entre 1885 e 1934. Cada um dos tomos “*agrupa los acuerdos de tres o cuatro años o lapsos menores e incluye extensos índices temáticos/onomásticos*” (NACUZZI; TOURRES, 2018, p. 30). Esta série documental apresenta a possibilidade de cruzamento com outros conjuntos de fontes que são mencionadas nos *Acuerdos*<sup>30</sup>.

No caso do *Cabildo de Buenos Aires* no século XVIII, as “elites” incipientes que o compunham eram as mesmas que tinham seus interesses prejudicados pelos *malones* indígenas às suas estâncias de gado e às carretas comerciais. De acordo com Birocco (2015, p.155), nas

[...] últimas décadas del siglo XVIII, el cabildo de Buenos Aires los elegiría entre los propietarios rurales, casi siempre entre los individuos que residían en la campaña y estaban emparentados con las familias de mayor raigambre en los partidos donde ejercían justicia.

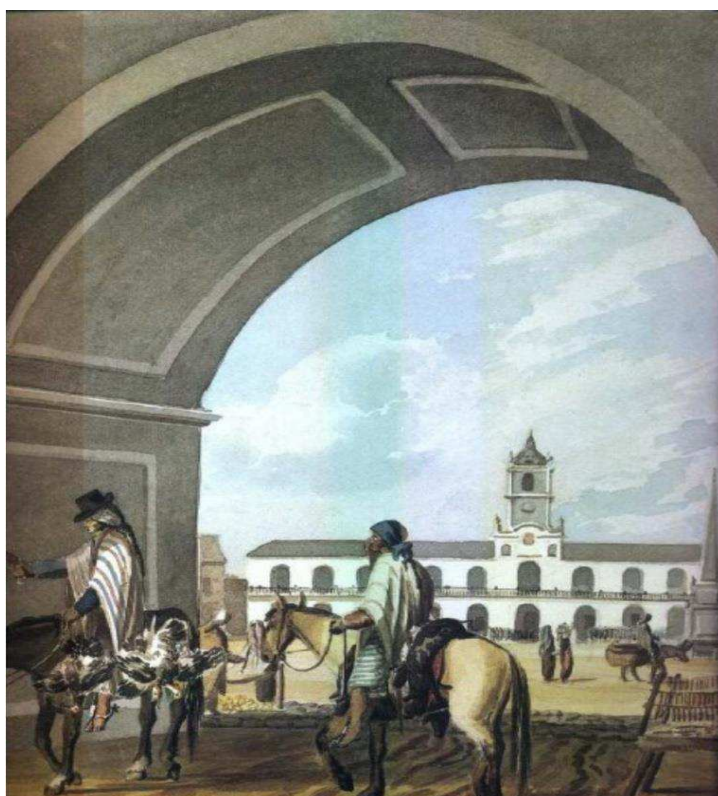
Entretanto, não podemos projetar para o XVIII a riqueza e poder político que os *estancieros* alcançaram no século XIX. De fato, no período que interessa diretamente a esta pesquisa, 1753-1776, a maior parcela dos *cabildantes* e os postos mais destacados da corporação eram ocupados por comerciantes (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009). Sabemos que, naqueles anos, a grande propriedade de terra não era a regra, sendo mais comuns extensões pequenas e médias, que não eram concentradas apenas na criação de gado (MAYO, 2004).

<sup>29</sup> “Los alcaldes, en calidad de jueces legos, ejercían la judicatura inferior, en nombre del rey, en la ciudad y aldeaños. (...) En las capitales de provincia los alcaldes, caso de fallecer el gobernador, desempeñaban provisoriamente sus funciones” (KONETZKE, 1971, p. 131).

<sup>30</sup> É o caso dos bandos dos governadores, que podem ser consultados no *Fondo Documental Bandos de los virreyes y gobernadores del Río de la Plata (1741-1809)*, organizado e publicado pelo AGN (1997).

Em seu estudo, Carlos Mayo (2004) conseguiu determinar o grau de escolaridade de 75 estancieros do período tardo-colonial. Destes, 35 eram iletrados. No distrito de Magdalena 67% dos ganaderos eram incapazes de firmar seus nomes em certificados (MAYO, 2004, p. 61). Portanto, não surpreende que dos 101 indivíduos analisados pelo autor, apenas três possuíam livros em suas posses pessoais. Por fim, a maioria dos *estancieros* vivia permanentemente no campo e o censo de 1778 analisado por Mayo (2004) indica que somente 19 viviam em Buenos Aires.

Figura 2 – Vista do Cabildo de Buenos Aires no início do século XIX



Fonte: Acuarela de Emeric Essex Vidal (1791-1861): "La Plaza o Gran Square de Buenos Aires". Vista del Cabildo desde la Recova. Buenos Aires. Argentina.

As atas, ou, *Acuerdos*, eram documentos bastante padronizados. Todas elas começavam com uma fórmula com pouca variação e no seu conteúdo expressões se repetiam, conforme é possível de se verificar através da Figura 4 (página 76). A seguir, cito a transcrição do início de *Acuerdo*:

En la Mui N. y Mui Leal Ciudad de la Santissima Trinidad puerto de Santa Maria de Buenos Ayres a trese de Octubre de mil Setecientos Sesenta y Seis años. El Mui Ill.r Cavildo Justicia y rexim.to de ella los Señores D.n Marcos Jph. De Riglos Alcalde ordinario Dn Diego Matilla y los Rios Alcalde Proc.l D.n Alonso Garcia de Zuñiga, D. Eugenio Lerdo de Tejada, D.n Garcia de Escalada, D.n Juan Jph. Moreno, y D.n Manuel Alfonso de S.n Xines Rexidores estando asi Juntos en la Sala de Sus

Acuerdos a tratat y conferir lo combiniente a esta Republica y Sus habitantes [...] <sup>31</sup>.

Precisamos evidenciar os desafios do trabalho com essas fontes.

Há o problema da distorção gerada pela passagem da oralidade para a escrita. As reuniões presenciais dos Cabildos, produziam, ao final delas, um documento intitulado *Acuerdo*. As tratativas debatidas na reunião eram organizadas em uma narrativa e encerradas no espaço da escrita. A leitura dessas atas pode apresentar imensa dificuldade causada por essa distorção, que faz, inclusive, com que a pontuação se torne confusa <sup>32</sup>.

Além disso, expressões têm a aparência, ou intenção, de homogeneizar as opiniões das sessões, e não refletem possíveis conflitos e desentendimentos orais. As discussões prévias, anteriores ao início de cada sessão, também se perdem. O contexto de produção do documento condiciona tanto o seu conteúdo como as próprias análises que os investigadores podem desenhar a partir deles.

Nas páginas dos *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* há referências à caciques, grupos indígenas e localizações do espaço pampeano. Tais referências constituem indícios de territórios, relações interétnicas diversas que nos permitem vislumbrar o contexto desta *zona de contato* no período colonial (NACUZZI; TOURRES, 2018, p. 33). Algumas vezes, podemos ler nas atas menções a entradas de caciques na sala capitular. Outras vezes, são as suas cartas que são lidas e discutidas pelos cabildantes, como neste caso de um acordo do dia 18 de janeiro de 1754:

[...] **Y luego se leyo Una Carta escrita por el Casique Bravo**, Al S.r Gov.ry Al Mre. de Campo, por la que de Cuenta A muerto sinco Casiquez y Algunos yndios de los enemigos y que se este con Cuydado Con laz fronteraz porque D.n Rafael, esta en dos Aguas, no se save si saldra A dar en las fronteras, O donde tendra el Animo, de dar y lo demaz que de dha Carta Consta, y se Acuerdo que respecto de que esta Ciudad, no Corre con el Ramo de guerra ni los Propios, le Alcansan a suz gatzos Presisos en caso de Aversele de dar A dho Casique Alguna gratificasion Su Señoria Vea de donde se a de dar O determine en todo Asumto que le parezca mas Conveniente [...] (AGN, 18/01/1754, [1926], p. 368). [grifo meu].

Dessa forma, a mediação que ocorre entre as falas e escritos dos caciques, e o que é transcrito para o acordo são ainda maiores. Assim, a invisibilização em relação as vozes dos caciques sofre uma dupla mediação, a do escrivão e a do intérprete

<sup>31</sup> AGN, 13/10/1766, [1927], p. 428-430. [ANEXO, p. 155].

<sup>32</sup> Dessa forma, uma estratégia para buscar a melhor compreensão do conteúdo das atas, colocada em prática na pesquisa, foi a leitura em voz alta.

(NACUZZI;TOURRES, 2018). Por exemplo, em *Acuerdo* do dia 13 de outubro de 1766, o escrivão relata que se fez “*entrar a esta Sala, al dho, Casique Lepin, y Examinandose por medio del interprete fran.co Bascur...*” (AGN, 13/10/1766, [1927], p. 428. [Anexo A, p. 155]).

Existem muitos *Acuerdos* que tratam sobre a defesa da “fronteira” da cidade, ações e gastos relacionados a isto. A proximidade de Buenos Aires, e, mais ainda, das estâncias, com as populações nativas gerava um clima de tensão. As notícias de invasões e ataques chegavam ao Cabildo, e, dessa forma, é possível que conheçamos as discussões e propostas das autoridades, bem como os seus discursos sobre os indígenas.

[...] Y luego se aviso Por el Porteri que el ess.no de Gov.no pedia Lizencia para entrar de ôrn. del S.or Gov.or y haviendosele conzedido esta entrego una Carta de dho. S.or Gov.or con Fecha de este Dia, en la que avisa que los Indios Infieles Se preparaban para acometer a estas Campañas [...] <sup>33</sup>.

Muito se tem discutido acerca da escassez de gado<sup>34</sup> na região e a sua relação com o aumento da conflitividade. A ampliação da demanda deste bem de consumo, por ambas as sociedades, indígena e *criolla*, teria levado o número disponível de *gado cimarron*<sup>35</sup> a uma situação preocupante durante o século XVIII, sobretudo a partir da segunda metade da centúria. Assim, há, também neste período, a maior incidência nas fontes de um fenômeno chamado *malone*. O *malone* era uma incursão rápida realizada por grupos indígenas da região com o objetivo de realizar saques. Entretanto, nas últimas décadas se tem discutido o *malone* enquanto um processo cultural e simbólico, que, para além de um ataque que visava angariar bens materiais para o seu grupo, buscava realizar intercâmbio cultural, por exemplo, através do rapto e cativo. A prática também tem sido examinada enquanto uma estratégia, além de militar, diplomática, que tinha o objetivo de pressionar o “inimigo” à negociação. Sendo assim, cabe problematizar o aumento dos *malones* - em realidade, objetivamente, o aumento se dá na sua incidência nas fontes - enquanto uma relação causal com a escassez do gado. São relatados nos *Acuerdos*, entretanto, não encontramos nas fontes este termo para o caracterizar, sendo muito mais comuns as expressões “*invasion*”, “*asalto*”, “*ataque*” y “*hostilidad*”. Em Cabildo del 1 de junio de 1775, ao discutirem a impotência do projeto de construção de *poblaciones* na campanha, apontam para a questão:

[...] no solo Se conseguirá libertarse estas Campañas de las continuas

<sup>33</sup> AGN, 20/09/1775, [1928], p. 498. [ANEXO A, p. 187].

<sup>34</sup> A escassez do gado enquanto potencializador das relações, encontros e conflitividade é defendida por Raul Mandrini (2012) e Martha Bechis (2008). Entretanto, Alioto (2011) relativiza tal escassez, e, sobretudo, ela enquanto explicação para o aumento da violência.

<sup>35</sup> Em estado selvagem, apreendido através das vacarias.

irrupciones de los enemigos infieles, y q.e muchos miserables pierdan sus vidas en manos de ellos, sinó tambien el asegurar la manutención de esta Ciud.d aumentando todas sus Haziendas de Ganados, y Livertandolos de los muchos robos, y matanzas q.e hacen los mismos Indios Infieles [...]<sup>36</sup>.

O escrivão do Cabildo realizava as atas no momento de cada sessão ou tomava notas e redigia imediatamente depois. Ele era um funcionário designado pelo Cabildo e não tinha poder de voto nas decisões, mas cumpria um papel central na produção dos documentos. Apesar de ter que se ajustar ao formato padronizado dos *acuerdos*, detinha certa margem de ação para decidir com que nível de detalhe realizar os registros (NACUZZI; TOURRES, 2018, p. 32). Ele observava as reuniões e as sintetizava, harmonizando a construção de um consenso. Segundo a obra *Instituciones*, de Ots Capdequí (1959, p. 278), os escrivãos “*debían llevar con toda fidelidad el llamado Libro de Acuerdos*” e estavam “*obligados a guardar secreto de lo que en los Cabildos se tratase, hasta tal punto, que se ordenaba a las Reales Audiencias que por ningúnmotibo los forzasen a quebrantar este secreto*”.

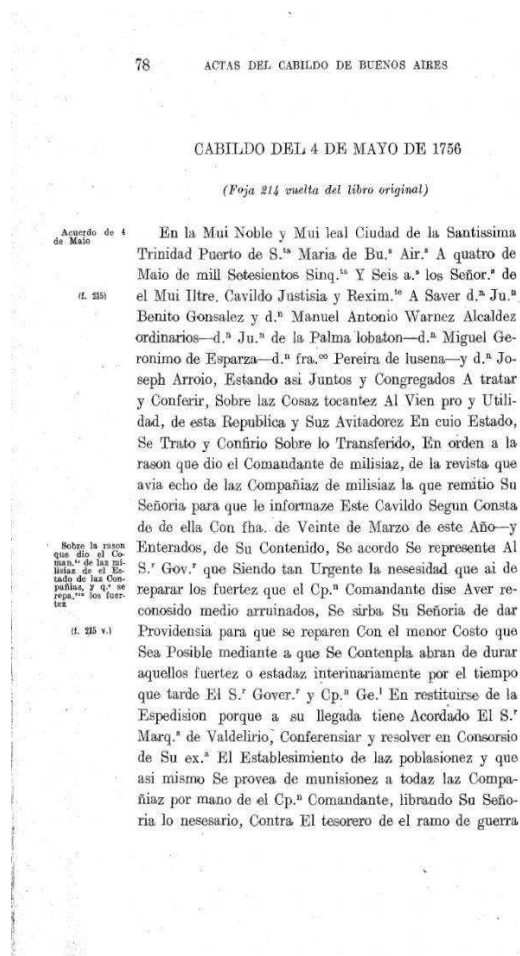
A linguagem dos documentos oficiais era bastante formal, não sendo diferente no caso do Cabildo. O tempo verbal era, majoritariamente, o passado, e o sujeito era a terceira pessoa do plural (NACUZZI; TOURRES, 2018, p 32). Algumas vezes conseguimos identificar orações sem sujeito escritas pelo escrivão, “se leyó un oficio”. Ao final dos *Acuerdos* analisados até o momento, a pessoa do escrivão se revela: “de que doy fe”, “ante mí, escribano publico y de cabildo”. Também pude identificar os nomes daqueles que exerceram o cargo durante recorte temporal em exame<sup>37</sup>.

Segundo Lidia Nacuzzi e Luisina Tourres (2018), aqueles que firmam as atas são os autores institucionais, cujas assinaturas conferem valor político-legal ao documento, são os protagonistas das sessões e autores das decisões, mas, isso não confere a eles o papel de produtores textuais, lugar que cabe ao escrivão. Desta forma, podemos falar em uma autoria compartilhada dos *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*. A primazia da voz nos documentos é a do escrivão. As vozes dos cabildantes eram registradas através da mediação do escrivão. Por outro lado, não podemos conferir um papel solo a ele, uma vez que não detinha poder de decisão sobre os assuntos tratados.

<sup>36</sup> AGN, 01/06/1775, [1928], p. 366. [ANEXO A, p. 180].

<sup>37</sup> Joseph Ferrera Feo, Francisco Xavier Ferrera, Martín de Rocha, Eufrazio Joseph Boyso e Pedro Nuñez.

### Figura 3 – Início de uma Ata de Cabildo



Fonte: AGN (1926, p. 78).

## 2.2 A história da coleção *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*

Para conseguir “acessar” o discurso das “elites” locais bonaerenses sobre as populações indígenas com as quais estavam em contato, não seria indispensável a consciência de que existem inúmeros filtros que permeiam essa escrita? Um desses filtros, talvez o mais considerável, diz respeito ao projeto político de poder que deu origem, no século XIX, à *Coleção Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*. O projeto que idealizou a reunião e organização das atas em tomos, ou seja, o processo de *arquivalização* (KATELAAR, 2018) e a *monumentalização* (LE GOFF, 2013) dessa documentação, começa a ser colocado em prática em um momento muito particular da história da República Argentina, a constituição do Estado-nação.

O *Archivo General de la Nación*, fundado em 28 de agosto de 1821, “es el unico repositorio de documentos de guarda permanente del Poder Ejecutivo Nacional y fue el

primer archivo de su tipo criado en America Latina” (SWIDERSKI, 2015, p. 31). Criado no governo de Martín Rodríguez, o arquivo foi uma iniciativa de Bernardo de Rivadavia, influenciado após sua viagem diplomática à Europa pelos ideais revolucionários franceses, mas, sobretudo, pelos liberais ingleses.

Allí donde se cruzan la filosofía del liberalismo con el ejercicio de las nuevas técnicas de poder y de gobierno, están los archivos. En efecto, mientras la publicidad de los actos de gobierno era una de las demandas de la tradición liberal, la producción de documentos acerca de los individuos y las poblaciones será una de las exigencias de la sociedad disciplinaria para extremar el control sobre los cuerpos. Este bagaje teórico explica la importancia que Rivadavia le adjudicaba a los documentos del Estado, a la vez que reservorios de memoria e identidad, constituían para él una garantía de buen gobierno. (SWIDERSKI, 2015, p. 35).

Com o propósito de transformar a Província de Buenos Aires em um “Estado liberal, democrático, secular y civilizado, según los cánones del liberalismo, concentrando la autoridad y consolidando una estructura fiscal y mercantil fuerte”, Rivadavia empreendeu a criação de novas instituições e a reconfiguração de outras, “lo que significó la supresión inmediata de todas aquellas que habían caracterizado a la burocracia indiana; la más paradigmática fue, probablemente, el Cabildo de Buenos Aires” (SWIDERSKI, 2015, p. 35). Ciente de que a legislação ocupava importante lugar no funcionamento e desenvolvimento da sociedade, instituiu diversas normas e regulamentações.

Uma das consequências das reformas que Rivadavia produziu foi a supressão de alguns organismos, e era necessário preservar os fundos documentais advindos desses organismos, “como una herramienta para asegurar la racionalidad del Estado y a continuidad de la burocracia” (SWIDERSKI, 2015, p. 36). E não obstante a pressão exercida pelo governo para centralizar a documentação, alguns organismos demonstraram-se contrários à ordem promovida pelo ofício redigido por Rivadavia, “ni siquiera respondían a las sucesivas comunicaciones que, desde el Archivo General, venían exigiendo la transferencia de sus archivos” (SWIDERSKI, 2015, p. 39). As autoridades, inclusive, chegaram a ameaçar alguns organismos, sendo um deles o Cabildo de Buenos Aires, “que continuaba amparándose obstinadamente en sus fueros corporativos” (SWIDERSKI, 2015, p. 40).

De acordo com a história arquivística e forma de ingresso apresentadas na obra *Fondos Documentales del Departamento Documentos Escritos. Período Colonial*, a documentação do Cabildo ingressou ao *Archivo General de la Provincia de Buenos Aires* em 1822 (AGN, 2011). Isso ocorreu após uma série de conflitos entre o *Primer Archivero*



e a prefeitura da cidade, que se negava a entregar os papéis. Entretanto, em dezembro de 1821, o governo provincial suprimiu o Cabildo. O *archivero del Cabildo*, Francisco Palacios, consultou o governo sobre qual plano deveria seguir. Se deveria passar o arquivo do Cabildo ao *Archivo General* sob um prolixo inventário do conteúdo de cada documento, o que levaria alguns meses, se bastaria especificar os arquivos com número de documento que contenha cada um, o que levaria poucos dias, ou, ainda, entregá-lo no estado em que se achava. Bernardino Rivadavia<sup>38</sup> ordenou que se adotasse o segundo método e que se cumprisse o prazo estabelecido.

Uma vez que o que intentamos nessa seção é compreender a formação da *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*, as informações aqui apresentadas privilegiarão os momentos cruciais para a constituição da mesma. Entretanto, não desconhecemos a importância do período do governo de Juan Manuel de Rosas e a atuação de Pedro de Angelis no *Archivo General de la Nación*<sup>39</sup>. Dito isso, avançamos para a década de 1850.

Segundo Graciela Swiderski (2015, p. 54), em começos de 1850, período em que a Argentina dava os primeiros passos para escrever sua história nacional, uma importante figura se aproximou do AGN, trata-se de Bartolomé Mitre. Ele diria que “la verdad histórica de su trabajo y la exactitud de sus juicios se basaba en la larga enumeración de documentos, la que lo ayudaría, entre otras cosas, a corregir los errores de la tradición” (SWIDERSKI, 2015, p. 54).

Outro sujeito importante no contexto que investigamos foi Manuel Ricardo Trelles, que esteve à frente do AGN a partir de 1758. Entusiasta das ideias de Mitre, a sua gestão também não perdeu “el rumbo teórico, tanto en método como en objetivos, que Rivadavia había trazado a la entidad em sus etapas iniciales” (SWIDERSKI, 2015, p. 56). Trelles criticava a desorganização em que os documentos tinham sido submetidos no momento da entrega ao organismo, com inventários feitos às pressas, documentos misturados, incompletos e desordenados. Também reconhecia que “a esas alturas, la Argentina demandaba con urgencia una historia nacional que contribuyera a la construcción discursiva de una identidad común” (SWIDERSKI, 2015, p. 59) e afirmava que tal intento era inviável sem a documentação de arquivo. Assim,

---

<sup>38</sup> Bernardino Rivadavia foi o primeiro presidente da Argentina, entre 1826 e 1827. Antes disso, ocupou outros cargos importantes como Ministro de Governo e Relações Exteriores das Províncias Unidas do Rio da Prata (1821- 1824) e Ministro da Fazenda e de Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata (1811- 1812).

<sup>39</sup> Sobre o tema, indicamos o trabalho: SCHELL, Deise Cristina. *Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852). Tese (Doutorado)*. 280 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

[...] gracias a su iniciativa, el organismo contribuyó al proyecto historiográfico nacional, que suponía un intenso trabajo previo de inventariar y publicación de documentos, con la primera obra periódica de estas características surgida de un archivo argentino y titulada *Revista del Archivo General de Buenos Aires*. El nombre alternativo sería “Colección de documentos para servir a la historia y a la administración del Río de la Plata”. De alcance histórico, la publicación tampoco descuidaba los aspectos administrativos. El plan se centraba en la edición, en tomos anuales, de un número de documentos completos, junto con notas u observaciones y siempre acompañados de un índice de referencia.

No ano de 1858, a *Municipalidad de la Capital* se apropriou do fundo documental do Cabildo de Buenos Aires. Em 1868, Trelles se mostrou insatisfeito com tal situação e solicitou a devolução “de los libros y documentos del archivo provincial que perteneció al archivo del Extinguido Cabildo” (SWIDERSKI, 2015, p. 65).

De outra parte, a obra *Fondos Documentales del Departamento Documentos Escritos. Período Colonial* (AGN, 2011), nos conta que em 1856, foi instituído o regime municipal, e o *Poder Ejecutivo Provincial* ordenou a entrega do arquivo do Cabildo à *Comisión Municipal*. A transferência da documentação teve muitas falhas. De modo que alguns livros e documentos do Cabildo continuaram em poder do *Archivo Provincial*, enquanto outras peças documentais geradas por outras organizações foram levadas à *Municipalidad de la Capital* e, alguns acabaram nas mãos de indivíduos.

Em 1868, o *Archivero General*, Manuel Ricardo Trelles emitiu várias notas nas quais fazia algumas reclamações ao *Ministro de Gobierno*. Em uma delas, pediu que os livros e documentos do arquivo provincial que pertenceu ao *Extinguido Cabildo*, fossem enviados ao *Archivo General*, pois a posse dessa documentação pela *Municipalidad de la Capital* era equivocada. O *Archivo General* apresenta formalmente uma reclamação ao governo para que se dê uma resolução à questão, pois esta gerava prejuízos aos interesses gerais e particulares. Segundo o *Archivo*, a posse da documentação por parte da *Municipalidad* não servia a nada, a não ser para prejudicar a “Administración conservando en la oscuridad y mezquinándole antecedentes que necesita conocer la Administración y el público para porción de cuestiones que frecuentemente se suscitan” (AGN, 2011, p. 85). Para Trelles, *Archivero General* do AGN, a documentação do Cabildo seria a base para o estudo da origem e história das instituições, costumes e acontecimentos provinciais e gerais do país. E que neste arquivo estariam os precedentes indispensáveis para ilustrar questões que afetam os interesses públicos e particulares sobre os quais a justiça é chamada para pronunciar sua decisão (AGN, 2011, p. 85).

Em 1886, Trelles continuava insistindo sobre a questão. De acordo com um inventário que consultou, produzido em 1797, havia

setenta libros de Acuerdos, incluido uno desencuadernado de 1589 (enero a junio); un índice de reales cédulas y provisiones; libros y demás papeles correspondientes a la Junta Municipal de Propios; y veinticuatro legajos referidos a diferentes materias y tipos documentales, entre las que se destacaban los padrones, diezmos, permisos a vecinos, juicios de residencia, introducción de mercaderías, marcas de ganado, expediciones a las salinas, inmunidad eclesiástica, Real Asiento de los Ingleses, dotes, alcabalas, ganados, remates de oficios, decomisos, escribanos, propios, trigo, pesas y medidas, cueros, puertos, y curia eclesiástica, entre otros (AGN, 2011, p. 85).

Entretanto, esclareceu que na coleção de livros e papéis do Cabildo que havia passado para as mãos da *Municipalidad*, faltavam muitas peças e que existiam algumas que correspondiam a outras coleções, devido às diferentes mudanças que esse arquivo sofreu e a mescla de documentos com os procedentes de outros organismos. Por este motivo, quando a *Intendencia* iniciou a impressão dos documentos, buscou solicitar ao Governo a entrega de todos os documentos de mesma origem que se encontravam disseminados no *Archivo General de la Nación* e em outras repartições. Todos esses traslados ocasionaram tanto a perda de documentação, como a deterioração de seu estado de conservação.

Em seu livro *Las Huellas de Mnemosyne. La contrucción del patrimonio documental en la Argentina* (2015), Graciela Swiderski conclui que, no período de 1821 a 1884, a instabilidade política do país afetou o andamento das atividades do *Archivo General*.

Los documentos fueron afectados, tanto por el olvido en el que cayeron los archivos como por la discontinuidad institucional del país. A estos factores se sumaron los errores de implementación de las políticas archivísticas; la introducción – hacia el final del periodo – de formas de clasificación temática, coincidentes con el inicio de la consulta historiográfica; las irregularidades en las transferencias, y la asfixia presupuestaria, que incidió en el estado del edificio y del equipamiento, y en la cantidad y calidad del personal. Completaba este panorama la práctica usual, consentida por las autoridades, de retirar la documentación del establecimiento. (...) Todos estos hechos no solamente perturbaron los principios de procedencia y de orden original y afectaron la preservación de los documentos, sino que contribuyeron a la desaparición de fuentes valiosas para la investigación, sea por sustracción en el propio organismo, porque nunca ingresaron desde las entidades productoras, o por ser indebidamente entregadas a otras reparticiones publicas que, desconociendo las funciones del Archivo, disputaban entre ellas el derecho a reclamarlas y conservarlas (SWIDERSKI, 2015, pp. 73-74).

Torna-se curioso o fato de que a organização da *Colección Acuerdos del Cabildo*

*de Buenos Aires* começou justamente no ano de 1885, um ano após o período de instabilidade indicado pela autora. A partir da década de 1880, a Argentina teria ingressado, segundo ela, em uma era de “ordem e progresso”, sob o comando de uma elite homogênea e reduzida, que se via ameaçada pela imigração massiva e as ideias que vinham junto com ela, como as primeiras greves organizadas sindicalmente, e que julgou como necessária a integração da população em uma noção de nacionalidade. Para Swiderski (2015, pp. 75-76),

Al igual que en Europa y a efectos de fortalecer el Estado, la elite gobernante decidió restringir el principio liberal de la primacía de la voluntad individual en interés de la Nación. Así, desató una verdadera cruzada de argentinización de la cultura, apelando a la creación de una conciencia histórica nacional. (...) Estaba convencida de que un relato único sobre la historia contribuiría a la gobernabilidad y a la integración de los individuos sobre la base de un sentimiento de pertenencia, a la vez que legitimaría tanto el orden político vigente como la supremacía del Estado.

Dessa forma, é inegável a influência do positivismo europeu, pois o jovem Estado-nação começava a fundar suas instituições de memória em uma base que tentava escrever sua história com a pretensão de alcançar, graças ao exame das fontes, uma versão irrefutável, uma descrição não apenas fidedigna dos fatos, mas a total reconstituição da história. É verdade que essas narrativas floresceram por toda América Latina, a partir dos projetos de suas elites, que desejavam legitimar a formação dos Estados surgidos a partir da dissolução dos impérios ibéricos. Dessa forma,

La importancia de los textos como punto inicial de la reconstrucción historiográfica dio lugar a las primeras ediciones de series documentales y de fuentes impresas, que ganaron autoridad como materiales imprescindibles para acceder al pasado y alentaron la práctica profesional del oficio de historiador al proporcionarle las condiciones eruditas o archivísticas (SWIDERSKI, 2015, p. 77).

Em artigo intitulado *La construcción del patrimonio documental en la Argentina*, (2016, pp. 8-9), a mesma autora resume bem as três etapas da história do *Archivo General de la Nación*. Sendo, particularmente do nosso interesse a segunda etapa.

La primera, desde la fundación en 1821 hasta unos años antes de la federalización del organismo, caracterizada por la posición dominante que adquirió el arquetipo de archivo concebido como una herramienta para garantizar el “buen gobierno”, según lo entendían los liberales. **En la segunda, que se extiende durante los ochenta años que van desde 1880 hasta aproximadamente 1960, la repartición fue reconocida por la Generación del Ochenta y, más tarde, por la Nueva Escuela Histórica, como “lugar de la memoria” y uno de los elementos constitutivos de la identidad nacional, a la vez que como repositorio de los insumos imprescindibles para escribir la historia nacional y,**

**sobre todo, oficial.** En la tercera, que se inicia en 1960 y continúa en la actualidad, aparece por fin la necesidad de integrar ambos modelos, en parte, como resultado de la introducción formal de los dos principios rectores de la archivística moderna, es decir, el principio de procedencia y de orden originario, consagrados teóricamente en Francia y en Alemania respectivamente [grifo meu].

Quem iniciou a edição da *Colección Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires* foi José Juan Biedma, “investigador de vastos conocimientos históricos” (SWIDERSKI, 2016, p. 19). A partir da administração de Augusto Maillé, em 1923, o *Archivo* adentrou em um período de intenso ritmo de trabalho. A publicação dos *Acuerdos del Extinguido Cabildo* continuou e a obra monumental foi concluída por Corbet France, e por Héctor Quesada, em 1934.

Infelizmente, nas bibliografias levantadas sobre o tema, não foram encontradas informações mais detalhadas acerca da edição e publicação da *Colección*. Entretanto, já nos é de grande valia compreender que o projeto esteve relacionado à segunda etapa de desenvolvimento do *Archivo General de la Nación*, que buscava constituir uma identidade e memória nacional, com importante influência do positivismo.

Entretanto, se não temos maiores informações acerca da constituição da *Colección*, além de compreender o momento ao qual o AGN estava passando quando ela foi publicada, cabe entendermos mais alguns detalhes sobre o contexto histórico argentino neste período. De acordo com Mariana Schossler (2020, p. 40),

Entre o final do século XIX e a primeira década do XX, o país passou por um período de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, marcado pela imigração, aumento populacional, urbanização, construção de ferrovias, economia de exportação, entre outros fatores. Em termos políticos o país viveu um período de governos considerados conservadores, em que seu elenco era recrutado entre os notáveis pertencentes às elites, fossem elas novas ou velhas, províncias ou portenhas, tornando a política um assunto quase de família.

Assim, as narrativas históricas construídas neste período, fins do XIX e início do XX, tinham o objetivo de apelar para a História como elemento constituinte da nação. Essas narrativas buscaram fundamentação “a partir do método utilizado, de uma prática que priorizava o documento como base da epistemologia” (SCHOSSLER, 2020, p. 45). A autora complementa,

Era necessário, a partir da segunda metade do século XIX, que as práticas historiográficas fossem uniformizadas entre os historiadores. Este imperativo vinha do fato de que, para a construção de uma *historia nacional*, de uma narrativa sobre a identidade de um povo, a pesquisa histórica deveria estar ancorada em referenciais que garantissem uma impressão de veracidade... (SCHOSSLER, 2020, p. 45).

Assim, sendo o documento algo próprio de uma historiografia europeia, tornou-se, na virada do século XIX para o XX na Argentina, importante para um grupo de profissionais, a *Nueva Escuela Histórica*. Geralmente se admite que constituíram a primeira escola de profissionais da história na Argentina (BUCHBINDER, 1996).

O próximo capítulo trata-se de um texto contextual que busca evidenciar importantes fatores econômicos e sociais da sociedade bonaerense no período abordado neste trabalho.

### 3 A PAMPA BONAERENSE NO SÉCULO XVIII

No século XVIII, a pampa bonaerense se constituiu em uma “zona de contato” (PRATT,1999) entre o mundo indígena e o mundo *hispanocriollo*.

Este é um tema muito caro à historiografia argentina e que durante muito tempo foi investigado a partir de uma perspectiva militar, isto é, da ‘guerra de fronteira’ (DE MARCO, 2010). Ainda que esta não seja a noção considerada nesta pesquisa, ela não pode ser ignorada, uma vez que, o foco deste trabalho será compreender de que maneira, durante a segunda metade do XVIII, as situações de tensão e confronto envolvendo a disputa por espaços e recursos se refletiram no discurso do *Cabildo de Buenos Aires* sobre os grupos indígenas. Assim, embora consciente de que nas últimas décadas a historiografia sobre o tema tenha atualizado suas problemáticas para pensar o fenômeno de “fronteira” a partir das trocas e negociações, privilegio os conflitos, não para descrever a violência militar, mas porque tal tensão repercute na maneira como se pensa o indígena e como se busca resolver o “problema” que ele representa (WEBER,2007).

Nas reuniões do *Cabildo de Buenos Aires* correspondentes à primeira metade do século XVIII, verificamos a afirmação frequente de que a cidade não possuía recursos financeiros para sustentar a guerra contra os “infiéis”. A partir da alegação de que não existiam armas e munições suficientes para conter as ameaças de invasões e saques, no dia 24 de novembro de 1740, os cabildantes discutiam sobre um pedido ao governador da província:

[..] por las razones ya expresadas por la falta de medios, armas y municiones, esta ciudad se encuentra con justos temores de que habiendo los indios invadido la ultima vez, a siete leguas de esta [ciudad] y volvieron sin castigo alguno. En unos pocos años es posible ver al menos en el mismo estado de miseria que la Provincia de Tucumán y las ciudades de este Gobierno. Sin tener recurso algún para su defensa, acordaron si represente al Señor Gobernador y al Capitán General de estas Provincias para que teniendo presente su Señoría los motivos expresados en este acuerdo y de que no tienela Ciudad propios los gastos necesarios a su defensa, ni armas, ni municiones, se sirva su señoría dar las providencias que tanto urgen [...] <sup>40</sup>.

Em diversos documentos do órgão que representava a municipalidade, e que foram reunidos nos chamados *Acuerdos del Cabildo*, também se verificam, neste lapso de tempo, pedidos ao Governador e Capitão Geral da Província do Rio da Prata<sup>41</sup>, para que se autorize a reserva de parcela do valor dos impostos sobre alguns produtos a fim de obter

<sup>40</sup> AGN, 24/11/1740, [1930], p. 190-192.

<sup>41</sup> Miguel de Salcedo foi o governador entre os anos de 1734 e 1742.

recursos para seoppor aos indígenas, como vemos na seguinte citação:

Nombrar por diputado al Señor Alcalde de primer voto para que apronte seis tercios de Yerba, un saco de tabaco, dos botijas de aguardiente, ocho quintales de bizcocho y se suplique al Señor Gobernador y Capitán General para que se sirva dar las armas y municiones necesarias al Maestro de Campo Don Juan de San Martin para que con mayor brevedad posible se salga al oposito de los Indios para no experimentar algún estrago y en cuanto a las vacas para la manutención se deja a la prudente disposición del Maestro de Campo de cuya buena conducta espera la Ciudad todo Acierto: y por ser tarde lo firmaron.<sup>42</sup>

Em outros documentos que não as Atas, é possível encontrar solicitações dirigidas à Monarquia por parte das autoridades da cidade. É nestes termos que Domingo de Marcoleta escreve, em 1745, em nome “da cidade suplicante”, temerosa da “perfidia indígena” após ataques dos quais havia sido acusado um indígena conhecido como Manuel Calelián. Solicita, assim,

[...] arbitrios para la defensa de su jurisdicción y pagos de las correrías, robos, muertes con que sin intermission la afligen los Indios Bárbaros, ejecutando en sus moradores y haciendas todo genero de crueldades, cuya continuación y la imposibilidad de defensa desculpa el repetir el recurso para de esa forma conseguir de la Real Clemencia de V. Mag. el necesario auxilio que no solo la liberte de semejantes estragos, sinoque escarmiente la crueldad de aquellos Indios [...]<sup>43</sup>.

Os roubos às propriedades de criação gado, a destruição dos caminhos e o perigo a que estavam expostos os moradores da *zona de contato* com os territórios de “índios independentes” não significavam apenas prejuízos individuais ou às elites locais. As ações indígenas, ao ocasionarem estes danos, também estavam impondo barreiras a alguns dos principais objetivos dos Bourbons: povoar as regiões que ainda no século XVIII não tinham sido controladas pela coroa, ampliar o comércio regional e, como veremos a seguir, garantir a segurança desses “confins do império” contra as nações rivais. Contudo, destaco, que, ao praticar os *malones* e infringir danos aos caminhos, esses indígenas prejudicavam, sobretudo, os interesses locais.

Como no caso de áreas nas “fronteiras” ao norte do Império Colonial Espanhol, em que havia o temor de que os nativos utilizassem a rivalidade entre Espanha e Inglaterra para forçar alianças proveitosas para si (WEBER, 2007), nas porções austrais igualmente

<sup>42</sup> AGN, 30/07/1740, [1930], p. 160.

<sup>43</sup> MARCOLETA, Don Domingo de [13/09/1745]. Expediente sobre la concesión de vários arbitrios a la Ciudad de Buenos Aires para sus gastos y defensa. Buenos Aires, 13, septiembre de 1746. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta I, n.22.



se temia a presença estrangeira, especialmente inglesa<sup>44</sup>. No século XVIII, a Inglaterra se projeta não apenas como potência militar e comercial, mas, como detentora de avanços científicos que seus viajantes ajudaram a consolidar<sup>45</sup>. Por outro lado, o advento da dinastia borbônica e as transformações que ocorreram nas relações internacionais, levaram a que a política colonial espanhola modificasse os seus interesses na região. Assim, a reavaliação da rota do cabo de Hornos e as ameaças estrangeiras contra o território da Patagônia, também influenciaram o acontecimento de viagens de exploração e expedições militares aos territórios austrais organizadas por espanhóis. Neste contexto, ocorreu a viagem da fragata espanhola Santo Antonio às costas meridionais da Patagônia, entre 1745 e 1746, protagonizada por três missionários jesuítas, José Cardiel, José Quiroga e Matias Strobel (MANDRINI, 2000).

Um acordo do Cabildo de Buenos Aires datado de 1741 evidencia a seguinte situação:

Se deben recelar de la perfidia enemiga de la Nación Inglesa por la Justificada guerra declarada por nuestro Soberano; Y aunque se reconoce lo precisamente necesarias que son las fortificaciones para el resguardo de esta ciudad, tan principal para la subsistencia de estas Provincias, pero el misero y lamentable estado en que la ciudad y aun las tres Provincias se encuentran como son la del Paraguay, Tucumán y Rio de la Plata, con la continua invasión y hostilidad de los indios infieles [...] y de pocos años a esta parte se encuentra esta ciudad muy aquejada de los continuados insultos de los indios infieles, en los caminos a la Provincia de Tucumán, Cuyo y reino de Chile; Todos los pagos de su jurisdicción, especialmente el de la Magdalena, siendo el más abundante de adonde se abastecía de carnes y granos, pues el día Veinte y seis del citado mes de Noviembre, se experimento el mas deplorable estrago, seis leguas de esta ciudad, con gran mortandad y cautiverio de sus habitantes, que pasaron de doscientas personas los Cautivos, cosa nunca oída ni experimentada en estas dichas Provincias, y que para seguir a dichos infieles y procurar la restauración de los Cautivos no ha podido dar providencia alguna la ciudad, ocurriendo al excelentísimo Señor Virrey de estos reinos a solicitar ciertos arbitrios<sup>46</sup>.

Era concreta, assim, a preocupação por parte das autoridades coloniais

---

<sup>44</sup> O almirante inglês George Anson comandou uma expedição [1740-1744] aos territórios austrais da América do Sul, especialmente, a Patagônia, as Pampas e as Ilhas Malvinas. Um dos navios da expedição acabou sofrendo naufrágio e o processo aberto acerca do comportamento da tripulação e do capitão ocasionou a criação de vários libelos e panfletos dos envolvidos tornando-os de ampla circulação local, particularmente na França, “interessada em inteirar-se dos pormenores sobre a questão pelo que se pudesse conseguir em termos de informação geográfica ou náutica sobre a região” (PAREDES, 2013, p. 95).

<sup>45</sup> Pratt (1999) chama a atenção para o fato de que a História Natural extraía os “espécimes” de suas relações orgânicas e ecológicas, e, também, dos seus lugares nas economias, sistemas simbólicos e sociais. Neste sentido, a autora afirma que o ato de nomear é o de “exercer” poder *sobre* o objeto retratado. É mais do que representar, é *reivindicar*. Nesse sentido, as crônicas de viagem produzidas por naturalistas e exploradores estavam associadas à disputa que ocorria entre as grandes “nações” europeias do XVIII, com especial importância, Espanha, Inglaterra e França. Isso, pois, os relatos eram parte da vigilância territorial, a apropriação de recursos e o controle administrativo.

<sup>46</sup> AGN, 22/07/1741, [1930], p. 288.

relativamente ao possível contato entre grupos indígenas da região e ingleses. Este temor incentivara a expedição marítima à Baía de San Julian, mencionada anteriormente, para explorar a costa e verificar a possibilidade de instalar portos e uma colônia (MANDRINI, 2000).

O acirramento das relações com os indígenas nas décadas centrais do século em questão, se apresentava de fato como um empecilho aos esforços das autoridades para desenvolver as políticas desejadas para a área. Isso, pois, ainda que o período de intensificação das reformas borbônicas seja considerado oficialmente como referente às últimas décadas do XVIII, Fabián Arias (2007, p. 2) afirma ser possível verificar

[...] algunos elementos específicamente diseñados para ser implementados en las áreas fronterizas, y en particular en las rioplatenses, ya en el transcurso de las décadas de 1730 a 1750 que especialmente se concentraban en un uso racional del gasto público asignado a la defensa, la reorganización administrativa y estratégica del Ejército Real y la implementación de una serie de instrumentos concretos para la reordenación de las milicias locales [...].

Para David Weber (2007), uma das particularidades das *fronteras* é serem mais violentas do que os centros. A segmentação das sociedades indígenas da área fronteiriça bonaerense trouxe características peculiares ao contato e aos intentos coloniais de submetê-las. Suas *tolderias*, eram constituídas pela reunião de algumas famílias sob liderança de um “cacique” principal. Nomes como Juan Cacapol e Nicolás Gangapol, Manuel Calelian, Felipe Yahati, entre outros, aparecem na documentação como inimigos declarados e fonte de preocupações, por sua capacidade de arregimentar homens e realizar ataques contra a vida e as propriedades dos “brancos”. Alguns grupos tinham acesso a armas como sabres, por meio do contato comercial que mantinham com *hispano-crioulos*. Suas investidas às estâncias de criação assentadas na “fronteira” forçavam (ou eram justificativas) para uma resposta das autoridades bonaerenses. Entretanto, como veremos, os momentos de conflito, muitas vezes, cediam lugar aos tempos de paz e de relações comerciais. Os esforços para instituir “índios amigos”, os conflitos com determinados grupos e a paz com outros, podem, inclusive, ser aspectos ligados a segmentação dessas populações indígenas e os seus conflitos intraétnicos.

### 3.1 Relações na *zona de contato*: violência, comércio e intercâmbio cultural

A intensificação dos contatos entre índios e brancos na região pampeano-patagônica é um processo iniciado já antes da década de 1740. Tal situação decorreu das

políticas borbônicas para as áreas de “fronteira”, da “dinâmica regional dos setores coloniais, bem como dos interesses dos grupos indígenas deste território” (MARTINS, 2017, p. 8). Uma característica marcante de seus primeiros anos é que outro tipo de estratégia é posta em prática para lidar com a questão indígena. Não só o confronto e as ações Obélicas não estavam conseguindo resolver o problema, como o uso da força passou a ser utilizado, dentro do contexto de rivalidade entre os impérios europeus, como peça de acusação do modelo de colonização cruel e violenta que a Espanha protagonizaria (WEBER, 2007).

É importante esclarecer que a adoção das práticas conciliadoras não substituiu a confrontação. As duas formas de agir foram colocadas em ação e estão visíveis nas fontes durante todo o período que analisamos. Não se tratavam, portanto, de políticas excludentes, não obstante a orientação da coroa fosse dada na direção de uma integração dessas populações,

[...] se puede advertir constantemente enfrentada con esta perspectiva eminentemente negociadora a una porción de la elite porteña que planteaba medidas extremas que pasaban por la guerra abierta y la directa deportación de los indígenas (ARIAS, 2007, p. 11).

A década de 1730 foi especialmente conturbada nesta região. Documentações do período indicam uma série de incursões indígenas sobre estâncias e pequenos povoados, bem como expedições militares contra as parcialidades nativas, em um ciclo de violências que não parecia ceder. Nesse sentido, a *Carta Anua de la Provincia del Paraguay año 1735 – 1743*, de Pedro Lozano S.J descreve alguns eventos que permitem verificar esta situação.

De acordo com o relato do jesuíta, depois de um ataque sobre o povoado de Luján, uma expedição punitiva foi orquestrada por Juan de San Martín contra os indígenas. Uma de suas frentes atacou um grupo de pampas serranos liderados pelo cacique Don Maximiliano, apesar da licença ostentada por ele - mantenedor de um trato amigável com os espanhóis - para habitar a área conhecida como “ilha de Carbón”. A milícia matou o cacique e sessenta de seus “vassalos”, e cativaram-se mulheres e crianças, como se eles tivessem sido cúmplices de *supostos delitos* cometidos por outros pampas. O sobrinho de Maximiliano, o cacique Cangapol, o Bravo, aparecerá protagonizando diversos momentos das relações com os espanhóis na região, nos anos seguintes. Tais relações oscilaram segundo as circunstâncias do momento e os interesses dos grupos, envolvendo negociações de paz

(como as Paces de Casuati de 1742<sup>47</sup>) e os ataques que selaram o fim do ciclo das missões austrais.

Embora não possam ser vistos como a apreensão da “verdade” sobre os acontecimentos<sup>48</sup>, há, nos relatos sobre tais eventos, uma boa ideia da complexidade das relações estabelecidas entre estes grupos indígenas – sociedades segmentadas politicamente, embora com certa similaridade cultural – e os *hispano-crioulos*.

A própria fundação da redução dos Pampas esteve relacionada a estes acontecimentos. Segundo Lozano, os pampas *puelches* e *carayhetes*, diante dos eventos acima descritos, ficaram preocupados com os seus destinos. Assim, segundo ele, alguns caciques teriam considerado que seria mais acertado, nestas circunstâncias, “se entregarem”<sup>49</sup> à administração dos espanhóis. E assim, foi oferecido a eles que vivessem em uma redução, com os jesuítas, pois teriam paz e o favor de proteção do monarca católico.

---

<sup>47</sup>Acordo assinado entre as autoridades boanerenses e o principal Nicolás Cangapol, que permitiu a fundação da missão de Nuestra Señora del Pilar na área (MARTINS, 2017).

<sup>48</sup> As Cartas Anuas eram informes que o Superior da Província remetia periodicamente ao Geral da Companhia de Jesus, em Roma (FLECK; FRANZEN; MARTINS, 2008). A regulação das Ânua era rígida, de forma que elas atendessem a funções múltiplas da ação jesuítica na Europa e nos outros continentes. As Constituições da Ordem designavam “responsabilidades para a geração das informações e destinatários destas. Foram fixados prazos, determinada a produção de cópias, definida a circulação destas, consideradas as línguas e apontados os temas a serem tratados nas cartas.” (LONDOÑO, 2002, p. 15). As Cartas Ânua deveriam receber a assinatura dos Provinciais, entretanto, eram escritas “por seus secretários ou por algum Irmão de reconhecido talento para escrever” (FLECK, FRANZEN; MARTINS, 2008, p. 11). O relator, que classificava e ordenava o material, excluía o que não era tido como importante ou conveniente. Ele também poderia transcrever os informes individuais, fazendo, ou não, menção aos seus autores. Depois de redigidas, as Ânua eram submetidas a um “censor de estilo”, e, após isso, à avaliação dos Consultores de Província. Em seguida, eram traduzidas ao latim. Após essas “camadas” de filtros, as Cartas, várias cópias e por meios diferentes, eram enviadas até Roma para o Padre Geral da Companhia. Os Gerais da Companhia estimulavam seus companheiros a escreverem sobre seus testemunhos na “divulgação da palavra de Cristo e na conquista espiritual dos gentios e infiéis” (FLECK; FRANZEN; MARTINS, 2008, p. 11). As Ânua alcançavam um público maior do que os religiosos jesuítas, circulavam entre a população europeia com o intento de conquistar novas vocações. Por isso, define-se as Ânua como um gênero de escrita “edificante”. Aqui, chamamos a atenção para a questão do propósito de escrita destas Ânua, que indicam algumas possibilidades e limites de sua utilização. Ou seja, a escrita das Cartas não tinha a intenção de ser um relato da verdade vivida e observada, mas, de ser um testemunho edificante. Para isso, contudo, é necessário ter em claridade a questão do etnocentrismo, perceber que o olhar do jesuíta é o de um evangelizador e civilizador, que vê o indígena como um ser humano que precisa ser transformado. Nesse sentido, estas fontes podem ser instrumentos importantes para estudos etnográficos, mas precisam ser decodificadas através de um exame crítico – possível, sobretudo, a partir das contribuições da antropologia. A grande “virada” foi passar a tratar as Ânua realizando uma crítica interna delas. Ou seja, não mais ler estas Cartas com uma intenção positivista de que elas sejam o reflexo do que ocorreu nas missões. Assim, um documento muito clássico e tradicional como as Cartas Ânua, vem sendo reutilizado por historiadores que tem renovado a produção historiográfica sobre os jesuítas, sobre as missões, a partir da crítica interna das fontes, buscando decodificar as intencionalidades, os aspectos subjetivos. É necessário abandonar a ilusão de uma historiografia que via essa documentação uma janela para o passado.

<sup>49</sup> Por outro lado, o pedido de alguns grupos pampas para viverem em um povoado sob a guarda espanhola – conforme visto – pode ser entendido como uma estratégia dos indígenas, tanto para adquirir proteção contra outras parcialidades indígenas rivais ou por interesse econômico, ao verem as possibilidades comerciais que tinham ao estarem próximos da sociedade colonial. Desse modo, não excluímos das origens das missões jesuíticas da pampa bonaerense a possibilidade de um ato de *agência indígena* (SILVA, 2016).

Apesar de haver notícias de acordos firmados entre lideranças indígenas e a administração colonial ocorrendo já a partir do XVII e início do XVIII na América do Sul, é somente em meados da década de 1740 que teremos os primeiros registros oficiais de tais documentos para o caso da região bonaerense (MARTINS, 2017). As aludidas anteriormente *Paces de Casuati* de 1742, envolvidas na fundação da missão de *Nuestra Señora del Pilar*, são um excelente exemplo para compreendermos a *agência indígena* e como eles “manobraram” as relações com os brancos (SILVA, 2016).

O acordo se insere dentro do conjunto de estratégias colocadas em prática para lidar com os problemas oriundos dos confrontos entre as populações nativas que “sustentavam condições de ataque às povoações e propriedades dos ‘espanhóis’ que se mantinham em permanente estado de sobressalto” (MARTINS, 2017, p. 8). Por outro lado, mesmo que tenha sido um instrumento tipicamente ocidental, este também deve ser visto como um acordo em que as duas partes exerceram forças para sua elaboração.

Sobre o pacto firmado, importa aqui compreender que, apesar deste documento tentar afirmar que os hispano-crioulos impunham um acordo aos nativos por estarem em situação militar vantajosa, as fontes acabam por contradizer esse fato, ao relatar continuamente a situação insustentável em que se viam os *vecinos* frente aos ataques das parcialidades indígenas. O relato em questão deve ser visto como um documento do colonizador, e por isso, não devemos esquecer a alteridade envolvida em sua construção para a melhor compreensão do mesmo. Ou seja, não existe neutralidade no documento escrito, e ele, com certeza, não contém toda a negociação para firmar esta “paz”, que envolveu, também, protocolos firmados oralmente (MARTINS, 2017). Isso não quer dizer que a fonte perde o seu caráter histórico, mas, que devemos estar atentos não cair na armadilha de pensar que o acordo foi uma imposição para os indígenas, pois, como veremos adiante, trazia benefícios às parcialidades envolvidas, fazendo com que possa ser entendido como um “pacto de natureza intercultural” (MARTINS, 2017, p. 21).

Entre os interesses dos nativos no acordo está a maior “oportunidade de acessar uma série de bens e recursos que haviam sido incorporados por suas sociedades” (MARTINS, 2017, p. 25), pois os índios das missões dirigidas pelos jesuítas passavam a ter licença para frequentar os mercados da cidade. Buscavam produtos diversos, entre eles, a aguardente e os sabres, por exemplo. Os índios não reduzidos tinham a permissão de entrar nas missões durante o dia e com a autorização dos padres. Também poderiam montar suas *tolderias* nos arredores do Pueblo, o que foi um fator atrativo, já que significava contato com indígenas de suas parcialidades que estavam missionados.

A região das reduções, ao contrário do que possa ter sido a intenção dos jesuítas, tornou-se um espaço de grande fluxo comercial e, por isso, de variados sujeitos em contato com os catecúmenos. Em contrapartida, os religiosos também poderiam acessar a *tierra adentro*. Entretanto, nada obrigava Cangapol, como líder dos “índios amigos” de renunciar sua independência para viver reduzido como cristão. Cangapol desafiou os termos das pazes diversas vezes, ação que pode revelar a diferença entre o que foi escrito no documento e o que foi acordado oralmente. Segundo Martins (2017, p. 26) isso não foi uma “decorrência do caráter ‘traíçoeiro’ tantas vezes atribuído aos indígenas, mas de uma interpretação particular sobre o que foi acordado”. Por fim, as *Pazes de Casuatti* não foram assinadas por todos os caciques “infieis” da região. O cacique Calelián, por exemplo, foi acusado de trair as pazes mesmo tendo se recusado a assiná-la.

Os indígenas frustraram o projeto jesuíta de construir missões ao sul do Rio Salado e forçaram aos funcionários borbônicos a reconsiderar a forma pela qual tentavam defender a região das “hordas selvagens” (WEBER, 2007, p. 107). A primeira destas reduções sofria como abandono dos índios e suas *tolderias*, quando em determinadas temporadas lhe faltavam suprimentos. Seu fim derradeiro deu-se com o ataque do cacique Nicolás Cangapol e seu grupo em 1753. A segunda foi uma tentativa de evangelizar os indígenas da Patagônia, vistos pelos jesuítas como dóceis e inclinados a fé cristã, que também acabou sucumbindo com a ação de Bravo, em 1751 (BRUNO, 1969).

### 3.2 A segunda metade do XVIII: Buenos Aires: “praça” comercial

Eduardo Neumann (1996, p. 24) afirma que até “meados do século XVII, a cidade-porto seguia convivendo com a situação de penúria que caracterizaria sua existência até os inícios do século XVIII”. Essa escassez material contribuía para o baixo nível demográfico verificado até o início do Setecentos. Entretanto, a cidade começou a expandir a partir do segundo quartel do Setecentos, apresentando um crescimento demográfico sem precedentes. O incremento se verifica nas questões discutidas pelos *cabildantes* com “temas relativos ao ordenamento da ocupação do espaço e à regulamentação das atividades e serviços executados pelos habitantes nos espaços centrais desta capital em constante crescimento” (NEUMANN, 1996, p. 27).

Durante a segunda metade do XVIII o crescimento de Buenos Aires como mercado mais relevante da região platina é acelerado e a paulatina integração da economia pecuária com o Atlântico se acentua. Tudo isto resulta em uma orientação cada vez maior para o

mercado mundial, e para a relação com o Alto Peru. Ou seja, Buenos Aires se estabelece como importante fornecedor de gado para a região potosina. Até pelo menos a segunda década do XIX, as relações com Potosí foram centrais na trama de fluxos econômicos e financeiros de todo este espaço (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009).

Em fins do XVIII, Buenos Aires tinha cerca de 40 mil habitantes (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 86). O crescimento urbano esteve estreitamente ligado ao papel dos comerciantes locais, suas relações com o interior rio-platense e o Alto Peru mineiro.

A finales del siglo XVIII, sólo 25 por ciento del total de las mercancías salidas desde la ciudad del puerto van hacia Potosí, aunque, paradójicamente, Buenos Aires envía a Europa una parte sustancial del total de la plata producida en el área minera. Es decir, el 75 por ciento del metálico que Buenos Aires envía a Europa es captado por los comerciantes porteños a partir de los intercambios con los diversos mercados regionales del interior. Así, la ciudad porteña funciona como una especie de “bomba aspirante” de una parte sustancial de los metales preciosos que circulan en el interior (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, pp. 87-88).

Os comerciantes de Buenos Aires conseguiram captar uma parte da produção mineira de Potosí que circulava nas economias regionais graças ao seu papel dominante no comércio com Castela, no tráfico de escravos, e na venda de erva, ponchos, vinhos, mulas, vacas, entre outros produtos. Quando em meados do XVIII a Coroa decide que Buenos Aires deveria se converter em um dos pilares da defesa no sul do continente frente às pressões dos ingleses e dos portugueses, o papel de Potosí como sustentadora dos gastos fiscais da cidade aumenta progressivamente. Além disso, a porcentagem destinada a defesa de Buenos Aires passaria de “13% de las cajas potosinas a finales del siglo XVII a más de 60 por ciento a fines del siglo siguiente” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 88). Assim, seja por meio de relações mercantis ou mediante laços fiscais e jurídicos (no ano de 1776 é criado o *Virreinato del Rio de la Plata*, um enlace jurídico institucional entre a região mineira e platina), no curso do século XVIII, Buenos Aires pôde colocar-se no centro das correntes mercantis e apropriar-se de uma parte substancial do fluxo de prata que provinha do Alto Peru.

A orientação múltipla de negócios, na qual as relações com a economia mundial ocupavam um lugar de destaque, brindava aos comerciantes muitas possibilidades, o que explica bem o fato da região do Rio da Prata ter sido a única na qual o movimento independentista na América triunfou desde o início sem nunca ser derrotado (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 93). A elite mercantil portenha tinha pouco a perder e muito o que ganhar com a ruptura do vínculo colonial.

Nas últimas décadas do século XVIII se percebe um crescimento da produção pecuária. Este desenvolvimento foi positivo para a economia local, que viu suas duas correntes comerciais beneficiadas, a de mulas e vacas para o Peru, e a de couros e carne salgada para a Europa. O importante mercado de carne para a cidade de Buenos Aires e sua campanha seguiu se desenvolvendo, permitindo altas taxas de consumo de carne por habitante, índices desconhecidos para a época em outras partes da América e Europa.

Acerca do incremento comercial no espaço platino ocorrido no século XVIII, verificamos a “redistribuição da maioria das mercadorias introduzidas em Buenos Aires e a venda de produtos locais (víveres, couros, etc) aos navios estrangeiros” (REICHEL, 1996, p. 84). Isso fez com que um grupo de comerciantes, proprietários e funcionários se consolidasse na economia local platina. Por sua vez, a metrópole passa a colocar em prática uma série de mecanismos na tentativa de incrementar o aparelho administrativo.

Tal comercialização também envolvia pequenos comerciantes e a população em geral, constituindo uma rede que ligava Buenos Aires com o exterior e com as regiões do interior. Segundo Reichel (1996, p. 85),

Buenos Aires era mercado para os produtos chegados do interior, os quais garantiam a provisão das naves com víveres e o necessário para as viagens. Esse abastecimento absorvia, somado ao que se destinava aos fortes, boa parte da produção doméstica. A cidade negociava, com o Alto Peru, gado em pé e mulas; com a Colônia do Sacramento, produtos estrangeiros; e com as regiões ao norte de Santa Fé e Entre Rios, produtos locais. Nesse sentido, no final do século XVIII, tanto os comerciantes do interior como os do porto acabaram participando da estrutura mercantil, acumulando riqueza e ascendendo socialmente.

Entretanto, não devemos supervalorizar esse incremento comercial. Até pelo menos a metade do século XVIII os portos do rio da Prata não experimentaram uma atividade produtiva que estivesse fortemente ligada ao comércio exterior. Essa situação determinou o escasso fluxo de mão-de-obra e de capitais, além do caráter fechado que as economias regionais detinham até então. Assim, as condições de vida em Buenos Aires eram precárias até a primeira metade dos Setecentos. Os circuitos fechados condicionavam a população à pobreza e carência de alimentos (REICHEL, 1996, p. 88). Apesar disto, em fins do XVIII, junto com a complexificação dos grupos sociais, o espaço urbano se transforma, com a construção de igrejas, casas e residências de *vecinos* com posses emergindo no espaço urbano.



### 3.3 Panorama sociocultural da campanha

A fim de revigorar o sistema colonial, a partir da segunda metade do XVIII, as metrópoles passaram a adotar orientações do fisiocracismo<sup>50</sup>. Lembremos que ao longo do Setecentos, como já dito, as propriedades rurais não tinham a configuração que irão apresentarno século seguinte, sendo que aquelas de grandes dimensões não tinham o peso que terão posteriormente. Segundo Reichel, há

[...] vários registros que atestam a presença de pequenas e médias propriedades<sup>51</sup>, que a propriedade privada não se constituiu na forma mais usual de exploração da terra, sendo significativa a quantidade de áreas que permaneceram sob o domínio da Coroa. Contudo foi frequente a exploração de terras públicas e privadaspor não-proprietários que as exploravam para a sua subsistência (REICHEL, 1996, p. 112).

A imagem forjada pela historiografia tradicional, e, inclusive pela literatura, sobre a campanha platina colonial nos apresenta um imenso território, preenchido por extensos rebanhos de gado e muito pouco ocupado pela presença humana. Alguns elementos podem explicar esta percepção tão difundida influenciada pela perspectiva “sarmientiana”, que apresenta a campanha como o espaço da barbárie, em decorrência da pecuária, da dominação *criolla* e da presença do seminômade e vadio *gaucho* (REICHEL, 1996, p. 147). Deste modo, o período colonial foi tido por muito tempo como sem modificações econômicas, sociais, políticas ou culturais significativas, até que o século XIX teria inaugurado a fase da “civilização”. Em segundo lugar, é preciso destacar o papel das fontes documentais utilizadas na construção da *história nacional*, formulada em fins do XIX.

Relacionando progresso com o exercício de uma economia agroexportadora, a produção do conhecimento baseada no positivismo buscou identificar as origens do mesmo, levantando documentação que apresentasse dados e descrevesse o crescimento da pecuária durante o período colonial. Neste sentido, extraiu de relatórios, da legislação, das estatísticas etc. dados que se referiam ao crescimento da produção pecuária e à importância dos grandes proprietários na construção da sociedade nacional. Também, tomou ao pé da letra as descrições dos conceitos formados em outra realidade – a europeia -, que descreviam a campanha como um extenso território vazio de população, onde a terra, abundante e pouco aproveitada, apresentava algumas grandes propriedades que se dedicavam à pecuária e onde a agricultura não era valorizada (REICHEL, 1996, p. 149).

<sup>50</sup> Fisiocracismo foi uma teoria econômica desenvolvida na França do século XVIII, que defendia que a riqueza das nações deveria derivar do valor de "terras agrícolas" ou do "desenvolvimento da terra", e que produtos agrícolas deveriam ter preços elevados.

<sup>51</sup> Ainda que não tenha tido a mesma importância que a pecuária, a produção agrícola teve papel importante como abastecedora do mercado interno colonial e como subsistência e trabalho para moradores da campanha (REICHEL, 1996, p. 111).

Com o crescimento do comércio nos portos de Buenos Aires, a agricultura ganhou novo impulso nas terras circundantes à cidade. Já a partir de fins do XVII, mas, sobretudo a partir do Setecentos, tal setor da economia se desenvolveu. Praticamente paralela à pecuária, a agricultura aparece nos assuntos do Cabildo de Buenos Aires, que tinha o papel de “determinar o preço dos produtos agrícolas, de impor penas aos transgressores dessas taxações, de cuidar para que as propriedades estivessem em boas condições de plantio e de tomar providências para o atendimento das necessidades prementes de produtos agrícolas [...]” (REICHEL, 1996, p. 135).

Estudos recentes têm destacado a importância da produção e consumo de trigo na região. Ainda que seu volume e valores fossem menos significativos aos da pecuária, o trigo contribuiu para a expansão econômica, pois, ao abastecer o mercado interno com este produto básico para a alimentação popular, teve importante papel na definição das relações sociais e de poder que se estabeleciam na área platina.

Acerca da introdução do gado (vacum e cavalari) na região e do desenvolvimento da pecuária, já é possível visualizar a partir do XVII o Cabildo de Buenos Aires proibindo a venda de cavalos aos indígenas, uma vez que, ao se tornarem excelentes domadores, eles adquiriam vantagens para a realização dos *malones* e arreadas ilícitas. Com o passar do tempo, a pecuária foi integrada à economia de mercado, e de um valor de uso pela população local, o animal passou a ser comercializado, principalmente com Potosí, como já dito. A partir disso, houve o incremento das vacarias, “atividades rápidas de caça ao gado, nas quais alguns homens, montados em cavalos, formavam um semicírculo, cercando os animais, enquanto outros ocupavam-se em aprisioná-los [...]” (REICHEL, 1996, p. 114).

Com relação à mão-de-obra utilizada na produção pecuária há algumas considerações. As vacarias eram efetivadas por trabalhadores ocasionais, contratados para a realização das empresas. Eram homens geralmente despossuídos de propriedade ou domicílio fixo, chamados, por este motivo, de *vagos*. Estes *vagos* eram indígenas cristianizados e mestiços “que andavam “*vagando*” pelos campos da Região Platina (REICHEL, 1996, p. 118). Ainda que tenha sido utilizada nas vacarias, a mão-de-obra escravizada se fazia mais presente nas estâncias devido ao controle de seu trabalho e mobilidade. Era frequente a queixa pela falta de trabalhadores e tal escassez pode ser explicada pela possibilidade de sobrevivência na campanha sem sujeição a um trabalho fixo, isso para os homens livres.

A propriedade de gado era mais valorizada do que a da terra até pelos menos meados do Setecentos. O interesse pela terra não estava relacionado ao seu valor econômico, mas

pelo fato de que o proprietário de terras era quem poderia obter o direito de vaquear. O Cabildo oferecia licença para o empreendimento apenas àqueles que eram proprietários de terras. Com o desenrolar do século XVIII, cresceu a importância econômica da pecuária, e, em consequência, a preocupação de se proteger o gado dos ataques e incursões indígenas, mas não apenas deles, de outros habitantes da campanha também. Ocorre, assim, um processo de *privatização dos rebanhos* (REICHEL, 1996, p.119). É neste contexto que o acirramento dos conflitos com os indígenas ganha tons mais beligerantes, uma vez que o cercamento desses rebanhos em estâncias aumentava, conseqüentemente, a necessidade da realização dos *malones*.

Em 1715 as vacarias foram proibidas pelo Cabildo de Buenos Aires. Desde fins do século anterior já se anunciava nos assuntos tratados, o início de uma escassez do gado *cimarrón*. Tal situação fez com que órgãos administrativos e pecuaristas avaliassem a importância de se preservar e procriar os animais, o que ocasionou o incremento da criação de gado em unidades de produção. Por outra parte, a demanda de couro pelo mercado internacional exigia que a produção continuasse a se expandir. A seca pode ter sido um dos fatores que contribuiu para a retração do animal, mas a reclamação mais frequente no Cabildo de Buenos Aires, desde inícios do XVIII, era sobre o roubo de gado (REICHEL, 1996, pp. 122- 123).

Uma vez que as vacarias foram proibidas e a ordem estabelecida pelas autoridades foi acriação do gado em propriedades, a partir do XVIII, as relações de trabalho também se alteraram na região platina. Foi necessário que uma parcela da mão-de-obra passasse a ser fixa e se dedicasse a tarefas diárias, e os peões passaram a se estabelecer em terrenos nas próprias estâncias.

O comércio ilícito de gado seguiu em pleno acontecimento no XVIII e não era efetuado apenas por indígenas, como já mencionados. Havia, inclusive, uma nomenclatura que definia os chamados *vagos* que vendiam o gado, roubado ou não, sem a permissão do Cabildo e sem cobrança de impostos: *changadores*. De modo geral, para a população da campanha não era importante se tal empreendimento ilegal era feito para espanhóis ou portugueses, por exemplo, pois “vivendo nos campos e desvinculados das cidades, não possuíam identidade pátria que ultrapassasse a pampa” (REICHEL, 1996, p. 133).

A “fronteira” assinava suas formas de vida e impunha atributos à sociedade. Nessas *zonas de contato* (PRATT, 1999) não havia lugar apenas para a confrontação, mas as conjunturas violentas existiam e quando ocorriam, tornavam muito mais difícil a vida dos trabalhadores rurais, pois era sobre ele que recaía a carga da defesa desse espaço, além de

seremos setores mais vulneráveis às incursões dos indígenas. A história das relações nesta zona fronteira é melhor entendida se vista como um entrelaçamento de modos de interação que se alteravam constantemente.

O trabalho de Silva (2018) ajuda a identificar quem era a “gente” que habitava esta campanha. O autor reflete acerca da questão do cativo, prática que era executada em muitas destas incursões indígenas e em determinado momento do trabalho, descreve o perfil social de trinta e quatro ex-cativos que pôde encontrar nas fontes que analisou. Um número considerável deles eram peões que trabalhavam nas estâncias. Segundo Silva (2018, p. 79-80) era

[...] precária a condição social dos indivíduos que habitavam as áreas fronteiriças; logo, mais expostos aos raptos. Se tomarmos a “instrução” como um elemento para avaliar esta condição, observamos que, de fato, dentre os trinta e quatro ex-cativos levantados nas fontes que consultamos, apenas três teriam sabido assinar seus depoimentos [...] O levantamento das atividades laborais que os ex-cativos abordados realizavam antes de suas capturas, revelaram, em sua maioria, peões nas chácaras e estâncias. Eram majoritariamente habitantes das zonas rurais e de pouca ou nenhuma instrução em letras. Especificamente no caso dos homens, muitos eram forasteiros contratados para trabalhos temporários nas estâncias.

Em relação ao local de nascimento e de rapto, o autor identificou que eles quase nunca coincidiam – em se tratando dos adultos, em nenhum caso. Isso nos evidencia a mobilidade que ocorria nessa campanha: “uma grande variedade de pessoas de diferentes origens se deslocava em busca de trabalho, comércio, ou em prática de atos ilícitos, como o roubo de gado nas estâncias” (SILVA, 2018, p. 80).

Até meados do século XVIII, a expansão sobre os territórios não havia sido uma preocupação central da Coroa e em grande medida estava delegada às autoridades locais, situação que é alterada a partir do que expusemos anteriormente. Entretanto, a política fronteira não se baseou apenas a partir das orientações gerais provenientes da metrópole, mas, também, através de um complexo jogo entre essas pretensões e as experiências prévias locais, em direta relação com as estruturas sociais de cada região e as frentes de estratégias indígenas que enfrentaram (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 112).

É preciso destacar a relevante participação campesina na colonização desta *zona de contato*. Nesta área, o assentamento espontâneo teve maiores possibilidades de desenvolvimento.

A veces era fomentado por los mismos propietarios; otras, eran los

comandantes de fortines quienes buscaban atraer pobladores a su entorno. En la mayoría de los casos esta colonización pionera era protagonizada por campesinos migrantes provenientes de las regiones del interior, que tenían fronteras más insegura y estructuras sociales más rígidas (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 120).

Esses migrantes encontravam nas terras pampeanas maiores oportunidades laborais e remunerações mais altas. Além disso, o acesso à terra era mais fácil, uma terra fértil e que estavam muito próxima do mais importante mercado regional, Buenos Aires. Os fazendeiros bonaerenses também interviram nesta “colonização fronteiriça”, embora seus interesses estivessem até o fim do período colonial muito mais voltados aos campos da Banda Oriental. Em outros termos, se a política de “fronteira” era uma preocupação recorrente, sua expansão e seu financiamento, sobretudo, não contavam com o consenso das autoridades de Buenos Aires e das suas elites (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 121).

A respeito dos *estancieros*, estes também não representavam uma classe homogênea como entendia esta historiografia tradicional. Sua estratificação interna dependeria dos diferentes graus de controle que exerciam sobre os meios de produção, entre eles, a terra. Muitos sujeitos denominados como *estancieros* possuíam o gado antes mesmo de possuírem a terra. Era comum, inclusive, que os pais despossuídos de propriedades apresentassem os filhos quando estes se casavam com alguma quantidade do animal, para que este iniciasse nos negócios<sup>52</sup>. Dentro deste escopo, os comerciantes que possuíam estâncias eram um setor especial. Se diferenciavam dos *estancieros* “comuns” pois viviam no meio urbano e eram ativos no Cabildo e se “*llegaban a ser miembros de la elite porteña, esto ocurría porque eran comerciantes y no porque poseyeran tierras en la campaña*” (MAYO, 2004, p. 66).

Na pequena cidade de Luján, o Cabildo estava dominado por *estancieros*. Todavia, esta era uma exceção, uma vez que seu poder raramente ia mais além do *Pago* em que viviam, onde desempenhavam a justiça rural representando o Cabildo, do qual dependiam. As *alcaldías de hermandad*<sup>53</sup> estavam nas mãos dos *estancieros*, mas eles não controlavam o Cabildo de Buenos Aires. Neste espaço, os comerciantes exerciam seu poder.

La ausencia casi total de burocratas prominentes entre sus filas limitaba severamente su influencia más allá del nivel local. Si las autoridades

<sup>52</sup> Este trabalho não tem como objetivo analisar as relações endogâmicas do grupo de *estancieros*, para isso, indico a leitura da obra de Carlos Mayo (2004). O que se pretende avaliar é o alcance deste grupo nas decisões tomadas nos *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*, fonte privilegiada neste trabalho.

<sup>53</sup> As *alcaldías de hermandad* constituíam a justiça rural na campanha bonaerense. A Santa Hermandad foi uma instituição permanente criada em 1476, para Castela, “constituída por *alcaldes y cuadrilleros*, destinada a perseguir y castigar a quienes cometían delitos en despoblado” (LEVAGGI, 2009, p. 318).

municipales prestaban alguna atención a sus demandas, era porque como abastecedores del mercado urbano tenían su impacto sobre el abasto, uno de los asuntos más importantes del Cabildo (MAYO, 2004, p. 68).

Provavelmente, um dos fatores que limitou o poder dos *estancieros* durante o período tardo-colonial foi o fato do acesso à terra e às formas de subsistência não estarem completamente fechados às classes inferiores da pampa bonaerense. O *estanciero porteño* tinha acesso ao mercado externo, mas a terra, ainda muito barata e abundante, não era uma fonte de poder e prestígio. Segundo Carlos Mayo (2004, p. 71) “*la propiedad legal de la tierra estaba mucho más disseminada de lo que algunos estudios anteriores han sugerido y el acceso a su usufructo era aún más amplio y abierto a las clases rurales bajas*”.

A constituição da *Villa de Luján* e de sua *Guardia* na década de 1750 foi um acontecimento importante, uma vez que estava situada no trajeto para *Salinas Grandes* (Ver Mapa 4) – página 87). Caravanas e carretas atravessavam esse percurso e as saídas para buscar sal eram oportunidades para feiras comerciais itinerantes (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 122). Além disso, a *Guardia de Luján* foi transformada na sede da *Comandancia de Frontera*. Tal aparato deveria regular e intermediar as relações mercantis que os grupos da pampa mantinham com Buenos Aires, inclusive, autorizava contingentes indígenas a vender seus produtos na cidade. O Tratado de Casuatti, já mencionado anteriormente, também autorizava tal prática (MARTINS, 2017).

Incursões, enfrentamentos abertos e intercâmbios comerciais conformavam o mesmo leque de relações transfronteiriças e estavam intimamente relacionadas entre si. Ao final da década de 1770 ocorreram uma série de enfrentamentos que demonstram um pico de tensão nas relações. Em 1778, importantes *malones* foram efetuados no norte bonaerense, situação que se repetiu com maior intensidade em 1780 e 1782 (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 123). Depois desta fase as relações se estabilizaram. A isto, se deve uma série de tratados que as autoridades firmaram com alguns chefes indígenas a partir da década de 1790. Tais acordos podem ser considerados como uma consequência dos *malones*, que teriam o papel de forçar as negociações.

Uma situação de paz relativa ampliava a disponibilidade de terras para pequenos produtores e diminuía o peso dos encargos militares, tanto o de serviço nas milícias como o dos impostos para a causa. Alguns indígenas, separados de seus grupos de origem, se instalavam como camponeses. Nestas condições, um viajante que percorresse o trajeto da cidade às *tolderias* indígenas no despojar do XIX, “habría visto un continuo de modos de vida que variaba lentamente y tendía a difuminar las diferencias antes que a marcar una

dicotomia” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 124).

Finalmente, paralelamente a estas transformações, outras tantas ocorriam no mundo indígena e devem ser necessariamente consideradas ao construirmos o panorama das fronteiras do sul. Se tratava de um espaço com notável expansão cultural, em que o *mapuche* havia se convertido em uma espécie de língua franca. Grupos de origens diversas viveram processos de relações interétnicas e conformavam a área *panaraucana* (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 126), um vasto território que abarcava desde a Araucania chilena até a “fronteira” de Buenos Aires. Tal processo foi resultado da disseminação em territórios orientais de padrões culturais mapuches, de intensas relações de intercâmbio forjadas através de uma cordilheira que, ao invés de um muro, se comportava muito mais como uma ponte entre esses espaços. Ocorreram ondas de migrações temporárias ou definitivas de contingentes da Araucania para as pampas. Contudo, este processo não significou, de maneira nenhuma, em alguma forma de unificação política, tampouco apagou a diversidade que constituía este mundo.

Portanto, não existindo uma unidade política entre os grupos, é fácil compreender porque os acordos com lideranças indígenas não abarcavam todas as parcialidades e não atingiam os objetivos desejados pelas autoridades. Grupos como os *huilliches* estavam fora do sistema de controle territorial exercido por estes tratados entre autoridades coloniais e lideranças indígenas. Os *mapuches* incorporaram as terras das pampas situadas no leste cordilheiro como seu espaço de ação e transformaram o roubo e criação de gado, e o comércio, nos eixos centrais de sua economia. As relações intensas nesta zona permitiram uma apropriação seletiva e criativa de bens, noções e valores da sociedade colonial para converter estes recursos em contribuições para a hierarquização política indígena. Além disso, o processo de especialização também deve ser ressaltado, pois,

En este contexto, los territorios de las pampas y del norte de la Patagonia vivieron la transformación de las antiguas sendas de intercambio y movilidad indígena en grandes circuitos comerciales que enlazaban el ataque a las estancias fronterizas de Buenos Aires, Santa Fe o Córdoba con el mercado fronterizo chileno y, especialmente, con la guarnición de Valdivia. Estos circuitos de comercialización, paralelos y en competencia con los españoles, eslabonaban a través de relaciones intertribales por medio de las cuales algunas parcialidades desarrollaron una extrema especialización, y que suponían alianzas y disputas para el control de territorios estratégicos (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 127).

Os grupos indígenas habitantes da *tierra adentro* não estavam, de forma alguma, em situação de isolamento. Ainda que estivessem fora da jurisdição colonial efetiva,

estavam fortemente integrados na rede de circuitos comerciais que, de alguma forma, se relacionava como mercado mundial em formação.

Como já ressaltado, em fins do Setecentos houve uma reorientação dos interesses imperiais espanhóis frente às regiões fronteiriças de suas possessões coloniais, e, deste modo, a campanha bonaerense tomara uma maior atenção da Coroa (WEBER, 2007). Neste sentido, Antonio Galarza afirma que “la erección de la guardia de Chascomús resultó del avance, hacia 1780, de la línea de fuertes y fortines existentes en la campaña, impulsado por el virrey Juan José de Vértiz y Salcedo (GALARZA, 2012, p. 103). Entretanto, é necessário ver esta “linha” de fortes militarizados para além de uma frente de avanço da sociedade hispanocriolla bonaerense *no sentido de uma fronteira “turneriana”*. Assim,

[...] los vaivenes que las relaciones interétnicas experimentaron durante el periodo tardocolonial en la campaña sur, en una compleja y muchas veces inestable combinación de tratados, enemistades y conflictos entre las sociedades que habitaban la región (GALARZA, 2012, p. 104).

Sobre os espaços fronteiriços e a rede de fortes instalados em sua extensão, precisamos considerar que neles se desenvolveu um grande repertório de intercâmbio cultural e comercial, e assim, podem ser vistos como nós que articulam ao invés de promover separação. Embora estivessem fora da jurisdição efetiva dos colonizadores, estavam estreitamente relacionados com o sistema colonial e com o mercado mundial em formação. Os autores apontam os fortes como “*verdaderos espacios mestizos*” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 112), com intensa mobilidade desujeitos e grupos humanos “*cuya existencia transcurría con un pie en cada uno de esos mundos. Eran espacios de transición y, más que una dicotomía entre “blancos” y “indios”, rebelaban un universo de formas sociales*” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 113).

Para além do aspecto físico e material, as *zonas de contato* (PRATT, 1999), ou, zonas de fronteira, existiam e estavam muito presentes nas consciências. As oposições entre cristãos e infiéis, índios reduzidos e não submetidos eram componentes centrais nas cosmovisões indígenas e coloniais. As “*fronteras eran también espacios simbólicos en disputa*” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 113).

A partir de 1730 há o registro dos primeiros intentos de melhorar a defesa da “fronteira” com a instalação do forte de Arrecifes. No entanto, as iniciativas não asseguraram a defesa da área e na década de 1740, as incursões indígenas contraíram novamente o espaço ocupado pelos *hispano-crioulos*. Na década de 1750, novos passos foram efetuados na construção de fortes, entretanto, foi em fins de 1770 que a política



adquiriu consistência. Outra estratégia que deve ser destacada foi a criação, no ano de 1752, de um novo corpo militar chamado de *los Blandengues de la Frontera*. Era, inicialmente, uma força miliciana que logo foi transformada em regular e tinha como função fundamental constituir uma unidade móvel e especializada capaz de repelir as incursões indígenas. O passo decisivo na consolidação de uma militarização da “fronteira” foi a construção de uma linha de fortes que começava bastante próxima de Buenos Aires, tanto que não chegava a transpassar o Rio Salado. Esta “linha” tinha um significado muito claro: as ilusões de uma entrada geral em território indígena, acabando com sua capacidade de resistência e permitindo sua conquista definitiva, tinham sido abandonadas, ou, ao menos, postergadas para o futuro.

### 3.4 Novas orientações das reformas borbônicas em fins do XVIII

Até meados do século XVIII, em muitas cidades, as famílias dos descendentes dos conquistadores que tinham sido beneficiadas pela Coroa com *encomendas* e mercês de terra detinham um peso considerável no rol das elites. Em Buenos Aires era frequente que as apelações aos direitos dos feudatários, ou dos descendentes dos primeiros povoadores continuassem a ser empregados como recurso discursivo para legitimar suas demandas. Entretanto, o arcaísmo do vocabulário vigente nas fontes do XVIII escondia a renovação que se estava operando nas elites portenhas, e, que havia começado antes mesmo das reformas borbônicas. Seus traços mais notáveis foram a inclusão de novos membros e o peso crescente dos comerciantes, o que “*conferia a las elites locales los atributos de verdaderos patriciados mercantiles urbanos*” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 138).

O Cabildo foi uma das corporações de poder que possuiu a trajetória política mais determinante no mundo *hispanocriollo*. Neste órgão, tal como vimos evidenciando, se expressavam os interesses, disputas e conflitos dos setores dominantes da cidade e daquele que sendo um proprietário rural, possuía uma casa em Buenos Aires. Ou seja, “*se trata de la ciudad y su hinterland agrario*” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 154) [grifo meu].

Eram os *alcaldes de primer y segundo voto* os que exerciam a função judicial de forma rotativa, ano a ano. Tal função requeria conhecimento dos fundamentos do direito castelhano e de suas formas processuais, sendo eles usualmente assistidos pelo auxílio de professores de direito ou advogados. Dessa forma, estes juízes não letrados possuíam um grande poder de decisão na maior parte dos conflitos e disputas, assim como na repressão aos setores populares urbanos e rurais, uma vez que seus poderes se estendiam sobre os

*alcaldes de la hermandad* e sobre os juízes da campanha (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 154). Isso demonstra o porquê da instituição capitular constituir o centro do poder local no período, e ser a arena política onde se manifestavam os conflitos e disputas entre os setores dominantes, e entre estes e os grupos indígenas.

As reformas borbônicas visaram aumentar a capacidade de controle sobre o território americano, melhorar a sua defesa, fomentar a sua economia e aumentar a arrecadação fiscal. Elas não se trataram de um fenômeno exclusivamente espanhol, pois os demais impérios também introduziram reformas como resultado da intensa competição entre as principais potências europeias. As inovações não constituíram um plano elaborado previamente, mas, foram sendo definidas através de iniciativas que tiveram ritmos desiguais e capacidades de execução muito diferentes a depender da região. Portanto, noséculo XVIII, as autoridades coloniais espanholas compartilhavam de um mesmo diagnóstico: os domínios coloniais deveriam funcionar efetivamente como colônias (GARRIGA, 2013; PAULINO, 2019). Nesse contexto, a burocracia profissional foi uma tentativa de colocar no poder sujeitos que não tivessem compromissos com grupos das elites locais. Esta busca por centralização política também carregava em si o intento de controlar o deslocamento de recursos advindos das minas de Potosí. De acordo com os autores Lockhart & Schwartz (2002, p. 412),

A ameaça tornou-se maior do que antes e havia mais a defender, já que antigas periferias agora haviam adquirido valor tanto para espanhóis como para estrangeiros. Nem todas as medidas tomadas foram estritamente militares. As novas jurisdições civis criadas nas áreas em florescimento recente, em primeiro lugar o vice-reino da Prata, foram em parte motivadas, como vimos, por considerações defensivas. Em áreas menos estabilizadas, onde o potencial econômico era insuficiente para atrair a população hispânica mas que começava a despertar o interesse de saqueadores estrangeiros, novos fundidos e estímulos dirigiram-se para campanhas conjuntas de missões, presídios e modestas bases civis, tudo subsidiado em parte pelo tesouro real das áreas centrais.

Nestas circunstâncias, o Rio da Prata tomava uma importância inusitada para a política imperial, e assim, a expedição militar enviada pela Coroa em 1776 sob comando de Pedro Cevallos se transformou na decisão de organizar um novo vice-reino.

La decisión de organizar el Virreinato fue tomada en el contexto de una aguda confrontación con la corona portuguesa por el control de los territorios de la cuenca del Plata. Con ella, la pequeña aldea [...] consolidaba institucionalmente un proceso de crecimiento mercantil que se había iniciado décadas antes y que se sustentaba en su creciente capacidad para concentrar los circuitos de intercambio legales, ilegales paralegales y, en especial, el flujo de buena parte de la circulación de la plata producida en los distritos mineros del Alto Perú. Este crecimiento se

apoyaba tanto en la recuperación de la minería andina, evidente desde la década de 1730, como en la creciente importancia del comercio con el Pacífico sur, que había habilitado la legalización de la ruta por el Cabo de Hornos en la década de 1740 (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 185).

No ano de 1782, o território vice-reinal foi dividido em oito províncias. A decisão de criar essas grandes unidades administrativas modificava o esquema político colonial pois colocava homens novos nos cargos de poder de cada região, um grupo de burocratas de carreira, recrutados majoritariamente na Península, embora havia alguns selecionados entre distintas famílias *criollas*. Os intendentess concentraram atribuições do ramo de guerra, fazenda, justiça e política, com a intenção de subordinar os Cabildos (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 186).

Segundo Lockhart e Schwartz (2002, p. 406), no campo da administração civil, a reforma mais notável dos Bourbons foi a instauração das intendências. Os intendentess eram administradores de províncias com os poderes mais amplos que todos os seus antecessores. Funcionários bem pagos, com uma equipe e reconhecimento geral em cada cidade importante de província, os intendentess eram “pela primeira vez, uma presença governamental central realmente séria”. Antes disso, o representante direto da administração e da justiça reais era o *corregidor*, ou *alcalde mayor*, “às vezes membro de alguma família importante local, às vezes saído da *entourage* do vice-rei, mas, de qualquer modo, longe de representar um verdadeiro contrapeso ao conselho municipal local que presidia”. Os intendentess, por outro lado, eram, a grande maioria, peninsulares nomeados diretamente da Espanha.

Por mais de dois séculos a situação política ocorria a partir de um misto de negociação e renegociação permanente para manter um delicado e instável equilíbrio entre os interesses dos grupos. Com uma burocracia raquítica, as autoridades buscavam arbitrar entre as redes que compunham as facções que dividiam as elites. As reformas estavam orientadas a romper com este equilíbrio, principalmente através da instalação das intendências. Houve a introdução de uma nova hierarquia entre as cidades que alterava as situações vigentes até então. A situação vigente até o momento era a de aumento exponencial de “crioulos” ocupando os cargos de poder, contexto que se tornou insustentável. Segundo Lockhart & Schwartz (2002, p. 374),

Até certo ponto foi consequência do fato de que, embora muitos séculos de tradição pudessem ter conferido aos espanhóis peninsulares um preparo mais sólido do que os americanos das províncias em vários tipos de atividade especializada, poucos e preciosos peninsulares se dispunham a ir tão longe e viver com tão pouco, a menos que não tivessem

alternativa. No último terço do século XVIII, o processo chegara talvez a um clímax (...).

Segundo Richard Konetzke (1971, p. 121), sob os auspícios da dinastia bourbônica, sobretudo a partir da segunda metade do XVIII, período em que “*otra capa social accedió a esos puestos*”, inclusive no caso dos vice-reis, que poderiam ser membros da baixa nobreza ou até mesmo da “burguesia”, “*que en servicio militar o la administración habían dado pruebas de aptitud extraordinaria y representaban las ideas del absolutismo ilustrado*”.

Os Cabildos passaram a se ver limitados em sua autonomia pela presença de intendentes e subdelegados. Especificamente do nosso interesse<sup>54</sup>, a situação do Cabildo de Buenos Aires sofreu uma guinada a partir da constituição do Vice-reino do Rio da Prata, em 1776<sup>55</sup>.

En Buenos Aires, hasta 1776, el Cabildo había compartido el poder de la ciudad con un entramado burocrático que prácticamente se reducía al gobernador, el comandante del presidio y el obispo [...] Con la transformación de la ciudad en capital virreinal, las cosas cambiarían radicalmente para los capitulares porteños, acostumbrados a un ampliomargen de autonomía. Entre 1776 e 1810, tuvieron conflictos con todas las nuevas autoridades y forzaron a los funcionarios virreinales a sucesivas negociaciones. Esta fortaleza, que parecía limitada durante las reformas, volvió a ponerse en completa evidencia a partir de 1806 (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 193).

Dessa maneira, busquei evidenciar que, no último quarto de século do Setecentos, ocorre, a partir de um novo impulso das reformas bourbônicas, a tentativa de centralizar o poder pelas autoridades do Reino, buscando diminuí-lo das mãos das elites locais incipientes, até então enunciadoras do discurso do Cabildo.

No próximo capítulo, discutiremos sobre a formulação de uma visão acerca do espaço da pampa bonaerense e sua possível relação com o discurso sobre as populações indígenas desse território.

<sup>54</sup> Nesse sentido que delimitamos o recorte temporal com o limite de 1776, pensando nas implicações que tais alterações no Cabildo possam ter ocasionado nos discursos.

<sup>55</sup> “A este virreinato se incorporaron las provincias de Buenos Aires, Paraguay, Tucumán, Potosí, Santa Cruz de la Sierra y Charcas. Se extendía desde la desembocadura del Plata hasta el altiplano andino e hizo que la actual Bolivia dependiera administrativamente de una ciudad portuaria en el Atlántico” (KONETZKE, 1971, p. 120).

#### 4 O ESPAÇO DA PAMPA BONAERENSE

Ante la naturaleza vacía e insensata el hombre nosólo recibe un castigo físico sino que sufre también terriblestorturas morales.

David Arnold

A imagem literária cunhada pelo padre jesuíta Jose Sanchez Labrador, a qual reproduzimos abaixo, nos aproxima de uma pampa bastante conhecida pelo senso comum (ARIAS, 2006).

Para mayor inteligencia [de lo que describo] se puede dividir este basto continente en tres provincias o regiones, bajo estos nombres: Pámpica, Patagónica y Magallánica. Todas estas unidas forman la figura de una manga cuyo puño, o lo más angosto, confina con el estrecho de Magallanes. Sus términos [: límites, son] por la parte del Sur el estrechodicho o Magallanes; por la del Norte la Provincia del Tucumán y Chaco; por la del oriente el mar Magallánico; y por la de occidente las altísimas cordilleras o montañas de Chile. La primera región en que dividimos estas tierras es la Pámpica. Tiene este nombre por ser toda ella tierra llana; a las tierras de esta calidad llaman en estos Países de Buenos Aires y circunvecinos Pampas nombre tomado del idioma índico. Estas Pampas o llanuras corren del Norte al Sur como unas 100 leguas, que secuentan desde Buenos Aires hasta la Serranía del Volcan, Tandil y Cayru. De levante a poniente [es decir de este a oeste] se extienden estas tierras llanas cosa de 200 leguas, empezando desde el mar, o boca del Río de la Plata hasta la Cordillera de Chile, y ciudad de Mendoza, que está situada a su falda y pertenece al reino de Chile; **en campañas tan dilatadas y llanas no halla impedimento la vista, como en un océano terrestre.** (Sánchez Labrador, 1936, pp. 24-25, grifos meus).

Não obstante o meu objeto de análise não seja o discurso jesuíta, é interessante constatar a força que ele detém. Tal representação, de uma pampa com grandes extensões planas, pouca diferenciação geográfica e baixa diversidade natural, é um estereótipo que vigora até os dias atuais. Esteve na pena de Sanchez-Labrador e em muitas outras. Deve-se à pretensa esterilidade dos campos e à falácia da falta de habitantes, a noção que ganhará notoriedade no XIX, e que, inclusive, nomeará uma campanha militar de dizimação indígena<sup>56</sup>. Entretanto, o *deserto fecundable* foi a intenção de “conceptualización del

---

<sup>56</sup> A Campanha do Deserto, em realidade, tratou-se uma série de campanhas militares que buscaram submeter os indígenas que viviam em territórios independentes do controle espanhol, e posteriormente, do controle republicano argentino. Iniciada ainda com os colonizadores nas Campanhas Prévias, a Conquista do Deserto teve

desierto como programa político”, que consistia em “*vaciar el desierto primero discursivamente, representándolo como territorio disponible*” e, depois, materialmente, “*conquistándolo por el sometimiento o por el reemplazo de su población indígena y criolla*” (FLORIA, 2002, p.140-141).

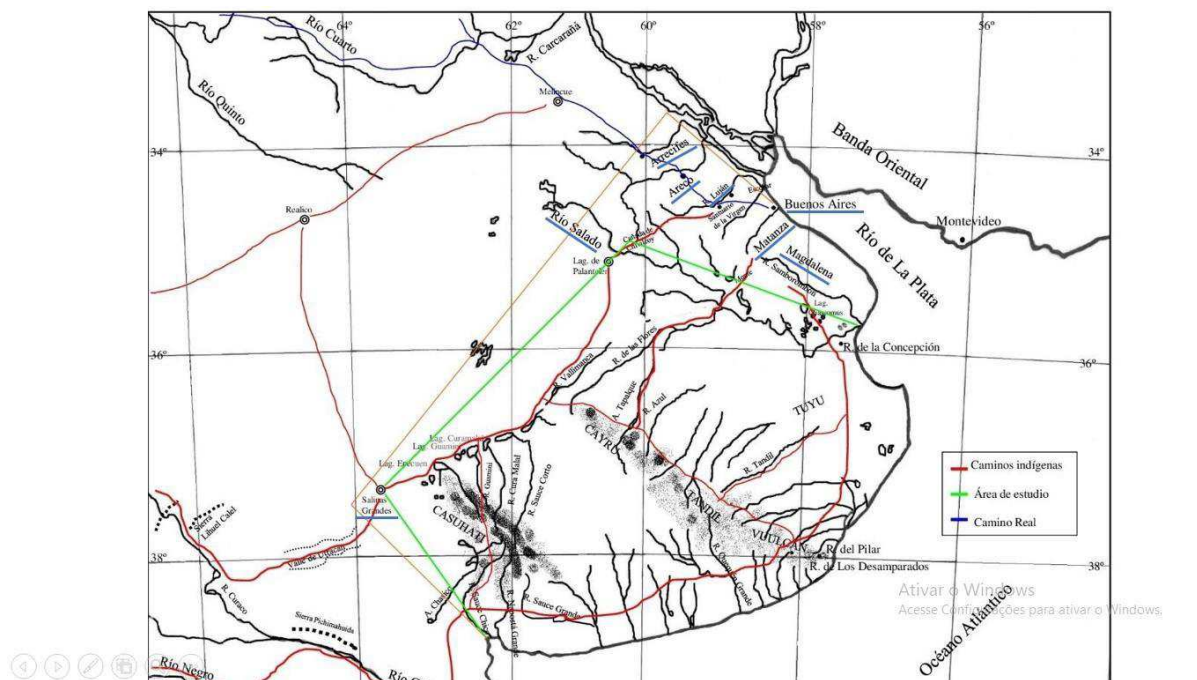
Mas afinal, que representação sobre a região no século XVIII condiz com a materialidade – geográfica, natural, espacial – de forma mais fidedigna?

Com este subcapítulo pretendo apresentar aos leitores e leitoras o espaço em que se desenrolam elementos conformadores da dinâmica que minha pesquisa analisa. Isto é, ofereço nele as principais localizações que aparecerão nas atas do Cabildo de Buenos Aires, as quais analisarei no capítulo 5 deste trabalho [\[Ver Mapa 1 –\]](#) página 79). Também espero evidenciar a importância de abandonarmos o estereótipo do “deserto pampeano”, oferecendo brevemente informações sobre a exploração de recursos efetuada pelos grupos históricos em convívio na região – agricultura, extração de sal, *ganaderia*. Longe de ser uma extensa e monótona planície vazia, e em contraposição à visão clássica do “deserto”, a região se caracterizava, de fato, pela variedade de paisagens e âmbitos ecológicos e era o espaço de uma importante população indígena. Segundo David Weber (2007, p. 101)

Para los observadores ocasionales, ajenos a la variedad de nichos ecológicos en la pampa, la región parecía, al mismo tiempo, inhabitable, prácticamente, deshabitada. A comienzos del siglo XIX, los argentinos consideraban a la región un desierto, del mismo modo en que los norteamericanos llamaron inicialmente “Gran Desierto Americano” a lo que hoy se conoce como las Grandes Praderas.

Sobretudo, objetivo indicar que os conflitos acerca do controle de recursos e ocupação dos espaços podem ser uma ferramenta de análise para interpretar o discurso do Cabildo sobre os indígenas. Desta forma, algumas ideias formuladas nesta seção serão revisitadas no próximo capítulo.

Mapa 1 – Delimitação do espaço da pesquisa e principais localidades nomeadas nas fontes<sup>57</sup>



Fonte: Adaptado de ÁRIAS (2006).

Ao tempo em que se desenrolam os eventos que estudamos neste trabalho, as áreas de campo ao sul de Buenos Aires eram chamadas de *tierra adentro*. A expressão se referia a espaços pouco apropriados pela sociedade colonial, em que se abriam algumas oportunidades, como na exploração do sal, nas *vacarias* (caça do gado selvagem), ou nas interações comerciais com grupos indígenas, mas também se apresentava como lugar de perigo.

Em seu livro *Estancia y sociedad en La Pampa (1740-1820)*, Carlos Mayo (2004) esclarece que o ambiente da pampa não era o mesmo de hoje. No período a que se refere a obra do autor, a região era mais seca, mais silvestre e com estações bem mais marcadas. Além disso, era um espaço controlado pelos indígenas até a altura do Rio Salado (Ver **Mapa 2** – página 81) e, pelo menos até a década de 1740, muito pouco ocupada por “brancos”.

Os motivos pelos quais as esferas coloniais da sociedade não haviam sido capazes de submeter os indígenas destas áreas são complexos. Contribui para isto, a segmentação e flexibilidade dos grupos, a inexistência de estruturas políticas institucionalizadas, situação

<sup>57</sup> O traçado em laranja foi adicionado ao mapa elaborado por Fabian Árias (2006), com o objetivo de estabelecer o espaço contemplado nesta pesquisa. Chamo a atenção para as seguintes localizações no mapa, as quais ganham destaque nas atas do Cabildo que analisarei: *Buenos Aires*, *Luján*, *Arrecifes*, *Areco*, *Matanza*, *Magdalena*, *Rio Salado* e *Salinas Grandes* (estão sublinhadas na cor azul).

que favoreceu a ação conquistadora junto a grupos de outros espaços. Assim também, a mobilidade dos indígenas pelo território, ligada a deslocamentos estacionais, bem como seu rechaço às instituições tributárias que se traduziam aqui, na imposição de *servicios personales*, isto é, na *encomienda*.

A dificuldade que os espanhóis tinham para negociar devido a descentralização de sua organização social e política, é um indicativo que aponta para o grau de autonomia que esses grupos conseguiam ter em pleno século XVIII. Em termos econômicos, viviam em um sistema misto que dependia em boa medida da caça e da coleta, impedindo, por exemplo, que fosse possível forçar negociações queimando suas colheitas (MAYO, 2004).

Enquanto a ocupação indígena da área se fazia a partir de movimentos sazonais, explorando os ambientes de acordo com as condições estacionais, os colonizadores traziam a ela uma outra lógica, que implicava em assentamentos estáveis. Aos poucos, a partir do início do século XVIII, as explorações de caça ao gado cediam espaço para as primeiras propriedades de criação. Com relação às dificuldades que uma ocupação ao modo ocidental envolvia, Mayo destaca:

Una sequía era una verdadera tragedia para todos, y en especial para los estancieros; sus ganados se alzaban y guiados por su buen olfato marchaban leguas y leguas en dirección al Salado. Allí un rosario de lagunas y pastos nutritivos los estaba aguardando y acaso también los indios que hasta 1785 no dejaron de avalanzarse en grandes malones sobre los rodeos mansos de las estancias fronterizas (MAYO, 2004, p. 28).



Mapa 2 – Bacia do Rio da Prata com destaque para a localização do Rio Salado



Fonte:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/13/Riodelaplatabasinmap.png/1200px-Riodelaplatabasinmap.png>

Segundo José Luis Soria (2001, p. 21), a região não era uniforme e apresentava três sub-regiões:

**la pampa ondulada, la pampa deprimida y la llanura interserrana.** La primera es una llanura con lomadas suaves aluvionales y se extiende desde las márgenes del río Paraná hasta el río Salado. [...] La segunda subregión es una vasta llanura que no tiene elevaciones salvo algunos médanos. Esta zona es recorrida por unos pocos cursos de agua de llanura caracterizados por la lentitud de sus cursos. El mayor representante es el río Salado, que sirve de desagadero durante los períodos de mayores lluvias. [...] Y por último, la subregión de la llanura interserrana [...] se extiende entre los dos cordones montañosos de Tandilia y Ventania. El sistema de Tandilia es un grupo discontinuo de cerros que se extienden aproximadamente por 300 km de largo y 60 km de ancho. En tanto, el sistema de Ventania se extiende continuamente por 180 km de longitud y 60 km de ancho. Los dos cordones montañosos se extienden de noroeste a sudeste con alturas que no superan los 1.000 m.s.n.m y sus distintas características geológicas

influyeron en la distribución y particularidades de los suelos desarrollados en sus respectivos ámbitos. El suelo de la subregión esta compuesto en su mayoría por sedimentos loésicos pardos o negros de gran fertilidad gracias a su alto porcentaje de material orgánico (humus) en su composición [grifo meu].

Sobre a hidrografia, o mesmo autor defende que havia

poco desarrollo en toda la región pampeana, a excepción de los ríos pertenecientes a las áreas onduladas del norte y a las sierras del sur. Delas sierras bajan gran cantidad de arroyos como el Tandilefú, Tapalquény De los Huesos para el sistema de Tandilia y el río Sauce para el sistema orográfico de Ventania entre otros de menor caudal. En el oestese ha desarrollado un extensosistema de lagunas de aguas dulces o salobres, a veces encadenadas entre sí. **Este sistema de lagunas, estacionales o no, fue un importante lugar aprovechado durante los inviernos por los indígenas en sus ciclos anuales de pastoreo de animales** (SORIA, 2001, p. 23) [grifo meu].

Acerca das chuvas, Soria aponta que as precipitações anuais totalizavam por volta de 900mm e que o índice diminuía progressivamente de leste a oeste e de norte a sul (SORIA, 2001, p. 23). O clima era temperado e as temperaturas variavam em uma média de 18 graus no Norte e 15 graus no Sul. Ocorriam geadas nos meses de inverno e no início da primavera.

Entretanto, o autor defende que essas condições dizem respeito ao século XVI e XVII, e que no XVIII “la pampa bonaerense registró un incremento de la aridez provocado por prolongadas épocas de sequía debido o posiblemente vinculado a una modificación climática global como fue la existencia de una “pequeña edad del hielo” (SORIA, 2001, p. 23) no hemisfério norte, e, devido a sincronia dos fenômenos, enfrentou o aumento glacial nos Andes da Patagônia. O autor diz que essa mudança climática provocou diminuições do gado selvagem, o que deve ter acelerado os processos desencadeados na atividade pastoril dos distintos grupos indígenas. É muito importante que lembremos que os poucos lugares com fonte de água permanente na região pampeana estavam sob o domínio desses grupos.

Talvez seja importante recordar aqui que a introdução de animais europeus como o gado (*Bos taurus*), o cavalo (*Equus caballus*) e a ovelha (*Ovis aries*) na região, ocorreu durante o século XVI, e seu aproveitamento pelas sociedades indígenas pode ser datado poucas décadas depois (SORIA, 2001, p. 25). Logo após a fracassada primeira fundação de Buenos Aires, em 1536, os cavalos abandonados pelos espanhóis começaram a se expandir pela pampa, em estado silvestre, e beneficiados pelos bons pastos e a quase ausência de predadores naturais, se multiplicaram (SORIA, 2001, p. 25). O gado *vacuum* chegou quase meio século depois dos cavalos, quando se fundou Buenos Aires pela segunda vez, em

1580. Novamente destacamos que o escasso controle que os espanhóis tinham, sem o uso de currais, permitiu que os animais escapassem durante as épocas de secas até os territórios ao sul do Rio Salado.

Analisando as consequências do ingresso do gado nas Américas, Martha Bechis (2010) afirma que após rapidamente se disseminaram pelas planícies em grandes grupos, os deslocamentos das manadas alteravam a qualidade dos pastos, mudando o próprio ecossistema de tais regiões. Juntamente com o ecossistema, mudavam, também, de acordo com ela, as sociedades nativas que adotaram estes animais em sua pauta cultural.

Los nómades de las llanuras, aquellos a los que no se les podía extraer labor, fueron “conquistados” por los nuevos cuadrúpedos. El indígena, por una urgente necesidad adaptativa al nuevo ambiente, así como por aculturación antagónica –porque entendía las ventajas del uso militar de los caballos y el uso económico que los españoles hacían del ganado bovino –, fue domeñando a sus conquistadores. Conocimientos, artes, creencias que los europeos habían usado e inventado durante miles de años tuvieron que ser usados, reinventados y creados por esos nómades en dos o tres generaciones. Dónde instalar los campamentos, cómo organizar la cacería, cómo transformar el ganado salvaje en doméstico, cómo enfrentar al competidor blanco cazador y recolector de los mismos bienes, cómo acompañar a la manada o dónde esperarla, en qué estación, cuáles eran los caminos de los caballos, habrán sido sólo algunos de los interrogantes a los que había que enfrentar a medida que el ecosistema cambiaba (BECHIS, 2010, p. 115).

A natureza e a extensão das transformações então experimentadas pelas sociedades de índios das pradarias que passaram a se valer destes animais de variadas formas, ainda são objeto de estudo. Sabe-se, contudo, que em meados do século XVII, elas “*ya controlaban la nueva mesofauna. Aprenderon cuál era su valor de cambio y dónde estaban los centros de demanda, así como las conveniencias diferenciales de ir a ofrecerlo en uno u otro de estos centros. Y con esto quedaba inaugurada otra fuente de conflictos y armonías entre los grupos indígenas*” (BECHIS, 2010, p. 115).

Com efeito, a análise das práticas econômicas indígenas revela um amplo espectro de atividades combinadas, o que lhes dava uma excepcional adaptabilidade. Ao lado da produção, um complexo sistema de intercâmbios vinculava as diferentes sociedades do mundo nativo, e a este com a sociedade colonial. Desta maneira, a apreensão destes dados contribuiu para que os especialistas passassem a rechaçar a qualificação dos grupos indígenas da região como “depredadores”, bem como a ideia de nomadismo, compreendendo melhor seus deslocamentos estacionais (MANDRINI, 1992).

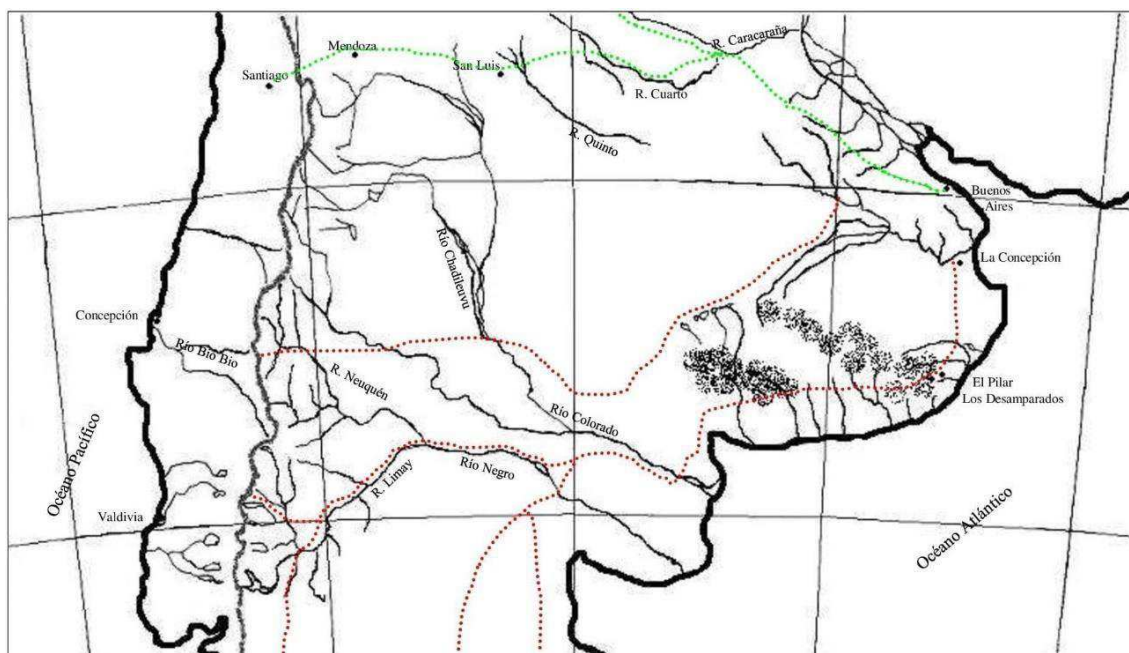
Os indígenas da pampa sul bonaerense, contavam não apenas com o domínio de

territórios com fontes de água, mas também conheciam e sabiam utilizar as condições geográficas que facilitavam os cercamentos naturais dos animais, como planaltos e vales interserranos. Trabalhos arqueológicos como o de Diana Mazzanti (apud SORIA, 2001, p. 42) demonstram que,

Junto con estas formas geográficas naturales que permitían un mejor control del ganado, se localizaron estructuras de piedras en forma de corral. Las estructuras de piedra se encontraban cerca de las rastrilladas, que eran las rutas utilizadas para trasladar el ganado al sur del país o hacia Chile.

Sobre as *rastrilladas*, ou os caminhos indígenas, podemos visualizar a partir do **Mapa 3** (página 85), que avançavam sobre o território de *tierra adentro*, tanto em direção ao oeste, alcançando o importante espaço *cordillerano*, como em direção ao sul, adentrando o espaço dos grupos da Patagônia. Esses caminhos são pré-coloniais, sendo que as parcialidades indígenas de toda a região já exerciam movimentação antes do contato. Também podemos visualizar que os caminhos coloniais centram sua atenção em direção à rota de Potosí. Entretanto, é importante salientar que, ainda que possamos designá-los como *indígenas* ou *coloniais*, tais caminhos eram amplamente utilizados por ambas as sociedades. As rotas comerciais dos *hispano-crioulos*, tanto em relação à criação de gado quanto à extração de sal, passavam, inevitavelmente, por essas antigas *rastrilladas* indígenas.

Mapa 3 – Caminhos coloniais (em verde) e caminhos indígenas (em vermelho)<sup>58</sup>



Fonte: ÁRIAS (2006).

Se este território passou a ser usado pelos indígenas de novas formas, a partir de estratégias para exploração do gado, a sociedade colonial, ao longo do século XVIII, também passou a se interessar por suas áreas. Inicialmente, para as *vacarias* e a busca por sal. Depois, passou a se expandir para ali uma franja de pequenas propriedades de criação de gado, bem como para abrigar o desenvolvimento de uma pequena agricultura na região, com o cultivo do trigo, por exemplo. Segundo Carlos Mayo (2004, p. 32) a criação de gado ocupava “el 87% de las 3.334.500 hectáreas que algunos observadores asignaban ala superficie puesta en producción entre el Salado, el Arroyo del Medio, el Paraná y el Río de la Plata”, mas, o problema seria definir se o valor do produto anual, capital investido e mão de obra empregada seriam superiores ao da produção agrícola. Isso importa para pensarmos o peso social dos *estancieros* na sociedade rural rioplatense, e, inclusive, sua representatividade no *Cabildo de Buenos Aires*.

Preponderantemente, existiam proprietários de pequenas e médias áreas de criação. Entretanto, não parece arbitrário afirmar que na segunda metade do XVIII “su peso social y económico en la campaña era mayor que el de los labradores” (MAYO, 2004, p. 33), inclusive, “*las estancias que asociaban la ganadería y la agricultura debieron ser bastante más numerosas dada la frecuencia con que aparecen arados y otros instrumentos de labranza*” (MAYO, 2004, p. 44).

<sup>58</sup> Neste mapa estão localizadas as três reduções jesuíticas: *Reducción de Nuestra Señora de la Concepción* (1740-1753), *Reducción de Nuestra Señora del Pilar* (1746-1750) e *Reducción de Nuestra Señora de los Desamparados* (1750-1751).

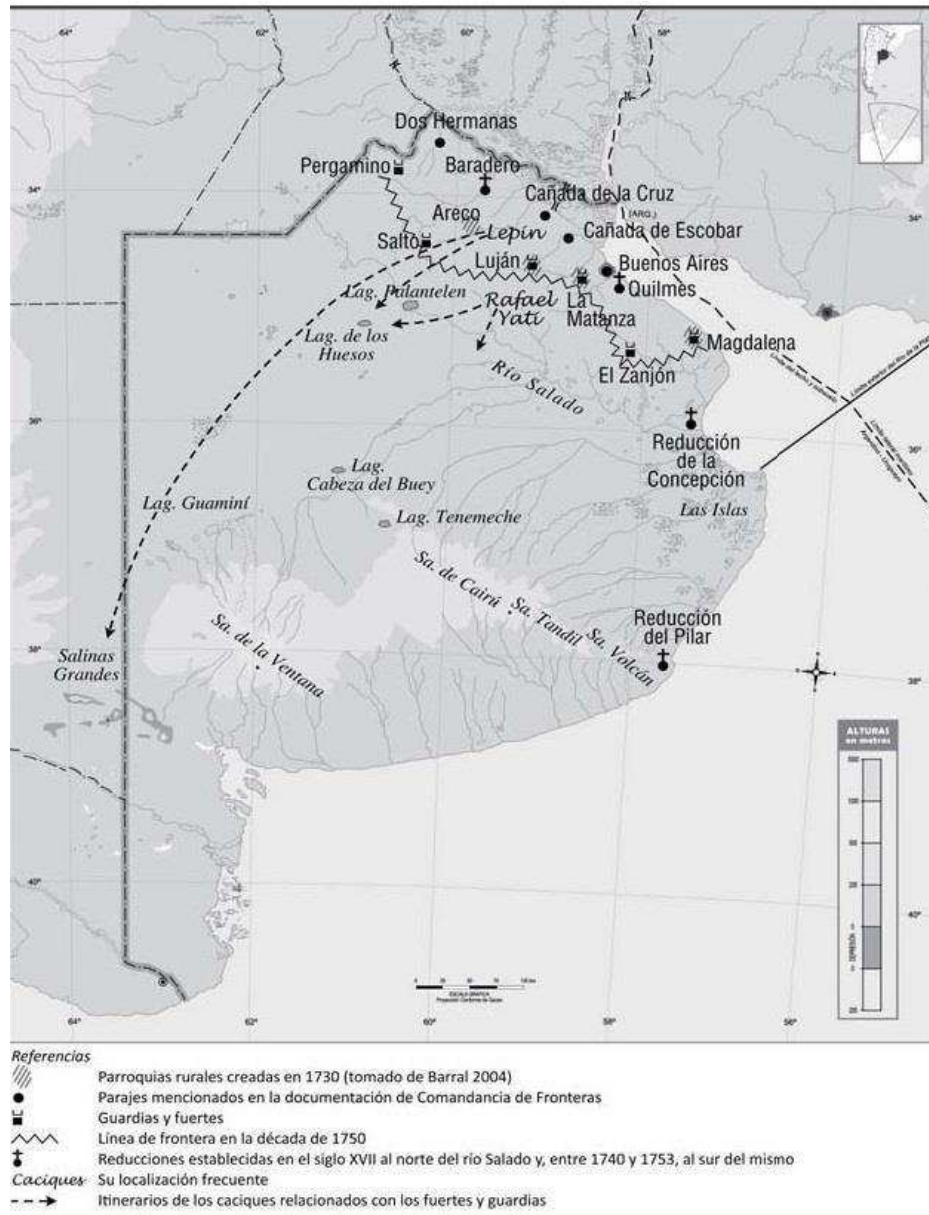
Na década de 1780, as estâncias espanholas da campanha bonaerense se concentravam ao sul do Rio Salado, a menos de 160 km de Buenos Aires. Isso quer dizer que, em fins do Setecentos, a cidade era a capital de vice-reinado mais próxima das terras de índios independentes. Para além do Salado, se encontrava o que os contemporâneos chamavam, comodissemos, de *tierra adentro* ou *tierra del enemigo*.

Eis um aspecto particularmente importante acerca da *ganadería* pampeana colonial enquanto prática econômica e social: impunha enormes dificuldades para controlar de maneira efetiva os gados e os homens (MAYO, 2004). Autoridades coloniais e *estancieros* encontravam problemas para evitar dispersão e roubos devido ao tipo de criação realizada, extensiva em campo aberto, em estâncias sem cercas. A captura e abate de gado de forma clandestina para vender o seu couro, sebo, graxa, ou o próprio animal a preços inferiores aos do mercado formal, era recorrente, e, não era praticada apenas por indígenas.

Tal questão é fundamental pois se relaciona diretamente ao meu objeto de pesquisa. A dispersão do gado e a sua captura “ilegal”, assim como as incursões indígenas às propriedades rurais da campanha, estão estreitamente ligadas ao discurso que irá ser formulado pelas elites no Cabildo de Buenos Aires sobre os grupos nativos da região. A exploração do gado, sem dúvida, é a espinha dorsal dos conflitos gerados entre hispano-crioulos e indígenas e é refletida claramente nas atas do Cabildo.

Entretanto, a extração de sal em uma localidade retratada nas fontes como *Salinas Grandes* (Ver Mapa 4 – página 87), também aparece permeando discussões nas atas do Cabildo, com a organização de expedições até essa região. Essas expedições, como veremos mais detalhadamente no quinto capítulo, eram discutidas nas reuniões do Cabildo de maneira estratégica, e a preocupação com sua fortificação militar frente aos possíveis ataques indígenas era um assunto que surgia.

Mapa 4 – Linha de “fronteira” em meados da década de 1750, principais postos coloniais e movimentação de caciques importantes<sup>59</sup>



Fonte: NACUZZI, 2014.

As reduções jesuíticas também fizeram parte da paisagem da pampa sul bonaerense durante pelo menos doze anos. Sem dúvidas, suas edificações não devem ser confundidas com a visão paradigmática que geralmente formulamos, das missões dos povos

<sup>59</sup> Neste mapa, a autora Lidia Nacuzzi (2014) indica a “linha de fronteira” em meados da década de 1750. Isto é, apresenta o que de certa maneira era o limite imposto pelas populações indígenas não conquistadas frente ao avanço colonial. Ressalta-se as menções aos caciques Rafael Yatí e Lepin, dois nomes que surgirão nos *Acuerdos del Cabildo* analisados no quinto capítulo. Destaco que os dois mapas da obra de Lidia Nacuzzi (2014), apresentam uma representação sobre os itinerários dos caciques relacionados aos fortes e guardias, que condizem com a interpretação da autora acerca da movimentação dessas lideranças pelo espaço. Entretanto, não correspondem a minha visão sobre o alcance de movimentação e agência que esses indígenas tinham sobre o espaço, muito mais dinamizados do que a representação do mapa indica.

guaranis. Não obstante, com estruturas mais simples, enquanto existiram, as três missões austrais foram verdadeiras catalisadoras das relações interétnicas entre sociedade colonial e parcialidades indígenas. Como já discutido no segundo capítulo deste trabalho, uma das principais razões para a construção destas reduções foi a tentativa de “apaziguar” a “fronteira” bonaerense através do projeto jesuítico apostólico e “civilizatório”. De outra parte, a forma como elas foram encerradas, sob forte pressão da municipalidade pelos os riscos que entendiam haver pela presença dos indígenas em áreas próximas da cidade, também colabora para entendermos os discursos que se elaboram no Cabildo sobre os nativos<sup>60</sup>.

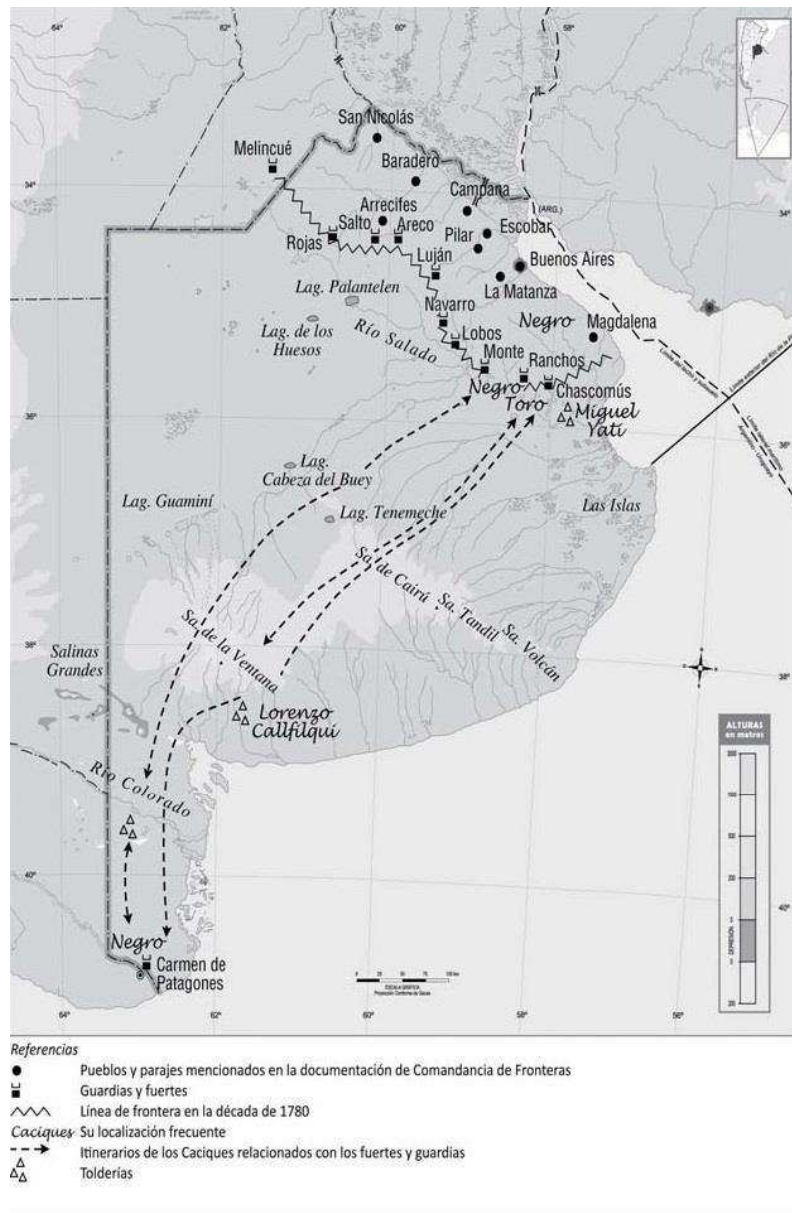
Outra estratégia de contenção bastante conhecida no século XVIII foi o estabelecimento de fortes. Estas estruturas também eram pequenas e simples. As cercas que protegiam o seu perímetro eram de madeira e as construções eram de barro e palha (NÉSPOLO, 2006). Os homens convocados para o serviço militar nesses espaços eram peões, pequenos fazendeiros e agricultores. As condições em que viviam eram muito duras e as deserções frequentes. O pagamento dos soldos para as companhias militares – as quais geralmente não ultrapassavam um efetivo de cem milicianos – era um problema recorrente nas atas do Cabildo, elemento que também será debatido no próximo capítulo. Segundo Mayo e Latrubesse (1998), a vida nessas fortificações era muito instável para estes homens, e além da falta de pagamento fixo para que pudessem se manter e manter suas famílias, havia o perigo sempre muito presente de arriscar a vida na guerra contra os indígenas. Dessa forma, mais uma vez, assim como as reduções, esses espaços que em tese deveriam operar como linhas defensivas de “fronteira”, se transformaram em dinamizadores dos contatos interétnicos.

---

<sup>60</sup> Ver: Informe de 1752, conduzido pelo Cabildo gestionando a extinção da missão de *Nuestra Señora de la Purísima Concepción de los Pampas*. MARCOLETA, Don Domingo de [13/09/1745]. Expediente sobre la concesión de vários arbritrios a la Ciudad de Buenos Aires para sus gastos y defensa. Buenos Aires, 13, septiembre de 1746. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta I, n.22.



Mapa 5 – Linha de “fronteira” por volta da década de 1780<sup>61</sup>



Fonte: NACUZZI, 2014.

#### 4.1 Relações *transandinas* e os *malones*

Durante o XVIII, os contatos com pauta ocidental, seja diretamente com *hispano-crioulos*, seja com artefatos e mercadorias, gado, cultivos e enfermidades vindas da Europa, alteraram as sociedades indígenas que viviam mais além das “fronteiras” do

<sup>61</sup> Neste mapa a autora esboça a realidade da linha de “fronteira” na década de 1780. Apesar de extrapolar o recortetemporal que foi selecionado para análise – 1776 – é interessante o compararmos com outro mapa, o de número 4, apresentado anteriormente. Podemos assim, verificar que, em um período de aproximadamente três décadas, as forças coloniais pouco conseguiram avançar frente as articulações dos grupos indígenas de *tierra adentro*. Entretanto, dentro deste pequeno avanço, ganham destaque o estabelecimento de vários fortes, sendo um deles, *Carmen de Patagones* (1779), em um posto bastante austral.

Império. Esses grupos não apenas sobreviveram a este contato, mas, se reinventaram a partir dele (WEBER, 2007).

No caso daqueles da região da Araucania, podemos apontar alguns motivos que indicam como conseguiram manter sua independência por tanto tempo. Como já assinalamos, a dificuldade que os espanhóis tinham para negociar diante da inexistência de uma única autoridade central devido a descentralização de sua organização social é um deles. Também apontamos sobre a esfera econômica, que esses grupos dependiam de um sistema misto que dependia acentuadamente da caça e da coleta, dificultando negociações pautadas na violência como a destruição de suas colheitas. Na época das chuvas, o clima da região exigia uma trégua nos enfrentamentos e as forças coloniais preferiam não guerrear durante aproximadamente os oito meses do ano em que predominavam tais condições. Assim, enquanto os indígenas lutavam para defender um território que conheciam “*que incluían montañas accidentadas, densas selvas tropicales y pantanos, y lespermítia refugiarse de las fuerzas españolas*” (WEBER, 2007, p. 90), as forças coloniais se constituíam por forças privadas mal pagas e mal equipadas, com recursos insuficientes. Portanto, com escassas condições de levar adiante uma guerra prolongada sem o apoio da coroa espanhola, e, o Chile, assim como a região sul bonaerense, estavam longe da lista de prioridades imperiais até meados do XVIII.

O cavalo melhorou a comunicação entre as comunidades isoladas<sup>62</sup>, facilitando “*la difusión tanto de las ideas como de los bienes materiales y contribuyeron a la formación de nuevas identidades*” (WEBER, 2007, p. 96), e essas identidades regionais adquiriram um novo significado diante da presença de uma força externa, os europeus. Introduzidos pela primeira vez em Buenos Aires em 1537, o cavalo, e, posteriormente, o gado vacum, encontraram condições favoráveis e se multiplicaram com rapidez pela pampa bonaerense, motivo adicional para que os araucanos viajassem em direção ao leste a fim de capturar os animais. Depois, voltavam a cruzar os Andes por caminhos – as *rastrilladas* – “*como las que atravesaban la pampa húmeda hasta el río Colorado y el río Negro*” (WEBER, 2007, p. 98). A situação na região chilena no período colonial, de conflitos continuados, fez com que o gado se tornasse escasso, principalmente a partir de meados do XVIII. Assim, a demanda pelo animal na Araucania superava a oferta, e a maior parte do que se consumia era proveniente da Pampa.

Segundo David Weber (2007, p. 99) as incursões dos araucanos na Pampa no

---

<sup>62</sup> Este aspecto será problematizado no capítulo 5 desta pesquisa.

século XVIII, os fizeram entrar em conflito com os *hispano-crioulos* pois a caça havia “llevado a que el número de caballos salvajes disminuyera mientras que, al mismo tiempo, la población española aumentaba”. A partir deste processo os *hispano-crioulos* começaram a domesticar suas próprias manadas.

Os grupos de língua araucana não cruzavam os Andes buscando derrotar a um inimigo, mas para expedições de caça e saque em que se uniam aos grupos indígenas locais. Uma espécie de padrão se estabeleceu já a partir do XVII, mas, sobretudo no XVIII. Os indígenas viajavam a cavalo em pequenos grupos e atacavam de surpresa as estâncias. Os *hispano-crioulos* se referiam a estes assaltantes como “aucas”, palavra inca utilizada para descrever os “selvagens”. Em meados do XVIII, a medida que se intensificavam os assaltos, as palavras araucanas para estas incursões (*malones*) e seus perpetradores (*maloqueros*) entraram no vocabulário de Buenos Aires (WEBER, 2007, p. 99).

Mas como se deu o processo de “araucanização” da pampa? De acordo com Weber (2007), em diferentes graus e distintos momentos. Progressivamente, os grupos da Pampa e Patagônia foram se aproximando de muitas características culturais dos araucanos. Entre essas práticas, estão a adoção de tecidos, crenças religiosas e o idioma (mapuche). Em alguns momentos, as mudanças culturais e sociais foram produzidas pacificamente através da formação de alianças e casamentos entre pampas, patagones, huilliches, mapuches e pehuenches. Entretanto, a violência também foi geradora de transformações, a medida que “grupos étnicos diferentes se enfrentaron entre sí por los recursos y el poder” (WEBER, 2007, p. 102).

Todavia, ao contrário do que o termo araucanização sugere, as transformações não tiveram um sentido único. Os araucanos que foram viver na Pampa adotaram, por exemplo, ostoldos como habitação. Em termos econômicos, nem todos os grupos indígenas das Pampas em contato com os araucanos se converteram em “cazadores montados a caballo dedicados a acosar a los españoles y su ganado” (WEBER, 2007, p. 103). Houve a introdução de práticas de agricultura e criação de animais e “algunos tehuelches ‘salvajes’ se pasaron a la agricultura y ganadería” (WEBER, 2007, p. 103). Segundo David Weber (2007, p. 104), além destas mudanças de práticas culturais e econômicas, a transformação mais significativa para os grupos da Pampa foi a passagem de agrupamentos pequenos baseados na família, para unidades políticas maiores.

O autor sustenta o argumento de que, ainda que precisemos considerar o aspecto pré-colombiano da guerra entre as populações indígenas, é inegável que a chegada do elemento externo, europeus, trouxe o incremento da conflitividade. Assim, indiretamente,

alterou-se o equilíbrio de poder entre os povos nativos aumentou o nível de violência dos conflitos diante da introdução de cavalos e ferramentas de metal (WEBER, 2007). Diretamente, os espanhóis conduziram aos indígenas à guerra ao identificá-los como seus aliados ou inimigos, ou ao “entrometerse en su espacio” (WEBER, 2007, p. 119). E, na medida que a conflitividade se converteu em lugar comum, “con frecuencia alteró las sociedades indias en formas que aumentaron sus habilidades para resistir a los españoles” (WEBER, 2007, p. 119).

A medida que los españoles fueron ocupando las tierras en los que los indios solían cazar, pescar, recolectar frutos y cortar madera, privaron a los cazadores y recolectores de los recursos que dependían. Desde la pampa argentina hasta las planicies costeras de Texas, los indios modificaron sus estrategias de subsistencia y optaron por asaltar a sus vecinos agricultores o “cazar” ganado español” (Ibidem, p. 119).

Esta seção buscou evidenciar a questão dos *malones* enquanto uma prática sócio-cultural que ultrapassava os limites da região sul bonaerense. Além disso, teve o objetivo de demonstrar a dinamicidade dos grupos indígenas não submetidos em seu uso deste espaço tido como uma das últimas “fronteiras” coloniais no XVIII. E, ainda, como a pressão exercida por araucanos, de um lado, e *hispano-crioulos*, de outro, intensificaram, tanto os conflitos como as transformações sócio-culturais ocorridas entre os grupos da pampa bonaerense. Neste sentido, o conceito de *complejo fronterizo* de Guillaume Boccara (2005) se adapta muito bem à realidade vivida pelos grupos indígenas pampeanos que precisavam articular relações em diferentes espaços fronteiriços e com diferentes populações.

#### 4.2 Utilizando o espaço como ferramenta de análise do discurso dos *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*

Na obra *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa*, David Arnold (2001) argumenta que a natureza é impulsionada por diferentes agendas políticas e funcionais. Assim, é possível compreender como as “ideas sobre el ambiente se han construido socialmente y servido, de diferentes modos y en diferentes épocas, como instrumentos de autoridad, identidad y reto [...]”, além de perceber que o espaço, ou *meio*, não tem sido apenas um lugar, mas, “también el campo de batalla donde han contendido ferozmente ideologías y culturas” (ARNOLD, 2001, p. 11).

Desde o século XVI até pelo menos meados do XX vivemos uma época de predomínio europeu crescente em termos econômicos, políticos e ambientais em detrimento do restante do mundo. Tal processo ocorreu em paralelo ao crescimento das

ideias ocidentais sobre diferentes ambientes e as populações que os habitam<sup>63</sup>. Dessa forma, é necessário ver “la naturaleza no simplemente como algo que existe “ahí afuera” [...] sino también dentro de nuestros mundos mentales y nuestro conocimiento histórico”(ARNOLD, 2001, p. 16).

Não se trata de adotar o paradigma ambientalista, em que o ambiente “dicta las características físicas y mentales de una sociedad, sus modos de subsistencia, su vida cultural, y sus instituciones políticas (ARNOLD, 2001, p. 17). Trata-se de constatar que discursos sobre os espaços e os grupos que os habitam, acerca da maneira que praticam essa habitação, e as relações entre isso e as características morais de tais grupos, cumprem funções de ordem prática e simbólica. Prática em termos de legitimação de um projeto político e de interesses econômicos, tanto individuais quanto coletivos – das elites. Simbólica, pois cumpre o papel de construir uma alteridade na qual o “civilizado” pode encarar e construir sua identidade. Afirmações que conectam o ambiente e o “caráter” – no sentido de *propensão, natureza, índole, disposição* – de grupos subalternizados são usadas para sustentar argumentos cuja validade o autor estava de antemão firmemente convencido (ARNOLD, 2001, p. 37).

No século XVIII, sabemos, cunharam-se elaborações altamente desqualificadoras das populações americanas, em especial indígenas e mestiças, que depositavam na natureza do continente, raízes de uma suposta inferioridade. A *Disputa* ou *Polêmica do Novo Mundo* foi uma denominação cunhada por Antonello Gerbi para referir-se a este contexto (1996). Trata-se de um grande debate intelectual sobre a natureza da América e de seus habitantes travado entre intelectuais nos dois lados do Atlântico em meados do XVIII. Um dos principais nomes envolvidos nessa polêmica foi o de Conde de Buffon. Com a sua obra *Historie Naturelle*, sua ideia mais conhecida e difundida foi a da debilidade da América, um continente jovem, recém emergido das águas e imaturo (DOMINGUES; SANTOS, 2017). Cornelius de Paw um importante interlocutor de Buffon, publicou em suas *Reserches philosophiques sur les Américains* (1768-1769) que davam um tom ainda mais depreciativas às teorias do francês.

Se, por um lado, Buffon sustentava a tese da debilidade da América ancorado na ideia de que o continente era jovem em termos geológicos, De Paw defendia que a

---

<sup>63</sup> Mary Louise Pratt em *Os olhos do Imperio. Relatos de viagem e transculturação* (1999) nos conduz à compreensão de quão intimamente estão associados os projetos de compreensão sobre o mundo natural e estabelecimento de controle e domínio sobre ele, mesmo quando o processo de apreensão se faz escudado pela noção de ciência e anticonquista.

natureza americana era na verdade decadente e degenerada devido a um “segundo dilúvio”, ou, um “dilúvio americano”. As depreciações de De Paw foram mais longe e atingiram os descendentes de europeus nascidos na América espanhola. Para ele, os nativos eram de uma humanidade inferior, incapazes de progresso civilizatório devido aos seus costumes e vícios morais, e, os *criollos* acabavam “caindo” na indolência e nos vícios graças aos efeitos do clima. Essas teses radicais e negativas de De Paw provocaram reações. Segundo Antonello Gerbi essa foi a segunda fase da *Polêmica do Novo Mundo*, em que jesuítas e *criollos* reagiram fortemente contra esses argumentos que rebaixavam a América e seus habitantes.

Em sua obra *Como Escrever a História da América* (2011), Jorge Canizares-Esguerra investigou as reações dos *hispano-crioulos* e verificou, não apenas a formulação de alegações em defesa do continente americano, mas, a construção de uma crítica à própria epistemologia eurocêntrica.

É preciso aqui considerar a ideia de espaço como uma construção cultural. Para além de todas as questões referentes às “fronteiras” interétnicas já discutidas, há que se examinar a existência de uma “fronteira” espacial. E esta, é “una frontera de la mente, un paisaje cultural en desarrollo” (ARNOLD, 2001, p. 126). A América não foi descoberta, ela e seus habitantes foram inventados<sup>64</sup>, e, assim também ocorreu com o seu espaço e sua paisagem. Argumentamos, desta maneira, que o espaço, ou a visão forjada acerca da pampa bonaerense, possui uma ligação indissociável com o discurso formulado sobre os indígenas, e vice-versa.

Em seu livro *El salvaje en el espejo*, Roger Bartra (1992) afirma que o selvagem é funcional a certos discursos políticos. Nesta obra, Bartra realiza uma longa jornada de investigação sobre os conceitos de selvagem e bárbaro.

Na tradição judaico-cristã a natureza selvagem e hostil se manifestava originalmente como a imensa, extensa e polivalente presença do deserto na imagética religiosa. Se tratava de uma noção ecológico-moral – o deserto agreste e perigoso – e com o tempo se tornou o berço de um novo tipo de homem selvagem, descendentes mitológicos dos beduínos nômades que criaram a base do monoteísmo agressivo e seco, como o tempo que os rodeava. A mesma cultura entendia o espaço agreste como lugar de encontro, como território baldio em que entram em contato, mas não devem se mesclar, as forças do mal e

---

<sup>64</sup> “Así fue como llegué a sospechar que la clave para resolver el problema de la aparición histórica de América estaba en considerar ese suceso como el resultado de una invención del pensamiento occidental y no ya como el de un descubrimiento meramente físico, realizado, además, por casualidad” (O’GORMANN, 1977, p. 09).

os fervorosos elegidos. O deserto, portanto, seria um espaço de tentação e de prova. Para os antigos judeus a natureza não era necessariamente selvagem, mas suas manifestações adquiriam um caráter ameaçador devido ao seu vazio (BARTRA, 1992, p. 42).

Na mitologia greco-romana o selvagem ameaçava a cultura. O homem selvagem grego simbolizava a natureza que avançava sobre terreno civilizado. Por outro lado, o homem selvagem judaico-cristão representa a natureza que retrocede, deixando um terreno aberto ao pecado e à fé, à loucura e ao milagre. A desordem, nesse sentido, pode significar a perturbação do espírito daqueles que habitam esse espaço (BARTRA, 1992, p. 46). Em ambos os casos, a representação do “outro” é baseada em estereótipos que “demonstram” a inadequação deste “selvagem” frente ao que é designado “civilização”. A figura do bárbaro ou selvagem sempre cumpre o papel de um espelho com o qual contrastar e construir a própria identidade (HARTOG, 1999).

Ainda segundo o autor, os gregos foram os primeiros a definir quem eram os selvagens e quem deveria pertencer à *polis*. O ideário gerado nessa separação teria se transformado em uma visão de mundo que nos atinge até hoje. Quanto ao *Selvagem*, essa narrativa, ou mito, encontra na imagem dele uma maneira de conformar uma ideia sobre o “outro” e sobre o “lugar do outro”, discurso que estabelece a divisão binária entre barbárie e civilização (BARTRA, 1992).

Se nos deslocamos para o século XVI, quando o “civilizado” encontra a representação ideal do selvagem na América, podemos vislumbrar o início de um discurso condescendente que se prolongará por séculos. Isto é, a tentativa de “salvar” os selvagens de sua “condição”, sendo que esta condição foi criada/forjada/inventada e imposta pelos próprios europeus a partir da alteridade (BARTRA, 1992). O impacto da construção e permanência do mito do homem selvagem na sociedade é evidente e a manipulação dessas memórias por um discurso de poder, que, em diferentes contextos históricos adquirem distintos contornos, é uma questão pertinente a ser investigada.

Segundo Bartra (1992), para os gregos o bárbaro não poderia se redimir, dada a impossibilidade de conhecer uma realidade diferente daquela que o faz ser quem é. Viveria inexoravelmente em processo de alienação a respeito de si, mesmo próximo à civilização. O bárbaro não se isenta da margem. É uma eterna lembrança de que o selvagem existe, pois está entre os dois mundos.

No século XVIII, bárbaros e selvagens passam a ser definições quase sinônimas que representam aquilo que será intitulado “o outro”. Um ponto de vista mais prático, em que independente *do que é* o outro, a civilização é superior e deve ser levada adiante

(BARTRA, 1992). Nesse sentido, veremos no próximo capítulo, ao exercitarmos a análise das fontes, que a terminologia para fazer referência ao indígena variava, e, praticamente não aparecem os vocábulos *selvaje* ou *barbaro*. Entretanto, não devemos tirar de nosso horizonte que, independentemente da nomenclatura, o indígena era visto como um “problema” a ser enfrentado e contornado frente ao avanço da “civilização”, e é exatamente isso que observaremos na continuidade deste trabalho.



## **5 OS INDÍGENAS NO DISCURSO DOS ACUERDOS DEL CABILDO DE BUENOSAIRES (1753-1776)**

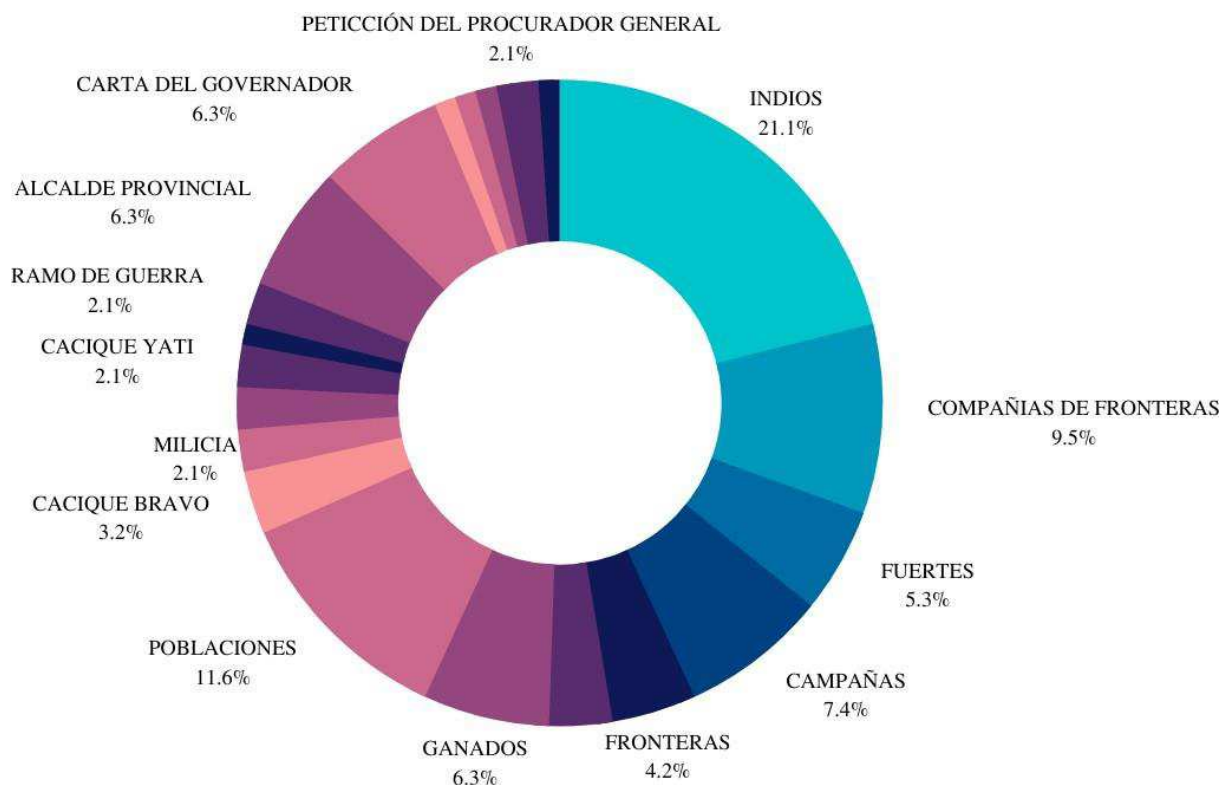
A partir de uma planilha de Excel que foi utilizada para organizar a seleção das atas analisadas no trabalho, pude construir gráficos que demonstram a incidência de certas temáticas nas reuniões do órgão que representava a municipalidade de Buenos Aires, o Cabildo<sup>65</sup>. As categorias que representam os temas e compõem os gráficos de porcentagem não foram criadas. Elas correspondem, exatamente, às menções feitas nos *Índices Temáticos de las Materias Contenidas*, presentes em cada Tomo da coleção, e produzidos no mesmo período de publicação da mesma (1885-1934). A seguir, apresento os gráficos elaborados e de que maneira eles auxiliaram a organizar e construir uma narrativa para o Capítulo 5, *Os indígenas no discurso dos Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires (1753-1776)*.

O Gráfico 1 representa todas as temáticas relacionadas à questão indígena encontradas nas oitenta e nove atas que foram selecionadas a partir da leitura dos índices presentes ao final de cada um dos 5 tomos em questão. Os tomos de que me ocupei foram organizados no século XIX pelo *Archivo General de la Nación* da seguinte maneira: 1751-1755; 1756-1761; 1762- 1768; 1769-1773; 1774-1776. O trabalho de selecionar as atas e organizá-las em uma planilha Excel, demonstrou que, dentro do corte temporal a que se refere a pesquisa (1753-1776), existem pelo menos três momentos que apontam estratégias diferentes. Dessa forma, o capítulo foi dividido em três subcapítulos.

---

<sup>65</sup> A transcrição do material – 95 atas – está no ANEXO A desta dissertação.

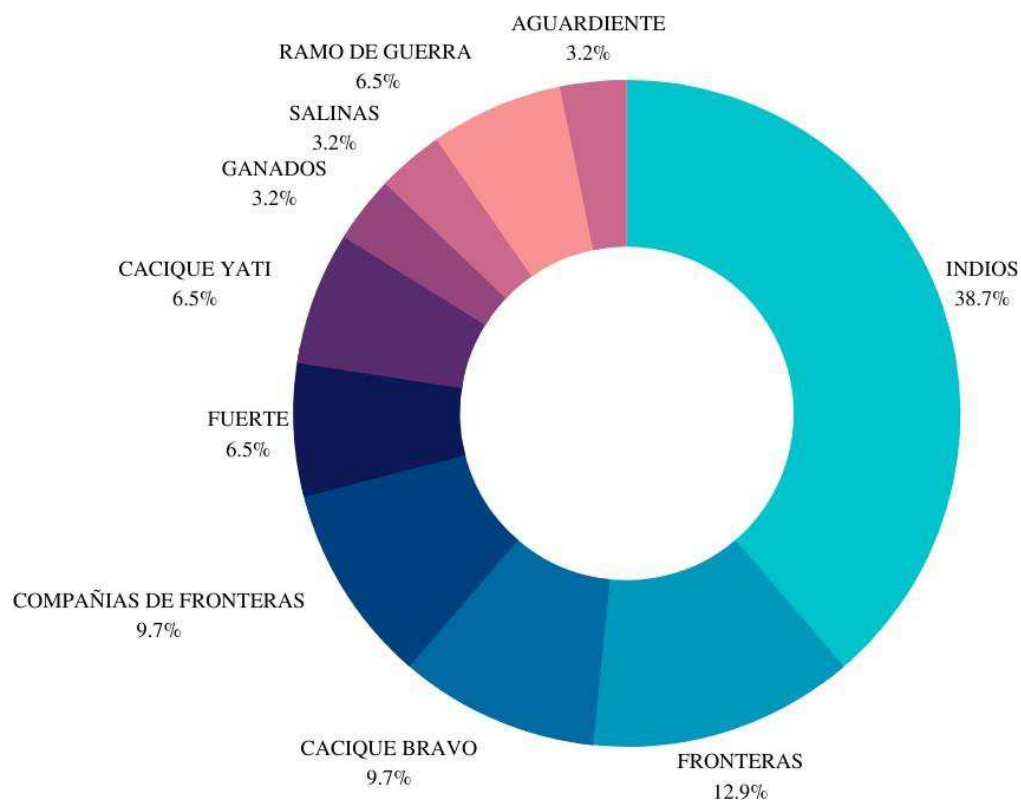
Gráfico 1 – Todas as atas selecionadas entre os anos de 1753 a 1776 mediante análise dos índices dos tomos, representadas em um gráfico com suas porcentagens temáticas.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

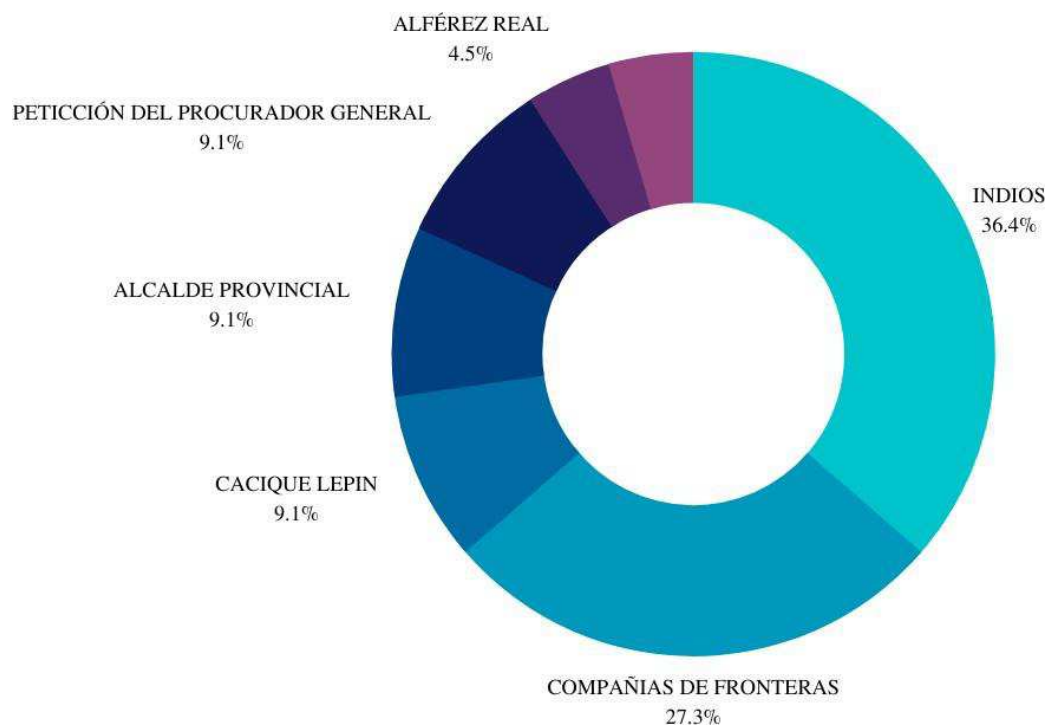
O Gráfico 2 representa os temas mais abordados (dentro do grupo de atas selecionadas) entre os anos de 1753 e 1760, e indica os temas que serão analisados e discutidos no subcapítulo intitulado *Movimentações na zona de contato: incursões indígenas e expedições punitivas*. O Gráfico 3 demonstra exatamente o mesmo, mas em relação aos anos de 1761 a 1770 e ao subcapítulo *A falência das Compañías de Frontera e a fidelidade dos caciques amigos como estratégia de contenção*. E, por fim, o Gráfico 4 tem a mesma função referente ao período de 1771 a 1776 e ao subcapítulo *Poblaciones, fuertes e as estratégias finais no período pré Virreinato del Rio de la Plata*.

Gráfico 2 - Gráfico que representa a incidência de temas pertinentes nas atas selecionadas entre os anos de 1753 e 1760.



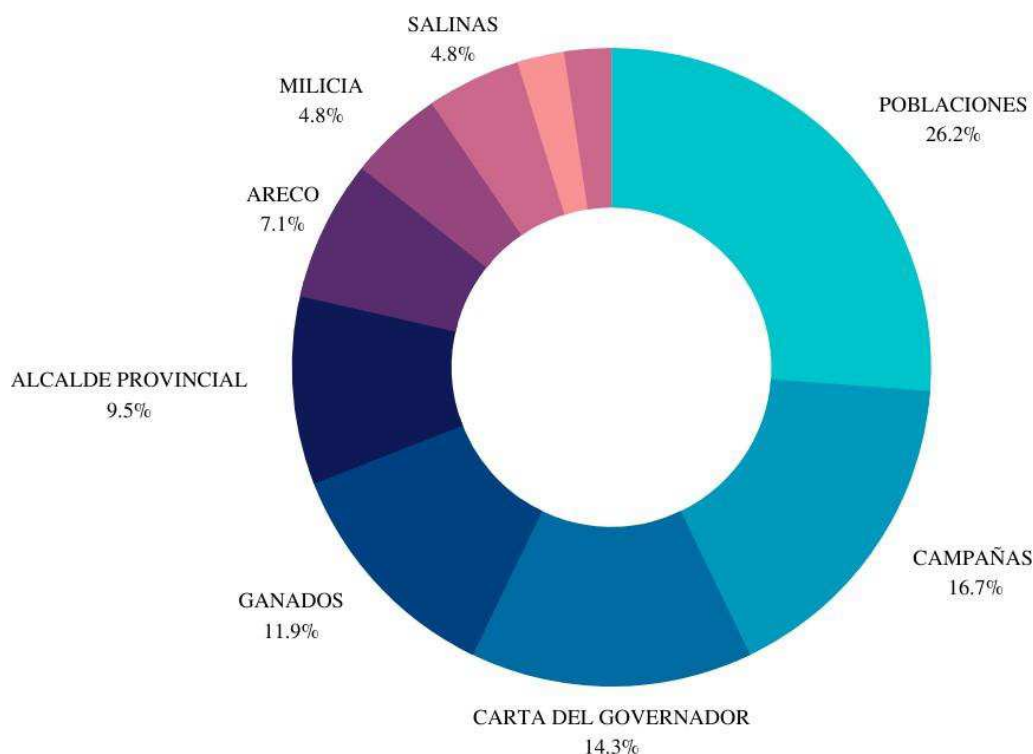
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Gráfico 3 - Gráfico que representa a incidência de temas pertinentes nas atas selecionadas entre os anos de 1761 a 1770.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Gráfico 4 - Gráfico que representa a incidência de temas pertinentes nas atas seleccionadas entre os anos de 1771 a 1776.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os gráficos 2 e 4 nos indicam a mudança de nomenclatura para indicar a *zona de contato*. Na década de 1750 há a maior incidência do termo “frontera”, e na década de 1770 a palavra mais utilizada é “campanha”. Pensamos poder se tratar de uma alteração que reverbera escolhas de quem editou e publicou a *Colección*, no século XIX. Entretanto, examinados os conteúdos das atas da década de 1770, concluímos que a palavra “campanhas” realmente é mais utilizada neste momento. Os motivos que levaram a esta alteração serão melhor discutidos no subcapítulo 5.3.

A fim de extrair dados que permitissem análise o mais potentes possíveis, resolvemos elaborar tabelas que indicam os temas das atas seleccionadas, uma vez que os gráficos apresentam porcentagens que podem esconder alguns elementos pertinentes<sup>66</sup>.

A Tabela 1 refere-se ao período abordado no subcapítulo 5.1 (1753-1760), a Tabela 2 a partir dos dados do subcapítulo 5.2 (1761-1770), e a Tabela 3 sobre o 5.3 (1771-1776).

<sup>66</sup> Sendo que esta foi uma sugestão dos membros da Banca do Exame de Qualificação a que foi submetido o trabalho em 10/01/22.

Tabela 1 – (1753-1760)

<b>Tema</b>	<b>Quantidade</b>
INDIOS	12
FRONTERAS	4
COMPAÑIAS DE FRONTERAS	3
CACIQUE BRAVO	3
CACIQUE YATI	2
FUERTES	2
RAMO DE GUERRA	2
SALINAS	1
GANADOS	1
AGUARDIENTE	1

Fonte: elaborado pela autora (2022).

O cacique Bravo também é mencionado em dois *Acuerdos* com o tema “Indios”, e em um *Acuerdo* com o tema “Frontera”. Os dois *Acuerdos* com o tema “Ramo de Guerra”, tratam sobre a negação dos vecinos em pagos o imposto sobre tal ramo.

Tabela 2 – (1761-1770)

<b>Tema</b>	<b>Quantidade</b>
INDIOS	8
COMPAÑIAS DE FRONTERAS	6
ALCALDE PROVINCIAL	2
CACIQUE LEPIN	3
PETICCIÓN DEL PROCURADOR GENERAL	2
ALFÉREZ REAL	1
BENAVIDEZ, JUAN TOMÁS	1

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os dois *Acuerdos* nomeados com o tema “Alcalde Provincial” no índice temático tratam sobre o roubo de gado na Campanha. Um dos *Acuerdos* com o tema “Petición del Procurador General” trata sobre a questão da delinquência na região de Campanha e o outro refere-se a necessidade de estender a “fronteira” até o Rio Salado. O *Acuerdo* com o tema “Alférez real” diz respeito a uma carta deste membro do Cabildo, na qual trata de diferentes pontos de interesse geral, entre eles, a questão dos ataques indígenas. No *Acuerdo* com o tema “Benavidez, Juan Tomás”, esse sujeito solicita 300 homens para realizar expedição à Salinas.

Tabela 3 – (1771-1776)

Tema	Quantidade
POBLACIONES	11
CAMPAÑAS	7
CARTA DEL GOVERNADOR	6
GANADOS	5
ALCALDE PROVINCIAL	4
ARECO	3
MILICIAS	2
SALINAS	2
JUNTA DE HACENDADOS	1
ABASTO DE CARNE	1

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Das 6 atas com a temática “Carta del Governador”, duas tratam da perseguição de delinquentes na Campanha. Duas referem-se à queixa, desde Luján, sobre os prejuízos relacionado a manutenção do gado nas fazendas. Uma das atas é uma carta do governador quedá aviso, desde correpondência recebida do Chile, de um ataque dos “indios infieis”. E a outraata suspende a expedição para Salinas devido a ameaça de ataque.

Os *Acuerdos* com o tema “Areco” *Acuerdos* referem-se a solicitação da construção de um forte no povoado de Areco, e, foi contabilizado na construção dos gráficos de porcentagem dentro do tema “Fuerteres”. O *Acuerdo* com o tema “Junta de Hacendados” refere-se a um testemunho deste grupo, que contém disposições para impedir a dispersão do gado para o território *del enemigo*.

A seguir, iniciamos a narrativa dos subcapítulos que refletirão a análise e reflexão das fontes.

### 5.1 Movimentações na *zona de contato*: incursões indígenas e expedições punitivas

Em um *Cabildo Abierto*<sup>67</sup> de 07 de abril de 1754, os cabildantes se reuniram para discutir a defesa da região perante ameaças de invasões e hostilidades “*de los yndios enemigos*”. Isso, pois, haviam recebido notícia desde o Chile, do crescente número de “*yndios que viene, a ymbadarnos*”. Alguns indivíduos apresentaram as suas propostas:

[...] para lo qual y que se Vea El mejor modo de castigar dhos yndios y defendernos, se yso este Cavildo Avierto = Al que Concurrieron = El *Mre. de Campo D.n Juan de San Martin D.n Juan Blaz gago = y D.n Pedro*

<sup>67</sup> Modalidade extraordinária de reunião nos Cabildos, em que todos os *vecinos* da cidade eram integrados a fim de tratar e decidir assuntos de importância pública.

*Leguisamo, Cp.n de las Compañías, que estan a sueldo y de las Milisiaz – los Capitanes d.n Visente Naranjo = d.n Joseph de Chevez = d.n Roque Ayala =y Aviendose Propueyto si Convenia O no, Aser Salida, A topar El enemigo; oque propogan lo que les Parezca mas Conveniente y Aviendose Conferido entre dicho D.n Juan de San Martin; y Capitanez. El expresado Mre. de Campo*

*d.n Juan de San Martin Dixo que quedando Cuiertaz las fronteraz conviene El que se aga Salida a topar El enemigo, en Campaña Atendiendo a que Vienendichos yndios ynpusibilitados de Cavalgaduraz, y A no darles tiempo, Aque se internen, y Roben, Caballos, y de esta Suerte ynbadan = y El Cp.n D.n Juan Blaz gago; y D.n Pedro Leguissamon se Conformaron con dho. dictamen y*

*D.n Joseph Chevez = y D.n Visente Naranjo, Dixeron no Convenia salida que lo que Se pudiera Aser era, Cubrir lasfronteraz y resguardarlas; D.n Roque Ayala Dixo que mediante las Notisias Ay de que Viene El Enemigo, ConvieneAser la Salida,quedando las fronteraz Cuiertaz<sup>68</sup>.*

Através desta passagem da ata, é possível perceber que não houve uma opinião unânime sobre como proceder frente à ameaça de invasão desses grupos indígenas. Enquanto o Mestre de Campo Juan de San Martin propôs uma alternativa beligerante e os Capitães Don Juan BlazGago, Don Pedro Leguissamon e Don Roque Ayala concordaram, os Capitães Don Visente Naranjo e Don Joseph Chevez apresentaram uma proposta defensiva, de resguardar e cobrir as “fronteiras”. Esse é um exemplo do que está sendo discutido no capítulo 2 desta dissertação, acerca da homogeneização que o ato de produzir as atas gera, uma vez que elas acabam por encobrir as discussões, pois, muito embora possamos ver uma discordância, não conseguimos acessar mais detalhes sobre os argumentos defendidos. Podemos levantar mais perguntas do que dar respostas para estas alternativas apresentadas frente à ameaça de invasão indígena. Seria possível conjecturar que as propostas se relacionam aos interesses das facções representadas no Cabildo? Quais seriam os interesses daqueles que defenderam uma entrada punitiva ao espaço de *tierra adentro*?

Outro ponto destacável diz respeito à justificativa dada para fazer uma ação de entrada para encontrar com os *enemigos*. O argumento do Mestre de Campo Don Juan de SanMartin foi o de apontar que seria melhor não dar “tempo” aos indígenas, para que entrassem nos campos e capturassem cavalos, o que os fortaleceria. Tal preocupação dialoga com a discussão estabelecida no capítulo anterior, que destacou o problema enfrentado pela sociedade bonaerense em conter a dispersão dos animais para *tierra adentro*, tanto no caso do gado *vacum* como do *cavalar*. Também nos revela que a prática da montaria foi, de fato, um importante incremento militar (entre outros sentidos adotados

<sup>68</sup> AGN, 07/04/1754, [1926], pp. 396-397. [ANEXO A, p. 142].



em relação ao cavalo) e também de deslocamento para os grupos indígenas da região.

Aqui, cabe discutir e problematizar um conceito muito conhecido na historiografia tradicional da região, *complejo ecuestre*<sup>69</sup>. O conceito parece ter sido transplantado, desde o seu uso para o caso da pradarias norte-americanas, para o caso sul-americano, o que, segundo Miguel Angel Palermo (1986), gera algumas problemáticas. O autor problematiza (1986, p. 159),

Significa lo mismo el caballo para los pampas del siglo XVIII, por ejemplo, que para los abipones de la misma época, mas allá de las coincidencias (no siempre presentes, además) en materia de arreos de montar, el uso de ese animal en la guerra y otras circunstancias? Para los dos grupos es, sin discusión, muy importante, pero a partir de eso, ¿se puede generalizar al punto de hablar de una cultura del caballo o un complejo ecuestre en común?

A notícia dessa ameaça de hostilidades é mencionada em *Acuerdo* de 19 de fevereiro de 1754, ocasião em que o Mestre de Campo Lasaro de Mendinueta manifestou ao Cabildo uma carta escrita ao governador<sup>70</sup>, José de Andonaegui, por Don Domingo de Ortiz de Rosaz informando que:

Aviendo salido D.n Miguel Gomez, persona de gran satisfaccion entre los yndios Peguenchez le ynformo como estes quedaban Asiendo Una mui numerosa Convocasion para ostilisar por El mez de Abril las Asienzaymediataz A esta Ciudad, Aviendo llegado a desir los referidos yndios que si se lez proporsionan suz ydeaz An de entrar Asta la misma Ciudad [...] <sup>71</sup>.

Em seguida, relatam uma carta escrita pelo *governador* em que ele “*Previene tome*

<sup>69</sup> Acerca das transformações geradas pela introdução do cavalo, o autor questiona quais dessas transformações realmente se devem a presença do cavalo, quais são paralelas a essa presença e quais “no son en realidad transformaciones sino rasgos tradicionales de esas sociedades tardíamente conocidos” (PALERMO, 1986, p. 160). Sobre este último ponto, o autor ressalta: “hay que tener en cuenta que en general la información sobre la vida de muchas etnias antes de la incorporación del caballo es escueta y fragmentaria y que es fácil caer en la tentación de *considerar ciertas características económicas y sociales de etapas posteriores como emergentes de una evolución articulada a partir de esa innovación, siguiendo razonamientos que no por lógicos se corresponden necesariamente con la realidad histórica*” (Ibidem, p. 160). Outro ponto que o autor destaca e do qual concordamos é a inadequação da “*idea de que la adopción en gran escala del caballo lleva al nomadismo*” (Ibidem, p. 162). Seguramente, a equitação facilitou a mobilidade e permitiu viagens relativamente mais rápidas, e é sobretudo sobre este ponto que chamo atenção no início deste subcapítulo. Finalmente, o autor ainda defende que o mais frutífero seria ver, tanto o cavalo quanto o gado, para além de bens de consumo que geram transformações sócio-culturais. Para o autor, e concordamos inteiramente com a afirmação, o que revolucionou a história desses grupos indígenas foi a integração destes a um mercado de circulação destes animais, o qual essas populações souberam aproveitar muito bem.

<sup>70</sup> “El cargo de virrey reunía tres atribuciones diversas: las de gobernador, capitán general y presidente de la audiencia. En su calidad de gobernador le estaba directamente encomendada la administración de la provincia capital, mientras que sólo le incumbía la supervisión de los servicios administrativos de las demás gobernaciones y capitanías generales incluidas en el virreinato [...] como capitán general, el virrey estaba investido del mando militar supremo, así como de la judicatura militar en la provincia. En cuanto presidente de la audiencia de la capital, le incumbían determinadas tareas en la organización y superintendencia de la judicatura, pero no debía inmiscuirse personalmente en la administración de justicia” (KONETZKE, 1971, p. 122).

<sup>71</sup> AGN, 19/02/1754, [1926], p. 375. [ANEXO A, p. 141].

*todazlaz precausionez Convenientez A fin de que no se esperimente ynbasion alguna Antez si encuentren los yndios suz meresidos castigos En Cualquier Acometimiento*". E assim, o Cabildo deliberou que como prevenção, se "*distribua laz milisiaz de su Cargo entodos los pueztos y pasos presisos, por donde es Natural puedan entrar los yndios, A lasfronteras para que Asi guardados no lo puedan lograr sin ser sentidos*".

Em 10 de maio de 1754, os cabildantes se reuniram e leram uma carta escrita pelo *Maestro de Campo* General Don Lasaro de Mendinueta. Nesta correspondência, escrita desde a "fronteira" de Luján (Ver Mapa 4 – página 87), Lasaro de Mendinueta informa que os soldados enviados disseram "*que la Campaña esta Sosegada por lo que se discurre no abra enemigo en ella*", mas, que considerava conveniente que os "*capitanes de los Vesinos*" saíssem à campanha para capturar o gado que se encontrava disperso até o *Saladillo*<sup>72</sup>. Os cabildantes concordaram que se "*le responda al Mre. de Campo que para meter el ganado, de la Campaña para dentro, Podra echar mano de la Jente Pagada, que se establecio, para el fin de resguardar las fronteraszy Cooperar A todos los Actos Conducentes A ello*". Não obstante, destaco um trecho desta ata:

y que por Aora no obstante, de la quietud que disen los Exploradorez, Ay en el Campo **no aviendo fundamento bastante para creer que estan las fronteraz en entera, seguridade**, puez todavia deve reselarse, la ynbasion que se teme, no parese Conveniente, El que se desanparen las fronteraz<sup>73</sup> [grifomeu].

A partir deste relato podemos fazer algumas reflexões pertinentes em relação a esta *zona de contato*. Ainda que tenha sido verificada *la quietud* da campanha, os hispano-crioulos guardavam certo temor de que essa situação poderia mudar rapidamente. Novamente, podemos associar a este medo a forte capacidade de deslocamento e movimentação dos indígenas por esse espaço. Isso, pois além de ser uma região que conheciam muito bem, possuíam cavalos e o domínio da sua montaria. Entretanto, e aqui apenas conjecturo, a própria quietude pode ser um fator que aflige esses homens. Praticamente despovoada de elementos "civilizatórios", a *tierra adentro*, cerca de um século mais tarde se tornará, no discurso republicano, o *desierto/vacío*, primeiro preenchido pela barbárie, e depois esvaziado simbolicamente, para, finalmente, ser incorporado ao território nacional (NAVARRO FLORIA, 2002; QUIJADA, 2000).

Em 22 de Julio de 1754, os cabildantes relatam que o capitão *Don Juan Blas Gago* enviou uma carta ao governador e este a remeteu ao Cabildo para que dessem resolução

<sup>72</sup> Saladillo: localizado um pouco ao sul do Rio Salado.

<sup>73</sup> AGN, 10/05/1754, [1926], pp. 420-421. [ANEXO A, p. 143].

acerca do relatado: a aproximação dos índios às cercanias da cidade e a ameaça que isso representava. O Cabildo afirmava que, tampouco era de seu agrado que esses indígenas

esten en tanta y mediason, **por la ynfidelidad, que siempre se lez A experimentado**, y que para poder remediar esto Con suabidad y Prudencia Podra Su señoria siendo servido, mandar que El Mre. de Campo Pase A rreconoser los paraez y distansiaz en que An puesto dhos. yndios sus toldos ynformandose particularmente de los deños que pueden ocasionarse, y que numero de yndios, Abra junto [...] <sup>74</sup> (grifo meu).

Quem eram esses indígenas dos quais se podia esperar infidelidade? No *Acuerdo* consta que se trata do “*Casique huelqin*”, cunhado do Cacique Cangapol, o Bravo. Ele e seus sessenta toldos, estavam localizados na “*ysla de El tordillo*”<sup>75</sup>. Acerca da afirmação “*por la ynfidelidad, que siempre se lez A experimentado*”, cabem alguns apontamentos. Em realidade, tal avaliação não diz respeito ao grupo específico do Cacique Huelqin. O caráter *beleidoso* (inconstante) dos indígenas da pampa bonaerense era apontado frequentemente, em muitas décadas de relações interétnicas. Sobre esse discurso, inclusive, recordamos que as narrativas construídas por religiosos da Companhia de Jesus coincidiam em tal constatação com as realizadas pela administração colonial<sup>76</sup>.

Aqui, é importante regressar ao dia *27 de marzo de 1753*, em que o Cabildo relatava que “*El yndio Casique Bravo, pide laz pasez*”<sup>77</sup>. No mesmo ano, em 8 de agosto “*se leyo un Memorial Presentado por El Mre. de Campo D.n Lasaro Bernardo de Mendinueta*”. Neste memorial constava que o Cacique Cangapol enviou dois índios para avisar ao Mestre de Campo que

Viene enemigos Yndios, y que no atreve A Salirlez al Castigo, para lo que pide Sien ombres Armados, y mas Cuarenta lanzaz Con Cañaz, por estar Alguna de su Gente dezarmadas y que Aviendo echo presente todolo espresado, Al S.r Gover.r le remitio dhos. yndios A dho. Mro. de Campo, para que determinase lo que paresiese [...] [...] y Asi mismo Conferensiaran sobre el Plan de la guerra disponiendola de manera que se Pueda Conseguir Algun Castigo de la ynsolensia de los yndios y la restitution de los Cautivos que llebaron se puede ser. y Al mismo tiempo se asegure la Provinsia de El temor de que repitan otro ynsulto<sup>78</sup>.

<sup>74</sup> AGN, 22/07/1754, [1926], p. 436. [ANEXO A, p. 144].

<sup>75</sup> A localidade mencionada na ata como *Ysla de Tordillo*, se encontra logo abaixo da *Reducción de Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas*, no Mapa 4 (página 87), indicado com o nome de *Las islas*.

<sup>76</sup> Como já apontado na introdução desta pesquisa, os jesuítas tiveram importante papel enquanto mediadores, não apenas das relações entre indígenas e sociedade colonial, mas, também das informações e discursos forjados sobre tais grupos. Assim, cabe questionar o alcance que a influência dos religiosos teve sobre os discursos elaborados pelos cabildantes. Sabemos que as reduções da região tiveram fim no ano de 1752, porém, até o ano de sua expulsão, os Companhia se manteve na cidade de Buenos Aires. Embora esta pesquisa não pretende investigar tal questão, conjecturo que as ideias amplamente difundidas pelos religiosos, de que esses indígenas eram *vagos* (sem parada) e *beleidosos* (caráter inconstante), se mantém com certa preponderância no discurso dos *Acuerdos*.

<sup>77</sup> AGN, 27/03/1753, [1926], p. 296. [ANEXO A, p. 140].

<sup>78</sup> AGN, 08/08/1753, [1926], pp. 326-327. [ANEXO A, p. 140].

Em Cabildo del 27 de agosto de 1754, estava à porta o Mestre de Campo Don Lasaro deMendinueta e “y aviendosele echo entrar, y tomado asiento, se leyo, una Carta escrita, Al S.r Gov.r por D.n Nicolaz Bravo, casique yndio”. Nesta carta, Cangapol informa “Como los yndios enemigos le an muerto Muchos de su Xente, y se le an llebado, laz familiaz”.

Destaco a solicitação feita pelo cacique:

que se le Ausilie con Xente, para yr A Castigar dho enemigo, y que d.n Xristobal Cabral, se le a ofresido yr con dos Compañiaz A, favoreserle, Con lo demaz que Consta de dha Carta y enterados del contenido de ella, se Acordo que para el primer dia de Octubre El S.r Mre. de Campo, Apronte, la Jente que A de yr, Al castigo de el enemigo; y que en ordena la marcha y distribucion de la Jente, El S.r Mre. de Campo, Vera lo que se a de Executar Marchando, escolta con la tropa de carretaz que Al mismo tienpo, An de yr A Salinaz Con lo qual se serro este Acuerdo<sup>79</sup>.

As três últimas atas apresentadas mencionam o Cacique Cangapol, o Bravo, e nos revelam sua capacidade de manejo político (SILVA, 2016) nessa *zona de contato*. Em 1753, o vemos solicitando um acordo de paz com as autoridades, e, no ano seguinte já podemos vislumbrar suas reivindicações ao Cabildo de Buenos Aires, as quais, podem nos indicar, entre outras questões, os usos destes dispositivos de poder colonial para manobrar conflitos *intraétnicos*<sup>80</sup>.

No mês seguinte o Cabildo inicia a organização da expedição punitiva. No dia 10 de setembro de 1754, concorreram para comandar a iniciativa “*El Mre. de Campo Gen.l d.n lasaro Mendinueta; y d.n Cristobal Cabral*”, e decidiram que

Salga el Mre. de Campo d.n Cristobal Cabral; y mediante Expresar nesesa Como quinhentos ombrez para tener una fundada confianza deque Salga la expedision gloriosa; El S.r Govern.r Se sirba dar laz ordenez, a los Capitaney las demaz que allare convenientez para que El dia Veinte y Ocho de este mez se Alle junto este numero de Jente, en donde se aga cargo de ellos dho d.n Cristobal Cabral y siga El Plan de la Campaña, A fin de Castigar los yndios enemigos, y Ausiliar Al Casiq.e bravo Con quien se tiene Paz [...] y que quedela Compañia de D.n Juan Blaz gago, y que al Cuidado, de El Mre. de Canpo G.l d.n lasaro de Mendinueta, mediante A estar en Actual Exersisio, queda al resguardo de las fronteraz por si Acaso no si pudieren Cortar enteramente losenemigos<sup>81</sup>.

Finalmente, em “*Cabildo del 7 de noviembre de 1754*”, verificamos algumas

<sup>79</sup> AGN, 27/08/1754, [1926], p. 443. [ANEXO A, p. 144].

<sup>80</sup> Sobre isso, a influência dos conflitos intraétnicos no discurso que os cabildantes construíram sobre certos grupos indígenas, ao longo do capítulo revisitaremos esta problemática.

<sup>81</sup> AGN, 10/09/1754, [1926], pp. 451-452. [ANEXO A, p. 144].

notícias do que ocorreu na expedição efetuada no primeiro dia do mês de novembro. Na carta, lida na reunião, Don Cristobal Cabral relata:

aver encontrado una tolderia de yndios, **donde mato diez y seis y Aprehendio dos Vivos los Cualez le dixeron que los demaz yndios estan en las Salinaz** y que ba marchando A ello, Aunque la Jente se a ydo sin Cavallos, no Aviendo concurrido toda la Jente que se sito para la Entrada por lo que dho. S.r Procurador Gen.l, suplica, se de Pronta Providensia para que se remita Cavallos, y que se aga Patente Al S.r Gove.r la Carta para que su Señoria Castigue A los que no an querido Asistir y lez Aprimie A que Salgan en seguimi.to de dho Cabral<sup>82</sup> [grifo meu].

Os cabildantes solicitaram que o escrivão Joseph Ferrera Feo, passasse a carta com o testemunho deste *Acuerdo*, com urgência, ao governador da província<sup>83</sup> para que “*su señoria se sirba de dar laz maz Eficasez Providensiaz a fin de que se le provea de Cavallada Al Mre. De Campo d.n Xristobal Cabral*” e alertaram para que não “*se pierda laocasion de castigar Alenemigo Una Vez que esta la Jente puezta en Campaña*”.

Em “*Cabildo del 4 de diciembre de 1754*”, o conteúdo de uma carta escrita por Don Joseph Peralta ao governador foi um dos temas da reunião. Nela, relata que os “*yndios enemigos*” furtaram “*la Cavallada de El fuerte de El Salto de el Arresifée*” (Ver Mapa 4 – página 87) e mataram “*dos ombres que Andaban Corriendo yeguaz*”. O grupo indígena autor do ataque, ao qual não se identifica para além da categoria “*yndio enemigo*”, foi perseguido por 87 homens que, “*Alcansandolos, les quitaron, la Caballava que llebaban, y demaz Asienda, y que mataron, diez yndios, dos Chinaz, y Coxieron, Un yndiesillo Cautivo*”<sup>84</sup>.

No ano seguinte, em 28 de janeiro, chega ao Cabildo um *pedimiento* feito por Don Miguelde Arrazcaeta, no qual, este sujeito em seu nome e em nome de vários *suxetos forasteros*, se oferece para realizar uma expedição à *Salinas Grandes* (Ver Mapa 4 – página 87) “*Costeando su ezcolta y Capellan y Contribuyendo, a esta Ciudad con media fanega de sal de Cada Carreta*”. Os cabildantes concordaram que a proposta é conveniente aos interesses da cidade, primeiro, porque poderia “*servir de corrida de el Campo, y de tener Ocasión de castigar Al Yndio enemigo, o A lo menos contenerlo*”<sup>85</sup>, e em segundo lugar, pois, ao mesmo tempo a expedição abasteceria a cidade. Decidem representar a proposta ao governador. Entretanto, ao consultar o *Fondo Documental Bandos de los virreyes y gobernadores del Río de la Plata (1741-1809)*, organizado pelo

<sup>82</sup> AGN, 07/11/1754, [1926], pp. 468-469. [ANEXO A, p. 145].

<sup>83</sup> José de Andonaegui.

<sup>84</sup> AGN, 04/12/1754, [1926], pp. 472-473. [ANEXO A, p. 145].

<sup>85</sup> AGN, 28/01/1755, [1926], p. 497. [ANEXO A, p. 146].

AGN (1997), foi possível constatar que o próximo bando do governador a tratar sobre uma expedição para Salinas é de 26 de abril de 1757, cerca de dois anos após este *Acuerdo*.

A próxima ata que gostaria de apresentar pode demonstrar as razões para tamanho atraso na execução de tal proposta. No dia 28 de junho de 1755, os cabildantes se reuniram e leram uma carta escrita pelo Mestre de Campo Cristóbal Cabral. Nela, ele conta que interrogaram dois cativos enviados pelo governador (não fica claro se os cativos eram indígenas ou *hispano-crioulos*) e estes lhe contaram que

**los indios que ostilisan esta jurisdiccion Ya tenian noticia, de que yban laz Carretaz A Salinaz y que laz esperaban, con conbocatoriade muchos indios, para deztruirlas y laz demas rasonez que espone, en ella po.r laz que Se Viene en conosimiento que no conviene El que Aora Se execute, El viaje procurando obiar los ynconvinientez que se puedan orijinar, y enterados El contenido de este, capitulo, y de lo demaz, que contiene dicha carta, Acordaron los Señores de este Ayuntamiento, Se Suzpenda dicho Viaje, dejandolo, para mejor ocasion, y que Se aga Chazque A la frontera, con orden expresa de que se rretiren, los que y ban A dhos. Salinaz [...] (grifo meu)<sup>86</sup>.**

Destaca-se, dessa maneira, a falta de recursos que a administração colonial enfrentava para fazer frente aos contingentes de índios *independientes* nesta *zona de contato*. Assim, mais uma vez e em consonância com a historiografia recente, é possível relativizar a suposta superioridade militar colonial quando nos deparamos com situações como esta, em que projetos de marcada importância para a segurança e subsistência da província são adiados por imposições e desafios colocados pelos indígenas. Tal fato acompanha a constatação já preconizada na introdução deste trabalho, as estratégias colocadas em prática para lidar com o “problema” indígena, foram reativas às circunstâncias desse espaço e, sobretudo, dos desafios impostos pelos grupos indígenas<sup>87</sup>.

No dia 7 de janeiro de 1756 nos deparamos com uma situação delicada: os cabildantes discutem sobre “*laz milisiaz de la Jurisdiccion de esta Ciudad*” estarem sem um Mestre de Campo ou pessoa que as comande. Tal situação deveria ser prontamente remediada, e, solicitam que o governador, Pedro de Cevallos, nomeie um dos nomes sugeridos em representação feita pelo Cabildo. E isso urgia,

a causa de aver Venido, noticia frezca Como en la Punta de el Sause<sup>88</sup>,  
aora pocos diaz, an muerto Seis o mas Personaz - y se an llebado,

<sup>86</sup> AGN, 28/06/1755, [1926], p. 534. [ANEXO A, p. 146].

<sup>87</sup> As “fronteiras” eram um desafio aos colonizadores, não apenas pela suposta falta de possíveis ganhos econômicos. A presença dos *hispano-crioulos* era dificultada pela maneira que as populações indígenas independentes viviam nesse espaço, desafiando enormemente as tentativas de domínio (DEL VALLE, 2009).

<sup>88</sup> *Punta de el Sause*: é possível ver a localização aproximada dessa região no [Mapa 5](#) (página 89). Está próximo do nome do Cacique Callfilqui, na costa atlântica.

muchos, Cautivos; y laz Cavalladaz, y demaz asiendaz, por lo que Prudensialmente, Sedeve temer que Con el refuerzo de Caballadaz quede alli an Sacado, nos inbadan [...]”<sup>89</sup>.

Ainda nesta mesma ata, visualizamos a discussão acerca dos índios Pampas que estavam, até 1752, reduzidos na missão de *Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas*. A redução foi destruída a partir de ataques liderados pelo Cacique Cangapol. Consta no *Acuerdo* que estes indígenas estavam com seus toldos em alguns pagos da jurisdição, como Magdalenae Matansa (Ver Mapa 4 – página 87). Os cabildantes apontam temer

[...] de su infidelidad, Como se tiene visto, y Conosido, puez estos Son, **Continuamente espiaz de la tierra, y Solo sirben de dar Aviso a los enemigos de el Estado, en que se alla la Jurisdicción**, y laz determinasionez que se toman para Su castigo. Para que En Vista de todo ello Se sirba Su Señoria dar Providensia para que todos, ellos, Sean Sorprehendidos Con suz familiaz y que **Sean remitidos a la Otra banda de este rio para que de esta Suerte el enemigo no tenga quienle de aviso** [...] (grifo meu)<sup>90</sup>.

Em outro *Acuerdo*, do dia 4 de maio de 1756, os mesmos indígenas voltam a figurar entre os assuntos do Cabildo de Buenos Aires. Novamente, destacam a importância de transladar esses grupos para que se afastem das imediações da cidade, e sugere-se que o destino seja a Banda Oriental, para a redução de Santo Domingo Soriano, isso, “*porque Sienpre que permanezcan en laz fronteras Sera inevitable el Comersio, q.e mantienen Con los infielez, y losperjuisios que de Esto Se siguen al Vien a publico*”<sup>91</sup>.

Em “*Cabildo del 15 de septiembre de 1756*”, foi lido um memorial escrito por Don Joseph Lopez, “*sarxento mayor de las milizias*”, e outro, “*por Unaz Mujerez de el Pago de la Matansa*”<sup>92</sup>. O primeiro trata-se do pedido de paz feito pelo Cacique Yati, e o segundo solicita que se resgatem alguns cativos<sup>93</sup>. Os assuntos foram transferidos para a próxima reunião, que foi realizada no dia 17 de setembro. Dessa forma, discutiram

Sobre lo que representan en Asumto de **laz pasez que piden los indios Panpaz de el Casique yati, ofresiendo, Entregar los Cautivos, que tienen En Su poder, Cristianos, y pidiendo Se lez debuelban Suz Parientez que Se dezpacharon Prisioneros, A la otra banda** Con lo demaz que Consta de losdhos. Memorialez – y Enterados de el Contenido de dhos. Memorialez, Se Acordo Se le Ynforme al S.r Gove.rque Siendo Servido Su Señoria Podra mandar, q.e el S.rto Maior d.n Joseph Antonio lopez **responda A d.n Carlosyati que no se le Negaran laz pasez a su**

<sup>89</sup> AGN, 07/01/1756, [1926], pp. 11-12. [ANEXO A, p. 148].

<sup>90</sup> AGN, 07/01/1756, [1926], pp. 11-12. [ANEXO A, p. 148].

<sup>91</sup> AGN, 04/05/1756, [1926], pp. 78-79. [ANEXO A, p. 150].

<sup>92</sup> AGN, 15/09/1756, [1926], p. 120. [ANEXO A, p. 151].

<sup>93</sup> Sobre a questão do cativo na região da pampa bonaerense, indicamos o trabalho de Silva (2018): *ÍNDIOS E CRIOLLOS: RAPTO E APRISIONAMENTO: CARACTERÍSTICAS DO CATIVEIRO NASFRONTEIRAS PAMPIANO-PATAGÔNICAS NO SÉCULO XVIII*.

**primo d.n Rafael y los de su gremio sienpre que Se conosca que laz piden Con Verdad y de buena fee; porque el Rey Nro. S.r y En Su nombre todos Suz basallos no desean que unos y otros Continuamente Viba con la Inquietud, y tirania de estarse asiendo daños y muertez resiprocaz, sino q.e se mantengan En paz y buena Correzpondiensiã para que asi los de Su nãsiõ pudenllegar al Conosimi.to de Dios y Su Sa.ta fee Catolica que Como Vien tan inportante a Sus Almas es lo mas que apeteze el Rey sin Aser Violensia a nadie y que asi abran Esperimentado, nunca Se lez a negado las pãsez quando las an Solisitado En Buena Correzpondensia ; pero que aviendo Tanvien Enseñado la Esperiensia la poca Susiztensia que tienen los de Su nãsiõ puz faltando muchaz Vesez a lo que prometen procuran Cometer Traisioñez y Alevosiaz Contra Aquellos mismos a quienzez Estan Tratando Como amigos no extrañaran el que interin que Se reconose el animo de los Yndios de Su gremio Vibã los Españolezcon alguna precausioñ a fin de no padesez algunos daños Aunq.e SeCree que la intensioñ de dho. D.n Carlos, y la de su primo Sean de Buena lei y de toda Verdad: y que Asi para Tratar laz pãsez quando leparezca y Aser laz Capitulacionez puesto que aora no puede mantenersepor Algun mas tiempo, podra Volver dho. D.n Carlos Estando prevenido que tanvien los a de aser Con el Casique brabo, porque aviendo esta Ciudad y Jurisdiccioñ Esperimentado tan buena Correspondensia de su Amistad, Sera Tanvien presio darle antezãvisio de esta Proposicioñ ; y se acaso tuiensẽn Algun inconvenienteEn esto Se procurara por todos medios Su amistad para que asi todos se mantengan Con quietud y sin Sosobra : y Al mismo Tiempopodra prevenir V.ss.a al S.to Maior que no permita Se internen los indios Con Este preteztõ ; y que quandoayan de bolver a Tratar de las pãses abra se Ser con poco numero de Jente a aquella frontera, la que Custodiara Con Vijilansia Como asta aqui lo a echo, y que Con su Avisose daran laz providensiaz para que Sepãsen a aser los Tratadosde paz<sup>94</sup>.**

Saliento alguns elementos desta ata. Primeiro, novamente podemos ver partir de uma liderança indígena a proposta de se estabelecer as pazes com a administração colonial. Destavez, é o Cacique Yati, representando o seu grupo pampas serranos, quem maneja as relações político-diplomáticas, utilizando, por exemplo, a proposta de troca decativos *hispano-crioulos* por alguns de seus parentes presos. Em segundo lugar, visualizamos marcadamente a questão do indígena de caráter *beleidoso* (inconstante), em cuja palavra não se pode confiar. E por fim, destaca-se o importante respeito e prestígio angariado pela figura do Cacique Cangapol perante as autoridades do Cabildo, que sublinham ser necessário avisá-lo da proposta de paz com Yati. Os próximos dois subcapítulos tratarão sobre os anos de 1760 a 1776. Primeiro, discutiremos sobre a alta incidência nas atas do Cabildo do tema das *Compañías de Frontera* e a falta de recursos para a subsistência desse projeto. Além disso, abordaremos uma prática que já era

<sup>94</sup> AGN, 17/09/1756, [1926], pp. 125-126. [ANEXO A, p. 151].



desenvolvida nas décadas anteriores, mas, que começa a ganhar novos contornos neste momento, as alianças com os chamados “caciques amigos”. A última seção deste trabalho propõe compreender as estratégias “finais” do Cabildo<sup>95</sup>, isto é, antes do estabelecimento do Vice Reinado do Rio da Prata, para lidar como “problema” indígena.

## 5.2 A falência das *Compañías de Frontera* e a fidelidade dos caciques amigos como estratégia de contenção

Em *Cabildo del 16 de septiembre de 1761*, os cabildantes discutiram sobre a necessidade de ordenar ao Sarxento Mayor Don Joseph Chevez que marchasse “*Comandando la Jente, que le Esta asignada*”, para verificar se as notícias de que as campanhas estavam “*inundadaz de indios*” eram verdadeiras. Especificaram que se

Podra mandar que de la Compañia de la frontera de lujan marchen quinse Ombrez Con un Sarxento – y que de la de el Salto de el Arresifez marchen otros quinse ombrez Con Otro Sarjento, que Estos treinta ombre Se incorporen Con la Jente que ba bajo de el comando de dho. Joseph Chebez a quien Su Señoria le Conferira los ordenez que allare por Convenientez Con lo que se Serro Este Acuerdo<sup>96</sup> [...].

Nessa transcrição, temos a descrição detalhada dada pelo Cabildo de Buenos Aires, de como a *Compañia de Frontera*, uma força miliciana<sup>97</sup> de vigilância dessa *zona de contato*, deveria proceder para verificar se realmente as campanhas estavam “inundadas de índios”.

Dois dias antes, em 14 de dezembro de 1761, o Cabildo expressou-se acerca da urgente causa que obrigou a formação das três companhias que guardavam as fronteiras, “*pagadas en la maior parte con el dro. de los dose reales impuestos sobre cada botija de Vino, y Odres de Aguardiente de los que se traen a vender, a esta Ciudad de las de Mendoza, y San Juan de la Provincia de Cuio, del Reino de chile*”. Manifestou como justa tal cobrança, pois

**[...] no siendo posible reducir a duda la audacia con que los Yndios Barbaros insultavan y acometian a las tropas que iban y benian á aquel Reyno, haciendo en ellas crueles y sangrentos extragos, en las Vidas y haciendas de los comerciantes y traficantes estando, con este motibo desoladas las campañas, y estancias de esta Jurisdiccion, tomando animo por belas indefensas, a internarse hasta las**

<sup>95</sup> O Cabildo não é dissolvido quando se estabelece o Vice Reinado do Rio da Prata, entretanto, os quadros de funcionários se transformam a partir de um intento de centralização das reformas bourbônicas, e por isso, as políticas em desenvolvimento se alteram.

<sup>96</sup> AGN, 16/09/1761, [1926], p. 643-644. [ANEXO A, p. 152].

<sup>97</sup> “Pero así como en la metrópoli, también en los reinos americanos todos los vecinos libres tenían el deber de prestar el servicio militar para la defensa del país. (...) En este postulado del servicio militar obligatorio para la defensa del país se fundaba la organización de las milicias americanas” (KONETZKE, 1971, p. 148).

**inmediaciones de esta Ciudad matando y cautibando las Jentes que encontraban en su labranza y cultibo, cuios estragos Sesaron con el resguardo de las referidas tres compañías en las fronteras y Campaña como hasi lo a mostrado la esperiencia, por que desde entonces, temerosos los Yndios Ynfieles de haver pronta preparacion para castigar sus atrebimientos, no ay noticia que aigan, echo el menor considerable asalto ni que aya Susedido muerte robo ni cautiberio alguno quando todo este hera, antes tan frecuente, y Siendo preciso que las referidas tres Compañias subsistan en los terminos mas conformes y arreglados y tambien el cumplimenta de lo que Su Mag.d manda p.r su real Sedula ganada, a solicitud de dhas. dos Ciudades, Ordenandoen ella, que la contribucion sea solo de quatro reales por cada botija y odre deaguardiente que entraren en esta, Cuios Subsidio no puede alcansar Sin otros arbitrios a la subsistencia de las referidas tres Compañias, Es su dictamen que este cavildo informe a su Mag.d corroborandolo, con representacion del Ex.mo Señor Señor Gov.r de estas Provincias p.a que Su R.l Clemencia atendiendo a los cortos arbitrios que a esta Ciudad se le ofresen para tener guarnecidas las fronteras, y a la necesidad que tiene de conserbalas para atajar los insinuados daños Se sirba proporcionar el remedio de ellos, aplicando para ello el ramo de cruzada, A Exemplo de ygal gracia consedida en la Provincia del tucuman, por causas semejantes pues siendo el prosedido de ello para imbertirlo en la guerra contra Ynfieles, y redension de cautibos, Se alla berificada en este caso, y Provincias imbadidas de Yndios Ynfieles, tan arreglado y christiano fin, y que interin, este Cavildo haga presente a su Ex.a que en los efectos q.e Se allaren por combiniente, se arregle, lo que deban contribuir, **pencionando asi mismo a los hacendados y dueños de estancias que logran de tan importante benefisio como es el de tener aseguradas sus haciendas con el resguardo de aquella tropa, a que contribuian con lo que se jugare corresponder a sus fondos, para cuios arreglo deberá este Cavildo con Junta de todos sus indibuidos formar el arreglo que paresiece mas equitatibo y cristiano sin que cause alteracion, pasando de todo ello antes de executarla, noticia al Ex.mo Señor Gov.r para proceder en todo de acuerdo con su Ex.a y tratado y conferido Sobre el asunto de comun acuerdo se conformaron todos los indibuidos de este Ilr.re cuerpo, con lo espuesto por dho. Señor Alcalde de primer Voto**<sup>98</sup>. [grifos meus].**

Depois de relatar a importância que as *Compañias de Frontera* tinham para a segurança das campanhas e até mesmo da cidade, contra os insultos de *los Yndios Barbaros*, o Cabildo trata de introduzir ao assunto um pedido de ajuda que deve ser solicitado à coroa, acerca dos recursos para manter as “fronteiras” guarnecidas. Sugere, inclusive, a contribuição voluntária dos *hacendados e dueños de estancias*.

No ano seguinte [1762], em reunião realizada no dia 1º de setembro, leram uma representação<sup>99</sup> redigida pelos soldados da *Compañía del Salto de Arrecife* para que pagassemos dezesseis meses de soldos que estavam atrasados, “*por cuios motibo se allan*

<sup>98</sup> AGN, 14/12/1761, [1926], p. 661-662. [ANEXO A, p. 153].

<sup>99</sup> A representação encontra-se transcrita no Acuerdo [ANEXO A, p. 154].

*en total desnudes, y no teniendo otro medio para poder remediarlas, ôcurren a este Cavildo para que se sirva de interseder con el Señor Governador para que se les socorra*<sup>100</sup> ”.

Quando avançamos para o ano de 1766 nos deparamos com a seguinte situação referente ao estado e manutenção das *compañias de frontera*. Em *Acuerdo del 21 de agosto de 1766*, Don Juan de Lezica expõe que:

[...] **en atención a haver dado los Indios infieles, en las fronteras de esta ciudad y Su jurisdiccion y haver echo considerable extrago, matando alguna xente, llevandose muchas muger.s y muchachos cautibos, y robandose mucho ganado de todas especies, Sin que se aya conseguido el castigo**, Sin embargo de haverse dado prontas providencias por el Gobierno, habiendose segun Se tiene noticia rebuelto mucha xente de la q.e fue en Su Seguim.to por falta de lo nesario para su subsistencia; **teniendose entendido que las compañías que cubrian las fronteras, de poco tiempo –a esta parte no permanesen, por no haverseles acudido con Sus Sueldos, no obstante de que esta Ciudad, desde principios del año de quarenta e cinco, busco barios arbitrios para que hubiese caudales para Su Subsistencia**, hera combiniente rexistrar los acuerdos y demas papeles y Zedulas R.s que Sobre el assunto de dhos. arbitrios, aya en este archibo, para que enterado este Cavildo de lo que aiga en el particular pueda arbitrar lo combiniente [...] <sup>101</sup>.

Nesta ata há o relato de um ataque indígena nas imediações da cidade de Buenos Aires (em outra ata compreendemos que se trata dos povoados de *Matanza e Magdalena* – **Ver Mapa I**, p. 79). Nesta incursão, os indígenas mataram algumas pessoas, cativaram muitas mulheres e crianças e roubaram muito gado. Não foi possível castigá-los, pois segundo o relato, as *Compañias de Frontera* não estavam mais guardando a região, uma vez que seus soldos não estavam sendo pagos, ainda que a cidade buscasse recursos para a sua subsistência desde 1745. Dessa forma, percebemos que a preocupação com o sustento de tal empresa já ocorria há algum tempo, entretanto, parece ter atingido o seu limite na década de 1760.

Poucos dias depois, em *Acuerdo del 1º de septiembre de 1766*, Don Eugenio Lerdo de Tejada e Don Manuel Alfonso de S.n Xines, nomeados para a inspeção e reconhecimento de papeis relativos ao Ramo de Guerra, “*hisieran presente un libro en que constan anotados los acuerdos celebrados, y representaciones echas Sobre el assunto*”. Solicitaram que o Cabildo representasse ao governador o que julgasse conveniente “*para la quietud de su Vezindario*”, e que “*a todos los Indios que con titulo de mansos Se*

<sup>100</sup> AGN, 01/09/1762, [1927], p. 77. [ANEXO A, p. 150].

<sup>101</sup> AGN, 21/08/1766, [1927], p. 411. [ANEXO A, p. 156].

*mantiene en las inmediaciones de las fronteras, Se les dé algun destino en la otra banda de este gran Rio*<sup>102</sup>, para privar-lhes a comunicação com “*los demas Indios de la tierra adentro*”, que praticavam invasões, “*Como Se a Experimentado en la que acaba de padecer, la frontera de Matanza y Magdalena*<sup>103</sup>”. Os indígenas indicados na ata como “*mansos*”, segundo consta no documento, serviam de “*espías*” e favoreciam aos demais grupos de *tierra adentro* com notícias e informações.

Aproximadamente dois anos depois, em *Cabildo del 18 de julio de 1768*, noticiam o avançado estado de decadência das *Compañias de frontera*. Relatam que “*la ciudad y principalmente los Vezinos de la Jurisdiccion, estan en continuo Lamento por los Ynsultos que se estan experimentado de los Yndios Ynfieles*”, e que “*se le a informado, de barios desordenes, de la Xente, de las Compañias*”. Ainda afirmaram que os fundos do Ramo de Guerra para o sustento das *compañias* não produziam “*Sino cosa de la mitad de lo que se gasta anualmente*”<sup>104</sup>.

A falência das *Compañias de Frontera*, conjecturo, esteve ligada a um jogo de poder envolvendo a sociedade *criolla* e os novos auspícios da coroa borbônica. Segundo Lockhart & Schwartz (2002, p. 414) as milícias “dependiam muito dos moradores locais, o que contrariava diretamente a tendência dos Bourbons de reduzir a influência crioula”. Assim, podemos nos perguntar se a falta de recursos crônica para financiar essas milícias não era a indicação de uma desconfiança nessas forças, ocupadas sobretudo por hispano-crioulos.

Voltemos nossa atenção agora para uma prática que parece ter sido importante enquanto estratégica para manejar as relações interétnicas nesta *zona de contato*. As alianças com os “caciques amigos”.

Em *Cabildo del 13 de octubre de 1766*, o Alcalde Don Marcos Joseph de Riglos apresentou um memorial feito ao *Señor Governador* em nome do *Casique Lepin*, “*con una carta de su Ex.a con fha. de onze del corriente, para que este Ilt.r Cavildo Exponga lo que seamas combiniente sobre el contenido de dho memorial*”. Debruçaram-se sobre o assunto com a assistência dos “*Sarxentos maiores D.n Clemente Lopez de Osornio, D.n Manuel Pinaso y el Capitan d.n Juan fran.co de Suero*”.

**Y asi mismo, haviendose echo entrar a esta Sala, al dho, Casique Lepin, y Examinandose por medio del interprete fran.co Bascur, y ratificandose dho. Indio en la pretencion de haser una combocatoria Grál. de todos los Indios sus parientes amigos y Aliados, cuio numero**

<sup>102</sup> Rio Salado.

<sup>103</sup> AGN, 01/09/1766, [1927], p. 414-415. [ANEXO A, p. 156].

<sup>104</sup> AGN, 18/07/1768, [1927], p. 640-641. [ANEXO A, p. 159].

**dize acendera a Setecientos Indios, para haser la guerra a los Indios Teguelchuz, Sus enemigos, con la condicion de que se les permita, despues de echa la combocatoria el dejar Sus familias en la Laguna Salada que esta de la Outra banda del Rio Salado, pidiendo asi mismo un poco de yerba y tabaco, algun Aguardiente para el fin de la dha combocatoria. Dijeron que no encuentran incobiniente en que se les de la facultad que piden para haser la guerra a los teguelchuz, que son los que ultimamente nos an ostilizado nras. Campañas, y cuia nacion se haze presiso por todas razones Castigarlos, no solo por los Expresados insultos que nos an echo Sino es por los que en adelante nos puedan haser, por ser los mas baliente y aguerridos que ay, y asi combiene debilitarlos, y para que se logre esto, el que se les de yerba tabaco y demas que pide, como asi mismo el que berificada que Sea la Expedicion que intentan contra los teguelchuz, Se les gratifique, de Ramo de guerra lo que parciese a la generosidade de su Ex.<sup>a</sup>; pero queno obstante estos ofrecimientos de Lepin y el dejar sus familias en el citio que designa de la Laguna Salada, parese nesesario el que la xente de las Milicias del Campo esten prontas y prebenidas para el caso de alguna perfidia del dho. Lepin, como por lo comun Se a Experimentado, del proceder beleidoso de dhos Indios, atajar cualesquiera acontecim.to que pueda Suceder, estando de este modo mas en tiempo de Executar lo que el cavildo a tenido por combiniente Exponer a su Ex.a en el segundo punto de larepresentacion y acuerdo del dia seis del corriente, y para proseder con la cautela nesesaria Sobre la conducta de dhos. Indios Se a propuesto por los dhos. Sarx.tos Maiores y Cap.n D.n Juan fran.co Suero, Ser tambien combiniente el que bayan dos españoles lenguarases en su compañía / a la combocatoria que aseguran los Indios la tendran concluida dentro de veinte diaz de la salida de esta Ciu.d, y que desde luego Se encontraran dos lenguarases ombres de confianza que voluntariamente hiran, gratificandoles con alguna cosa para la Subsistencia de Sus familias en el interin ban a esta dilix.a Sobre lo que se acordó que desde luego se hisiese asiy para su Execucion Se dé quenta al Señor Gov.or con testimonio de este acuerdo que llebaran los Señores D.n Diego Mantilla, y D.n Manuel de Escalada a quienes se diputa par el efecto, para q.e su Ex.a en bista de ello se cirba determinar lo q.e le paresca mas asertado, con lo q. Se cerro este acuerdo, al que no concurrio D.n Mig.l de Esparza p.r enfermo, D.n Mig.l de Rocha, y D.n Antonio Nasarre – no an concurrido ni dado razon de su embarzo [...] Ante mi: Fran.co Xavier Ferrera – Ess.no pub.co.<sup>105</sup> [grifos meus].**

O que podemos visualizar com essa citação é que, muito embora seja afirmativa a resposta do Cabildo para a proposta feita pelo Cacique Lepin, havia a impressão acerca de seu (do cacique e de sua parentela) caráter *beleidoso* (inconstante). Os interesses, do cacique e do Cabildo, neste caso, parecem coincidir. Da parte da sociedade colonial era interessante castigar aos *teguelchuz* que “*son los que ultimamente nos an ostilizado nras. Campañas, y cuia nacion se haze presiso por todas razones Castigarlos, no solo por los Expresados insultos que nos anecho Sino es por los que en adelante nos puedan haser*”.

<sup>105</sup> AGN, 13/10/1766, [1927], p. 428-430. [ANEXO A, p. 154].

Enquanto ao grupo do cacique Lepin, podemos conjecturar que suas motivações pairavam em conflitos interétnicos entre as populações indígenas desse espaço, e a iniciativa desta liderança em fazer um memorial ao Cabildo de Buenos Aires nos indica para a capacidade de agência e manejo político, e dos usos dos instrumentos de poder colonial.

Algum tempo depois, em 21 de janeiro de 1768, um *Acuerdo* foi elaborado e nele constam três matérias que nos interessam. A seguir, cito a ata em questão e destaco os pontos mais relevantes.

[...] entró a la Sala a este tiempo Don Manuel Joachin de tocornal en cuio estado, se trató, (estando presentes los Sarxentos Mayores Don Manuel Pinaso, Don Clemente Lopez y Don Juan Thomaz de Benabidez; y los capitanes Don Joseph Vague, Don Gregório Cabrera, Don Alexandro Arroyo, Don Simon de los Santos Alborde, y Don Joseph de Lara, quienes de orden del Ex.mo Señor Governador y Capitan General. an bajado a esta Ciudad a este efecto) **en orden al remedio que se debe poner por pronta providencia, para libertar las fronteras de las repetidas imbaciones, que se an experimentado del Yndio enemigo, y unanimes acordaron que mediante a rreconoserse la fidelidad del Casique Lapin, se rratifique la paz** que a este se le dio por el Sarxento Maior Don Juan Thomas Benabidez, respecto a que **en la Jurisdicion, no ay suxeto ninguno que tenga baquia latierra adentro donde asiste el enemigo y es presiso buscarle; para castigarle** lo que se conseguira por medio de una (...) la que se deberá berificara principios del mes de Marzo proximo, si llebiese, y Se rreforsasen las cabalgaduras, y que para resguardar el pago de la Magdalena, Se pongan cien Ombres en la Ysla de todos Santos, estos con viente cinco que tiene alli destacados el Sarxento Mayor don Clemente Lopez, y que a estos soldados espresiso contribuirles con una gratificacion para que subsistan, en el ynterin se puede berificar la entrada, mediante a que de outro modo, no se podra conseguir, la seguridad que tanto importa: **Y que rrespecto a que la causa de todos estos perjuicios y daños que experimenta el publico, es la falta de subordinacion y Obediencia que se experimenta, en la Xente de la Campaña:** se suplique al Ex.mo Señor Governador expida las mas estrechas ordenes, **para que se castiga Seberamente a todos, los que no Obedescan las Ordenes, que se les comuniquen; pues nada es mas cierto y constante que si hubiera Obediencia, no podrian conseguir los Yndios, hacernos la Guerra con lo suseso que lo logran**<sup>106</sup> [...]. [grifos meus].

Sobre o reconhecimento da fidelidade do cacique Lepin, fica evidente o interesse do Cabildo em tal prerrogativa. Os indígenas possuíam conhecimento sobre o espaço de *tierra adentro* e poderiam, com muito mais eficiência, ir ao encontro de *los indios enemigos* para castigá-los.

Acerca desta questão, o espaço da campanha enquanto um território problemático, em *Acuerdo del 30 de marzo de 1767*, os cabildantes leram dois *pedimientos* e em um deles se ressaltou “*los grabes perjuicios que se Experim.tan en campaña de los*

<sup>106</sup> AGN, 21/01/1768, [1927], p. 580-581. [ANEXO A, p. 158].

*malebolos que reciden en ella*”, esclarecendo que não era possível aplicar as penas correspondentes para conter os delitos devido à escassez de *Jueses*<sup>107</sup>, que poderiam *Zelar estos desordenes, y aprehender a los delinquentes*. Propuseram então que a tarefa fosse conferenciada aos “*Oficiales Milicianos de Campaña, como a interesados en aquellos perjuicios, Se podria conseguir el evitarlos*”<sup>108</sup>.

Em *Cabildo del 3 de junio de 1767* nos deparamos mais uma vez com um dos maiores problemas impostos pelo espaço na perspectiva dos cabildantes. Relataram que,

**[...] los ganados de la Jurisdiccion Se an Salido a campaña a tierra del Indio enemigo, a causa de la gran escases de pastos que ay, en las Campiñas de las estancias; el qual hera nesesarrio ber el modo de bolber a entrarlo, pues de no practicarse Con brebedad esta dilix.a podra resultar maior perjuicio internandose dho. ganado mas, y ciendolo p.r este echo, mas facil al enemigo el Extraerlo, conduciendolo a lo remoto desus havitaciones. y enterados los señores haviendo conferido, acordaron se rrepresente al Ex.mo Señor Gov.or este perjuicio Suplicandole Se cirba Su Ex.a teniendola a vien, dar Sus ordenes para q.e los Sarxentos Maiores de los respectibos departamentos de esta Jurisdiccion, Salgan a Campaña, con las Compañias de Vezinos que tubiesen p.r combiniente para berificar la conducion de todos los Expresados ganados a esta Jurisdiccion, para que en el modo que tubiesen p.r combiniente, los mismos Sarx.tos maiores puedan resivirse los Vezinos de sus haciendas, executandose lo referido Segun en Otras iguales circunstancias Se aya echo. y asi mismo q.e respecto a que ay rumores de que bienen a insultar Prov. Los Indios Infieles, q.e Se cirba suEx.a mandar a los capitanes de las Compañias pagadas de las fronteras, den a los Expresados Sarxentos Maiores, los aucilios nesarios para que sin peligro Se consiga el referido fin, y que si la casualidad hase que encuentren nras. Jentes, los enemigos se les pueda castigar [...]**<sup>109</sup>.

### 5.3 *Fuertes, Poblaciones e as estratégias finais no período pré Virreinato del Rio de la Plata*

No dia 15 de janeiro de 1771, o Cabildo de Buenos Aires realizou reunião para ler um memorial dedicado ao *Señor Gobernador*, escrito por Don Francisco Falcon, “*vezino de Areco*”, para examinarem a proposta de tal sujeito “*Sobre la construccion de un fuerte en la frontera de Areco para que sirba de contener el enemigo*”. Decidem que

Se suplique al Señor Gobernador y Capitan General que ciendo servido mande bajar a esta ciudad despues que aseguren sus cosechas de trigo al Sarxento Maior de dho. partido [...] y los demas suxetos practicos que su señoria conseptue por combeniente; para que tratando, este Cavildo con dhos suxetos, acuerde, lo que le paresca conducente sobre los puntos que expresa dho Memorial, procurando en su Informe, haser ber al Señor

<sup>107</sup> Alcaldes de la hermandad.

<sup>108</sup> AGN, 30/03/1767, [1927], p. 496-497. [ANEXO A, p. 157].

<sup>109</sup> AGN, 03/06/1767, [1927], p. 483. [ANEXO A, p. 158].

Governador lo que lo pareciese mas conforme, al comun beneficio del Vezindario<sup>110</sup> [...].

A região de *Areco* citada na ata pode ser visualizada em dois mapas apresentados no capítulo 4. No primeiro, Ver Mapa 4 – página 87, está sinalizada enquanto uma das paróquias rurais estabelecidas na década de 1730. No segundo, Ver Mapa 5 – página 89, já está sinalizada como uma localização em que havia um forte, pois este mapa é uma representação do pequeno avanço que a sociedade colonial angariou realizar – através de uma linha de pequenos fortes – sobre o espaço da *zona de contato*, em meados da década de 1780.

A partir deste caso, é importante salientar que os *fuertes* e as *poblaciones* eram associados à formação um do outro. Isso, pois um povoado erigido nesta região de zona de contato, necessitava da proteção de uma guarda fortificada. E, por outro lado, o estabelecimento das *poblaciones* junto à essas construções era uma garantia de sua manutenção, podendo ser um auxílio para evitar as deserções de soldados das guardas, uma vez que suas famílias poderiam se estabelecer nas proximidades. Além disso, as autoridades eram desejosas de que depois de algum tempo os fortes se tornassem autossuficientes em termos de sustento material, e as populações tinham o intento de formar pequenas criações de animais e plantações.

Em *Cabildo del 21 de marzo de 1771*, é dada a resposta ao memorial de Don Francisco Falcon:

[...] se acordô, se haga, en la frontera y lugar que expresa el Memorial, **a cuia construccion concurren los vezinos, de aquel partido y presisen a los bagamundos y osiosos al trabajo bajo de guardia o priciones, Como tambien a los Indios del Baradero que ayuden al corte de Maderas, acarreos y demas que se ofresca, y para el mantenimiento de la Xente que trabajare, daranla carne los hazendados de dho Areco, boluntariamente, Segun sus pocibles**, y que la yerba, racion de tabaco, Sal y Axy Se Saque del Ramo de Guerra [...] Que en quanto a la entrada de Ganados que expresa dho Memorial, esta se harâ, en la forma que el Ilustre Cavildo, esta para determinar, y quando se execute, **los Vezinos hazendados de dho partido de Areco, daran del Ganado orejano, que se le reparta, boluntariamente, las cabezas que pudieren, a fin de criar un Rodeo capaz em dho fuerte, que bajo una Marca determinada sirba, para la manutencion de los treinta ombres que lo han de guarnecer.** [...] Los treinta ombres que pide el Memorial Se pueden poner, y costear en la forma Siguiente. que respecto que el Ramo de Guerra costea cinquenta Soldados en el Fuerte del Salto, y otros cinquenta, en el de Luxan pagados â Nuebe pesos mensualmente que se Supriman diez ombres de cada establecimiento o fuerte, pues por la inmediasion de ambosen que se pone el de Areco, Son suficientes con quarenta [...] **Luego**

<sup>110</sup> AGN, 15/01/1771, [1928], p. 231-232. [ANEXO A, p. 162].



que estubiere establecido dho. fuerte con Soldados, Ganados, y demas que se Expresa. bajo de un pie que sea permanente; el Señor Governador nombrará siendo Servido a la persona que porvien tenga para que vijile las acciones, y Servicio de los treinta Soldados, y que con la imbestidura de tales, no sean perjudiciales al resto del Vezindario en robos y otros vicios<sup>111</sup> [...]. [grifos meus].

---

<sup>111</sup> AGN, 21/03/1771, [1928], p. 255-257. [ANEXO A, p. 162].

Um dos motivos que explicam a necessidade dessas instalações fortificadas, bem como das *poblaciones* que trataremos mais adiante, era a “delinquência” na campanha. Além de certamente representar uma estratégia para conter os ataques dos grupos indígenas independentes, as guardas ou fortes eram importantes para as autoridades bonaerenses pois significavam a tentativa de exercer maior controle social sobre outros grupos subalternizados – mestiços, peões – que compunham a habitação da campanha. Segundo Konetzke (1971, p. 128) “*la ciudad es el sitio de residencia de todos los españoles en América, ya que, desde el punto de vista legal, no existía una población blanca asentada en el campo*”. De outra parte, os autores Lockhart & Schwartz (2002, p. 382) nos apontam o crescimento demográfico e o aumento, sobretudo, de mestiços e outras pessoas humildes em áreas rurais e apontam que a construção dos povoados era uma tentativa para “tentarem administrar suas próprias terras, voltadas para o comércio e cultivando os mesmos produtos das *haciendas*, embora em escala muito menor”. Assim, em uma carta escrita pelo Governador Juan José de Vértiz y Salcedo, em 5 de junho de 1771, e reproduzida pelo Cabildo de Buenos Aires, há a orientação para que “*los comisionados de essa Jurisdicción Y la de San Feé guarden reciproca correspondencia franqueando unos a los otros el auxilio nesasario p.a q.e de este modo no hallen abrigo los muchos delinquentes q.e hayen unas y otras Jurisdicciones antes bien Sean castigados con las penas correspondientes a sus delitos*<sup>112</sup>”.

Outro problema enfrentado pela sociedade bonaerense que foi também um importante propulsor para as instalações de fortes e povoados, era a escassez de gado relatada nas fontes. São muitas as menções a este problema e, segundo a informação que consta em algumas atas, o gado estava fugindo para *tierra adentro* devido ao estado de seca em que a campanha se encontrava.

La experiencia ha confirmado, que en casos de secas que son frecuentes, los Ganados faltos de Agua, y pasto en las Haciendas que se hallan en los terminos de estas fronteras abandonan su nativo suelo y salen a buscar subsistencia a aquellos Campos, que por hallarse con Aguadas permanentes, ynmediatas a las Sierras nevadas conservan en todas Circunstancias la fertilidad<sup>113</sup> [...].

Estes animais que saíam do controle dos colonos da campanha dificilmente eram de serem recuperados. Segundo enunciou um *vezino* chamado Don Manuel de Tocornal, “*internado en las Campañas, cuia condicion les es mui costosa, y peligrosa, por ser presiso*

<sup>112</sup> AGN, CARTA DEL GOBERNADOR VERTIZ, SOBRE PERSECUCIÓN DE DELINCUENTES, A QUE SE HACE REFERENCIA EN EL ACUERDO ANTERIOR, [1928], p. 279-280. [ANEXO A, p. 164].

<sup>113</sup> AGN, 28/09/1772, [1928], p. 483. [ANEXO A, p. 168].

*hira buscarle a tierra del enemigo; cuios costos les son insoportables*<sup>114</sup>”.

Finalmente, as ameaças de invasões dos *indios infieis*, ou *indios enemigos*, também são um importante fator no estímulo à construção de fortificações. Em reunião *del 25 de mayo de 1773*, os cabildantes abriram um documento do Governador y Capitan General, que continha “*una carta del Señor Presidente de Chile avisando la ynvacion que a esta Jurisdiccion amenazaba el Indio Barbaro segun las notisias que se avian adquirido, Y el ynforme que sobreello avia dado el Sargento Mayor D.n Manuel Pinaso*<sup>115</sup>”

Em 30 de junho de 1773 há um documento produzido pelos cabildantes e intitulado “*EL CABILDO DE BUENOS AIRES SUPLICA A S.M QUE NO SE IMPONGAN NUEVOS GRAVÁMENES A LOS VECINOS DE LA CIUDAD*”. Reproduzo um trecho importante do mesmo, no qual ainda ressoam as reivindicações investigadas no subcapítulo anterior. Indagam,

[...] Que pueblo hasta aora sino Buenos Ayres se há dedicado a tener gente permanente en las Guardias de las fronteras, y salir frequentemente a la Campaña a contener los Insultos de los Indios Infieles, sin que se les tribute sueldo, Vagages ni otra cosa por este servicio?<sup>116</sup>

Tratemos agora das *poblaciones* que, embora devam ser vistas como interligadas ao projeto dos fortes, merecem atenção especial, uma vez que as atas que tratam sobre essa temática são extensas e nos brindam com várias informações importantes.

Em sessão de 15 de setembro de 1772, os cabildantes discutiram sobre o conteúdo de uma carta do Governador que descreve ser conveniente a construção de três “*poblaciones en la Campaña*”, nas localizações “*que designa un diseño que acompaña a la citada carta*”. Além disso, havia uma representação dos *Sarjentos Mayores de la Jurisdiccion*. E considerando tratem-se de documentos diferentes “*y que la materia pide una madura y prolixa reflexion para con ceñido conocimiento exponer a este Ayuntamiento los mas combeniente a lo que se ynteresa el proyecto*”, decidiram que “*con la mayor brevedad se saque seis copias De cada documento para que repartidos entre los Señores deste cuerpo, ê instruidos de sus fundamentospuedan con esta ynstrucion dar sus botos con areglo a lo mas util y combeniente*<sup>117</sup>”.

Dessa forma, no dia 28 de setembro de 1772, o Cabildo produz um “*DICTAMEN DEL PROCURADOR GENERAL ACERCA DE LA FUNDACIÓN DE NUEVAS*

<sup>114</sup> AGN, 12/08/1772, [1928], p. 462-463. [ANEXO A, p. 166].

<sup>115</sup> AGN, 25/05/1773, [1928], p. 478. [ANEXO A, p. 171].

<sup>116</sup> AGN, 30/06/1773, [1928], p. 601. [ANEXO A, p. 171].

<sup>117</sup> AGN, 15/09/1772, [1928], p. 476-477. [ANEXO A, p. 167].

*POBLACIONES*”, extenso e escrito pelo próprio procurador, Don Manuel de Basavildaso. Esse documento difere bastante das atas escritas pelos escrivãos, e nos proporciona importantes detalhes, motivo pelo qual será discutida amplamente a seguir.

O primeiro ponto a ser destacado é a afirmação do Procurador de que não é apenas útil, “*sino absolutamente necesario el que desde luego se lleve a efecto el pensamiento de formar las referidas Poblaciones*”, as quais “*muchos años hace Se trata pues en todos tiempos se há reconosido su importancia*”. Também afirma estar convencido que o projeto se vincula às “*ventajas de las Haciendas de Campaña que son el único fruto, que contribuye a la subsistencia y aumento de este pais, seguridad de sus bienes y vida de sus avitantes*”. Esse vínculo entre a construção dos povoados e a manutenção das *haciendas* refere-se, sobretudo, ao fenômeno discutido anteriormente, a entrada do gado em *tierra adentro*. O documento relata que

[...] las Haciendas queden desiertas, y los Ganados al arbitrio de nuestros enemigos los Infieles, porque hallandose estos deliciosos Campos fuera de las Guardias que forman las Fronteras, los Indios para hacerse Dueños de ellos, ni aun tienen la necesidad de pasar por ningun riesgo, ni pencion, que de otro modo les fuera inevitable, siendo por el contrario preciso que los nuestros para traer el Ganado que surte en la manutencion del Pueblo hayan de sufrir los rezelos, y cuidados de ser sorprendidos, y muertos, como que estas Campañas son de su libre uso, y aun se puede decir Jurisdiccion<sup>118</sup>.

O procurador também afirmou:

**Verificadas las Poblaciones se consiguiera que los Indios no sean como al presente Dueños absolutos de los Ganados que sin poder de ningun modo evitarse abanzan de las fronteras**, y que dilatados los terminos de ella, disfruten los vecinos de aquellos amenos, y fertiles Payses, formando sus establecimientos con aquella seguridad que se les franquea que se fomenten las crias de los Ganados, y sementeras, con las ventajas propias de aquellos terrenos que se hallan a cubierto de las Contingencias de falta de Aguadas [...]. [grifo meu].

Uma das justificativas apresentadas pelo *Procurador* para a realização do projeto das três povoações é a delinquência *de la gente de la campaña*.

La razon indicada de que los limites de la actual situacion de las fronteras no permite la comoda subsistencia de las muchas Gentes que la ocupan facilitara el proyecto de las nuevas poblaciones con las considerables ventajas de penderen cibilidad, y domicilio una multitud de hombres que viven de lo que roban sin conocer a Dios, ni al Rey [...] porque de que otro principio que de no tener instruccion christiana civil, ni modo de travajar ha de producirse tan excessivo numero de Gentes, sin otra profesion ni ocupacion, que la de los raves Juegos, y demas detestables vicios que son consecuencia de la ociosidad e indigencia [...]. [grifo meu].

<sup>118</sup> AGN, 28/09/1772, [1928], p. 483. [ANEXO A, p. 168].

Depois de apresentar algumas justificativas que corroboram a construção dos povoados, Don Manuel de Basavildaso avalia uma questão pertinente: a localização em que deveriam ser construídas as *poblaciones*. Sobre isso, esclarece que

**[...] el éxito de esta grande empreza consiste en acertar la eleccion de los parajes donde se hayan de situar las Poblaciones, y que por otra parte es constante falta la cierta, y puntual geographia de aquellos Payses, pues no hay quien de proposito los haia examinado, sino algunas noticias de Gentes Idiotas en estas materias [...] se debe mandar uno o dos sujetos aviles, que Levantando los correspondientes Planos con la noticia de las Salidas de la Sierra, distancias, Rios, Montes, y las demas que son neessarias para tener el conocimiento ficico que demanda una resolucion de que resultanmui utiles ô fatales consecuencias nos pres.te reunidos a un solo punto de vistatodos los distintos objetos de que se deve tener conocimiento pues de otro modo podria abenturarse todo; [...] propusso en su sitado Informe para **que el Comandante de la Expedicion se encargase de reconocer todas las entradas, y las salidas de los enemigos, donde con utilidad se pudiesen establecer las poblaciones** para lo que Juzga el procurador Suplique este Cavildo al Señor Governador y Capitan General se sirva dar la providencias conducentes **a fin de que luego que lo permita la estacion del tiempo se ejecute una y outra operacion que son de notoria utilidad, y urjente necesidad sin dilatarlo como hasta aqui, pues se deven aprovechar las circunstancias de Paz en que nos hallamos [...]**.**

Em Cabildo del 10 de octubre de 1772, leu-se uma carta escrita por Don Diego de Salas, *Theniente del Rey*, “*a cuio cargo se halla el Governo de esta plaza por ausencia del Señor D.n Juan José de Vertiz*”, que continha a instrução “*sovre el examen, reconocimiento y establecimiento de Poblaciones, que se han de hacer para impedir la entrada de los Indios*”. Solicita ao Cabildo que nomeie um indivíduo para “*practicar las diligencias que en ella se previenen; puez que para el dia catorze del corriente mês, ha de estas presisamente prompto para marchar a esta expedicion*<sup>119</sup>”. Assim, em ofício de 10 de outubro de 1772, o Cabildo nomeia Don Pedro Pablo Pavón para comandar a expedição, e solicita:

Como uno de los objetos representados por este Cavildo al Señor Governador para esta expedicion, ha sido o de recoger y entrar a la Jurisdizion de las haciendas de estas Fronteras los ganados que por la seca padecida se han salidoal Campo, lo repetimos a V.S. Suplicandole lo tenga presente para dar tambien a este fin las correspondientes providencias pues esta diligencia es de suma importancia para esta Provincia ya por los perjuicios, que se siguen a los vecinos de la perdida de sus haciendas, y ya por lo que se aprovechan de ellas nuestros enemigos los Indios Infieles<sup>120</sup>.

<sup>119</sup> AGN, 10/10/1772, [1928], p. 491-492. [ANEXO A, p. 169].

<sup>120</sup> AGN, 10/10/1772, [1928], p. 492-493. [ANEXO A, p. 170].

Entretanto, percebemos que o projeto demorou para sair do papel, uma vez que em Real Cédula de 9 de fevereiro de 1774, a importância de se construir as *poblaciones* é reafirmada e várias instruções são dadas nesse sentido. Também há algumas advertências relacionadas a condução dos recursos do Ramo de Guerra. Afirma que,

[...] de su producto se ha mantenido el Sueldo de las tres Compañías, que cubren los fuertes de el Sanjon, Lujan y el Salto; Que ni en estos parajes, ni en otro Se ha fundado pueblo alguno, ni menos formadose la Junta que para dirigir este negocio Se mandava: Que aunque estas Poblaciones Son Conocidamente útiles, no lo es ya Su establezimiento en los Sitios designados porque mucho mas afuera se han estendido los avitadores, bien Sea por los mejores Terrenos, o porque no los hai Ynteriormente; De modo que los fuertes no cubren efectivamente aquellas fronteras, y por esta razón haveis creido necesario Se saquen a otros Sitios mas avanzados para que Sirvan de Barrera y contengan en lo posible a los enemigos cuia hostilidad consistiendo principalmente en unas violentas yrrupciones que executan aprovechando la ocasión de algun descuido que de antemano observan, requiere por lo mismouna pronta resistencia, tanto mas verificlabe quanto Se alle mas afuera la gente destinada a estos Casos y al preziso resguardo. Pero el proiecto verdaderamente útil en el asunto, y q.e estrechando á los Yndios les óbligaria a reducirse, no puede Ser otro, que el propuesto por ese Cavildo a vuestro antecesor D.n Fran.co Bucareli, y que os ha repetido, a vos con motivo de estas actuaciones, fundándose los dos Pueblos fortificados que contiene el informe en aquellos boquetes de la Sierra por donde comúnmente Salen los Yndios a aquellas Campañas [...] Que la Dificultad de este utilissimo proyecto consiste principalmente en la falta de Dinero para subvenir a los prezisos gastos de la material fundacion de esos Pueblos, porq.e el alimento de sus avitantes lo contempláis fazilment verificable, ya Sea Sujetando los ganados dispersos en las mismas Campañas, o contribuyendo los ázendados con el que sea necesario en toda especie, y los labradores con los grauos que se regulasen prezisos a la primera Sustentacion<sup>121</sup>[...].

Em Cabildo de 20 de setembro de 1774, depois de refletirem sobre o conteúdo da Real Cédula, disse o Señor Alcalde de Primer Voto,

**[...] que los medios propuestos a S. M. que se indican en la R.l Zedula zitada parece son los mas óportunos q.e se podían adoptar p.a el establecimiento de las Poblaciones en los Boquetes de la sierra, y contener la entrada e insultos de los Indios Infieles,** por lo que en razón de esto nada otra cos se le ófreze que proponer q.e lo que tiene anteriorm.te representado este Ilustre Cavildo y solo si suplicar a Su Señoria Se digne continuar su zelo y amor, por el bien de la Patria, dando las Instruciones y reglas que le Dictare su superior prudencia y providad aprobado por el Soberano. y hoydo por todos los demás S.res Dijeron se conformaban con lo expuesto, por dho. S.or Alcalde de primervoto<sup>122</sup> [...]. [grifo meu].

Um ano depois, no dia 20 de setembro de 1775 se firmou um Acuerdo que dizia o

<sup>121</sup> AGN, 09/02/1774, [1928], p. 131. [ANEXO A, p. 173].

<sup>122</sup> AGN, 20/09/1774, [1928], p. 129. [ANEXO A, p. 178].

seguinte:

[...] Y luego se aviso Por el Portero que el ess.no de Gov.no pedia Lizencia para entrar de ôrn. del S.or Gov.or y haviendosele conzedido esta **entrego una Carta de dho. S.or Gov.or con Fecha de este Dia, en la que avisa que los Indios Infieles Se preparaban para acometer a estas Campañas Segun los Informes que le habían comunicado los Sarg.tos maiores y el Casique de Paz, Thomas Yati, y que por esta razon havia determinado Suspende la espedizion de Salinas,** hasta otro óportuno tiempo ; Inteligenciados los S.res de un Acuerdo y conformidad Dijeron que desde luego se hazen cargo y conocen la necesidad de que por aora Se suspenda la espresada expedición de Salinas<sup>123</sup>[...].

Por fim, em Cabildo del 31 de octubre de 1775, discutem sobre o atraso na efetivação das *poblaciones*, indicando a falta de recursos para explicar tal atraso. Afirmam que,

Se le hase indispensable y preciso representar a S. S. que teniendo este I. C.dopositiva noticia que de los fondos existentes en estas R.s Caxas del ramo de Guerra se han Suplido y sacado p.a el de situados con Cargo de reintegro treinta mil p.s el año de setenta y tres, y quarenta mil el proximo passado de setenta, y quatro y q.e actualmente hay en Caxas mas de diez mil p.s<sup>124</sup>[...].

Não havia dúvida que, querendo dedicar sua autoridade e zelo para o estabelecimento das *poblaciones*, o Governador tomaria “*con empeño el reintegro de los setenta mil p.s y dándose principio a una obra tan util assi con el caudal existente, como con los fondos que cada dia entran de los dros. de este Ramo*”. Pediram também que se verificasse “*lo q.e S. M. recomienda en su R.l Cedula dada en el Pardo a nueve de Febrero de mil setecientos setenta y quatro, pues a este fin Se previene en ella q.e quando el ramo de Guerra no pudiesse Sufragar a los Gastos se Suplan de su R.l herario todos los q.e fuesen indispensables, y precisos haser*”, isso, pois “*savia que entre tanto se fundamentasen estos establecim.tos se havian de haser algunos de bastante concideracion con quanta m.r rason, teniendo un fondo de mas de ochenta mil p.s destinado a este fin egecuta â que se complete ô reintegre lo que de el Se ha dispuesto, y sacado*”. O Cabildo advertiu que “*Esto que es innegable por ser conforme a la mente del Soberano, no se puede reducir a disputa*”, e ainda denunciou, “*estos mismos fondos destinados a satisfacer las Campañas q.e resguardan los varios puestos de la Campaña no Se imbierten em beneficio alguno de ellas por ser constante hacen su servicio, sin que se les contribuia con su Salario muchos a.s há y se mantienen a expensas de los Hasendados*”.

<sup>123</sup> AGN, 20/06/1775, [1928], p. 498-499. [ANEXO A, p. 182].

<sup>124</sup> AGN, 31/10/1775, [1928], p. 523. [ANEXO A, p. 188].

Voltou a reafirmar a importância das populações, pois sem elas “*no se conseguirá nunca castigarlos, y contenerlos, ni se podrá fundar la mas remota esperanza de su reducion*”. Isso, pois, o objetivo dessas populações localizadas nos “*Boquetes de la Sierra*” era “*tenerlos reducidos en la Sierra y librar estas Campañas de las frecuentes irrupciones*”. Com sorte, nesta situação de imobilidade, ficariam “*precisados a pedir la paz*”, e as autoridades poderiam tirar “*partidos ventajosos q.e proporcionasen con el tpo., y el trato con los mismo Españoles, Civilizarlos, y reducirlos a una vida racional tomando conocimi.to de unos terrenos no conocidos, y formando Pueblos p.a q.e assi abrasassen la Ley evangelica*”. Mas, questionaram: “*como Se podra conseguir este proyecto, si en lugar de lograr el fomento, y valor q.e exige Su misma importancia, se imposibilita p.r el S.or Then.te de Rey, y Gov.or int.o*”. Se determinavam que o Cabildo “*premedite ô proponga los medios conducentes a su verificación*”, quando na verdade havia o Ramo de Guerra “*y los ochenta mil pesos que de su fondo hay existentes Contempla mui Suficientes p.a dar principio y fomentar tan util, y venefica obra?*”. Assim, o Cabildo suplicou que lessem com atenção a Real Cédula de 09 de fevereiro de 1774 sobre a construção dos povoados, “*pues independiente de lo mucho que recomienda la pronta ejecuciónde estas poblaciones por lo util agradable que será a su distinguida piedad, Su verificacion, previene Se disponga de los Caudales de su R.l herario sin reserva de Ning.o*”.

A incidência do tema “Campañas” nas atas selecionadas para este subcapítulo, e o fatado conteúdo dessas atas apontarem para o problema da delinquência da população que ali habitava, podem nos indicar para uma visão acerca deste espaço como um *hinterland* (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009). Entre a civilidade da cidade e a barbárie e selvageria de *tierra adentro*, estava a campanha, espaço contaminado pelas “qualidades” já bem conhecidas no discurso sobre os indígenas: desordem e desobediência.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ingressei no mestrado, em março de 2020, não fazia ideia do rumo que as coisas tomariam. Me refiro à pandemia de Covid-19 que assolou o planeta. Fazer história enquanto se vive dentro de um processo histórico desta natureza não é nada fácil.

Acompanhando as tendências dos demais trabalhos em desenvolvimento nesse período, o meu projeto também sofreu algumas guinadas. Durante a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, em 2019, trabalhei muito ligeiramente com os *Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires*, e vi neles a possibilidade de fazer uma pergunta: qual era o discurso desse aparato de poder colonial local frente às populações indígenas da pampa bonaerense?

Em pleno século XVIII, alguns grupos indígenas de um espaço chamado *tierra adentro*, viviam, de acordo com a historiografia sobre o tema, “independentes” do aparato de poder colonial. Eu prefiro dizer que eles viviam de maneira interdependente, pois, ainda que se mantivessem livres da jurisdição espanhola, estavam plenamente inseridos e atuantes nos circuitos comerciais. Portanto, desejava saber, de que forma a “elite” incipiente bonaerense representada no Cabildo, enxergava esses grupos, e como se relacionava com eles. Essa pergunta estava no projeto e continuou com o andamento da pesquisa.

O que mudou foi a forma de responder essa questão. No projeto eu tinha a intenção de interpretar o discurso sobre os indígenas levando em consideração as influências macro, como a História Natural, além do contexto localizado. Tratava-se de inexperiência de contato com essas fontes.

Logo o trabalho com as fontes iniciou, além de precisar alterar o recorte temporal, me vi tomada de perguntas sobre a própria natureza dessa documentação. Assim, surgiu a necessidade de compreender o contexto em que essas fontes foram *monumentalizadas* (Le Goff, 2013) e *arquivadas* (Katelaar, 2018). Compreendi que o arquivo do Cabildo passou por inúmeros translados – os quais revelam uma disputa de poderes pela guarda dessa memória – que ocasionaram a perda de alguns volumes e a deterioração da documentação. Isso importa, pois, acaba interferindo na narrativa que os historiadores e historiadoras estão possibilitados de construir tendo como base essas fontes.

Durante o período em que a *Colección Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires* foi editada e publicada (1885-1934) pelo *Archivo General de la Nación*, havia um projeto político muito claro em andamento na Argentina. A construção retórica de uma memória que pudesse dar sentido de nacionalidade ao jovem Estado.

Amparando ideologicamente este projeto, estava, sobretudo presente no pensamento social do país, elementos do positivismo. A partir desse viés de interpretação do passado, sabemos que a História ganha o caráter de revelar uma memória gloriosa de heróis, além de enxergar o documento como a comprovação de uma “verdade”.

A *Colección* de Acuerdos não foi a única a ser elaborada no período, tratava-se, muito claramente, de “reconstituir”, principalmente, os momentos antecedentes à independência. Tanto é isso, que não pude deixar de perceber que a edição e publicação das atas que utilizei no TCC – década de 1740 – ocorreu depois que a publicação das atas que analisei nesta pesquisa, correspondentes aos anos de 1753 a 1776.

Ademais, me vi desafiada pela estrutura das atas, sua linguagem difícil de decodificar e compreender. Quando produzidas, as atas eram pensadas na intenção de resumir uma reunião que havia sido presencial. Nesse sentido, estava o importante papel do escrivão, que apesar de não ter voto nas decisões ali tomadas, era o responsável pela construção da narrativa das atas.

Com essas compreensões, pude estar ciente das possibilidades e dos limites do trabalho com essa documentação, e construir alternativas teórico-metodológicas. Além deste entendimento, referente a produção das fontes que analisei, estive certa de que seria muito difícil refletir sobre o alcance das ideias ilustradas e da História Natural na intelectualidade dos cabildantes. Os trabalhos sobre a região nos apontam para uma formação intelectual geralmente precária (Mayo, 2004).

Foi inevitável. Quanto mais contato eu tinha com a documentação, mais estava convencida de que o discurso do Cabildo de Buenos Aires sobre os indígenas da pampa bonaerense entre os anos de 1753 a 1776, tratava-se de um fenômeno de *transculturação na zona de contato* (Pratt, 1999). Não proveniente de uma influência europeia, o discurso sobre os indígenas no Cabildo refletia a experiência concreta vivida pelos sujeitos históricos em um espaço e tempo excepcionais, e explico o porquê.

A pampa bonaerense no século XVIII constituía-se em uma das regiões “marginais” do império espanhol. Muito já se debateu sobre essa noção de periferias coloniais. O que importa dizer aqui, é que este espaço, esta *zona de contato*, imprimiu suas marcas no discurso dos Cabildantes. Nos três momentos analisados a partir das atas de Cabildo, de alguma forma, nós vemos o discurso dos cabildantes sobre os indígenas relacionado à questão do espaço. A movimentação pelo espaço e o domínio sobre o gado que viva livre por esses campos, e, que esses indígenas possuíam, parece ter configurado um grande desafio à sociedade hispano-crioula.

Em um primeiro momento, percebemos uma intensa movimentação, tanto de indígenas concretizando seus *malones*, quanto das autoridades bonaerenses organizando expedições punitivas contra esses grupos. Assim, o que também notamos neste momento é um tremendo esforço por parte do Cabildo para angariar fundos para sustentar essa prosposta beligerante para o “problema” indígena.

No segundo momento, vimos que a temáticas dos *Acuerdos* nos apontam para a impossibilidade de continuar financiando uma solução militar para o problema, focado na defesa constituída pelas *Compañias de Fronteras*. Percebemos que Cabildo não conseguia nem ao menos pagar os soldos aos milicianos (os vecinos se negam a pagar os impostos para o seu sustento). Neste ínterim, a estratégia de se aliar a “caciques amigos” se apresentou, representada na aliança com uma liderança chamada *Casique Lepin*, o qual, muito embora se reconheça a fidelidade, não se abandona a desconfiança sobre o seu caráter “beleidoso” (inconstante).

Por fim, percebemos que as propostas mais ofensivas e de avanço da “fronteira”, e as intenções de realizar entradas ao território de *tierra adentro* se viram frustradas. Começa a ganhar força no discurso presente no Cabildo de Buenos Aires a proposta de construir *poblaciones* e fortes na campanha. Campanha essa, que ao longo dos anos investigados passa a ser vista como cada vez mais insubordinada e desobediente pelos cabildantes.

Finalmente, retomo a principal conclusão dessa pesquisa. A compreensão do discurso dos cabildantes sobre os indígenas da pampa bonaerense, revelou que ele é um processo de transculturação em uma *zona de contato*. Segundo Bringmann (2009, p. 2) “a manifestação das fronteiras étnicas ou geográficas representa uma ruptura sob determinados aspectos e, ao mesmo tempo, uma construção social de novos valores e interesses para ambos os grupos em situação de contato”. A “fronteira”, vista como um espaço, é capaz de produzir seus próprios símbolos e produtos culturais, inclusive um discurso.

## FONTES

Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires. Años 1751-1755. TOMO I – LIBROS XXVII, XXVIII, XXIX y XXX. Serie II. Buenos Aires: **Archivo General de la Nación**, 1926.

\_\_\_\_\_. Años 1756-1761. TOMO II – LIBROS XXX, XXXI, XXXII y XXXIII. Serie III. Buenos Aires: **Archivo General de la Nación**, 1926.

\_\_\_\_\_. Años 1762-1768. TOMO III – LIBROS XXXIII, XXXIV y XXXV. Serie III. Buenos Aires: **Archivo General de la Nación**, 1927.

\_\_\_\_\_. Años 1769-1773. TOMO IV – LIBROS XXXV y XXXVI. Serie III. Buenos Aires: **Archivo General de la Nación**, 1928.

\_\_\_\_\_. Años 1774-1776. TOMO V – LIBROS XXXVI al XL. Serie III. Buenos Aires: **Archivo General de la Nación**, 1928.

**CARTAS y Expedientes del Cabildo secular de Buenos Aires.** Años 1707 – 1757. Estante 76. Cajon 1. Legajo 38. Seccion V. Audiencia de Charcas. Archivo General de Indias”. ME, Carpeta J. 16. [1752].

**EXPEDIENTE sobre la concesión de varios arbitrios a la ciudad de Buenos Aires para sus gastos y defensas [año 1748]**, DME, I-22. AGN, Archivo del Cabildo, Sala IX, legajo 19-2-2, fol. 281 f.-344 v.

LOZANO, Pedro. **Carta Ânua de la Provincia del Paraguay año 1735 – 1743.** Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Transcripción 1994 Instituto Anchieta de Pesquisa, UNISINOS.

MARCOLETA, Don Domingo de [s/l, 1744]. **Carta ao Rei de España. Información de los dos ataques de Caleñan y Cangapol.** Bs. As, Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta I, n. 20.

\_\_\_\_\_. [13/09/1745]. **Expediente sobre la concesión de vários arbítrios a la Ciudad de Buenos Aires para sus gastos y defensa.** Buenos Aires, 13, septiembre de 1746. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta I, n.22.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Archivo General de la Nación. **Fondos Documentales del Departamento Documentos Escritos**. Período Colonial / coordinado por Juan Pablo Zabala. - 1a ed. - Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 2011. 404 pp.

\_\_\_\_\_. **Bandos de los virreyes y gobernadores del Río de la Plata (1741-1809)**. Catálogo cronológico y temático / adaptación y índices, por Graciela Swiderski. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1997. 297 pp.

ALIOTO, Sebastián L. **Indios y ganado en la frontera**. La ruta del río Negro (1750- 1830) 1aed. - Rosario: Prohistoria Ediciones, Centro de Documentación Patagónica. Departamento de Humanidades. Universidad Nacional del Sur, 2011. 252 pp.

ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. 192 pp.

ARIAS, Fabián. Frente al Leviathan... Prácticas de contención fronteriza aplicadas por los administradores borbónicos en los territorios rioplatenses: la jurisdicción de Buenos Aires entre 1740-1755. **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

ARIAS, Fabián. Misioneros Jesuitas y Sociedades Indígenas en las Pampas a mediados del Siglo XVIII. La presencia misionera Jesuita al sur de la Gobernación de Buenos Aires, entre 1740-1753. Un análisis de las relaciones entre las sociedades indígenas y la sociedad colonial de una región del extremo sur del Imperio Borbónico. **Tesis (Doctorado)**, Universidad del Comahue (UNCo) - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Neuquén-Tandil, NQN-BSAS, 2006.

BARTRA, Roger. **El salvaje en el espejo**. Barcelona: Destino, 1992. 219 pp.

BECHIS, Marta. **Piezas de etnohistoria del sur sudamericano**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 2008.

BENZATO, Guillermo; LANTERI, Sol. Forjando la frontera. Políticas públicas y estrategias privadas en el Río de la Plata, 1780-1860. **HISTORIA AGRARIA**. n.º 43 · Diciembre 2007 · pp. 435-458.

BIROCCO, C. (2015). La élite de poder en Buenos Aires colonial: Cabildo y cabildantes entre los Habsburgos y los Borbones (1690-1726). **Tesis de posgrado**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Em Memoria Académica. Disponible en:  
<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1167/te.1167.pdf>

BOCCARA, Guillaume. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”. **Nuevo Mundo Nuevos**, Número 1 - 2001, disponible sur:  
<http://nuevomundo.revues.org/document426.html>.

\_\_\_\_\_. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel.

**Memória Americana.** Buenos Aires, n. 13, dic. 2005.

BRINGMANN, S. F. Kaingang vs. colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do século XIX. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 35, 2009, p. 1-12.

BRUNO, Cayetano (SDB). **Historia de la Iglesia en la Argentina.** Volume 5. Buenos Aires: Editorial Don Bosco, 1969.

BUCHBINDER, Pablo. Vínculos privados, instituciones públicas y reglas profesionales en los orígenes de la historiografía argentina. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, núm. 13, 1º semestre, pp. 59-82, 1996.

CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. **Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo – Historiografías, epistemologías e identidades en el mundo Atlántico del siglo XVIII.** São Paulo: Edusp, 2011.

CEBALLOS, Rodrigo. “À MARGEM DO IMPÉRIO: AUTORIDADES, NEGOCIAÇÕES E CONFLITOS - MODOS DE GOVERNAR NA AMÉRICA ESPANHOLA (SÉCULOS XVI E XVII)”. **Seculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [21]; João Pessoa, jul./ dez. 2009.

CENTENERO DE ARCE, Domingo. “¿Una monarquía de lazos débiles? Circulación y experiencia como formas de construcción de la Monarquía Católica”. In: **Oficiales reales: los ministros de la Monarquía Católica, siglos XVI-XVII** /coord. por Juan Francisco Pardo Molero, Manuel Lomas Cortés, 2012, p. 137-161.

CHIARAMONTE. **La Ilustración en el Río de la Plata: cultura eclesiástica y cultural laica durante el Virreinato** – 1ª ed. – Buenos Aires: Sudamericana, 2007, 384 pp.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção.** Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. pp. 179-188.

DAVIS, Natalie Zemon. **León el africano.** Un viajero entre dos mundos. Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2008.

DEL VALLE, Ivonne. **Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuitas en el siglo XVIII.** México: Siglo XXI, 2009.

DE MARCO, Miguel Ángel. **La guerra de la Frontera.** – 1ª ed. – Buenos Aires: Emecé Editores, 2010. 580 p.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana.** Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 7-37.

DOMINGUES, B. H.; SANTOS, Breno Machado dos. Entre textos, contextos e epistemologias: apontamentos sobre a “Polêmica do Novo Mundo”. In: Jorge Cañizares-Esguerra, Luis Estevam Martins & Maria Cristina Bohn Martins. (Org.). **As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750).** 1ª ed. Curitiba: Editora Prisma, 2017, v., p. 315-356.

FARIAS, Douglas da Silva. “Oydo decir que Calelian es mal yndio y que hace daño en

esta Ciudad en la punta y en todas partes”: Manuel Calelian e o processo de 1945. In: **Criminalidade, violência e justiça: reflexões e novas possibilidades**. Organizadores: Caroline von Mühlen, Maíra Ines Vendrame e Caiuá Cardoso Al-Alam. – São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 56-64.

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina colonial**. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, 280 pp.

FRADKIN, Raúl. Tradiciones militares coloniales. El Río de la Plata antes de la revolución. In: HEINZ, Flavio. **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo, Editora Oikos, 2009, pp. 74-126.

GALARZA, Antonio. Relaciones interétnicas y comercio en la frontera sur rioplatense. Partidas indígenas y transacciones comerciales en la guardia de Chascomús (1780-809). **Fronteras de la Historia**, vol. 17, núm. 2, 2012, pp. 102-128 Instituto Colombiano de Antropología e Historia Bogotá, Colombia.

GARRIGA, Carlos. Os limites do reformismo borbônico: a propósito da administração da justiça na América espanhola. **Almanack**. Guarulhos, n.06, p.38-60, 2º semestre de 2013.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIORGIA, Piras. Transculturação, intersubjetividade, zona de contato em uma perspectiva decolonial da tradução. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. v. 1, n. 1, 2017. pp. 293-300.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Ed. UFMG, Belo Horizonte: 2004.

IRURTIA, María Paula. El cacicazgo en la región pampeana-norpatagónica argentina a mediados del siglo XVIII: La actuación de los caciques en torno a la instalación de las misiones jesuíticas. **Anthropologica**, vol. 26, nº 26, dez. 2008, p.199-228.

KATELAAR, Eric. **(Des)construir o arquivo**. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia.(orgs.) **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

KONETZKE, Richard. **América Latina**. II La época colonial. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1971.

LANGUE, Frédérique. “Las élites en América española, actitudes y mentalidades”. In: **Boletín Americanista**, Universidad de Barcelona, 1992-93, año XXXIII, nº42-43, pp. 123-139.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 462-478.

LEVAGGI, Abelardo. “La alcaldía de hermandad en el Virreinato del Río de la Plata

(1776-1810). (Casuística y jurisprudencia)". In: **Revista de Estudios Histórico- Jurídicos** [Sección Historia del Derecho Indiano] XXXI (Valparaíso, Chile, 2009) [pp. 317 - 348].

LOCKHART, James & SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LONDOÑO, Fernando Torres. "Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, no 43, 2002, pp. 11-32.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 1997, V. 40 nº2.

MANDRINI, Raúl. "Las fronteras y la sociedad indígena en el ámbito pampeano". **Anuario del IEHS**, nº 12, Tandil, UNCPBA, 2004, pp. 23-34.

\_\_\_\_\_. La historiografía argentina, los pueblos originarios y la incomodidad de los historiadores. **Quinto Sol**, Nº 11, 2007, ISSN 0329-2665, pp. 19-38.

\_\_\_\_\_. El viaje de la fragata San Antonio, em 1745-1746. Reflexiones sobre los procesos políticos, operados entre los indígenas pampeano-patagónicos. **Revista Española de Antropología Americana**, 2000, n 30: 235-263.

\_\_\_\_\_. "Indios y fronteras en el área pampeana (siglos XVI-XIX). Balance y perspectivas. **Anuario IEHS**, Tandil, UNCPBA, 1992, pp. 59-73.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. "Índios e jesuítas em tempo de reduções: a historiografia e as missões austrais". In: FERNANDES, Luiz Estevam Oliveira. **História da América: historiografia e interpretações**. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2012, pp. 102- 124.

\_\_\_\_\_. "Para entablar las paces": o acordo de Casuati e o manejo da fronteira bonaerense. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº. 22, p. 07-36, Jan./Jun., 2017.

MAYO, Carlos A. e LATRUBESSE, Amalia. **Terratenientes, soldados y cautivos: la frontera, 1737-1815**. Buenos Aires: Biblos, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estancia y sociedad en La Pampa (1740-1820)** - 2ª ed. - Buenos Aires: Biblos, 2004.

NACUZZI, Lidia. Repensando y revisando el concepto de cacicazgo en las fronteras del sur de América (Pampa y Patagonia). **Revista Española de Antropología Americana**, vol. 38, núm.2, 75-95, 2008.

\_\_\_\_\_. Los grupos étnicos y sus territorios en las fronteras del río Salado de Buenos Aires (siglo XVIII). **Poblac. soc.**, San Miguel de Tucumán, v. 21, n. 2, dic. 2014.

NACUZZI, Lidia; TOURRES, Luisina I. "Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires". In: NACUZZI, Lidia (org). **Entre los datos y los formatos**. Indicios para la historia indígena de las fronteras en los archivos coloniales. Buenos Aires: IDES, 2018, 335 pp.

NAVA SANCHÉZ, Alfredo. La construcción de los indios. Disputas alrededor de una



clasificación política y social, 1492-1555. **Tesis (Doctorado)**. CENTRO DE ESTUDIOS HISTORICOS – EL COLEGIO DE MÉXICO. México, D.F., 2013.

NAVARRO FLORIA, Pedro. “El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur”. **Revista Complutense de Historia de América**. Vol. 28 (2002)139-168.

\_\_\_\_\_. La conquista de la memoria. La historiografía sobre la frontera sur Argentina durante el siglo XIX. **Revista Universum**. Nº20 Vol.1: 88 - 111, 2005.

NÉSPOLO, Eugenia Alicia. La "Frontera" Bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares. **Mundo agrário**, La Plata, v. 7, n. 13, dez. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151559942006000200008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151559942006000200008&lng=es&nrm=iso)>.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani missioneiro do rio da Prata colonial, 1640-1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. México: FCE: 1977.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. A história como heterologia: do conceito de história em Michel de Certeau. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. 81 pp.

OLIVEIRA, T, M. A construção dos “bárbaros” nas fontes coloniais. O caso dos indígenas da pampa bonaerense (1740-1752), 2019. 64 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação). Unisinos, 2019.

ORTELLI, Sara. “Marginalismo y relaciones interétnicas: blancos y índios en la fronterario-platense en el siglo XVIII”. **Revista Complutense de História da América**. n.26, 2000, pp 181-198.

OTS Y CAPDEQUÍ, Jose Maria. **Instituciones**. 1ª Ed. Barcelona: Salvat, 1959.

PALERMO, Miguel Angel. Reflexiones sobre el llamado "complejo ecuestre" en la Argentina.

**RUNA**, archivo para las ciencias del hombre; Vol. 16 (1986). pp. 157-178.

PAREDES, Rogelio C. Relatos imperiais: a literatura de viagem entre a política e a ciência na Espanha, França e Inglaterra (1680-1780). In: **Almanack**. Guarulhos, n.06, p.95-109, 2o semestre de 2013.

PAULINO, Mariana Ferraz. Os Reformismos Ilustrados Português e Espanhol. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 2, p. x, 2019.

PAZ, C. D. “Con los nombres de los caciques forjaron diversas naciones”. La imaginación etnográfica jesuítica en la construcción de tipos ideales de barbarie en el Chaco y las Pampas durante el siglo XVIII. In: MELEAN, Jorge Cristian Troisi e AMANTINO, Marcia. (Org.). **Jesuítas nas Américas: a presença no tempo**. – 1a ed. – La Plata: JorgeCristian Troisi Melean, 2019. 550 p.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação.** São Paulo: Edusp, 1999.

QUIJADA, Mónica. “Nación y territorio: la dimensión simbólica del espacio en la construcción nacional argentina, siglo XIX”. In: **Revista de Indias**, 2000, vol. LX, N. 219, p. 373-394.

RAMINELLI, Ronald. “A monarquia católica e os poderes locais do Novo Mundo”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

RATTO, Silvia. “El Debate sobre la Frontera a Partir de Turner. La New Western History, los Borderlands y el Estudio de las Fronteras em Latinoamérica”. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana; Dr. Emilio Ravignani;** Tercera serie, número 24, 2º semestre de 2001, p. 105-128.

\_\_\_\_\_. “Cuando las `fronteras´ se diluyen. Las formas de interrelación blanco-indio en el sur bonaerense” En: MANDRINI, P. Y J. C. PAZ (comp.). **Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII y XIX.** Neuquén/Bahía Blanca/Tandil, Centro de Estudios de Historia Regional/ Univ. Nac. Del Comahue, Departamento de Humanidades/ Univ. Nac. del Sur, Instituto de Estudios Históricos- Sociales/Univ. Nac. del Centro de la Prov. de Buenos Aires, 2003. pp.199- 232.

REICHEL, Heloisa Jochims (org). **As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

REIS, Anderson Roberti dos; KALIL, Luis Guilherme Assis. Sociabilidades criollas na América Hispânica. In: CANIZARRES-ESGUERRA, Jorge (Org.); FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (Org.); MARTINS, M<sup>a</sup>. Cristina Bohn (Org.). **As Américas na Primeira Modernidade (1492 - 1750).** Vol.2. X. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

ROULET, Florencia; NAVARRO FLORIA, Pedro. De soberanos externos a rebeldes internos: la domesticación discursiva y legal de la cuestión indígena en el tránsito del siglo XVIII al XX. **Tefros**, ISSN-e 1669-726X, Vol. 3, N<sup>o</sup>. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. “La deshumanización por la palabra, el sometimiento por la ley. Paralelismos discursivos sobre la cuestión indígena en los Estados Unidos y el cono sur, siglos XVIII-XIX”. **Cuicuilco**, vol. 12, núm. 34, mayo-agosto, 2005, pp. 153-199

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o início de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, jul. 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>.

SCHOSSLER, Mariana. As representações do passado argentino e a Nueva Escuela Histórica: as contribuições de Ricardo Levene e de Guillermo Furlong (1910-1960). **Tese (Doutorado).** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

SILVA, Marcelo Augusto Maciel da. Índios e criollos: rapto e aprisionamento.

Características do cativoiro nas fronteiras pampiano-patagônicas no século XVIII. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

SILVA, Juliana Aparecida Camilo da. A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do império (século XVIII). **Dissertação** (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2016.

SWIDERSKI, Graciela. La construcción del patrimonio documental en la Argentina. **Actas de las Jornadas de reflexión sobre la construcción del archivo**. Archivos, cultura y patrimonio, Buenos Aires, CeDInCI, 2016, pp. 7-26.

\_\_\_\_\_. **Las huellas de Mnemosyne**. La construcción del patrimonio documental en la Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2015. 289 pp.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. **A conquista da América: a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 5ª. Ed. – São Paulo: Editoria WMF Martins Fontes, 2019.

TOMMASINO, K. Os povos indígenas no sul do Brasil e suas relações interétnicas. **Cadernos Ceru**, série 2, n. 13, 2002, p. 37-46.

TRÍMBOLI, Javier A. 1979. “La larga celebración de la conquista del desierto”. **Corpus**, Vol 3, No 2 | 2013.

WEBER, David. **Bárbaros. Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración**. Barcelona: Crítica, 2007.

\_\_\_\_\_. “Borbones y Bárbaros. Centro y Periferia en la reformulación de la política de España hacia los indígenas no sometidos”, **Anuario del IEHS**, Tandil, 1998, no 13, p.147-171.

## ANEXO A

### **Transcrição das atas selecionadas**

Avaliei como necessário anexar as transcrições das atas, mesmo aquelas que não são citadas diretamente no trabalho, uma vez que, mesmo estas, compõem a lógica de estruturação do Capítulo 5. Foi a partir das 92 atas selecionadas através da leitura e análise dos índices temáticos que foram construídos os gráficos, os quais, deram origem à divisão do capítulo em três partes.

### **Capítulo 5.1 Movimentações na zona de contato: incursões indígenas e expedições punitivas**

Cabildo del 27 de marzo de 1753 (INDIOS) p. 296

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego se leyo un memorial presentado por Don Lasaro Menduena por El que da razonde que El yndio Casique Bravo, pide laz pazez y lo demaz que de El consta y enterados, de Su Contenido Acordaron que respecto Al benefisio que dho. Casique A Echo, siendo servido Su Señoria servido de darle algun regalo de El ramo de guerra Podras Azerlo, O lo que determinare. P. 298

Cabildo del 8 de agosto de 1753 (INDIOS) p. 326

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] se leyo un Memorial Presentado por El Mre. de Campo D.n Lasaro Bernardo de Mendinueta, que lo es Actual de laz milisiaz de esta Ciudad y su Jurisdicción por El que, Ase presente, A este Yltre. Cavildo, de que El Casique Bravo le a Mandado dos yndios, disiendo como Viene enemigos Yndios, y que no atreve A Salirlez al Caztigo, para lo que pide Sien ombres Armados, y mas Cuarenta lanzaz Con Cañaz, por estar Alguna de su Gente dezarmadas y que Aviendo echo presente todo lo espresado, Al S.r Gover.r le remitio dhos. yndios A dho. Mro. de Campo, para que determinase lo que paresiese. lo que Asia Saver A este Yltre. Cavildo para que Acuerde lo que mas Convenga Al Vien de esta Provinsia [...] y Asi mismo Conferensiaran sobre el Plan de la guerra disponiendolade manera que se Pueda Conseguir Algun Castigo de la ynsolensia de los yndios y la restitution de los Cautivos que llebaron se puede ser. y Al mismo tiempo se asegure la Provinsia de El temor de que repitan otro ynsulto. P. 326-327

Cabildo de 18 de enero de 1754 (CACIQUE BRAVO) p. 367

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] Y luego se leyo Una Carta escrita por el Casique Bravo, Al S.r Gov.r y Al Mre. de Campo, por la que de Cuenta A muerto sinco Casiquez y Algunos yndios de los enemigosy que se estecon Cuydado Con laz fronteraz porque D.n Rafael, esta en dos Aguas, no sesave si saldra A dar en las fronteras, O donde tendra el Animo, de dar y lo demaz que dedha Carta Consta, y se Acuerdo que respecto de que esta Ciudad, no Corre con el Ramo de guerra ni los Propios, le Alcansan a suz gatzos Presisos en caso de Aversele de dar A dho Casique Alguna gratificasion Su Señoria Vea de donde se a de dar O determine en todo Asumto que le parezca mas Conveniente [...] p. 368

Cabildo del 19 de febrero de 1754 (INDIOS) p. 375

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] En cuyo estado, se dio Notisia como D.n Lasaro Mendinueta Mre. de Campo de laz milisiaz de esta Ciudad estaba a la puerta, y pedia lisensia para entrar y Aviendose Consedido entro [...] Y luego por El Señor Mre. de Campo se manifezto Un trasunto de una Carta escrita Al S.r Governador y Cp.n Ge.l de estaz Provinsiaz de El Rio de la Plata, por El Ex.mo S.r D.n Domingo Ortis de Rosaz [...] de siete, de henero de este presente año en la Cual, le da notisia A Su Señoria de que El Mre. de Campo Gen.l de El Reyno de Chile le partisipo que Aviendo salido D.n Miguel Gomez, persona de gran satisfaccion entre los yndios Peguenchez le ynformo como estes quedaban Asiendo Una mui numerosa CONvocasion para ostilisar por El mez de Abril las Asiendaz ymediataz A esta Ciudad, Aviendo llegado a desir los referidos yndios que si se lez proporsionan suz ydeaz An de entrar Asta la misma Ciudad. Asi mismo Manifezto dho. S.r Mre. de Campo Una Carta escrita por el S.r Governador y Cp.n Ge.l; Con fecha de doze del Corriente, en la Cual, le Previene tome todaz laz precausionez Convenientez A fin de que no se esperimente ynbasion alguna Antez si encuentren los yndios suz meresidos castigos En Cualquier Acometimiento, Y en Virtud de Ambaz Cartaz yso presentez las disposicionez que le paresian Proporcionadaz y Eficasez A fin de Precaver Cualquier ynbasion distribuyendo, laz milisiaz de su Cargo en todos los pueztos y pasos presisos, por donde es Natural puedan entrar los yndios, A las fronteras para que Asi guardados no lo puedan lograr sin ser sentidos y enterados de la Propuezta se Acuerdo, ysiese un Extracto de ella para en Su vista dar las Correzpondientez Providensiaz que Convengan. P. 375-3763

Cabildo del 4 de marzo de 1754 (INDIOS) p. 377

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] Y luego se trato y Confirio en Orden, A que estando ya ymediato y proximo, A Cumplirse El Año en que se rramato, El R.l de Cada Carreta, de laz de abasto, y de laz que entran de fuera, Aplicado para la guerra Contra los Yndios ynfieles y ser presiso A ser nuevo remate se Acuerdo, se fixen Papeletaz, y se saque A pregon Asiendose El remate en el que mas diere y para Ello se diptaron, Al S.r Alcalde de Primer Voto, y que Concurra El S.r Procurador. P. 378

## Cabildo del 21 de marzo de 1754 (FRONTERAS) p. 384

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] se leyo, Una relacion que da firmada de su mano El Mre. de Campo, D.n Lasaro de Mendinuet; de las Providencias que tiene dado en Asumto Al Resguardo de las fronterazde esta Jurisdiccion, Con la Notisia que se tiene de que los Yndios, enemigos pretenden ostilizarlaz; Por la que Consta la distribucion de la xente, que Ase de El Vesindario; y lo que dise es Nesesario para su Manuntension= Y enterados de su Contenido los Sen.rs deeste Ayuntamiento, de un Acuerdo y Conformidad, Aprobaron la distribucion, de xente que Ase para El Rezguardo de esta Jurisdiccion: y que siendo tan Presisa la manutensioende la xente que A de Aser este Cervisio, Podra dho. Mre. de Campo, por Aora, Ocurrir, Al S.r theniente de Rey, para que Su Señoria siendo Servido libre, Contra El tesorero deEl Ramo de guerra, todo lo que pide por su Representasion. P. 384-385

## Cabildo Abierto del 7 de abril de 1754 (INDIOS) p. 396

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] y siendo presiso tratar y conferir en asunto, a lo que se deve, Executar en defensa dela tierra, de laz ymbasionez de los yndios enemigos que las Ostilisan, y Prevenirse a su defensa segun laNotisia se da por El S.r Presidente de El Reyno de Chile, de El Cresidonumero de yndios que viene, A ymbadarnos, para lo qual y que se Vea El mejor modo de castigar dhos yndios y defendernos, se yso este Cavildo Avierto = Al que Concurrieron =El Mre. de Campo D.n Juan de San Martin D.n Juan Blaz gago = y D.n Pedro Leguisamo, Cp.n de las Compañías, que estana sueldo y de las Milisiaz – los Capitanes d.n Visente Naranjo = d.n Joseph de Chevez = d.n Roque Ayala = y Aviendose Propuezto si Convenia O no, Aser Salida, A topar El enemigo; o que propogan lo que les Parezca mas Conveniente y Aviendose Conferido entre dicho D.n Juan de San Martin; y Capitanez. Elexpresado Mre. de Campo d.n Juan de San Martin Dixo que quedando Cuiertaz las fronteraz conviene El que se aga Salida a topar El enemigo, en Campaña Atendiendo a que Vienen dichos yndios ynpusibilitados de Cavalgaduraz, y A no darles tiempo, A que se internen, y Roben, Caballos, y de esta Suerte ynbadan = y El Cp.n D.n Juan Blaz gago; y D.n Pedro Leguissamon se Conformaronb con dho. dictamen y D.n Joseph Chevez = y D.n Visente Naranjo, Dixeron no Convenia salida que lo que Se pudiera Aser era, Cubrirlas fronteraz y resguardarlas; D.n Roque Ayala Dixo que mediante las Notisias Ay de que Viene El Enemigo, Conviene Aser la Salida, quedando las fronteraz Cuiertaz. P. 396-397

## Cabildo del 22 de abril de 1754 (FRONTERAS) p. 404

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] y Aviendo avisado que El Mre. de Campo d.n Lasaro de Mendinueta estaba a la

Puertay Echole entrar Expuso las Rasones de Su benida y El Estado en que dexaba las fronteras; y Aviendose Conferenciado largo sobre este Asumto Y estando pronto El dho Mre. de Campo, Apartirse y seguir la funsion y resguardo de las fronteras dando Al mismo tiempo satisfaccionez de la Carta que A escrito = Se Acordo A que Seguiese en dar los Providencias Convenientez para la defensa de el Pais Como quien era responsable de ellay que Se Cumpliesen Puntualmente los Ordenez que le avia dado El S.r Gover.r y Cp.n Ge.l Cuando lo despacho A la frontera Con Todaz las facultadez que se avia servido Conferirle dando tanvien fomento A la Gente que Saliese A rrecojer El ganado que se aAlsado por la Sequedad, de falta de Agua y pasto. P. 405

Cabildo del 10 de mayo de 1754 (INDIOS) p. 420

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Carta de d.n Lasaro de Mendinueta

[...] se abrio y leyo una Carta escrita por el Mre. de Campo Gen. Dn. Lasaro de Mendinueta, por la que da rason que An salido de el Campo los Esploradorez de el y disen que la Campaña esta Sosegada por lo que se discurre no Abra enemigo en ella, por Cuyaz Causaz le pareze, que los capitanes de los Vesinos fuera conveniente El que saliesen A meter los ganados, de la Campaña, que se allan disperso Asta El Saladillo, y que fha. estadilijensia se rretiren a sus Casaz Cuya Carta es escrita de la frontera de Lujan [...] Y asi mismo se leyo lo que dho. Mre. de Campo escrivio, sobre El mismo Asumto, Al S.r theniente de Rey y Actual Gobernador la que fue remitida , por su Señoria = y Enterados del Contenido de dhas. Cartaz se acordo se le responda al Mre. de Campo que para meter el ganado, de la Campaña para dentro, Podra echar mano de la Jente Pagada, que se establecio, para el fin de resguardar las fronteras y Coperar A todos los Actos Conducentes A ello [...] y que por Aora no obstante, de la quietud que disen los Exploradorez, Ay en el Campo no aviendo fundamento bastante para creer que estan las fronteras en entera, seguridade, puez todavia deve reselarse, la ynbasion que se teme, noparese Conveniente, El que se desanparen las fronteras [...] p. 420-421

Cabildo del 22 de julio de 1754 (INDIOS) p. 436

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] en cuyo estado se leyo una Carta que Escrevio el Cp.n Juan Blas gago, Al S.r Gover.r por la que de parte Como Viene a esta ciudad, El yndio d.n fra.co con dose yndios, de los de El Casique bravo – y que An llegado, a la ysla de El tordillo, sesenta toldos, Con el Casique huelqin, y se a yncorporado con el Casique Bravo, su Cuñado; Cuya Carta remitio, El S.r Go.r A este Cavildo para que se Acuerde, lo que convenga sobre el arribode los yndios, A estaz Zercaniaz [...] y enterados de todo Acordaron que se rrepresente Asu señoria no ser tanpo.co del agrado de este Cavildo, esten en tanta y mediason, por la ynfidelidad, que siempre se lez A experimentado, y que para poder remediar esto Con suabidad y Prudencia Podra Su señoria siendo servido, mandar que El Mre. de Campo Pase A rreconocer los paraez y distansiaz en que An puesto dhos. yndios sus toldos ynformandose particularmente de los deños que pueden ocasionarse, y que numero de yndios, Abra junto

[...] p. 436-437

Cabildo del 27 de agosto de 1754 (CACIQUE BRAVO) p. 443

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] Y luego se dio aviso, Como, estaba a la puerta el Mre. De Campo D.n LasaroMendinueta; y aviendosele echo entrar, y tomado asiento, se leyo, una Carta escrita, Al S.r Gov.r por D.n Nicolaz Bravo, casique yndio, con que su señoria remitio, A este Cavildo, para que se determine, lo que se a de Aser, sobre el contenido de dha Carta; quees dar cuenta, Como los yndios enemigos le an muerto Muchos de su Xente, y se le an llebado, laz familiaz, y que se le Ausilie con Xente, para yr A Castigar dho enemigo, y que d.n Xristobal Cabral, se le a ofresido yr con dos Compañiaz A, favoreserle, Con lo demaz que Consta de dha Carta y enterados del contenido de ella, se Acordo que para el primer dia de Octubre El S.r Mre. de Campo, Apronte, la Jente que A de yr, Al castigo de el enemigo; y que en orden a la marcha y distribucion de laJente, El S.r Mre. de Campo, Vera lo que se a de Executar Marchando, escolta con la tropa de carretaz que Almismo tienpo, An de yr A Salinaz Con lo qual se serro este Acuerdo [...]

Cabildo del 10 de septiembre de 1754 (FRONTERAS) p.451

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] y Concurrieron A El, El Mre. de Campo Gen.l d.n lasaro Mendinueta; y d.n CristobalCabral, y aviendose conferido, y tratado, en orden, Al modo que se a de tener en la salidaAl Campo, Al castigo de el yndio enemigo que ostiliza laz fronteraz de esta Jurisdiccion = Se acordo que Salga el Mre. de Campo d.n Cristobal Cabral; y mediante Expresar nesesita Como quinhentos ombrezpara tener una fundada confianza de que Salga la expedision gloriosa; El S.r Govern.r Se sirba dar laz ordenez, a los Capitanez y las demazque allare convenientez para que El dia Veinte y Ocho de este mez se Alle junto este numero de Jente, en donde se aga cargo de ellos dho d.n Cristobal Cabral y siga El Plan de la Campaña, A fin de Castigar los yndios enemigos, y Ausiliar Al Casiq.e bravo Con quien se tiene Paz [...] y que quede la Compañia de D.n Juan Blaz gago, y que al Cuidado,de El Mre. de Campo G.l d.n lasaro de Mendinueta, mediante A estar en ActualExersisio, queda al resguardo de las fronteraz por si Acaso no si pudieren Cortar enteramente los enemigos [...] p. 451-452

Cabildo del 19 de septiembre de 1754 (INDIOS) p. 453

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] en cuyo estado se propuso por El S.r d.n Ju.n Benito Gonzalez Rexidor y fiel Executorpor turno que el trigo, se esta Vendiendo por Ocho pesos, que es un Presio Bueno, Asi para El labrador Como, para los Compradorez y que Viesen los Señores de este Ayuntamiento, si Conviene El que Se mantenga en este Presio, o se les pue permitir Exedan en el presio – Y se Acordo, que por se un presio, Arreglado, para Unos y para Otros,



El S.r fiel Executor no Permite que Exedan de los Ocho pesos, ynponiendo para ello la pena que allare por Conveniente Y luego dicho S.r d.n Ju.n Benito Propuso que los Cavesaz de Corralez que Son los que Abastesen de Carne esta Ciudad, le avian ydo A dar cuenta Como, Asi A ellos Como, A los demaz suz Compañeros, los An Apersevido, para que bayan, A la presente espedision y castigo de los, yndios, A cuyo Efecto, Marcha el Mre. de Campo, d.n Xristobal Cabral. y que siendo presiso El poner El Abasto de Carne, se acuerde lo que se a de Executar sobre el Contenido [...] pp. 453-454

Cabildo del 7 de noviembre de 1754 (INDIOS) p.468

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] En cuyo estado se presento Un escrito por El Procurador Gen.l de esta ciudad Con Una Carta Adjunta Escrita por d.n Xristobal Cabral, Al S.r D.n Ju.n de lesica Alcalde Ordinario, Con fha. de Primeiro de Novienbre de este Año = en que partisipa aver encontrado una tolderia de yndios, donde mato diez y seis y Aprehendio dos Vivos los Cualez le dixeron que los demaz yndios estan en las Salinaz y que ba marchando A ello, Aunque la Jente se a ydo sin Cavallos, no Aviendo concurrido toda la Jente que se sito para la Entrada por lo que dho. S.r Procurador Gen.l, suplica, se de Pronta Providensia para que se remita Cavallos, y que se aga Patente Al S,r Gove.r la Carta para que su Señoria Castigue A los que no an querido Asistir y lez Aprimie A que Salgan en seguimi.to de dho Cabral [...] Dixeron que por mi el Presente Escriv.o se pase, Con la Mayor Antisipasion la Carta y Pedimento, Con teztimonio de este Acuerdo Al S.r Gove.r para que su señoria se sirba de dar laz maz Eficasez Providensiaz a fin de que se le proveade Cavallada Al Mre. De Campo d.n Xristobal Cabral [...] para que por estos defectos nose pierda la ocasion de castigar Al enemigo Una Vez que esta la Jente puezta en Campaña. Pp. 468-469

Cabildo del 4 de diciembre de 1754 (FUERTES) p. 472

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] Y luego se leyo una Carta escrita por d.n Joseph Peñalta Al S.r Gov.r Con fha. de Veinte y nueve de Novienbre de este año, por la que da parte Como Aviendo los yndios enemigos hurtado la Cavallada de El fuerte de El Salto de el Arresiffee, y muerto dos ombres que Andaban Corriendo yeguaz, y luego seguidolos, Con Ochenta y siete ombrez; y Alcansandolos, les quitaron, la Caballava que llebaban, y demaz Asienda, y que mataron, diez yndios, dos Chinaz, y Coxieron, Un yndiesillo Cautivo; y que siguiendo El Alcance de tenida en los despoxos, Allandose solo Con Veinte ombrez los yndios se reysieron y Cargaron sobre ellos le mataron los yndios derotados Aviendose quedado, la Jente, entre seis ombrez de los Soldados le llebaron, dos, y se rretiraron los Nueztroz; y pide [...] se le dezpachen armas de fuego, y munisionez respecto de Allarse, si ellaz = y se Acordo, que con toda Prontitud se rremitan Al S.to Mayor d.n Joseph Peñalta Veinte Bocaz de fuego Con Veinte y sinco Balaz Una libra de Polvora paracada Una de ellaz y cuatro piedraz para cada voca de fuego [...] A costa de el Ramo de guerra = y asi mismose Acordo que se Excriviese a Cadis encargando Se conprasen dosientaz Vocaz de fuego, y para Ello se embarquen Sie.to sinq.ta Cueros de cargo de la

Ciudad para satisfacer su importe de su producto [...] pp. 472-473

Cabildo del 28 de enero de 1755 (SALINAS) p. 495

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego se leyo Un pedimento echo por D.n Miguel Arrazcaeta, por si y en nombre de barios suxetos forasteros que se ofresen yr a las Salinas Costeando su ezcolta y Capellan y Contribuyendo, a esta Ciudad con media fanega de sal de Cada Carreta Con lo demaz que Contiene el morial y enterados de todo Acordaron que siendo conveniente el que se efectue la propuezta tanto p.r que la entrada podra servir de corrida de el Campo, y de tener Ocasión de castigar Al Yndio enemigo, o A lo menos contenerlo, y abastecer al mismo tiempo la Ciudad, A prueba, y Consiente en la Propuezta, y para que tenga el mejor Cumplimiento El Procurador Ge.l de esta ciudad representara Al S.r Governador estaz rasonez, suplicandole se sirba por su parte de Aprobar, lo mandado se publique porVando, para que llegue A notisia de todos, y puedan concurrir A la enpreza y para los demaz que Suplican, en su Memorial se diputen A los dos S.rs Alcaldez, y se de teztimonio de este Acuerdo, A continuasion de El memorial Al Procurador Ge.l, para la representasion [...] p. 497

Cabildo del 28 de junio de 1755 (INDIOS) p. 533

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego Se leio una carta, con fha. de Veinte y sinco de este mez, escrita, Al S.r Alcalde d.n Marcos Joseph de Riglos, Por El Mre. de Campo d.n Christobal Por la que le da notisiade que Aviendolo, remitido, El S.r Gove.r y Cp.n Ge.l dos cautivos que Avian Salido delos yndios enemigos, los examino y le Na declarado, como, los indios que ostilisan esta jurisdiccion Ya tenian notisia, de que yban laz Carretaz A Salinaz y que laz esperaban, con conbocatoria de muchos indios, para deztruirlas y laz demas rasonez que espone, en ella po.r laz que Se Viene en conosimiento que no conviene El que Aora Se execute, El viaje procurando obiar los ynconvinientez que se puedan orijinar, y enterados El contenido de este, capitulo, y de lo demaz, que contiene dicha carta, Acordaron los Señorez de este Ayuntamiento, Se Suzpenda dicho Viaje, dejandolo, para mejor ocasion,y que Se aga Chazque A la frontera, con orden expresa deque se rretiren, los que y ban A dhos. Salinaz, Asta Segunda orden, y se pase Al S.r Gove.r paraque Siendo Su Señoriaservido, Apruebe. este Acuerdo [...] p. 534

Cabildo del 04 de julio de 1755 (CACIQUE BRAVO) p. 535

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] Y luego Se dio rason por mi El Presente Escrivano Como, El S.r Gove.r me Avia mandado, diese, notisia A la Señoria de El Mui Yltre. Cavildo Como le avia Ordenado, A d.n Christobal Cabral, que echase, de laz ymediasionez de esta Jurisdiccion Al, yndio casique Bravo, con suz yndios, y que este ordn. lo manifeztase, A la Señoria de Cavildo.y que Asi mismo le Propusiese dicho S.ria de El Yltre. Cavildo Un ombre que fuese de la Campaña para Mre. de Campo – Acordaron se Anote esta rason en el libro de guerra y

que se transfiera [...] pp. 536-537

Cabildo del 20 de agosto de 1755 (FRONTERAS) p. 547

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] en cuio estado, los S.r Alcaldez, diputados por El Acuerdo de Aier, para Conferensiar Con el S.r Governador y S.r Marquez de Valdelirios, Sobre El dezpacho de Su Mgt. en Asunto, A lo que Se a de executar Sobre los Arvitrios, que Se avian ynpueto, para la defensa de la tierra losque desaprueba Su Mgt. - Dieron rason de Su diputasion disiendode que Aviendose leido el R.l despacho, por El S.r Marquez de Valdelirios en Compañia de el Exemo. S.r Gove.r y Conferensiadose Sobre El Asunto, Se tiene dezde luego p.r Gravosa qualquiera ynposision y que esta e lame.te de Su Mgt. Paresiendo el medio mas Conbeniente el defender las fronteraz estableciendo Poblacionez y que Se resolvio por aora Exponga este Cavildo los medios mas Convenientez que le parescan Supuesto que Antesedentemente, tiene propuezto A su Mgt. Varios de que Ase mension la R.l Cedulay que tanvien reconosca los fondos que na quedado dela Contribusion que a desaprovado, Su Mgt. y lo Aga presente A Su Señoria y. Exelensia, para reconoser si es bastante paraque ynterinariamente pueda defender las fronteraz o tomar otro Arvitrio no siendo [...] pp. 547-548

Cabildo del 27 de noviembre de 1755 (GANADOS) p. 573

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

[...] En cuio estado, Se trato y Confirio, en orden a que siendo los latrosinios En la campaña tanfrequentez y sin ninguma Enmienda ni temor de los agresorez como publicoy notorio, de cuios Exesos Resulta que las Asiendaz ban de dia, En dia en Notable decadensia, sin que Se perdone por los delinquentez en sus Rovos ninguma espesie de ganado, lo quese manifiezta Con el que aora poco An ocho en los pagos de los aresifez, y areco, llebando porsion de Burros, que disen embarcaron, para la Colonia que es a quantopuede llegar Su atrevimen.to y El único modo de destruir a los asendados ocasionandolezmui considerable perdida pues no solo se les pribade el balor de dhos echores, sino de los frutos en cada un año Venidero y mas en los tiempos presentez. [...] por cuio motivo pareze que era el único medio, y Remedio, que por este Cavildo Se mande que ninguma persona de qualquier Calidad o Condision que sea pueda arrear ningunganado de qualquier Espesie en poca o En mucha Cantidad de las Estansias de esta Jurisdiccionsitraiendola para esta Ciudad Como llebando para fuera de ella sin que lleve y Manifiezta papelfirmado de los dueños [...] y no siendo Con esta Condision y sircunstancia Se le aprehenda Su persona y Enbargue, la Cantidad o Cantidandez de ganados [...] En qualquiertiempo que Se le Justifique y para que llegue a notisia de todos esta disposision Se Saquen Copiaz a la letra de este Acuerdo y En todas laz Capillaz de la Campaña que ai en la Jurisdiccionsitraiendola para esta Ciudad se publiquen en dias festivos, y despues se fijen em suz puertaz Con pena de sien pesos al que lo quitare y si fuere mulato, yndio ó negro que notenga forma de pagarlo Se le daran sien asotez [...] pp. 574-575

## Cabildo del 07 de enero de 1756 (INDIOS) p. 10

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego Se trato y Confirio, en asunto a que, Allandose, laz milisiaz de la Jurisdiccion de esta Ciudad Sin tener, Mre. de Campo, o persona que laz Comande, para El buen eccito de lo que se pueda ofreser en la Campaña, en defensa de laz Ostilidadez que los indios infieles asen a laz fronteraz de la Jurisdiccion y aunque Sobre, este, efecto, Se le tienen Propuestoz al S.r Gove.r Varios Sujetos, de los que an paresido, mas actos para ello, lo que no a Surtido, efecto, asta El Presente, Se le represente nuebamente, a Su Señoria q.e Se sirba, Poner Una Persona, que Comande dhaz milisiaz en el interin que Seprobee de dho. enpleo, En propiedad, y que Al presente Urje mucho, El dho. nombramiento, interino siquiera; a causa de aver Venido, notisia frezca Como en la Puntade el Sause, aora pocos diaz, an muerto Seis o mas Personaz - y se an llebado, muchos, Cautivos; y laz Cavalladaz, y demaz asiendaz, por lo que Prudensialmente, Sedeve temerque Con el refuerzo de Caballadaz que de alli an Sacado, nos inbadan, para Cuio, efecto, asi mismo. Se le represente, a dho S.r Gove.r que a los Capitanes de laz Compañiaz Pagadaz lez mande, Esten Con la Vijilansia Conveniente, y que es de Su Obligacion y que El Sujeto que Su Señoria nominare, para este efecto, Sea de laz personaz que Se le tienen expuestaz en la rrepresentasion que se le iso, sobre, ello - y que en la misma Conformidad, a que los indios Pampaz que estaban al Cargo de los R.R.P.P de la Compañia de Jhs. por laz malaz operacionez que de ellos Se experimiento, Se Estinguieron, de El Pueblo, en que estaban Juntos. y que aora Se allan todos ellos Con suz toldos, en los pagos de la Jurisdiccion, Como Son en la Magdalena, y Matansa, y que Justamente Se teme, de su infidelidad, Como se tiene visto, y Conosido, puez estos Son, Continuamente espiaz de la tierra, y Solo sirben de dar Aviso a los enemigos de el Estado, en que se alla la Jurisdiccion, y laz determinasionez que se toman para Su castigo. Para que En Vista de todo ello Se sirba Su Señoria dar Providensia para que todos, ellos, Sean Sorprehendidos Con suz familiaz y que Sean remitidos a la Otra banda de este rio para que de esta Suerte el enemigo no tenga quien le de aviso [...] p. 11-12

## Cabildo del 26 de enero de 1756 (RAMO DE GUERRA) p. 25

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego se leyeron dos memorialez presentados por d.n Ju.n Joseph de leiba, Con dos nominaz de los Sujetos que se Escusan a pagar el derecho, de Arvitrio, inpuesto, a laz Votijaz y odrez de Vino, y Aguardiente que entran en esta Ciudad de laz Provinsiaz de fuera, aquellaz Entradaz atrasadaz que Se estaban deviendo, de antez que se publicaze el bando, y Enterados de su Contenido, los Señores de este aiuntamiento, Acordaron que, loadeudado, asta fin de Julio, de el año de Sinq.ta Y sinco, lo Cobre, dho. Recaudador, Como Esta Acordado, por el Veinte de Agosto de dho. año, de el que se le dio teztimonio, y Se le buelva a dar en caso nesario, para Cuio apremio Ocurrira a qualquiera de los Señores alcaides o al S.r Gover.r y por lo que ase a esta Recaudasion, desde el dia Primero de agosto, asta el dia diez y seis de octu. en que Se publico el Vando, mandando, Se prosiguieze en exijir, el expresado derecho Se le dara la providensia Conveniente, y respecto de que en el R.l de mojon no a avido, ni ai dada para Su cobransa, Se le ara Cargo,

En Caso, que no lo aya Cobrado de los Sujetos que se ayan ausentado sin pagarlo En dho. tiempo – y para Aclarar, esta duda, desde el dia primero de agosto, asta el expresado, diez y seis de octubre pasaran los Señores diputados a conferensiar Con El S.r Marquez de Valdelirios, y con lo que resultase de la Convension, daran Cuenta A este Cavildo, para su Execusion – pp. 26-27

Cabildo del 8 de marzo de 1756 (RAMO DE GUERRA) p. 50

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego entro el S.r d.n Ju.n Gutierrez de Paz Procurador Ge.l Y Se trato y Confirio, Sobre un pedimento que presentaron, los Vecinos de San Juan Y mendosa Pretendiendo Escusarse, a pagar los Arvitrios impuestos a laz Votijaz y odrez que Entran de aquella Ciudad, para el ramo de guerra, para la defensa de la tierra El que remitió El S.r theniente de Rey, y Govern.r Comparezede Su theniente G.l A Este Cavildo, para que, En Su Vista, diga lo que tuviere – y Enterados de su Contenido, Acordaron que A continuacion de el dho. Pedimento Se ponga teztimonio, de la Carta de el S.r Marquez – y de lo Acordado, por Este Ilre. Cavildo, Sobre Su Contenido, y que por mi El presente Escrivano se lleve, A Su Señoria, para Su intelijencia – y Asi mismo Se saque teztimonio, de el Acuerdo, En que se Nombró por Contador al S.r d.n Ju.n de la Palma para que acompañado Con la Carta Se le paze al S.r Marquez – p. 50

Cabildo del 1 de abril de 1756 (AGUARDIENTE)

p. 64 Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego Se leyó Un pedim.to presentado por d.n Ju.n Joseph de leiba por el que Viene disiendo que d.n Ju.n de Salinas, y d.n Diego Videla, Estan para ausentarse sin pagar, y que Se an ido Trez sin pagar y los nomina que son Santiago Aldao; Diego fedrez y gravier Sastre, todos deviendo el derecho de sisa de laz Votijaz de odrez de Vino y Aguardiente que entran a esta Ciudad nuevo Arvitrio puezto para la guerra contra los indios [...] p. 66

Cabildo del 4 de mayo de 1756 (FUERTES) p. 78

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Se Acordo se Represente Al S.r Gov.r que Siendo tan Urgente la nesesidad que ai de reparar los fuertes que el Cp.n Comandante dise Aver reconosido medio Arruinados, Se sirba Su Señoria de dar Providencia para que se reparen Con El menor Custo que Sea Posible mediantea que Se Contempla abran de durar aquellos fuertes [...] y que Concludida la refaccion remita la Cuenta instruida. Con resivos A este Cavildo para Su reconocimiento y que En q.to A la residencia que tiene el S.r Maior d.n Joseph lopez Como tanvien en q.to a la poca Sujesion quea demostrado uno y otro Asumto, Son de la maior Entidad porque de lo primero Se sigue que no a Cumplido Con su obligacion ni puede resguardar la jurisdiccion segun la disposicion que Se dio ; no siendo Acreedor a que se le Contribuia Con el Sueldo por averse mantenido Solamente En la Comodidad de Su casa ; y lo Segundo podra Ser mui perjudicial en qualquier acontecimiento que pretendagobernarse Contra laz Ordenez de

el Comandante, y que asi Se sirba Su Señoria de poner remedio en ello, probandole Si fueze necesario de el cargo, para que Con este Exemplo guarden los demas la Obediencia maz exacta que Se requiera ; que asi mismo Sera mui util Se proseda a la averiguasion de los Exesos de Joseph yllezcaz la que Su Señoria Se servira de Cometer A la persona que Sea de su Satisfaccion para que En caso de ser siertos Se le inponga el castigo Correzpondiente, remitiendoze preso a esta Ciudad para Exemplo de los Vesinos de la Jurisdiccio y por lo que mira a lo perjudicial que disen Ser, las Sercanias de los indios Panpaz pudiera Ser Conuenientez que los Sorprehendieze el Cp.n Comandante, Con Comandante, Con Competente numero de Soldados dandose providenziaz para que trasladazen a la outra banda a la redusion de S.to Domingo soriano porque Sienpre que permanezcan en laz fronteraz Sera inevitable el Comersio, q.e mantienen Con los infieles, y los perjuisios que de Esto Se siguen al Vien a publico, perosi en esto Encuentra algun inconveniente Su Señoria Se podra disimular por aora Asta que se prinsipien las poblasionez En Cuio Caso Se podran tomar laz providenziaz maz Conuenientez para que se lez de destino proporsionado a dhos. indios, Sobre todo lo que Su Señoria providensia lo que paresiere mas Justo, Como lo Espera de Su amor y selo al amor de la Republica – p. 78-79

Cabildo del 4 de mayo de 1756 (COMPAÑIAS DE FRONTERA) p. 78

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego Se Trato, y Confirio, Sobre lo Transferido En orden a que Se le nominen Trez Sujetos, al S.r Gove.r para Cada Compania de laz que an echo dejasion de laz Capitaniaz, d.n Pedro leguisamon ; y d.n Ju.n Blaz gago, Y Se Acordo, que para la de lujan, En primer lugar d.n gregorio gutierrez - En Segundo d.n Cristobal Ponse de leon – y en tersero d.n Joseph gregorio Gonsalez de melo - y para la de el Sanjon – a d.n Bonifasio Sanchez En primer lugar -En segundo a d.n Pasq.l lopez de osornio y en tersero A d.n Joseph de espinosa para que de los Seis nominados, Elix Su señoria elija lo que fuere servido y que se teztimonio de este Acuerdo, de los dos puntos, y se lleve por mi el presente Escriva.o Al S.r Gove.r para Su intelijensia – pp. 79-80

Cabildo del 12 de mayo de 1756 (INDIOS) p. 81

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego Se Trato Sobre, lo Transferido En orden, A los Autos que remitio el S.r Gove.r de el Arvitrio inpuetzto a los mendosinos, y demaz para la guerra, Contra los indios, los que Remitio El S.r Gove.r Con El Escrito que presentaron dhos. mendosinos A Su Señoria, y Aviendose leido El Escrito presentado, por d.n Joseph Gari, d.n Remijio Albarrasin, y d.n Diego Videla En nombre de los Vesinos Comerciantez de San Ju.n y mendosa En que piden al S.r Gove.r Se lez Entregue el Sobrante, de el todo el tiempo quea estado Cobrandose, el Arvitrio de guerra y la deuda de d.n Agustin garfiaz, Con todaz laz Cuentaz de dho. Ramo, para con esto, aser el pagam.to de este año a las Companiaz de las fronteraz y Su Señoria a mandado dar Vista A este Iltre. Cavildo, de dho. Pedime.toy Enterados, los Señores de el Acordaron que Con teztimonio de este Acuerdo, A Continuasio de los autos que llebara el Pres.te escriva.o Se rrepresente a Su Señoria que si laz primeraz intansiaz de

estos Sujetos, An sido Malisiosaz inportunaz y Culpablez Como el S.r Marquez de Valdelirios lo a espueyto, por decreto de diez y siete Mar.so Estalo es En sumo grado, porque estos Trez Sujetos pretenden utilizarse, por si Solos Con el pretezto de el Venefisio de las dos Ciudadez y Su Vesindario de el Sobrante de el Arvitrio, Asiendo provecho propio la Comum Contribusion Siendo Sierto que ni an manifeztado Poderez de aquellaz Ciudadez ni puede Ser Creible que si pagadaz laz Compañiaz lez quedase Algo lo Ayan de distribuir, Entre anbos Vesindarios, sino que lo solisitan unicam.te para Sus particularz adelantamientos, Como si los Trez Solos fueran los que na Contribuido, En este Espasio de tiempo el Arbitrio, que de mas de esto Se deve Considerar que no solo Son Comprehendidos en la Contribusion, los Vesinos de Sa.n Ju.ny mendosa Sino tanvien los de esta Ciudad, por los Sacas de Petacaz y Ventaz de Cuerosy Cosa mui irregular que Solame.te estosTrez Sujetos pretendan aser provecho Suio lo que Se Contribuie por otros muchos y no solame.te por ellos que tanvien enveve mucha malisia el pedir laz cuentaz de el todo el tiempo que a Corrido la Cobransa de este arvitrio, puez la Solisitan Con el fin de Sensurar laz providendiaz de El govier.no yde este Cavildoa lo que no se deve dar lugar, y Ultimame.te queesta Convenido por El S.r Marquez de Valdelirios y El S.r Gover.r y Cp.n Ge.l que aquel Sobrante que uviese se rreserve para el Costeo de algunaz Entradaz que pueden Ser forsosaz para ponder En Tranquilidad lazfronteraz o para fundamentar laz poblacionez que Su Magtd. Manda Se establezcan y soloSe espera la Venida de el S.r Gover.r para resolver Sobre ellaz lo qual no lo ygnoran estosTrez Sujetos y asi Es maz Culpable Su pretension porque Se Encamina a tomar motivos de quejaz Con la Siensia Cierta de que no es posible Se CONdesienda A su instansiay quesupuesto que el Producto de el Arvitrio deve refundirse En Venefisio de esta replubica yno En otro deztino Se sirba Su Señoria de denegarlez lo que piden mandando no selez resiba maz Escritos – pp. 82-83

Cabildo del 15 de septiembre de 1756 (CACIQUE YATI) p. 119

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

Y luego se leyo, un memorial presentado Al s.r Gove.r por, d.n Joseph lopez Sarx.to Maior de laz milisiaz; y otro presentado, por Unaz Mujerez de el Pago de la Matansa, Sobre, El primero las pasez, que pide, El Casique yati, y El otro Sobre que Se rescaten algunos Cautivos y lo demaz que Consta de dhos. memorialez y Se Transfirieron para outro Acuerdo respecto de Contener puntos que deven mirarze Con toda Refleccion y queel S.r Alcalde de Primer Voto Seaga Cargo de Consultar para En vista Acordar - p. 120

Cabildo del 17 de septiembre de 1756 (CACIQUE YATI) p. 125

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

En Cuió Estado Se Trato Sobre lo Transferido En Asumto, A los dos memorialez de El S.to Maior d.n Joseph lopez [...] Sobre lo que representan en Asumto de laz pasez que piden los indios Panpaz de el Casique yati, ofresiendo, Entregar los Cautivos, que tienenEn Su poder, Cristianos, y pidiendo Se lez debuelban Suz Parientez que Se dezpacharon Prisioneros, A la otra banda Con lo demaz que Consta de los dhos. Memorialez – y Enterados de el Contenido de dhos. Memorialez, Se Acordo Se le Ynforme al S.r

Gove.rque Siendo Servido Su Señoria Podra mandar, q.e el S.rto Maior d.n |Joseph Antonio lopez responda A d.n Carlos yati que no se le Negaran laz pasez a su primo d.n Rafael y los de su gremio sienpre que Se conosca que lazpiden Con Verdad y de buena fee; porqueel Rey Nro. S.r y En Su nombre todos Suz basallos no desean que unos y otros Continuamente Viba con la Inquietud, y tirania de estarse asiendo daños y muertez reciprocaz, sino q.e se mantengan En paz y buena Correzpondiensiã para que asi los de Su nasion pueden llegar al Conosimi.to de Dios y Su Sa.ta fee Catolica que Como Vien tan inportante a Sus Almas es lo mas que apeteze el Rey sin Aser Violensia a nadie y que asi abran Esperimentado, nunca Se lez a negado las pasez quando las an Solisitado En Buena Correzpondensia ; pero que aviendo Tanvien Enseñado la Esperiensia la poca Susiztensia que tienen los de Su nasion puz faltando muchaz Vesez a lo que prometen procuran Cometer Traisioez y Alevosiaz Contra Aquellos mismos a quienes Estan Tratando Como amigos no extrañaran el que interin que Se reconose el animo de los Yndios de Su gremio Viban los Españolez con alguna precausion a fin de no padecer algunos daños Aunq.e Se Cree que la intension de dho. D.n Carlos, y la de su primo Seande Buena lei y de toda Verdad : y que Asi para Tratar laz pasez quando le parezca y Aserlaz Capitulacionez puesto que aora no puede mantenerse por Algun mas tiempo, podra Volver dho. D.n Carlos Estando prevenido que tanvienlos a de aser Con el Casique brabo, porque aviendo esta Ciudad y Jurisdiccio Esperimentado tan buena Correspondeiensiã de su Amistad, Sera Tanvien presiso darle antez aviso de esta Proposicion ; y se acaso tuiensien Algun inconveniente En esto Se procurara por todos medios Su amistad para que asi todos se mantengan Con quietud y sin Sosobra : y Al mismo Tiempo podra prevenir V.ss.a al S.to Maior que no permita Se internen los indios Con Este pretezto ; y que quando ayan de bolver a Tratar de las pases abra se Ser con poco numero de Jente a aquella frontera, la que Custodiara Con Vijilansia Como asta aqui lo a echo, y que Con su Aviso se daran laz providensiaz para que Se pasen a aser los Tratados de paz – p. 125-126

## **Capítulo 5.2 A falência das Companhias de Fronteira: a fidelidade dos caciques amigos como estratégia de contenção**

Cabildo del 16 de septiembre de 1761 (INDIOS) p. 643

Escrivão: Joseph Ferrera Feo

En Cuio Estado entro el S.r d.n fra.co Cabrera Procurad.r Ge.l, Y luego Aviendose tenido presente El contenido de el memorial que presento d.n Juan de lesica y torresuri Al S.r Theniente Rey y Gover.r Sobre Cuio Asumto, Se Acordo, ayer quince de el corriente. Sebolvio, a tratar y conferir, y Enterados de su contenido Acordaron que en Atensio a queya el tiempo, no, es oportuno, para admitir Semejantez Representacionez por lo que hurjea marchar. y estar todas laz Tropaz de Carretaz y demaz nesesarios, prontos, Se sirba Su Señoria, mandar se observe, y Execute, lo que tiene ordenado, mandando, marche El Expresado Sarxento Mayor

d.n Joseph Chevez Comandando la Jente, que le Esta asignada – y si Por si acaso Sean siertaz laz notisiaz de estar inundadaz de indios laz Canpañaz, aunque estos Estan todos Vajo de Paz. paramaz satisfaccion, y resguardo de dhaz. tropazSiendo Su Señoria Servido, Podra



mandar que de la Compañia de la frontera de lujan marchen quinse Ombrez Con un Sarxento – yque de la de el Salto de el Arresifez marchen otros quinse ombrez Con Otro Sarjento, que Estos treinta ombre Se incorporen Con la Jente que ba bajo de el comando de dho. Joseph Chebez a quien Su Señoriale Conferiralos ordenez que allare por Convenientez Con lo que se Serro Este Acuerdo [...] p. 643- 644

Cabildo del 14 de diciembre de 1761 (COMPAÑIAS DE FRONTERA) p. 660

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

[...] estando asi Juntos y Congregados a tratar y Conferir sobre el Vien pro, y utilidad de esta Republica y Sus havitadores, por el Señor Alcalde de Primer Voto se dijo que la Urjenta causaque obligó a la formacion de las tres compa.s que se allan en las fronteras de esta Jurisdicion pagadas en la maior parte con el dro. de los dose reales impuestos sobre cada botija de Vino, y Odres de Aguardiente de los que se traen a vender, a esta Ciudad de las de Mendoza, y San Juande la Provincia de Cuio, del Reino de chile, fue tan justa, Clara y manifiesta ella por si propria, se a dado y da, a conoser, pues no siendo posible reducir a duda la audacia con que los Yndios Barbaros insultavan y acometian a las tropas que iban y benian á aquel Reyno, haciendo en ellas crueles y sangrentos extragos, en las Vidas y haciendas de los comerciantes y traficantes estando, con este motibo desoladas las campañas, y estancias de esta Jurisdicion, tomando animo por belasindefensas, a internarse hasta las inmediaciones de esta Ciudad matando y cautibando las Jentes que encontraban en su labranza y cultibo, cuios estragos Sesaron con el resguardo de las referidas tres compañías en las fronteras y Campaña como hasi lo a mostrado la esperiencia, por que desde entonces, temerosos los Yndios Ynfieles de haver pronta preparacion para castigar sus atrebimientos, no ay noticia que aigan, echo el menor considerable asalto ni que aya Susedido muerte robo ni cautiberio alguno quando todo este hera, antes tan frecuente, y Siendo preciso que las referidas tres Compañias subsistanen los terminos mas conformes y arreglados y tambien el cumplimienta de lo que Su Mag.d manda p.r su real Sedula ganada, a solicitud de dhas. dos Ciudades, Ordenando en ella, que la contribucion sea solo de quatro reales por cada botija y odre de aguardiente que entraren en esta, Cuio Subsidio no puede alcanzar Sin otros arbitrios a la subsustenciade las referidas tres Compañias, Es su dictamen que este cavildo informe a su Mag.d corroborandolo, con representacion del Ex.mo Señor Señor Gov.r de estas Provincias p.aque Su R.l Clemencia atendiendo a los cortos arbitrios que a esta Ciudad se le ofresen para tener guarnecidas las fronteras, y a la necesidad que tiene de conserbalas para atajarlos insinuados daños Se sirba proporcionar el remedio de ellos, aplicando para ello el ramo de cruzada, A Exemplo de ygal gracia consedida en la Provincia del tucuman, por causas semejantes pues siendo el prosedido de ello para imbertirlo en la guerra contra Ynfieles, y redension de cautibos, Se alla berificada en este caso, y Provincias imbadidas de Yndios Ynfieles, tan arreglado y christiano fin, y que interin, este Cavildo haga presente a su Ex.a que en los efectos q.e Se allaren por combiniente, se arregle, lo que deban contribuir, pencionando asi mismo a los hacendados y dueños de estancias que lo gran de tan importante benefisio como es el de tener aseguradas sus haciendas con el resguardo de aquella tropa, a que contribuian con lo que se jugare corresponder a sus fondos, para cuio arreglo deberá este Cavildo con Junta de todos sus indibidos formar el arreglo que paresce mas equitativo y cristiano sin que cause

alteracion, pasando de todoello antes de executarla, noticia al Ex.mo Señor Gov.r para procederen todo de acuerdo con su Ex.a y tratado y conferido Sobre el asunto de comun acuerdo con a su Ex.a y tratado y conferido sobre el asunto de comun acuerdo se conformaron todos los indibiduos de este Il.re cuerpo, con lo espuesto por dho. Señor Alcalde de primer Voto  
= (p. 661-662).

Cabildo del 15 de enero de 1762 [COMPAÑÍA FRONTERIZA] (p. 10) (Sobre lo transferido)

Y en este estado se bolbio a transferir el asunto pendiente sobre los nuebos arbitrios que se an de tomar para el pagamento de las compañías que cubren las fronteras por tener queconsultar con el Ex.mo Señor Gov.or sobre el particular, y el no allarse en este Cavildo todos sus indibiduos, que deberan allarse para resolver para sobre este punto [...] p. 11

Cabildo del 1º de septiembre de 1762 [COMPAÑÍA FRONTERIZA <LA INVENCIBLE>] (p. 76)

(Carta de la Compañía del Salto sobre que se interponga con el Señor Governador para que se satisfaga sus sueldos atrasados)

[..] en cuio estado se leyó una representación echa por los soldados de la Compañía nombrada la invencible que sirbe de guarnicion en la frontera del Salto, en la qual hasen presente estarseles deviendo diez y seis meses de sus sueldos, por cuio motibo se allan entotal desnudes, y no teniendo otro medio para poder remediarlas, ôcurren a este Cavildo para que se sirva de interseder con el Señor Governador para que se les socorra [...] (p. 77)

REPRESENTACIÓN DE LA COMPAÑÍA DE CABALLERÍA FRONTERIZA <LA INVENCIBLE> A QUE SE HACE REFERENCIA EN EL ACUERDO ANTECEDENTE (p. 78)

Mui Ilustre Cavildo de essa Ciudad de Buenos Airez: La Compañía de Cavalleria nombrada la Invencible que esta al resguardo del Fuerte de San Antonio del Salto de Arresife, Frontera de esa espresada Ciudad puesta a la ovidencia de V.S con el maior rendimiento dize que haze dies y seis mezes a fin del presente de Agosto – que se nos estadeviendo de nuestros sueldos; Y aunque nos consta, que nuestro Capitan ha hecho al Ex.mo Señor las mas eficases diligencias a instancias nuestras, para que se nos pagase motivado de la desnudes, y hambre, que espermentamos, no hay tenido efecto con socorro alguno hasta la ora presente, no culpando por esto, ni a dicho Ex.mo Señor ni menos a nuestro Capitan [...] solo proseguiremos en el real servicio, en caso que se nos de algun socorro, para poder tapas nuestras carnes, y tener con que alimentarnos, y a nustras familias, como asi mismo hallarnos los mas a pie, pues es esta la Compañía, que mas trabaja, como es en escoltas, Chasques y batidas de Campo [...] Por tanto A.V recurrimos para que como Padres de esa Republica, y a quienes estamos continuamente prompts a defender de qualesquiera ynvasion de los enemigos, nos miren con la Charidad [...] pues de lo Contrario,

nos parese ser presiso, el salir de esta esclavitud parabuscar por ôtro mediola mantencion de nuestras pobre familias [...] p. 78-79

Cabildo del 21 de octubre de 1763 (ALCALDE PROVINCIAL) p. 183

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Y luego p.r el S.r Alcalde Provincial se dijo que respecto a que en el año pasado de setecietos cinq.ta y nueve se practicaron ciertas dilixencias en orden a embarasar de algunmodo, los latrocinios de ganados tan repetidos, que se experimentaban; con la marca quea los quaterros se le debia poner, en los términos que de ellas constan; cuia propuesta notubo efecto por a ver determinado el S.r Gov.r comparecer de Su Then.te Gral. no le herafacultatibo a su Señoria ni a este cabildo, semejante imposicion, puesta correspondia pribativamente al príncipe: de cuias dilix.s necesita se le de testimonio para ocurrir a su Mag.d: Y enterados acordaron se le dé el testimonio que pide, con lo qual y por ser tardese cerro este acuerdo [...] p. 184

Cabildo del 13 de octubre de 1766 [CACIQUE LAPIN O LEPIN] p. 428

(acuerdo sobre guerra contra los Indios)

En la Mui N. y Mui Leal Ciudad de la Santisima Trinidad puerto de Santa Maria de Buenos Ayres a trese de Octubre de mil Setecientos Sesenta y Seis años. El Mui Ilt.r Cavildo Justicia y rexim.to de ella los Señores D.n Marcos Jph. De Riglos Alcalde ordinario Dn Diego Matilla y los Rios Alcalde Proc.l D.n Alonso Garcia de Zuñiga, D. Eugenio Lerdo de Tejada, D.n Garcia de Escalada, D.n Juan Jph. Moreno, y D.n Manuel Alfonso de S.n Xines Rexidores estando asi Juntos en la Sala de Sus Acuerdos a tratat y conferir lo combiniente a esta Republica y Sus habitantes [...] En este estado se hizo presente el Señor Alcalde D.n Marcos Jph. de Riglos, un memorial presentado al Ex.mo Señor Gov.or y Cap.n Grâl. en nombre del casique Lepin, el qual entregó a su merd. el Señor Alcalde D.n Juan de Lezica (que no á asistido por enfermo) con una carta de su Ex.a con fha. de onze del corriente, para que este Ilt.r Cavildo Exponga lo que sea mas combiniente sobre el contenido de dho memorial: y haviendose echo larga conferencia con asistencia de los Sarxentos maiores D.n Clemente Lopez de Osornio, D.n Manuel Pinaso y el Capitan d.n Juan fran.co de Suero: Y asi mismo, haviendose echo entrar a esta Sala, al dho, Casique Lepin, y Exami / nandose pormedio del interprete fran.co Bascur, y ratificandose dho. Indio en la pretencion de haser una combocatoria Grâl. de todos los Indios sus parientes amigos y Aliados, cuio numerodize acendera a Setecientos Indios, para haser la guerra a los Indios Teguelchuz, Sus enemigos, con la condicion de que se les permita, despues de echa la combocatoria el dejar Sus familias en la Laguna Salada que esta de la Outra banda del Rio Salado, pidiendo asi mismo un pocode yerba y tabaco, algun Aguardiente para el fin dela dha combocatoria. Dijeron que no encuentran incobiniente en que se les de la facultad que piden para haser la guerra a los teguelchuz, que son los que ultimamente nos an ostilizadonras. Campañas, y cuia nacion se haze presiso por todas razones Castigarlos, no solo por los Expresados insultos que nos na echo Sino es por los que en adelante nos puedan haser, por ser los mas baliente y aguerridos que ay, y asi combiene

debilitarlos, y para que se logre esto, el que se les de yerba tabaco y demas que pide, como asi mismo el que berificada que Sea la Expedicion que intentan contra los teguelchuz, Se les gratifique, deRamo de guerra lo que pariciese a la generosidade de su Ex.<sup>a</sup>; pero que no obstante estos ofrecimientos de Lepin y el dejar sus familias en el citio que designa de la Laguna Salada,parese nesesario el que la xente de las Milicias del Campo esten prontas yprebenidas parael casso de alguna perfidia del dho. Lepin, como por lo comun Se a Experimentado, del proceder beleidoso de dhos Indios, atajar cualesquiera acontecim.to que pueda Suceder, estando de este modo mas en tiempo de Executarlo que el cavildo a tenido por combiniente Exponer a su Ex.a en el segundo punto de la representacion y acuerdo del dia seis del corriente, y para proseder con la cautela nesesaria Sobre la conducta de dhos.Indios Se a propuesto por los dhos. Sarx.tos Maiores y Cap.n D.n Juan fran.co Suero, Sertambien combiniente el que bayan dos españoles lenguarases en su compañia / a la combocatoria que aseguran los Indios la tendran concluida dentro de veinte diaz de la salida de esta Ciu.d, y que desde luego Se encontraran dos lenguarases ombres de confianza que voluntariamente hiran, gratificandoles con alguna cosa para la Subsistenciade Sus familias en elinterin ban a esta dilix.a Sobre lo que se acordó que desde luego sehisiere asi y para su Execucion Se dé quenta al Señor Gov.or con testimonio de este acuerdo que llebaran los Señores D.n Diego Mantilla, y D.n Manuel de Escalada a quienesse diputa par el efecto, para q.e su Ex.a en bista de ello se cirba determinar lo q.e le parecamas asertado, con lo q. Se cerro este acuerdo, al que no concurrio D.n Mig.l de Esparza p.r enfermo, D.n Mig.l de Rocha, y D.n Antonio Nasarre – no an concurrido ni dado rasonde su embarzo [...] Ante mi: Fran.co Xavier Ferrera –Ess.no pub.co. P. 428-430

Cabildo del 21 de agosto de 1766 [INDIOS] p. 410  
(Sobre el Ramo de guerra)

[...] en cuio estado se propuso por el Señor D.n Juan de Lezica, que en atención a haver dado los Indios infieles, en las fronteras de esta ciudad y Su jurisdicion y haver echo considerable extrago, matando alguna xente, llevandose muchas muger.s y muchachos cautibos, y robandose mucho ganado de todas especies, Sin que se aya conseguido el castigo, Sin embargo de haverse dado prontas providencias por el Gobierno, habiendose segun Se tiene noticia rebuelto mucha xente de la q.e fue en Su Seguim.to por falta de lonesesario para su subsistencia; teniendose entendido que las compañías que cubrian las fronteras, de poco tiempo – a esta parte no permanesen, por no haverseles acudido con Sus Sueldos, no obstante de que esta Ciudad, desde principios del año de quarenta e cinco, busco barios arbitrios para que hubiese caudales para Su Subsistencia, hera combiniente rexistrar los acuerdos y demas papeles y Zedulas R.s que Sobre el asunto de dhos. arbitrios, aya en este archivo, para que enterado este Cavildo de lo que aiga en el particular pueda arbitrar lo combiniente [...] p. 411

Cabildo del 1 de septiembre de 1766 [INDIOS] p. 414  
(Sobre el Ramo de guerra)

[...] en cuio estado los señores D.n D.n (sic) Eugenio Lerdo de Tejada y D.n Manuel Alfonso de S.n Xines diputados nomeados para la inspeccion y reconocim.to de papeles, en

orden al Ramo de guerra, y los fundam.tos que hubo para Su imposicion; hisieran presente un libro en que constan anotados los acuerdos celebrados, y representaciones echas Sobre el asunto. el qual se mandô entregar al Señor Alcalde D.n Marcos Jph. DeRiglos; para que impuesto de todolo practicado en aquel tiempo, forme una representacion a nombre de este Cavildo; para el Ex.mo Señor Gov.or a fin de solicitar de su Ex.a que respecto a que la impocion de dho. Ramo fue p.a fomentar la Guerra contrael Indio infiel q.e imbade estas fronteras, Se imbierta en este ministerio y no en outro, suproducido. Y que igualmente se le represente al dho. Señor Gov.or lo combiniente que Jusga este Cavildo Ser a esta Jurisdiccion para la quietud de su Vezindario, el que a todoslos Indios que con titulo de mansos Se mantienes en las inmediaciones de las fronteras, Se les dé algun destino en la otra banda de este gran Rio, con lo que se consigue pribarlesde la comunicacion que tienen con los demas Indios de la tierra adentro; de la que se infiere dimanar la imbaciones de ellos Como Se a Experimentado en la que acaba de padecer, la frontera de Matanza y Magdalena, Sirbiendo de espias, para Subministrales las noticias que son a ellos favorables Con lo qual se cerró este acuerdo, al que no concurrio D.n Mig.l Geronimo de Esparza por enfermo, D.n Antonio Nazarre p.r ausenteen el R.l Serbicio, y D.n Mig.l de Rocha p.r enfermo [...] p. 414-415

Cabildo del 24 de diciembre de 1766 [PETICIÓN DEL PROCURADOR GENERAL] p.

456

(Asumptos pendientes del cav.do [...] 3º Sobre el Ramo de guerra)

El rramo de guerra instancia pendiente ante el Ex.mo Señor Gov.or Sobre que se extinga, conforme las R.s Zedulas por su mag.d Expedidas, cuja representacion echa a su Ex.a Sehallara en el Libro de este ramo, en que tambien se pide se saquen las fronteras a la costadel Salado, interin se hasen las poblaciones en la tierra adentro con los caidos de este Ramo. (p. 457).

Cabildo del 30 de marzo de 1767 [PETICION DEL PROCURADOR GENERAL] p.

495

(Sobre comicionarios de campaña)

Se leyeron dos pedim.tos del Señor Procurador Gral. en los quales hase presente por el uno losgraves perjuicios que se Experim.tan en campaña de los malebolos que reciden en ella, a los quales no se les puede aplicar las penas correspondientes, para contenerles en sus delitos, a cusa de la escases de Jueses, q.e con suficiente facultad, pueda Zelar estosdesordenes, y aprehender a los delinquentes. proponiendo el medio, de que conferiendoseles esta facultad a los Oficiales Milicianos de Campaña, como a interesados en aquellos perjuicios, Se podria conseguir el evitarlos[...] p. 496-497

Cabildo del 3 de junio de 1767 [INDIOS] p. 482

(Sobre la entrada de los ganados de la Campaña p.a adento de esta Jurisdiccion)

En cuio estado Se hizo presente p.r el Señor Alcalde de primer Voto que por representacion del Señor Procurador Grál. está impuesto, q.e los ganados de la Jurisdiccion Se na Salido a campaña a tierra del Indio enemigo, a causa de la gran escases de pastos que ay, en las Campañas de las estancias; el qual hera nesarario ber el modo de bolber a entrarlo, pues de no practicarse Com brebedad esta dilix.a podra resultar maior perjuicio internandose dho. ganado mas, yciendolo p.reste echo, mas facil al enemigo el Extraerlo, conduciendolo a lo remoto de sus havitaciones. y enterados los señores haviendo conferido, acordaron se rrepresente al Ex.mo Señor Gov.or esteperjuicio Suplicandole Se cirba Su Ex.a teniendola a vien, dar Sus ordenes para q.e los SarxentosMaores de los respectibos departamentos de esta Jurisdiccion, Salgan a Campaña, con las Compañias de Vezinos que tubiesen p.r combiniente para berificar la conduccion de todos los Expresados ganados a esta Jurisdiccion, para que en el modo que tubiesen p.r combiniente, los mismos Sarx.tos maiores puedan resivirse los Vezinos de sus haciendas, executandose lo referido Segun en Otras iguales circunstancias Se aya echo. y asi mismo q.e respecto a que ay rumores de que bienen a insultar Prov. Los Indios Infieles, q.e Se cirva su Ex.a mandar a los capitanes de las Compañias pagadas de las fronteras, den a los Expresados SarxentosMaores, los aucilios nesararios para que sin peligro Se consiga el referido fin, y que si lacasualidad hase que encuentren nras. Jentes, los enemigos se les pueda castigar [...] p. 483

Cabildo del 22 de septiembre de 1767 [BENAVIDEZ, JUAN TOMÁS] p. 524

(Sobre lasalida al biaje de Salinas)

[...] en cuio estado se leyó un pedim.to presentado por el Sarxento Maior D.n Juan Thomas de Benabides, en que representa a esta ciudad que para berificar con la Seguridad correspondiente, la Expedicion de Salinas que está a Su cargo por nombram.to del Ex.mo Señor Gov.or Se le aucilie p.r este Ilt.e Cavildo con las providencias correspondientes, para trecientos, que juzga en el estado presente Se nescitan y haviendose conferido p.r los Señores largamente, con lo querepresentó el Señor Procurador General. Se determinó, que haciendose presente a Su Ex.a que segun los mobimientos que se adbierte en los Yndios Enemigos, Es mui combiniente consultando la seguridad de la Expedicion bayana ella las dos compañías pagadas de Luxan y del Salto, y que para Cubrir estos puestos den las providencias los Sarxentos Maiores, con las compañías de la Campaña de Vezinos[...] p. 525

Cabildo del 21 de enero de 1768 [CACIQUE LAPIN O LEPIN] p.

580

(um acordo inteiro para o caso)

[...] entró a la Sala a este tiempo Don Manuel Joachin de tocornal en cuio estado, se trató,(estando presentes los Sarxentos Mayores Don Manuel Pinaso, Don Clemente Lopez y Don Juan Thomaz de Benabidez; y los capitanes Don Joseph Vague, Don Gregório

Cabrera, Don Alexandro Arroyo, Don Simon de los Santos Alborde, y Don Joseph de Lara, quienes de orden del Ex.mo Señor Governador y Capitan General. an bajado a esta Ciudad a este efecto) en orden al remedio que se debe poner por pronta providencia, para libertar las fronteras de las repetidas imbaciones, que se an experimentado del Yndio enemigo, y unanimes acordaron que mediante a rreconoserse la fidelidad del Casique Lapin, se rratifique la paz que a este se le dio por el Sarxento Maior Don Juan Thomas Benabidez, respecto a que en la Jurisdiccion, no ay suxeto ninguno que tenga baquia la tierra adentro donde asiste el enemigo y es presiso buscarle; para castigarle lo que se conseguira por medio de una (...) la que se deberá berificar a principios del mes de Marzo proximo, si llebiese, y Se rreforsasen las cabalgaduras, y que para resguardar el pago de la Magdalena, Se pongan cien Ombres en la Ysla de todos Santos, estos con viente cinco que tiene alli destacados el Sarxento Mayor don Clemente Lopez, y que a estos soldados es presiso contribuirles con una gratificacion para que subsistan, en el ynterin se puede berificar la entrada, mediante a que de outro modo, no se podra conseguir, la seguridad que tanto importa: Y que rrespecto a que la causa de todos estos perjuicios y daños que experimenta el publico, es la falta de subordinacion y Obediencia que se experimenta, en la Xente de la Campaña: se suplique al Ex.mo Señor Governador expida las mas estrechas ordenes, para que se castiga Seberamente a todos, los que no Obedescan las Ordenes, que se les comuniquen; pues nada es mas cierto y constante que si hubiera Obediencia, no podrian conseguir los Yndios, hacernos la Guerra con lo suseso que lo logran [...] p. 580-58

Cabildo del 18 de julio de 1768 [COMPAÑÍA FRONTERIZA] p. 640

(Se trató en Orden, a contener al Indio Enemigo)

[...] la ciudad y principalmente los Vecinos de la Jurisdiccion, estan en continuo Lamentopor los Ynsultos que se estan experimentado de los Yndios Ynfieles, y que se le a informado, de barios / desordenes, de la Xente, de las Compañías, por falta de Subordinacion que asi mismo, sabe, que los fundos del Ramo de guerra, destinado, para mantener las compañías, que estan en la frontera, Si an alcansado, hasta ahora, para pagarlas en adelante no alcanza por que el Ramo no produse, Sino cosa de la mitad de lo que se gasta anualmente [...] p. 640-641

Cabildo del 20 de julio de 1768 [COMPAÑÍA FRONTERIZA] p. 642

(Sobre Guerra contra Indios)

[...] Se trató. Sobre lo transferido, en el Acuerdo del Dia Diez Ocho, entrando a este tiempo el Señor D.n Joseph Antonio Gainza y Se leyeron las proposiciones, que los Señores Alcalde Provincial y Procurador General., estendieron: y haviendose conferido largo espacio Sobre ellas, se tubo concideracion, a que, para cualesquiera cosa que se intente, es nesario, ber los fondos, de que se ha de echar mano; y respecto a que, se da por / asentado, que los que ay en lo Ramo de Guerra, Son tan pocos que brebe, no alcansaran a pagar las compañías que estan en actual Servicio, y que a muchos de los Vecinos se les a oydo decir, que boluntariamente, contribuiran, con una pencion anual, a fin de que nos se les obligue, a salir, a las Corridas que se hazen, y que con las contribuciones suias, Se podran haser con Xente pagada: Se acordo que por los Señores a

quienes se a comunicado, esto, se les insinué a los Vecinos, hagan su propuesta, en cuiavista se acordara lo que combenga. Y que se solicite una razon individual del estado enque está el Ramo de Guerra, las entradas y salidas [...] p. 642-643

Cabildo del 16 de noviembre de 1768 (INDIOS) p. 685

[...] entró el Señor d.n Joseph de Gainza y por el Señor Procurador General. Se dio razon, que en consecuencia de lo que se havia tratado, anteriormente, en este Ilt.r Cavildo, y dela Comicion q.e se le dio para haser presente al Ex.mo Señor Gov.or y que mediante a continuar las ostilidades de los Yndios Ynfieles, executaba poner, los medios de atajar, las imbaciones maiorm.te en las presentes circunstanc.s en que por la proximidad de la cosecha, se hace mas temible; dijo havia cumplido con lo que se le encargô, y Su Ex.a penetrado de los mismos sentimientos, trataba con el Maior empeño, de dar prontamente, las providencias, para poner en resguardo la frontera, en el interin Se berificava la cosecha, y que despues de ella, Se haria una entrada Grâl para ver Si se logra castigar y contener los Ynfieles y enterados los Señores dijeron que mediante la oferta del Xefe, seprometen el buen exito que se solicita, para el resguardo de las fronteras: entrô a este tiempo el Señor d.n Juan de Osorio, a quien se le leyô, lo arriba tratado y quedo conforme con lo qual se cerrô este acuerdo y lo firmaron de que doy fee [...] p. 685- 686

Cabildo del 13 de enero de 1769 [INDIOS] p. 13

[Se leyô R. Zedula en orden al Ramo de Guerra]

[...] se leyó una R.l Zedula Su fha. veinte y ocho de febrero del año proxime pasado dada en el Pardo. la qual fue remitida por el Ex.mo Señor Gov.or para que el Ilt.r Cavildo Ynforme, del estado de la exaccion de los arbitrios impuestos, para la Guerra contra los Indios Infieles, y trespoblaciones que con el Sobrante, de los Sueldos de tres compañías, que se mantienen del, con el producido de dha exaccion, se devia construir la que vista y obedecida por los Señores; de comun acuerdo dixeron Se transfiera Su resolucion y que los Señores D.n Gregorio Ramos, y D.n Manuel de la Colina, Soliciten en el Archibo, todos los docum.tos relatibos al asunto, con los quales pueda instruir este Ilt.r Cuerpo su rrepresentacion con el acierto que es devido. Con lo qual y por Ser tarde Se cerrô este acuerdo [...] p. 13

Cabildo del 24 de enero de 1769 [INDIOS] p. 15

Escrivão: Francisco Xavier Ferreira

[Sobre el Ramo de Guerra]

Luego se trató Sobre lo transferido en orden al Ramo de Guerra con bista de la Real Zedula que Su Ex.mo remitió a este Cavildo, para que se le informe y los Señores unanimes acordaron se le hisiese el informe del tenor Siguiete Que haviendo examinado con pocible atencion los papeles del archibo y libros de Acuerdos que tratan del Ramo de Guerra [...] lo que puede informar a Vx.a es; que los Caudales que dimanaban de estedrô. Se manejan con conocim.to E interbencion de este Cavildo, hasta fines del mês de Maio de



Mill Setecientos Sesenta y uno, que passô la Comicion de correr con este drô. alcuidado de los oficiales R.s por orden del Ex.mo Señor D.n Pedro Cevallos comunicadaa D.n Domingo de Basavilbaso, Thesorero nombrado p.r este Cavildo. Que desde este tiempo, no se le a conciderado parte para la administracion de este Ramo, haviendosele, inivido de su conocimiento Que de las tres compañías de la frontera, han dispuesto los Ex.mos Señores Governadores, Segun les a parecido mas Combeniente. Que por lo respectivo al establecimiento de los tres pueblos, lo que puede decir es que no se na poblado en los tres citios, Salto, Laguna Braba, y Matanza, pero ni en otros como es notorio, como tambien el que no se a formado, la junta de que se dio idea, a su Mag.d y acido aprovada:

- pero que las causas de no haverse cumplido estas ordenes de Su Mag.d de Diez y Siete de Septiembre de mill Setecientos Sesenta, las a ignorado, ciendo la pocaatencion de este asunto, causa, de que los Indios Gentiles, hayan cometido, los insultos, que son vien publicos, con grabeperjuicio de esta Ciudad, y Sus Fronteras [...]

Representacion de los Oficiales Reales Sobre el mismo asunto

Se leyô una representacion de los Señores Oficiales R.s echa al Ex.mo Señor Governadoren que le notician – hallarse exausto de dineros el Ramo de Guerra por cuiò motivo se devia tratar de medio para la subsistencia de las compañías que guarnesen las fronteras [...]

Cabildo del 13 de febrero de 1769 (INDIOS) p. 23

[...] Se hizo presente el decreto de Su Ex.a de diez del presente mes de febrero, en que manda que este Ilt.r Cavildo em vista de lo representado por el tribunal de R.l Haz.a y expuesto p.r el Señor Theniente Grâl. Sobre lo que deduce en su informe Dixeron que para que puedan Informar con alg.n conocim.to en el asunto que se ordena p.r su Ex.a es presiso se cirva mandar que os Oficiales R.s remitan a este Cavildo, una exacta cuenta, de lo que a producido el Ramo de Guerra, desde principio de Junio del año pasado de Sesenta y uno, hasta este Día, con la distinción, de lo que a producido cada especie, y razon de, en lo que se â imbertido estos fondos, anualmente, expresando, Si todas las especies que prebiene la R.l Zedula, de Diez y Siete de Septiembre de Setecientos y Sesenta, an contribuido, y contribuyen, el drô. que Su Mag.d manda; y que si acaso Se hubiese dejado de cobrar, Sobre alguna que expongan en que tiempo, y p.r orden de quien, Se libertaron de esta contribución, para en su bista, Exponer a su Ex.a lo que hallare por combeniente, al Vien de la causa publica = p. 24

Cabildo del 17 de abril de 1769 [ALCALDE PROVINCIAL] p. 47

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Representacion del Señor Alcalde Provincial sobre los desordenes de campaña

Se leyó una representacion del Señor Alcalde Provincial en orden a que se ponga el remedio nesario a contener los exsesos de campaña cometidos por los ladrones quatreros, y Otros distintos delitos: de cuió contenido enterados los señores, acordaron, se pase dha representacional Señor Governador y Capitan General para que su Ex.a delibere en el asunto, lo que conseptue de Justicia, y tubiese por combiniente [...] p. 48

### **Capítulo 5.3 *Fuertes, poblaciones e as estratégias finais no período pré Vice-reinado***

Cabildo del 15 de enero de 1771 [ARECO] p. 231

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Las hordenanzas para un fuerte en frontera de Areco

Se leyô una Memorial presentado al Señor Governador por Don Francisco Falcon, vezino de Areco, y remetido a este Cavildo, para que con concurrencia de su Procurador General examine el proiecto, que dho Falcon propone, Sobre la construccion de un fuerte en la frontera de Areco para que sirba de contener el enemigo, bajo de las demas circunstancias que de dho. Su Memorial Constan. de cuió contenido enterados los Señores, presente el Señor Procurador General de comun acuerdo dixerón, que para proseder a la deliberacion, de asunto de igual arduidad. Se suplique al Señor Governador y Capitan General que ciendo servido mande bajar a esta ciudad despues que aseguren sus cosechas de trigo al Sarxento Maior de dho. partido [...] y los demas suxetos practicos que su señoria conseptue por combeniente; para que tratando, este Cavildo con dhos suxetos, acuerde, lo que le paresca conducente sobre los puntos que expresa dho Memorial, procurando ensu Informe, haser ber al Señor Governador lo que lo pareciese mas conforme, al comun beneficio del Vezindario [...] p. 231-232

Cabildo del 17 de enero de 1771 [ARECO] p. 233

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Dieron razon los Señores diputados de haber entregado en manos de Su Señoria, lo acordado el día quinze, en la pretencion del fuerte que se intenta construir en la frontera de Areco: y haviendo buelto a saber la respuesta, dijo Su Señoria haver dado las ordenes como lo pedía el Ilustre Cavildo. P. 234

Cabildo del 21 de marzo de 1771 [ARECO] p. 255

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Sobre el fuerte de la frontera de Areco

[...] en cuio estado se trato sobre lo transferido, en orden a la respuesta echa por Don Francisco Falcon, para la construccion de un fuerte, en la frontera de Areco, que fue remitido a este Ayuntamiento por el Señor Governador y Capitan General se acordô, se haga, en la frontera y lugar que expresa el Memorial, a cuiâ construccion concurren los vezinos, de aquel partido y presisen a los bagamundos y osiosos al trabajo bajo de guardiao priciones, Como tambien a los Indios del Baradero que ayuden al corte de Maderas, acarreos y demas que se ofresca, y para elmantenimento de la Xente que trabajare, daran la carne los hazendados de dho Areco, boluntariamente, Segun sus pocibles, y que la yerba, racion de tabaco, Sal y Axy Se Saque del Ramo de Guerra [...] Que en quanto a laentrada de Ganados que expresa dho Memorial, esta seharâ, en la forma que el Ilustre Cavildo, esta para determinar, y quando se execute, los Vezinoshazendados de dho partido de Areco, daran del Ganado orejano, que se le reparta, boluntariamente, las cabezas que pudieren, a fin de criar un Rodeo capaz em dho fuerte, que bajo una Marca determinada sirba, para la manutencion de los treinta ombres que lo han de guarnecer. [...] Los treinta ombres que pide el Memorial Se pueden poner, y costear en la forma Siguiente. que respecto que el Ramo de Guerra costea cinqueta Soldados en el Fuerte delSalto, y otros cinquenta, en el de Luxan pagados â Nuebe pesos mensualmente que se Supriman diez ombres de cada establecimiento o fuerte, pues por la intermediacion de ambosen que se pone el de Areco, Son suficientes con quarenta [...] Luego que estubiere establecido dho. fuerte con Soldados, Ganados, y demas que se Expresa. bajo de un pie que sea permanente; el Señor Governador nombrará ciendo Servido a la persona que por vien tenga para que vijile las acciones, y Serbicio de los treinta Soldados, y que con la imbestidura de tales, no sean perjudiciales al resto del Vezindario en robos y otros vicios[...] p. 255-257

Cabildo del 12 de junio de 1771 (CARTA DEL GOVERNADOR) p. 276

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Se habrio un pliego del Señor Gov.or y Cap.n Grâl. en que Su señoria participa a este Cavildo que deseoso de concurrir al castigo de los Reos delincuentes, que abrigados de otra Jurisdiccionse quedan impugnes sus delitos, y libres de sufrir aquel castigo respectibo a contenerles, en Sus desordenes passô el correspondiente Oficio, a la Prov.a del tucuman, Solicitando reciprocâ, una mutua correspondencia, con que se facilite, la aprehencion, de los delincuentes de uno y otro distrito, practicando para ello, todas aquellas dilixencias, que exijan el mejor exito, a los Jueses y comicionados, que los persigan sobre cuio asunto inserta una carta de los Alcaldes de la ciudad de Cordova, copiada a la letra para que inserta en los Libros de este Cavildo queden los Señores enterados de ella, e igualm.te lo noticien a los Jueses, y Comicionados, del distrito, para que sepan lo que en el asunto deben executar: de cuio contenido enterados los Señores acordaron, Se copie a continuacion de este Acuerdo, dha. carta, y por el Señor Alcalde de primer Voto, se noticie al Alcalde de la Santa Hermandad, y demas comicionados que pendan de su Jusgado y del de segundo Voto; como tambien al Alguacil Maior y Su Theniente; para q.e lo tengan entenderâ de noticiarlo a sus quadrilleros para que esten intelixenciados de dho. Orden y combenio: dandole a su senhoria las devias gracias, por el zelo con que mira la publica utilidade, que resulta de la buena administracion de Justicia; para cuio fin pasaran dos Señores Diputados con testimonio de este âcuerdo, y suplicando se digne se senhoria dar sus ordenes, a los Jueses de la Villa de Lujan, para que tenga en su Jurisdiccion el devido cumplim.to dimanando esta Suplica de algunos reparos, que se an experimentado por aquellos Jueses,

em perjuicio de la buena administracion de Justicia; nombrandose por diputados a los Señores D.n Gregorio Ramos, y D.n Vizente Arzac. pp. 276-277

CARTA DEL GOBERNADOR VERTIZ, SOBRE PERSECUCIÓN DE  
DELINCIENTES, A QUE SE HACE REFERENCIA EN EL ACUERDO ANTERIOR  
p. 279

Deseoso de concurrir al Castigo de los delinquentes q.e abrigados de otra Jurisdiccion se libertan de la Pricion q.e se intenta para evitar las muertes robôs, y demas excesos q.e he pasado el correspondiente ôficio a la Provincia del Tucuman a fin de q.e reciprocamente assi en aquella provincia como en esta se proceda a la persecucion y Pricion de los delinquentes p.r todos los términos que exija la posibilidad sin q.e retarden los comisionados con las etiquetas acostumbradas de dar parte, y otras Ceremonias dilatórias q.e son causa p.a la fuga del Reo q.e con aquel abrigo reincide en mas atroses crimines ; Y haviendome escrito en el assumpto los Alcaldes de la Ciudad de Cordova lo siguiente, lo traslado literal ; Señor Hemos Resivido con el debido aprecio la de Vs.a de 12 de Marzo en Resp.ta de la nrâ. 4 del mismo mes en la q.w.e se sirve Vs.a con sedernos la admiccion de los reos q.e por estos Jugados se sentenciasen a los Precidios de Montevideo y Malvinas, lo q.e no esperávamos menos del Acreditado Zelo de Vs.a Luego que rezivimos la citada de 12 de Marzo en q.e se sirve Vs.a comunicarnos de essa Jurisdiccion y la de Santa Fe, puedan introducirse â perseguir, y sacar los Reos q.e de ellas Se refugien a esta sin excepcion de delitos, y q.e los de esta Jurisdiccion executen lo mismo con los q.e de ella se pasen a las otras citadas ; hemos despachado incontinenti las correspondientes Ordenes a los comicionados de esta Jurisdiccion, encargandoles cumplan puntualmente con lo referido, y q.e con los comicionados de essa Jurisdiccion Y la de San Feé guarden reciproca correspondencia franqueando unos a los otros el auxilio nesasario p.a q.e de este modo no hallen abrigo los muchos delinquentes q.e hayen unas y otras Jurisdicciones antes bien Sean castigados con las penas correspondientes a sus delitos quedando anotado en los Libros de Cavildo lo determinado por Vs.a con el Proveido por nrâ. Parte p.a q.e subsistan estas determinaciones ansiosos de cumplir estas y otras tan importantes determinaz.s con el posible desempeño al servicio de ambas Mag.s Paz y tranquilidad del bien Publico q.e es q.to tenemos q.e hacer presente a Vs.a y mientras conseguimos reivir sus ordenes rogamos a Dios nrô. S.or le Guê. M.s a.s en sus mayores ascensos Cordova y Abril 23 de 1771 a.s = B. L. M. De Vs.a sus mas aff.s que mas le estiman = Jph Benito de Acosta = Jph. de Bexarano Señor Mariscal de Campo d.n Juan Jphe. de Vertiz = En cuia inteligencia prevengo a Vs.a imparta iguales avisos a los q.e tiene comicionados ó comicionare en lo sucesibo p.a la pricion de los delinquentes anotando esta Providencia en los Libros de este Ilt.e Cavildo p.a q.e conste – nrô. S.r Guê., a Vs.a m.s a.s B.s Ay.s , de 5 Junio de 1771 = Juan Jph. de Vertiz = M. I. Cavildo Justicia y rexim.to, de esta Ciudad = Concuerta con su original a que me remito Francisco Xavier Ferrera Ess.no pub.co De cav.dopp. 279-280

Cabildo del 28 de abril de 1772 (GANADOS) p. 425

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

[...] por el Señor d.n Gregorio Ramos se dijo que habiendo experimentado la escases, de carnes que ha avido, en el dia de ayer, y oy, passó con el Ayudante maior de la Plaza, ha ver al Señor Gov.or quien le hiso, cargo del motibo que ôcacionava la escases, a lo que expuso s su señoria, que con el motivo de la continuada seca, que se a experimentado, y

retirada del ganado al campo por esta causa informado de los matadores de reses, de no haver el suficiente para el Abasto en los Rodeos ; lo hase presente a este Ilt.re cavildo para q.e franquease las Licencias, para poder ir al campo por el, bajo del arreglo que hallase por mas combeniente, a fin de evitar todo desorden ; lo que no havia determinado este cavildo p.r estar informados diferentes individuos de no faltar ganado en los Rodeos a lo que su Señoria le ordenó que de su parte hiciese presente a este Ilt.re Cuerpo lo acaecido para q.e arreglase las mas prontas dispociones, para que el pub.co se ha proveido de toda la Carne que nesecite : lo que hase presente para que la Señoria de este cavildo, resuelva en su consecuencia; lo que Juggare mas combeniente = Y enterados los Señores de todo y hav.do llamado al Procurador grál. y Conferenciado mui dilatadam.te sobre este importante objeto por oviar qualesq.a inconv.te que pudiera resultar de dar Lic.as p.a Conducir el ganado del Campo respecto a que en el se hallan la mayor parte de las haciendas por efecto de la seca, que se ha experimentado resolvieron los Señores se oyese al Apoderado de los Hacendados, y a algunos de los criadores principales para ver si ellos arvitran la provicion del Pueblo por otros medios, que los de dar la Lic.a para traer el ganado del Campo, mediante a que haviendo informado el S.r fiel executor que segun las Provid.s que tenia dadas podria conseguirse el Avasto del Pueblo en estos dias y que aquella no podria ser efectiva en menos de dose o quince ; Y haviendo con efecto mandado llamar al expresado Apoderado ; se supo, que se hallava ausente, y se determino, que el S.or Alc.e de primer voto le mande inmediatamente vajar, y solo concurrio, y se oyo a Don Juan Noario, q.n expuso no podia obligarse por termino señalado a la Provision sin que se le diese permiso p.a matar vacas porque solo Novillos no tenia p.a ejecutarlo, y que esto proprio conciderava sucediese a los demas hay para proseder con el acierto, que los S.res desean y â fin de que no se Cause perjuicio a los hasendados, y que el Pueblo se provea sin la escases, que se ha experimentado : se resolvió por ultimo se esperase para a oir el Apoderado de los hasendados, y algunos ôtros vesinos de ellos; y que conforme llegue el S.r Alc.e de Primer voto llame a Cav.do extraordinario a qualesq.a hora ; y que de esta Resolucion se dá Noticia al S.or Gov.or encargando mui particularm.te como lo hasen al S.or fiel executor para que en el ynterin se toma la resolucion, proporcione con se Zelo, que no se experimenta escases dando las provid.s conducentes : y respecto a ser presiso, el comparendo del apoderado de los azendados, el Señor Alcalde de primer Voto, dará prov.a para que se llame haciendole un proprio, que se satisfará de los propios, con su libram.toy lo firmaron de que doy fee = PP. 425-427

Cabildo del 2 de mayo de 1772 (GANADOS) p. 427

[...] en cuio estado se trató sobre lo transferido, en orden a la escases de carnes para el Abasto de esta Ciudad estando presente D.n fran.co Lopez Garcia apoderado de los hazendados, y haviendose conferido largo espacio, acordaron Que respecto, a que los Ganados, que an quedado sin salirse al Campo de las haciendas p.r rason de la seca q.e se ha experimentado, nose halla en estado, de Conducirlo p.a la Provision del Pueblo, a lo q.e asintió el Apoderado de los asendados con su acuerdo, se determino se dieran p.r el S.or Fiel executor, Licencia a los sujetos matadores q.e determinasen dho. S.or y el referido Apoderado p.a q.e salgan al Campo a traer de los ganados q.e se han salido, con la precisa Circunstancia de q.e solo han de Conducir el ganad q.e tenga marca, y de ningún modo

Orejano : Que el tiempo de introducirlo en esta Juridiccion hayan necesariamente de presentar el ganado q.e traigan a los Capitanes de las Fronteras o alguno de los Juezes Comisionarios en q.e Conste la Cantidad de Cavezas, y la marca de cada uno de ellos, la que Sera obligado cada conductor A presentarla al s.or Fiel executor, q.n después de tomar la noticia combeniente la passaria a el referido Apoderado, de los asendados p.a q.e proceda, a a Cobranza de su importe, y para q.e en todo tiempo conste, y q.e el expresado Apoderado, de la rrason que se le pide en este Cavildo de la distribucion q.e hubiere hecho de las Cantidades q.e perciva, y q.e deberá entregar a sus respectivos Dueños ; al pie de la misma rrason que le passe el s.or Fiel executor, pondrá su declaracion de que queda hecho Cargo de cobrar aquellos importes, y entregarlos a sus Dueños, y p.r lo q.e haze al importede las marcas cuios Dueños no Compareciessen a recibir la parte q.e les corresponda Se reserva este Ilt.re Cav.do tomar providencia, mediante â que este punto se halla pendiente, y a fin de que los Capitanes de la Frontera, y Jueses comisionarios del s.or Gov.or y Cap.n Grâl., practiquen los reconocimientos de los Ganados q.e se traigan, Según Se ha resuelto, se le suplicará al S.or Gobernador por testimonio de este acuerdo, p.a q.e S. S.a se sirva dar las ordenes Correspondientes = Con lo qual se serró este acuerdo al q.e no Concurrió d.n Secilio Sanches p.r enfermo, y lo firmaron de q.e doy fee = p. 427-429

Cabildo del 9 de mayo de 1772 (GANADOS) p. 429

[...] Dieron rrazon los Señores D.n Gregorio Ramos actual fiel executor, y d.n fran.co Gurieres de Aberastury, haver pasado al Señor Gov.or y Cap.n Grâl. el tanto del acuerdo, de dos del corriente, en que se le suplica a su señoria, dé las ordenes correspondientes a los oficiales y cabos de las fronteras para q.e reconozcan el ganado, que con Lic.a del fiel executor traigan del campo para el Abasto, (como consta del citado Acuerdo) y dando Sertificaciones de dhos. reconocim.tos el que admitio se señoria, y en su consecuencia en el dia cinco se le remitieron p.r la Secretaria al fiel executor, cinco cartas Serradas, una para el sarxento d.n Clemente Lopez ; otra para el Sarxento Maior D.n Bernardino Lalinde ; Otra para el capitán del Sanxon d.n Juande Mier, otra al de Lujan D.n Joseph Bague ; y Otra para d.n Joseph Linares, Cap.n del Salto las que tiene remitidas; a esepcion, la de dho. linares ; y en su Virtud tiene dado las Lic.s para el Abasto, que l an parecido correspondientes [...] p. 429-430

Cabildo del 12 de agosto de 1772 [GANADOS] p. 462

Escrivão: Francisco Xavier Ferrera

Sobre ganados

Luego el Señor D.n Manuel de Tocornal dijo que haviendose informado de los corraleros que matan el ganado para el Abasto, lo retirado que se halla este, internado en las Campañas, cuja condicion les es mui costosa, y peligrosa, por ser presiso hir a buscarle a tierra del enemigo; cuios costos les son insoportables [...] p. 462-463

Cabildo del 15 de septiembre de 1772 [POBLACIONES] p. 476

[...] en cuio estado se hizo presente por el Señor Alcalde de primer boto, un pliego del Señor Governador y Capitan General que contenia una de ofizio su fha. Catorze del corriente en que pide S. S.a exponga este cavildo su sentir sobre se seran combeniente tres poblaciones en Campaña y parajes que que designa un diseño que acompaña a la citada carta; lo que visto con lo expuesto por la representacion de los Sarjentos Mayoresde la Jurisdiccion que ygualmente incluye el pliego: reconocida la diferencia notable quede una á otro documento media y que la materia pide una madura y prolixa reflexion paracon ceñido conocimiento exponer a este Ayuntamiento los mas combeniente a lo que se ynteresa el proyecto, y la republica, se determinó diferir este Acuerdo, y que con la mayorbrebedad se saque seis copias De cada documento paraque repartidos entre los Señoresdeste cuerpo, ê instruidos de sus fundamentos puedan con estaynstrucion dar sus botos con areglo a lo mas util y combeniente [...] p. 476-477

DICTAMEN DEL PROCURADOR GENERAL ACERCA DE LA FUNDACIÓN DE NUEVAS POBLACIONES [POBLACIONES] p. 483

Representacion sobre poblaciones

[...] D.n Manuel de Basavilbaso [...] Procurador General de esta Ciudad en vista de la Carta dirigida a este Cavildo en 14 del Corriente por el Señor Governador y Capitan General [...] y apoderado de los hazendados de esta Jurisdiccion [...] y otros documentos que há tenido presentey tratan sobre el importante objeto de fundar algunas poblaciones, que al mismo tiempo que defiendan esta Jurisdiccion proporcionen la estencion de los términos de estas fronteras, facilitando el uso, y probecho de las Campañas, que ou se hallan en la mayor parte abandonadopor el Justo Temor de los Insultos de los Indios Infieles dice: Que sentado como innegable el principio de que no solo es util, sino absolutamente nesessario el que desde luego se lleve a efecto el pensamiento de formar las referidas Poblaciones sobre que muchos años hace Se tratapues en todos tiempos se há reconosido su importancia, como V.S. lo represento en su acordado informe de seis de octubre de 1766 parece que solo se devia consultar la cituacion, en que combenia establecerlas, y los medios que se havian de emplear para perfeccionar este proyecto a que esta persuadido el Procurador se vinculan las ventajas de las Haciendas de Campaña que son el único fruto, que contribue a la subsistencia y aumento de este pais, seguridadde sus bienes y vida de sus avitantes [...] La experiencia há confirmado, que en casos de secas que sonfrecuentes, los Ganados faltos de Agua, y pasto en las Haciendas que se hallan en los terminosde estas fronteras abandonan su nativo suelo y salen a buscar subsistencia a aquellos Campos, que por hallarse con Aguadas permanentes, ynmediatasa las Sierras nevadas conservan en todasCircunstancias la fertilidad, que en los que poseemos es mui contingente, siguiendose de esto como el presente por nuestra desgracialo lloramos que las Haciendas queden desiertas, y los Ganados al arvitrio de nuestros enemigos los Infieles, porque hallandose estos deliciosos Campos fuera de las Guardias que forman las Fronteras, los Indios para hacerse Dueños de ellos, ni aun tienen la necessidad de pasar por ningun riesgo, ni pencion, que de otro modo les fuera inevitable,siendo por el contrario precisso que los nuestros para traer el Ganado que surte en la manutencion del Pueblo hayan de sufrir los rezelos, y cuidados de ser sorprendidos, y muertos, como que estas Campañas son de su libre uso, y aun se puede

decir Jurisdiccion.

El considerable aumento que han tomado las Haciendas, y havitantes de esta Campaña exigen por otra parte se proporcione puedan dilatarse, porque no pudiendo contenerse a los limites a que ou se halla reducida la Jurisdiccion de estas Fronteras ya se ve, que la nezesidad precipita a muchos en la temeridad de *salir fuera de ella a hacer sus Poblaciones*: quedando abandonados, sin defenza y por lo mismo expuestas a ser victimas del furor de nuestros enemigos, de que ya tenemos varios lastimosos exemplares.

Verificadas las Poblaciones se consiguiera que los Indios no sean como al presente Dueños absolutos de los Ganados que sin poder de ningun modo evitarse abanzan de las fronteras, y que dilatados los terminos de ella, disfruten los vecinos de aquellos amenos, y fertiles Payses, formando sus establecimientos con aquella seguridad que se les franquea que se fomenten las crias de los Ganados, y sementeras, con las ventajas proprias de aquellos terrenos que se hallana cubierto de las Contingencias de falta de Aguadas[...]

La razon indicada de que los limites de la actual situacion de las fronteras no permite la comoda subsistencia de las muchas Gentes que la ocupan facilitara el proyecto de las nuevas poblaciones con las considerables ventajas de pender en cibilidad, y domicilio una multitud de hombres que viven de lo que roban sin conocer a Dios, ni al Rey [...] porquede que otro principio que de notener instruccion christiana civil, ni modo de travajar ha de producirse tan excessivo numero de Gentes, sin outra profession ni ocupacion, que lade los ravos Juegos, y demas detestables vicios que son consecuencia de la ociosidad e indigencia [...]

Para esto conceptua el procurador devia contraerse la consideracion y atencion de V.S. Sa dos puntos: a saver: Los parajes donde se an de fundar dhas. Poblaciones, y los arbitrios que corresponda adoptarse para verificarlas.

Pero sobre el primero hase presente [...] como todo el exito de esta grande empreza consiste en acertar la eleccion de los parajes donde se hayan de situar las Poblaciones, y que por otra parte es constante falta la cierta, y puntual geographia de aquellos Payses, pues no hay quien de proposito los haia examinado, sino algunas noticias de Gentes Idiotas en estas materias [...] de debe mandar uno o dos sujetos aviles, que Levantando los correspondientes Planos con la noticia de las Salidas de la Sierra, distancias, Rios, Montes, y las demas que son nesessarias para tener el conocimiento ficico que demanda una resolucio de que resultan mui utiles ô fatales consecuencias nos pres.te reunidos a un solo punto de vista todos los distintos objetos de que se deve tener conocimiento puesde otro modo podria abenturarse todo; [...] propusso en su sitado Informe para que el Comandante de la Expedicion se encargase de reconocer todas las entradas, y las salidas de los enemigos, donde con utilidad se pudiesen establecer las poblaciones para lo que Juzga el procurador Suplique este Cavildo al Señor Governador y Capitan General se sirva dar la providencias conducentes a fin de que luego que lo permita la estacion del tiempo se ejecute una y outra operacion que son de notoria utilidad, y urgente nezesidad sin dilatarlo como hasta aqui, pues se devem aprovechar las circunstancias de Paz en que nos hallamos [...] Buenos Ayres, 28 de Septiembre de 1772. Manuel de Basabilvaso.



## Cabildo del 1º de octubre de 1772 (POBLACIONES) p. 481

[...] En cuio estado se Leyo por mi el ess.no la respuesta del S.or Prôr. G.l dada a la vista q.e se le Confirio en el Acuerdo celebrado Sob.e el asunto de poblaciones la q.e oida por los S.res q.e Componen este Cav.do y tratado y conferensiado sob.e la Mat.a unánimes acordaron, q.e formandose un Cuerpo de autos del plano, y representas.n Anonima q.e el Sor Gov.or remitio a este Ayuntam.to con lo S.re ello expuesto por los Sarg.tos Mayores de este Jurisdiz.n y la Carta de Su S.a que a ello le acompañava, e igualm.te la representas.n de Don fran.co Dias de Perafa con los docum.tos S.re q.e la funda y q.e trae a Consideras.n el S.or Prôr. g.l reproduciéndola en su resp.ta, todo foliado se conserbe p.a q.e en los efetos, q.e Convengan setenga pres.te: Copiandose a Contiuas.n de este Acuerdo dha. resp.ta la q.e manifestando los favorables efectos q.e a esta rep.ca y su Jurusdiz.n se Infieren del establecim.to de las poblaciones q.e se proyectan, p.a Cuia erecion es forzosamente Neces.o q.e p.a deliverar con conocim.to en la Mat.a Se haga un prolijo reconocim.to del territorio donde han de cituarse, a Cuio fin es indispensable verificar la Salida grâl. q.e el mismo S.or Pror. G.l pide ; pendiendo esta deliveraz.n del arvitrio del S.or Gov.or y Cap. G.l, Se le pase a Su S.a testimonio de este Acuerdo, y la resp.ta orig.l de dho. S.or Prôr., a fin de que Su S.a Se sirva en vista de todo mandarla efectuar nombrando Sugeto geografo, e instruido q.n en Consorcio del Individuo q.e elija este Ayuntam.to y a q.n costeara ya sea de su Cuerpo, yá Independ.te exploren con toda Individualidad, aquellos Territorios Levantando plano de ellos con descripción p.r menor de losMontes, Rios, aguadas, Salidad de la Sierra, con sus distancias, y lo que fuese inasesible de ellas, De modo q.e no permita consultar Duda Sob.e el fin a que se dirige dilig.a tan recomendable Y q.e respecto a q.e p.a la Salida han de convoyarla gente los Sarg.tos Mayoresde la Jurisdiz.n quienes han representado sob.e la diform.d, o menos veracidad del manifiesto Anonimo q.e por el S.or Gov.or se les consulto, será muy conv.te el q.e con sus asistencias e yntervenz.n se haga el reconocim.to, y forme el plano, lo q.e assi se servirá S. S.a ordenarles, y que con sus Inspecciones se describa el Mapa, y represente lo mas util Sob.e la mat.a como tanInportante a una y ôtra Mag.d = en cuio estado se hiso pres.te q.e el ess.no propietario de esteIt.e Cav.do pide Se le den los cinquenta p.s que se le respan de los ciento anuales q.e p.a ayudade Costas Se le dan, y los S.res unanimes Acordaron Se le Libren por el Señor Alc.e de primer voto contra el S.r Tesorero de Proprios : Y haviendose hecho presente un Memorial del Ministro portero por el que pide Se le aumente el Sueldo por los motivos que en dho. mem.l se expresan se Acordo, se le den cinq.ta p.s de gratificación anualmente = Luego se hiso presente una Cuenta dada por dho. Portero, de gastos hechos para esta Ciudad, que reconocida por los S.res de este Cuerpo, se aprovo, mandando Se le paguen los treinta p.s y seis r.s que hase del Cargo : Con lo q.e se Concluió este Acuerdo, y lo firmaron de q.e doy fee [...] p. 481-483

## Cabildo del 10 de octubre de 1772 [POBLACIONES] p. 491

Escrivão: Martin de Rocha – Escribano publico

Sobre Poblaciones

[...] en cuio estado se hizo presente por el Señor Alcalde de Primer boto Una Carta escrita por el Señor D.n Diego de Salas, Theniente del Rey, a cuio cargo se halla el Governo de esta plaza por ausencia del Señor D.n Juan José de Vertiz Governador y Capitan General de estas Provincias; a este I. C. J. y Regimento com fecha de este mismo dia, acompañada de una instruccion con la propia sobre el examen, reconocimiento y establecimiento de Poblaciones, que se han de hacer para impedir la entrada de los Indios, a fin de que este Ilustre Ayuntamiento proceda al nombramiento de un Individuo que concurra [...] a practicar las diligencias que en ella se previenen; puez que para el dia catorze del corriente mês, ha de estar presisamente prompto para marchar a esta expedicion [...] p. 491-492

OFICIO DEL CABILDO AL TENIENTE DEL REY EN EL QUE LE COMUNICA  
EL NOMBRAMIENTO DE PEDRO PABLO PAVÓN PARA EL  
RECONOCIMIENTO DE LOS PARAJES EN QUE PUEDAN FUNDARSE LAS  
POBLACIONES PROYECTADAS

[POBLACIONES] p. 492

Escrivão: Martin de Rocha

Carta sobre  
poblaciones

[...] se juntó esta tarde, y de un acuerdo ha nombrado á Don Pedro Pablo Pabon a quien se le háprevenido este pronto para el dia catorse del Corriente segun V.S. previene. [...]

Como uno de los objetos representados por este Cavildo al Señor Governador para esta expedicion, ha sido o de recoger y entrar a la Jurisdizion de las haciendas de estas Fronteras los ganados que por la seca padecida se han salido al Campo, lo repetimos a V.S. Suplicandole lo tenga presente para dar tambien a este fin las correspondientes providencias pues esta diligencia es de suma importancia para esta Provincia ya por los perjuicios, que se siguen a los vecinos de la perdida de sus haciendas, y ya por lo que se aprovechan de ellas nuestros enemigos los Indios Infieles. 10/10/1772. pp. 492-493

Cabildo del 25 de mayo de 1773 [CARTA DEL GOVERNADOR] p. 577

Escrivão: Eufrasio Joseph Boyso

Carta del Señor Governador

Abriose un pliego del Señor Governador y Capitan General que contenia una carta del Señor Presidente de Chile avisando la ynvacion que a esta Jurisdiccion amenazaba el Indio Barbaro segun las notisias que se avian adquirido, Y el ynforme que sobre ello aviado el Sargento Mayor D.n Manuel Pinaso. P. 578

EL CABILDO DE BUENOS AIRES SUPLICA A S.M QUE NO SE IMPONGAN NUEVOS GRAVÁMENES A LOS VECINOS DE LA CIUDAD [MILICIAS] p. 601

[...] Que pueblo hasta aora sino Buenos Ayres se há dedicado a tener gente permanente en las Guardias de las fronteras, y salir frecuentemente a la Campaña a contener los Insultos de los Indios Infieles, sin que se les tribute sueldo, Vagages ni otra cosa por este servicio? Buenos Ayres, treinta de Junio de 1773. Escribano publico = Francisco Xavier Conget

Cabildo del 28 de junio de 1773 (MILICIAS) p. 592

[...] y comparecido los q.e abajo firmaran en esta Sala Capitular para tratar lo conveniente al bien común, entre otras cosas q.e se conferenciaron se resolvió de un acuerdo y conformidad p.r dos. SS.res se haga representacion al Rey nro. S.or sobre la que en catorze de Diz.re de mil setez.tos sesenta y ocho hizo a este Ilt.e Cav.do el S.r Sindico Procurador sobre haberse abrogado el Liz.do d.n Juan Man.l de Labarden el empleo de ten.te general, quando el titulo q.e tiene presentado no es de otro que el de Auditor de la Gente de Guerra, como tambien sobre todo lo demas q.e contiene dha. representacion, y para q.e en caso que S. M. declare ser su real volunt.d de que se reconozca por tal teniente general al expresado Liz.do d.n Juan Man.l de Labarden, se le prohiba el entender en negocios relativos a este Ilt.r Cav.do copiandose en este Libro de acuerdos la representacion q.e haga a S. M. la que se dirigirá acompañada de los documentos respectivos q.e puedan ser havidos, y los q.e se mandaràn sacar p.r el S.r Alcalde de primer voto ; y en este estado hizo presente el S.or Rexidor d.n Fran.co Lopez Garcia dos testimonios de las informaciones que produjo pormandato del S.r Gov.or y Cap.n Gral. relativas a lo que en el acuerdo de este año expuso de lo pensionado que estava el pueblo para que no se

le gravase en contribuzion alguna para la fabrica del muelle, pidiendo dho. S.or Rexidor resolviese este Ilt.e Cavildo lo que tuviese por combeniente ; y haviendose reconocido, y examinado todo, y tratadose seriam.te sobre ello se acordo el que se dé cuenta a su Mag.d con dhos. testimo..s y se pida q.e se digne exonerar a este Pueblo de los gravamenes q.e sufre, y tambien el q.e a las milicias que sirven se les alivie y satisfagan sus sueldos poniendose de esta representacion copia en este Libro con lo qual e porno ofrecerse otra cosa de que tratar se concluyo este acuerdo q.e firmaron los eñores q.e concurrieron á él, a que asisti yo el presente Escrivano p.r enfermedad del propietario de que doy fee = tes.to Mui N.e y Mui Leal = no v.e = Domingo Ig.o de Urien. – Luis de Gardezabal. – Gregorio Ramos Mexia. – Juan de Ôssorio. – Juan Jph.Lezica. – Fran.co Lopez Garcia. – Ante mi : Fran.co Xavier Conget. – Ess.no de S. M. y p.co pp. 593-594

Cabildo del 13 de agosto de 1773 [ALCALDE PROVINCIAL] p. 619

Pedimento del Alcalde Provincial

Se leyó una Instrucion que el Señor Governador y Capitan General pasa a este Cavildo sobre las ordenes que se ha de observar el Sargente ó cavo de la Guardia de la esquina destinada a las Pampas, dimanada de un pedimento presentado por el Señor Alcalde Provincial en que representa se remedien varios daños que se experimentan en la campaña pidiendo a este Ilustre Cavildo se le Informe sobre el asunto [...] p. 620

Cabildo del 4 de diciembre de 1774 (GANADOS) p. 650

[...] en cuio estado, se le preguntó al Portero de este I.C. si havia Zitado a todos los Individuos dél, y respondió que si, y que el rex.or d.n Juan de Osorio respondió no podía asistir. Se leyó una representacion del S.or Sindico Procurador Grâl., en que difusamente alega los perjuizios e imcombenientes que se Seguirian al común é Interes de los Hazendados y publico de esta Ciudad de admitir la proposizion de asiento de Carnes que hizo d.n Zisilio Sanchez de Velasco, y después de haver conferenciado largo tiempo Srê. ella, y de haver también examina el escripto de dho. d.n Zizilio, el Informe del Señor rexidor d.n Francô. Lopez Garcia, y otros documentos, de un Acuerdo y conformidad, Dijeron que Siendo legales los fundamentos con que se ha opuesto el S.or Sindico Prôr Grâl. a dho. asiento constantes y notorios los graves Incombenientes y perjuizios que se Seguirian Si se admitiese dho. asiento Según todo lo ha demostrado el Zelo del expresado S.or Prôr. devian de declarar como declaravan por despreciable e inadmisibile la Solizitud del referido d.n Zizilio, por contratio a los Intereses, y bien del publico, lo que se le ara Saver, como el que escuse para en lo Suzesivo hacer semejantes reprobadas Solizitudes, q.e a el mismo tpô. que son tan perjudiciales al comun Se reconozen únicamente dirigidas a su proprio veneficio ; y respecto a que es Srêmanera extraño que un Vezino a quien esta Ciu.d ha onrrado, haga una Solizitud tan contraria a su felicidad, y sin consultar otro ójecto que su proprio interés Siendo también persuasible que en qualesquiera Zircunstancias en que volviese a emplearse a dho. d.n Zizilio, obrase por los mismos Sentim.tos que ha manifestado de su particular Venefizio, y en perjuicio de los Intereses comunes, a que devia conspirar como buen vezino, se devera tener pres.te por este I.C. para no ocuparle : asimismo declararon que mediate a que como ha representado el S.r Prôr. Grâl.

es medio mui óportuno, y conduzente para estorbar varios daños e inconvenientes que se experimentan, el establecim.to de corales de cuenta de la Ciudad, que este I.C tiene aprobado este Pensam.to y el S.or Gov.or y Capitan Grâl. confirmadolo Se ponga desde luego en execucion en los términos propuestos por dho. S.or Prôr., y para que desde luego tenga efecto se comisiona a do. S.or Prôr., y a los Señores reidores d.n Juan Jph. Lesica, y d.n Fran.co Lopez Garzia a quienes se les da la nezesaria y competente facultad, para que elijan los Parajes mas a propósito y den las demas Providencias hasta perfeccionar el Proyecto : y en quanto a los otros medios que proone el referido S.or Prôr. Grâl. para precaver en lo posible los robos de Ganados y otros desordenes que se experimentan en la Campaña. considerando que este Punto exige varias consideraciones resolbieron diferirlo acordando por ultimo el que por el presente ess.no Se copie a continuacion de este acuerdo el expediente que se a formado Srê. este asunto como lo pide el s.or Prôr. Grâl. para que en todos tiempos conste, y se pueda tener presente su contesto = Se hizo tambien presente p.r el S.or Prôr. Grâl. tenia que produzir a Va. S. S.a de este I. C. una representacion sobre los graves perjuizios é inconvenientes que experimenta el publico por el establecim.to de Panaderos, y que considerando, Insta el examen y determinacion de este asunto y que por su entidad y Zircunstancias combendra asista el S.or Then.te de Rey Gov.or se haga como expresam.te lo pide esta tarde, y que se Suplique a su Señoria Se Sirva concurrir a el : Los S.res resolbieron Se haga dho. Cav.do y q.e por el Alguazil m.or Se le pase esta notizia a dho. S.or Then.te de Rey y Se Suplique Su efectiva concurrencia, y por el Portero Se zite ygualmente á los S.res Individuos que no han concurrido = Con lo qual y por Ser tarde Se Zerro este Acuerdo que firmaron los Señores de que doy fee = pp. 650-652

REAL CÉDULA DE 9 DE FEBRERO DE 1774 SOBRE FUNDACIÓN DE PUEBLOS  
(POBLACIONES) p. 131

El Rey. Gobernador y Capitan Grâl. de la Ciudad y provincia de Buenos Ay.s en vista dela representación, e informes de esa Ciuda.d de su Gov.or d.n Josseph de Andonaegui, y del Marques de Valde Lirios, en punto de arbitrios para impedir las imbeziones que hazian los Indios Jentiles en esa Provincia tuve a bien aprobar por reales Zedulas de siete de sep.re de mil setecientos y sesenta e establezim.to de tres compañías que havia ydeado formar esa Ciudad para que guarneziesen los fuertes que se construyesen en los Sitios nombrados, el Salto, Laguna brava, y la Matanza, con calidad de que en los referidos tres Sitios, Se fundasen tres Lugares capaces de resistir a los Indios mandando que a este fin continuasen por Seis años los arbitrios que propuso esa Ciudad, y consistian en dos reales de cada Cuero que se embarcase para España; quatro de cada Petaca, ó terzio; dos en cada quintal de fierro, y en junques que saliesen de ella, y quatro reales, moderando el de Doze, que insinuo por cada Botija de Vino ó Aguardiente de a dos arrobas que entrasen en esa Ciudad de las de Mendosa, y San Juan de Cuio, bien acondicionadas, y Sin corrupcion. Que en el concepto de que su producto anual llegara a treintay dos mil p.s con corta diferencia, y el gasto de las tres compañías a veinte y cinco mil quatrocientos noventa y ocho, Se aplicasen de los seis mil quinientos dos restantes, mil y quinientos para dos Capellanes, y los cinco mil para fundar el primer Pueblo, y Subzesivamente los otros dos: Que se formase para dirigir este negozio, y que no se cometiesen fraudes, una Junta compuesta del Governador del Auditor de Guerra, del Theniente de Rey, del comandante de Dragones, del Prôr. Grâl. de esta Ciudad, del Reberendo obispo, del Dean de esa Iglesia, y de uno de los Curas rectores,

conzediendo la facultad de establecer ordenanzas; elegir recaudadores; tomar cuentas, y nombrar un Procurador para cada una de las tres compañías a efecto de que Zelase si residían en los respectivos parajes los Soldados con sus Mujeres, si se les dava tierra en que cultivar, y Si se Yban formando los Pueblos proyectados para que noticiosa la Junta pudiese disponer el cumplimiento de esta real deliberazion; y finalmente medign ofrecer, remunerar y atender los particular.s meritos que hiziesen los Vezino de essa Ciudad, que se dedicasen a promober, y fomentar el establecimiento de os tres Puenos que quedan Zitados. No constando a mi Consejo de las Yndias el progreso de estas providenzias, y teniendo consideracion a lo que sobre el asunto informó la contaduría y pidió el fiscal, libro Cedula en veinte y ocho de Febrerode mil Setecientos sesenta y ocho al Governador d.n Fran.co Bucareli, para que informase con justificacion el estado de la exacción de los adbitrios impuestos á fin de evitar las imbaciones de los Yndios Jentiles si se habían verificado en el todo ó parte los medios que por la Zitada Zedula e digne aprobar para reduzion de los mismos: expresando igualmente que adelantamientos, y utilidad havia producido el proyecto; el estado que entonces tenia este negocio, y todo lo demás que en quanto a el se le ofreciese. en carta del Mes de enero de mil Setecientos Setenta y dos evaquais vos el expresado informe diciendo q.e de las diligencias que principio vuestro antecesor, y haviais continuado conducentes a la Justificazion resulta que subsisten los arvitrios, cuja entrada y Salida consta de la razón que en general han producido los oficiales R.s que manejan este Ramo desde primero de Junio de mil Setecientos Sesenta y uno. Que de su producto se ha mantenido el Sueldo de las tres Compañias, que cubren los fuertes de el Sanjon, Lujan y el Salto; Que ni en estos parajes, ni en otro Se ha fundado pueblo alguno, ni menos formadose la Junta que para dirigir este negocio Se mandava: Que aunque estas Poblaciones Son Conocidamente útiles, no lo es ya Su establezimiento en los Sitios designados porque mucho mas afuera se han estendido los avitadores, bien Sea por los mejores Terrenos, o porque no los hai Ynteriormente; De modo que los fuertes no cubren efectivamente aquellas fronteras, y por esta razón haveis creido necesario Se saquen a otros Sitios mas avanzados para que Sirvan de Barrera y contengan en lo posible a los enemigos cuia hostilidad consistiendo principalmente en unas violentas yrrupciones que executan aprovechando la ocasión de algun descuido que de antemano observan, requiere por lo mismo una pronta resistencia, tanto mas verificable quanto Se alle mas afuera la gente destinada a estos Casos y al preziso resguardo. Pero el proyecto verdaderamente útil en el asunto, y q.e estrechando á los Yndios les óbligaria a reducirse, no puede Ser otro, que el propuesto por ese Cavildo a vuestro antecesor D.n Fran.co Bucareli, y que os ha repetido, a vos con motivo de estas actuaciones, fundándose los dos Pueblos fortificados que contiene el informe en aquellos boquetes de la Sierra por donde comúnmente Salen los Yndios a aquellas Campañas, no solo se aseguran los ganados que en los tiempos frequentes de Seca Se retiran a ellos con notable perjuicio de los Dueños de estancias, sino que se impide que puedan aquellos infelizes proveerse como o hazen para todo el año de las Carnes nezesarias para Su sustento, y de este principio es casi consiguiente sureduzion como que la esperiensa enseña que en esas Jentes ha sido por lo comun obra y efecto de tan urgente nezedidad. Que sus Ymbasiones Se contienen del mismo modo, porque estais Ynformado que los mas Yndios aún quando Salen de la Sierra con el premeditado objeto de cometer alguna hostilidad vienen á pie, y desaviados, y á habilitarse, y disponerse antes para la facción en aquellas Campañas, desde donde también, ó por noticias de otros infieles Situados de esta parte, o por Sus espías, obserban, y averiguan la ocasión mas óportuna a su designio, y todo Se les frustraria contenidas

las principales Salidas que aun quando haia otras, a mediana bijilanzia, Siempre han de Ser Sentidos, y nunca podrán mantenerse por muchos Dias en esas campañas ni con tanta quietud por el recelo de a ver Jente tan avanzada que puede cortarles la retirada. Que quando el maior conocimiento de aquellas Sierras, Transitos y parajes no proporcionase los venefizios que se esperan lo cierto es, que sola la Seguridad de esas Campañas produciría de pronto una conocida utilidad al erario porque podrían venderse esos Dilatados terrenos lo que hoy es inberificable á causa de tan inminente riesgo. Que la Dificultad de este utilissimo proyecto consiste principalmente en la falta de Dinero para subvenir a los prezisos gastos de la material fundacion de esos Pueblos, porq.e el alimentode sus avitantes lo contempláis fazilment verificable, ya Sea Sujetando los ganados dispersos en las mismas Campañas, o contribuyendo los ázendados con el que sea necesario en toda especie, y los labradores con los grauos que se regulasen prezisos a la primera Sustentacion, y Siembras, y que a la Verdad conociendo todos la utilidad que deesto Se les origina, no podeis persuadiros a que tengan el menor reparo en acceder, a las equitativas medidas que deben adoptarse a este fin; pero que considerando que yo como Padre piadoso, y protector de mis Pueblos y Basallos, estoy íntimamente condolido de las funestas consecuencias de tales hostilidades, sabiendo que de mis súbditos, unos parecena menos de esos Ynfieles, otros sufren Su Barvara Dominacion en una esclavitud de toda Su Vida, y que muchos Niños cautivos quando aun no tenían uso de razón Se crian entreaquellos Jentiles abandonados a sus perversas costumbres, no haviais podido deteneros en informarme, que aquel principal, y aun único óbstaculo podria vencerse determinando que de mi erario Se Supliese este caudal, preciso, bajo las reglas que me dignare arbitrar, porque Solo assi es verificable el proyecto, y también que subsistiesen los arbitrios p.or todo el Tiempo que fue nezesario a cubrir este pronto Suplemento aplicando los oficiales R.s a su satisfacción quanto Ya baian recibiendo y cobrando por razón de este Ramo, y que prohibido el convertir Su producto en otro destino, podrá también resolverse que les fuertes, y puestos de las fronteras (entre tanto que se verifica íntegramente el proyecto Segnarnezcan por Meses de las Milizias del Campo, y aun de las de esa Ciudad en los tiempos que las otras esten ocupadas en sus Sementeras, y recolección de Frutos, arreglada una bien premeditada distribución q.e no Cause perjuicio. Y haviendose Visto todo en mi consejo de las Yndias, con lo que informó la contaduría general, y Dijo mi fiscal, y el Marques de Valdelirios, y consultadome Sobre ello. He rresuelto se formen los dos Pueblos en los Sitios que expresáis de las Salidas de la Sierra Que se apronte poresas Cajas R.s el caudal nezesario para que desde luego Se empieze esta obra. Que lo que se supliere Se reintegre de lo que fueren produciendo los arvitrios impuestos, y os cometo Se execuzion, a vos, en los términos que menifestais, encargandoos, que pues haveis adoptado este proieto, como el mas conduzente tratéis, y conferencieis con ese Cavildo Secular los medios de ponerle en practica, mediante Ser natural que entre Sus Yndividuohaia algunos que por la experiencia, y conocimiento del Pais adviertan los mas oportunos. Que respecto de que el mismo Cavildo con examen de las Cuentas presentadas por ofizales R.s reparó en el Crezido Sueldo que tiran por la administracion de este Ramo dearbitrios Siendo asi que no tienen en el otra ocupación que la de firmar las partidas fazilitadas por los Cobradores los quales Son los que llevan el trabajo, como también los escribientes, y otros amanuenses que hai para los Libros, dotados con buenos Sueldos, con reflexión a ello ya que se ignora el liquido producto de los arvitrios; he resuelto assi mismo examinéis si combendra mas que se maneje la administracion por el Cavildo como estava antes, que destinaba o indibiduos actuales de su Cuerpo, o que lo hubiesen Sido, y fuesen Sugetos de providad, y que únicamente entendían

en este asunto, a que los oficiales R.s no pueden por sus muchas ocupaciones ocurrir con la debida atención; y osmando que reconocida la ventaja que resulte de una, u otra providencia toméis la que mejor convenga para su aprobación. Finalm.te he resuelto dispongais, se tome con la mayor brevedad por ese contador maior las Cuentas, oyendo al Prôr, Sindico Jeneral, y que en todo lo demás prozedais con el Zelo y aplicación que os Dictare vuestra prodenzia,y amor a mi real Servizio Sin omitir providencia alguna de quantas contemplareis nezesarias, o útiles para la consecuzion de todo lo que me he dignado determinar, y aviséisal mencionado mi Consexo, lo que se fuere adelantando en el asunto por el enumpciadocontador maior. Y de esta Cedula Se tomará razón en la Contaduria Grâl. Del propio mi Consejo; Fecha en el Pardo a nueve de Febrero de mil Setecientos Setentay quatro = Yoel Rey= Por mandado del Rey Nrô. S.or d.n Miguel de San Martin Cueto = Tomoserazón en la contaduría grâl. de las Yndias: Mad.d veinte y Seis de Febrero de mil Setecientos Setenta y quatro = D.n Thomas Ortiz de Landazuru = en la Ciudad de la Santissima Trinidad Puerto de Santa Maria de Buenos Ayres a veinte y Siete de Agosto de mil Setecientos Setenta y quatro. el Señor d.n Juan Josseph de Vertis, y Salzedo Comendadorde Puerto Llano en la ôrnde Calatrava, Mariscal de Campo de los R.s exerzitos, Governador y Capitan Grâl. de esta Prov.a del Rio de la Plata. en vista de la R.l Cedula antecedente Dijo, Su Señoria: Que la obedezia y obedezio con su maior respecto, y venerazion; y para proceder a la execuzion, y cumplimiento de lo que S. M. ordena y manda, Se pasó un Testimonio de ella al I. C. J. y R. deesta Ciudad para que en lo que lesea perteneciente, y corresponda proponga Informe lo mas combeniente; que por este autoque Su Señoria probeio, asi lo mando y firmo de que yo el ess.nodoy fee = Juan Jossephde Vertis = Ante mi Joseph Zenzano escrivano R.l publico y de Gobierno Concuerta estetestimonio con la real Cedula, y auto de su obedecimiento originales de su contexto que para efecto de Sacarlo se me puso de manifiesto en la Secretaria de este Gobierno, a dondequedan y a que me remito, y de mandato del S.or Gov.or y Capitan Grâl. de esta Ciudad,y Prov.a lo Signo y firmo en Buenos Ayres a treinta y uno de Agosto de mil Setecientos y Setenta y quatro = Lugar del Signo = Josseph Zenzano ess.no R.l publico y de Gov.o. – Concuerta con el testimonio orijinal de su contexto que el S.or Gov.or y CapitanGrâl. de esta Provinzia remitio a este Ilustre Cavildo. entre reng.a = hai = v.e = *Pedro Nuñez*. – Ess.no p.co y de Cav.do

Cabildo del 28 de mayo (CARTA DEL GOVERNADOR) p. 84

[...] en cuio estad Se Abrio un Pliego rotulado á este Ilustre Cavildo, del Señor d.n Juan Manuel de Labarden, Auditor de Guerra de esta Plaza con fha. De treze del corriente acompañando otrasdos de los Señores Secretarios de Camara D.n Domingo Diaz de Arze, y d.n Miguel San MartinCueto de Seis de ot.re y diez de Diz.re de mil Setecientos Setenta y tres, incluyendo el real Despacho por Duplicado de Duplicado de Diez y Seis de Agosto del propio año declarando S. M. comprehender a los Auditores de Guerra de las Indias la legal prohibición de Casarse en susdistritos Sin real permiso, a fin de que le constase a este Ilustre Cavildo, y Se copiase en el libro correspondiente, o que se Archivase Si le parecia, y Se le devolviesen las Cartas con notiz.a de haverlo asi Executado. En cuia inteligencia, y después de haberse tratado y conferido Srê. el asunto de un Acuerdo y conformidad, Se resolvió el que Archibandose el real Despacho, y Copiandose en el Libro que correponde como tambien las dos Cartas de los Señores Secretarios del Supremo Consejo Se debuelban



originales estas, al S.or Auditor de Guerra, notizandolo assi a S. S. por Carta que sele Escribira por los Señores Alcaldes, á quienes para este efecto Se Diputa. Y luego Se Leyo ótra Cartar del S.or Provisor Governador del obispado a la que acompaña una Copia autorizada del auto que Su Señoria Probeyo para la minoracion de Asilosa los delinquentes, y nombramiento de aquellos, y enterados los Señores de su contenido unánimes y conformes, Se Acordo, que copiando dicha Carta, y copia de auto en el Libro donde corresponde Se Archive todo, y Se pase por los Señores Alcaldes a quines para este fin Se Diputan, á escribir Carta á dho. Señor Prov.or notizandole esta Determinas.on Sacandose igualmente testim.o de este Acuerdo por el pres.te Ess.no para remitir Ygualm.te á S. S. cuiá respuesta Se copia en Su Lugar. Assi mismo se Leyo la respuesta dada por el S.or Prôr. Grâl, al Memorial presentado por d.n Pedro Parabesino, y habiendo conferenciado Srê. el particular Se Dijo, que Se conformavan con la respuesta de dho. S.or Pror. por allarla arreglada ; y en Su consecuencia Se Declarava por Vezino, y Sujeto a los bandos promulgados al Expresa. Parabesino. Luego Se Leyo una dha. De d.n Manuel Pinazo Su Fha, Diez y ocho del Corriente escripta al S.or Gov.or y Capt.n Grâl, quien la remite a este Ilustre Cabildo a fin de que le Informe, Sobre Su contenido, y enterados los Señores y conferenciado largo tiempo unanimes y conformes Dijeron que respecto a ser el contenido de dha. Carta, un asunto en que no Solamente Se Interesa el bien Comun, Sino tambien el Interes particular de los hazendados, para dar el Informe que corresponda Se pase esta a manos del Apoderado de los Azendados, y con su respuesta pase a las del S.or Prôr. Grâl. por medio del presente Ess.no p.a que con la maior brevedad Exponga lo que allase por mas combeniente al remedio del Daño que amenaza. Asi mismo Se Leyo otra del S.or Gov.or y Capitan, Grâl. en que haze presente lo que a su Señoria Expone el Capitan de la Frontera de Lujan, d.n Josseph Bague, Srê. el Daño que hazen A las Haciendas de Gañados las chacras que Se hallan Pobladas al Costado de aquella Guardia ; y después de conferenciado largo rato Srê. el particular Se Acordo que para dar las Providens.s que correspondan Se de vista de ella al S.or Prôr. Grâl a fin de que con la brevedad que requiere el Caso Exponga lo que tenga por mas combeniente para con lo que expusiese Acordar lo que se considere mas benefico. En este estado Se Dijo por los Señores Diputados D.n Gregorio Ramos, y d.n Martin de Sarratea que habiendo Savido de ciencia cierta que el S.or Gov.or no ha admitido la oferta de la parte que de el Ramo de Ejido Se Destino para el Muelle por cuiá razon les parezia (ablando con el respecto que merezen las determinaciones de Este Ilustre Cuerpo) Se Borre, y anote a el Marjen de dho. Acuerdo, como asi mismo el que las quantas deven remitirse a el S.or Gov.or para que Su Señoria las remita Segun Se ordena en la real Zedula ; y igualmente les pareze, que en quanto á la contribuzion que han de pagar los Buhoneros deva Ser de un real, por no Ser proporcionado pagar un medio como los Quinteros lo que hazen presente a V. S. para que antes que pasen con su Comision a el S.or Gov.or Si lo tubiere por combeniente Se enmiende y anote para que baya el Testimonio Integro Sin esta nota, y enterados los Señores y tratado largo rato Srê. el particular unanimes y conformes Acordaron que respecto a parecerles Ser arreglados y fundados los reparos expuestos por los Señores Diputados Se haga como lo Exponen. con lo que Se Zerro este Acuerdo que firmaron dhos. Señores de que doy fee = Testado = este un = conformes = no v.e = pp. 86-87

Cabildo del 7 de junio de 1774 (CARTA DEL GOVERNADOR) p. 93

[...] en cuio estado Se Leyo la respuesta del Apoderado de los Hacendados de Esta Jurisdizion, y la del S.or Procurador General, á la Vista que se les comunicó del informe que el S.or Gov.ory Capitan General remitió á este Ilust.e Cavildo, dado por d.n Manuel Pinazo

Sarg.to maior delPartido de Lujan, Srê la recogida del Ganado que se allá disperso por los Campos ; y enterados de su contenido después de conferenciado largo rato Srê. este particular Se Dijo que por lo quemira a la entrada, y repartizion de Ganadole parece á este Ilustre Cavildo, combiniente Se Execute como Se pide quedando á el Cuidado y Zelo de el S.or Governador y Capitan General,nombrar Sujetos de la Providad,e independencia que se requiere para dha. Repartizion ; pero como en dho. Informe quedael Zitado Sargento maior Expone que los Indios Rancacheles Se ban llevando los Ganados, les parezia el que podría Subzeder, que estos con otros enemigos que pudieranallarse a el tiempo que Salgan los Vezinos a su recojida, hiziesen algún atentado de que podría resultar alguna desfracia ; para que Se Evite, (Siempre que S. S. lo tenga por conveniente) podra tomar la precauzion de que salgan tres grandes partidas de Jente conlas Guardias pagadas de la Frontera, reemplazandose estas por los Vezinos, avanzándose a la Campaña quanto el tiempo lo permita y reconido que no hay Enemigos hagan entrarlos Ganados a dhas. tres Guardias, donde los Comisionados hagan la repartizion, Sin queSe retiren los Vezinos de la entrada hasta Su finalización para que no tengan queja de queno se les entrega SusGanados, Siendo asi que muchas veces naze de su Dezidia. Que es quanto le parece al Ilustre Cavildo Exponer a Su Señoria que combiene al bien y Sosiegode Esta republica ; y copiandose todo a continuacion de Este Acuerdo Se pasara originalcon el Testimonio de dho. Acuerdo por Mano de los Señores, rejidores d.n Gregorio Ramos, y d.n Martin de Sarratea a las de el S.or Gov.or y Capitan General. Igualmente Se Leyo la respuesta dada por el Señor Prôr. Grâl. a la representación del Capitan de la Frontera de Lujan, y enterados de su contenido DeterminaronSe transfira para otro Acuerdo átento á tener que reconocer los Acuerdos que Zita dho. Señor Prôr. ; de lo quedaran parte dos. S.re Diputados al S.or Governador y Se Zerro este Acuerdo quefirmaronlos Señores de que doy fee = p. 93-95

Cabildo del 1º de septiembre de 1774 (POBLACIONES) p. 125

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] Y luego se Leyo un testimonio de una real Zedula, que con Decreto del S.or Gov.or y Capitan Grâl., remitio S. S. a este I. C. Srê. el establecimiento de Poblaciones a fin de que le proponga lo mas combeniente Srê. este particular, y enterados los señores, dijeron que para verificarlo con mayor azierto, se transfiera para otro Acuerdo. Conlo que se Zerro este Acuerdo que firmaron los Señores de que doy fee = p. 126

Cabildo del 20 de septiembre de 1774 (POBLACIONES) p. 129

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] Haviendose visto el Testimonio de la real Zedula de nueve de febrero del corr.te añoque elS.or Gov.or y Capitan Grâl. a quien bino dirijida ha mandado pasar a este I.C (en cuiu determinación se transfirió en primero del corriente) y Despues de bien consideradosu tenor, yatendiendo a lo Interesante de el asunto por el s.or Ale.e de primer voto se Dijo que los medios propuestos a S. M. que se indican en la R.l Zedulça zitada parece sonlos mas óportunos q.e se podían adoptar p.a el establecimiento de las Poblaciones en los Boquetes de la sierra, y contener la entrada e insultos de los Indios Infieles, por lo que enrazón de esto nada otra cos se le ófreze que proponer q.e lo que tiene anteriorm.te representado este

Ilustre Cavildo y solo si suplicar a Su Señoria Se digne continuar su zelo y amor, por el bien de la Patria, dando las Instrucones y reglas que le Dictare su superior prudencia y provida aprobada por el Soberano. y hoydo por todos los demás S.res Dijeron se conformaban con lo expuesto, por dho. S.or Alcalde de primer voto, y que se copie a continua de este acuerdo el Zitado Testim.o el que se pasara a manos de S. S. por las de los S.res Alcaldes, Y luego Se hzo presente por los Señore Diputados de la expidizion de Salinas, que habiendo nombrado el S.or Gov.or y Capit.an Grâl, para comandante de dha. Expedición a el Sarg.to maior d.n Clemente Lopez, quien les ha pedido para escolta de ciento nov.ta y quatro hombres con sus ofiz.s correspondientes, yCapitan, los utensilios sig.tesSeis y medio quintales de Vizcoho treinta y tres a.s de tabaco, otras tantas de Yerva, diez y seis y media de Aji, doscientas y quarenta reses, unaBotija de Vino, otra de Ag.te y el Arroz nezesario, y respecto á que este costo se ha de hacer de los propios, para que agregados a los demás que comúnmente se haz.n para el fin se determine por V.S si se le ha de dar, cuio Acuerdo les Servira de resguardo en las quantas que presentaren, y hoido por los señores, de unAcuerdo y conformidad, dijeron que por los dos. S.res Diputados se les entregue todo lo que pide, a a excepción del Aji, que solamente se le entregara un tercio y dos arrobas de Arroz, y elAji sin exemplar, por no haberlo pedidoningun otro comand.te con lo que se Zerro este Acuerdoque firmaron los S.res de que doy fee = pp. 130-131

Cabildo del 27 de septiembre de 1774 (POBLACIONES) p. 138

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] y Luego se Dio razon por los Señores Alcaldes haver pasado a manos del S.or Gov.or y Capitan Grâl. el Testimonio de la real Zedula, Srê. Poblaciones, con testimonio a su continuación puesto de lo acordado Srê. el Asumpto, y que res respondió Su Señoria que Se Ympondria, y daria las Providencias conduzentes a fin de que todo tuviese el mas puntual cumplim.to Asi mismo Se Leyo un Testimonio de la pramactica Sancion Srê. el recojim.to de monedas, y enterados los Señor.s Dijeron Se de Vista al S.or Prôr. Grâl. pp. 138-139

Cabildo del 26 de mayo de 1775 (CAMPAÑAS) p. 363

Escrivão: Pedro Nuñez

Asi mismo se hizo presente un Pedim.to presentado por el S.or d.n Diego Mantilla, en que haze rela.on del expediente formado Srê. varios desordenes de la Campaña, y del que se alla la Instruzion que el Señor Gov.or dio a el ofizial de la esquina para inpedir la extraccion de Ganados y lo que Sobre el particular expuso el S.or Sindico Prôr., y de un Acuerdo y conformidad se Dijo que por mi el presente ess.no Se Solizite dho. expediente para dar la providencia que combenga. Con lo que se Zerro este Acuerdo que firmaron los Señores de quedoy fee = p. 365

## Cabildo del 1 de junio de 1775 (CAMPAÑAS) p. 366

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] se trató del punto de Corrales que se deben hacer de Cuenta de esta Ciudad en los paragesmas comodas que se destinasen asi para que en ellos Se encierre, únicamente todo el Ganado q.e venga para el Abasto de esta Ciudad, como por que de esta Suerte se evitan muchos desordenes, y Latrocinios, y de un Acuerdo y conformidad se dixo que seforme expediente separado sobre este particular sacándose testimonio de la representacion q.e hizo el S.or d.n Manuel de Bassavilbaso, Siendo Sindico Procuradoren Acuerdo de dose de Agosto de mil setecientos Setenta, e dos con todo lo demas que Se hubiese tratado, y determinado antes, y después de dho. Acuerdo Sobre este particularpasandolo a manos del expresado s.or d.n Manuelpara que con la posible brevedad, y mediante lo acordado en la Junta Celebrada el Treinta del mes proximo pasado en las Cassas del S.or Gov.or para arreglar los dessordenes de la Campaña en Concurrencia de S. S.a del S.or Auditor de Guerra de los dos S.res Alcaldes, del S.or Alc.e Provins.l del S.or Regidor Fiel executtor, y del S.or Sindico Procurador del Apoderado de los Asendados, y de la maior parte de los mismos Asendados, y criadores de Ganad.s en q.e igualm.te se aprobó el proyecto de q.e se hiciesen los expresados Corrales de Cuenta de este I.C.do sirviéndole de propios; forme el Plan q.e propuse en dicha represent.n p.s q.etenga puntual efecto este proyecto, y por medio de él no Solo se asegure esta Ciudad de dos. propios que en manera alg.a pueden ser Gravosos al, publico, y pueda con ellos desempeñar sus función.a, y los gastos q.e indispensablem.te se hacen continuamente; Sinó precaver los robos, y desordenes que se executan con la multiplicid.d de Corrales q.e hay, y que conviene se quiten absolutamente, y no haiga ningunos otros mas que los q.e destinasse esta Ciud.d y se costruyesen a su Costa; Y aun q.e p.r y entre tanto, el S.orRegid.or d.n Manuel Bassav.so como impuesto en dho. y contribucion con q.e deven concurrir todos los q.e en ellos enserrassen el ganado p.a el abasto de la Ciud.d no puedeeste Ilustre Cav.o tomar otras providenz.s p.a q.e desu parte no le q.e de nada q.e a veren un asunto que lo considera mui util al bien de la Causa publica se passará al S.or Gov.or noticia de este Acuerdo por los S.res Diputados de mes para que en virtud de la particular recomendacion q.e S. S.a hizo de el a los individuos de este I. C.do a fin de q.eevacuasen con la M.or brevedad todo lo q.e pendiese de sus facultades, quedase satisfecho, y Cersiorado S. S.a del Cuidado y empeño con que estava, y quedava este I. C. en concluir una obra que habiendo merecido de ella la aprobación del S.or Gov.or y Cap.n Generalvehia igualm.te y con la m.or complacencia lo hera de S. S. y de todo el congreso q.e se Compuso la expressada Junta del dia Treinta. [...] Assi mismo haviendosehecho presente a este Ilustre Cav.o p.r los dos S.res Alc.s ydemás S.res de elq.e de ord.ndel S.or Gov.or interino concurrierona la citada junta los importantes puntos q.e en ella se tocaron de resuelta del informe hecho al S.or Gov.or y Cap.n Grâl. p.r el Apoderado de los Asendados y a conseq.a de la ord.n q.e se sirvió S. S.a passarle p.a el efecto, y los q.e este ill.re Cav.o ha practicado a S. S. al propio fin, y al S.or then.te de Rey y Gov.or interino en diez, y siete de en.o once de Febrero, y dos de Marzo Sobre los muchos dessordenes q.e se experimentavan en la Campaña en la matanza de Ganados (principal.telas Bacas) extracz.n a las provin.s de Cuio, y Tucuman, y los demás q.e constan de dha. Repress.on con los medios, y advitrios que se proponían p.a remediarlos Libertando a estaCiudad de la total ruina q.e le amenazava la falta de un renglon de q.e

dependia toda su Subcistencia; I q.e impuesto el S.or Gov.or de lo mucho q.e urgía de poner el mas pronto, y eficaz medio, no Solo propenda á franqueár todas las providencias q.e se acordasen sinó q.e oyendo el dictamen de todos, y de cada uno en particular, dio en la referida junta las mas eficaces pruebas de sus buenos deseos al bien de la causa pub.ca acordando, y authorizando quanto allí se acordó, y resolvió, De un Acuerdo y Conformd.d Se dijo q.e Sacandose testimonio de este acuerdo se le den a S. S. las gracias p.r parte de este Ilustre Cavildo del esmero q.e le há merecido esta Ciud.d en a ver adaptado todos los medios q.e se le han propuesto p.a remediar, y quitar de raíz los muchos desorden.s q.e Se experimentan en la Campaña disponiendo p.r medio del areglado, y practico dictamen q.e pidió S. S.a y le dieron todos los q.e concurrieron a la referida Junta particular.te los mas interesados en el aumento, y procreo de sus Ascendientes las mas prudentes, y aregladas providen.s; y q.e p.a q.e este I. C.do ofreciendo ponerlas en egecucion quede Igualmente inteligenciado de ellas, y de su parte pueda concurrir a su puntual Cumplim.to teniendo un Documento q.e p.a lo Subcessivo, le pueda Servir de regla en los Casos q.e se puedan ofrecer, Se Suplique á S. S. Se Sirva franquearle testimonio de todo lo resuelto, y acordado con agregacion del informe del Apoderado de dhos. Ascendados, y demas documentos q.e hizo S. S. presente en la Citada junta.

Tambien se dijo q.e con Noticia q.e tuvo este I. C. del deseo q.e le asistia a S. S. tuviese efecto el proyecto de las poblacion.s mandadas de su parte varios informes q.e se le habían pedido Acordó en seus de Abril de este año se tratase seriam.te de dhas. poblacion.s, y q.e cada Capitular tragese reflexionado lo que juzgasse conducente p.a su establecim.to pero habiendo reconocido los anteced.s Acuerdos celebrados el año próximo pasado de mil setecientos setenta, y dos, de resulta del despacho de S. M. mandando se verificasen dichas Poblacion.s, encuentra este I. C. q.e de su parte há contextado a quanto se le ordenó p.r el S.or Gov.or y Cap.n Grál. a cuió poder pasó, y en el q.e se halla desde el mes de sept.re el expediente q.e se formó después de haberse evacuado todo lo q.e pendía de este I. C. q.n ha tenido Siempre los mismos deseos de q.e se ponga q.to antes en practica un proyecto q.e es del m.or veneficio, y utilid.d de esta Ciudad, y en el q.e se interesa el Servicio de ambas Magestades Y respecto de q.e p.r esta Causa, se halla Suspensa la determina.on de S. M. y q.e en vrd. De lo q.e S. S.a oyó en la Junta Celebrada en treinta del mes proximo pasado sobre lo importantiss.mo de estos restablecim.tos pues p.r medio de ellos, no solo Se conseguirá libertarse estas Campañas de las continuas irrupciones de los enemigos infieles, y q.e muchos miserables pierdan sus vidas en manos de ellos, sinó tambien el asegurar la manutención de esta Ciud.d aumentandose todas sus Haziendas de Ganados, y Livertandolos de los muchos robos, y matanzas q.e hacen los mismos Indios Infieles p.a llevárselos a la Sierra, ó a unas distancias, donde no Se pueda hacer recojida de ellos, Se Supliq.e a S. S se interese en q.e se le de Curso a este expediente, dando aquellas providen.s q.e juzgasse oportunas p.a q.e se ponga en execucion lo q.e S. M. tiene ordenado a Cuió fin se ofrezce este I. C. concurrir y Coadyudár de su parte, con q.to dependa de Sus arvitrios, y facultades p.r lo mucho que se interessa en ello el bien de la Causa publica, y p.a este efecto se le passará a S. S.a testim.o de este Acuerdo p.r mano de los S.res Diputados de mes.

Haviendose tratado, y conferido largo rato sobre el expediente formado para el restablecim.to de la recoba Portatil, y trahidosé a la vista con los docum.tos mandados agregaren el Acuerdo de diez y ocho del passado, de un Acuerdo, y Conformid.d se dijo q.e desseando este I. C. afianzar sus determinaciones sin Contradicion, ni oposición alg.a en lo Subcesivo se le vuelva nuevam.te a Suplicar a S. S.a por medio de este Acuerdo q.e pasaran a

sus manos los S.res diputados de mes, se sirva franquear el dictamen q.e Sufragó el S.or Then.te Gener.l en el expediente q.e expresam.te se formó Sobre este particular, y debe parár en la Secretaria de Gobierno p.r q.e aun que el S.or Gov.or propiet.o aprobó dicho establecim.to y la Contribucion q.e se havia de exigir assi a los q.e ocupassen dicharecova, como a los mercaderes de Bandola destinandose estos propios para hazer los gastos de la festivid.d del Corpus, q.e tanto recomienda S. M. y q.e por no haver podido conseguir, ni dho. exped.te y lo q.e mas anhela este I. C. q.e es el expresado dictam.n del S.or then.te General no estar verificada Su execucion, y se vé la Ciud.d en la Necesid.d de contraer nuevos empeños, sin poderse desempeñar de los q.e tiene contrahidos; pero como este I. C. está en la Inteligencia de q.e el referido dictamen con q. Se Conformó en el todo el S.or Gov.or y Cap.n Grâl. está contraído a varios puntos q.e pueden dar motivo a varias dudas y disputas, no puede este I. C. deseoso de evitarlas dexár de continuar Su instancia p.a q.e en el Caso de q.e no se quiera proporcionar el testim.o q.e se há pedido del ôrigin.l q.e se halla en dho. exped.te y mediante él acordar lo mas útil, y comben.te al vien de la Causa publica, ô se ponga testimonio del en este expediente, Sacandolo de la Copia con q.e es mui regular q.e el S.or The.te Grâl. se haia quedado, ô q.do esto no pueda ser teniendo a la vista los mismos docum.tos en vrd. de los quales Sufrago Su dictamen se sirva exponerlo en los mismos teminos que lo hizo antes ; pues no variándose en ellos, ni en la Substancia, ni en el fin q.e le mueve a este I. C. de asegurar en el acierto de sus determinaciones la Segurid.d y subscist.a de una obra, q.e tiene el mas recomd.do objetode destinarse Sus propios p.a una festivid.d de la m.or veneras.n de todos los Catholicostan recomendada del Soberano, y de la prim.a oblig.n de este I. C. p.r el esmero con q.e Sprê. Há concurrido a q.e Se haga con la m.ordencia, espera este I. C. q.e assi el S.or Gov.or actual, como el S.or Then.te Grâl proporcionarán de su parte lo q.e a ambos se Suplica, a fin de que no Se difiera mas tiempo su execucion – De suerte que independ.te del recomendable destino de esta obra, se sigue un grandisimo beneficio al publico en que se haga q.to antes p.r q.e verificado se logrará tener a todas horas lo necess.o en la Plaza, libre de las Intemperies del tpo. Principal.te del Sol, y el Agua, q.e regularm.te obliga a los Hortelanos el retirarse p.r no exponerse a perder como regularm.te Sucede sus ortalizas, Sucediendo lo mismo Con los abastecedores de los demás Generos de abasto, q.e p.r esta Causa se retiren de la misma Plaza a unas horas incompetentes.[...] pp. 366-371.

Cabildo del 20 de junio de 1775 (ALCALDE PROVINCIAL) p. 374

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] Se presento un Pedim.to del S.or Alcalde Provincial, proponiendo Se haga expedición para las Salinas, y Se reconozca en esta ocasión los Terrenos para las Nuevas Poblaciones, con otros medios mui utiles para que tengan efecto, y Se verifique y cumplalo que S. M. ha mandado ofrezindose, á hir en Persona, a dha. expedición, y cooperar a sus establecimientos con o demás que expresa en dha. Su representacion a remediar los Desordenes de la Campaña ; y enterados los Señores de un Acuerdo y conformidad Se Dijo, que reconociendo este Ilustre Cavildo el Zelo y amor con que el Señor Alcalde Provincial propende por el bien de la Causa publica Se ledan las gracias y que por lo quietoca a que se verifique la expedizion a las Salinas desde luego lo allá por mui util y conbeniente este Ilustre Cavildo, y que para que tenga efecto, y puedan aprontarse para el Mes de

Septiembre las Carretas que deven hí a ellas á conducir Sal Se le Supliq.e al Señor Gobernador Interino, Se dig.e aprobar esta determinacion, y mandarla publicar por Bando, en esta Ciudad, y los pagos de su Jurisdizion para que llegue á notizia de todos, librando las demás Providencias para la Seguridad con que deben ejecutar el viaje, y que por lo que haze a los demás puntos a que se contrae la expresada representación, principalmente el que no se difiere por mas tiempo el proyecto de las Poblaciones, Se pase a el Señor Gobernador Interino, Se dog.e aprobar esta determinación, y mandarla publicar por Bando, en esta Ciudad, y los pagos de su Jurisdizion para que llegue á notiziade todos, librando las demás Providencias para la Seguridad con que deben ejecutar el viaje, y que por lo que haze a los demas puntos a que se contrae la expresada representacion, principalmente el que no se difiera por mas tiempo el proyecto de las Poblaciones, Se pase a el Señor Gobernador quedando testimoniada a continuación de este Acuerdo a fin de que Su S.a con lo que este Ilustre C. le representó en primero del corr.te mes Se Sirva librar las Providencias que le pidió y Suplico en el expresado Acuerdo, mediante a dirigirse al Servizio de ambas Magestades ; y que al S.or Alcalde Provincial Se le den los testimonios que pide con insercion de este Acuerdo, el que se Zerro, y lo firmaron los Señores de que doy fee = p. 375

REPRESENTACION ELEVADA AL CABILDO POR EL ALCALDE  
PROVINCIAL, PARAPROPONER LA FUNDACION DE TRES FUERTES EN LA  
FRONTERA DEL SUR (ALCALDE PROVINCIAL) p. 376

Escrivão: Pedro Nuñez

Mui Ilustre Cavildo Justizia y reximiento Diego Mantilla, y los Rios, Alcalde Maior Provincial de la Santa Hermandad de esta Ciudad y Su Jurisdizion por Su Magestad que Dios guarde, ante V. S. en la mas debida forma parezco y Digo que constándome quenada desea V. S. con mas (¿) que el cumplimiento de las ordenes de nuestro Soberano, en Vista de las razones con que el Sargento maior de Milicias D.n Manuel de Pinazo, y Escobal a querido persuadir por mas útil el que se abanzen las Guardias a los Parajes que él designo ; que el que las Poblaciones que S. M. ordena Se formen en las Sierras, ó sus inmediaciones, como con alguna Madurez Se á pensado : no puedo menos (ablando con el debido acatamiento que Juzgar que es querer que existan y Se continúen los experimentos de lo que con las Guardias se á adelantado hasta el presente, y que se perpectue el desasosiego e inquietud en que el vecindado a vivido, y los trajicos Suzesos que ha sufrido con los enemigos Declarados y encubietos, los que Siendo constante no nezesita de prueba, y aun que no hubiese ótra que la de haberse alzado los Ganados, y que los Indios enemigos Sean en el Dia Dueños de él, Seria Suficiente a prevenir otros remedios que no consisten Segun lo entienden peritos en que se ádelanten veinte ó mas leguas las Guardias, si empero en que a el Abrigo de ellas, ningunos vagamundos, y no vagamundos con titulo de Potrear Corran las Haciendas, las quales agitadas del continuado vatimiento de estas Jentes, é yualmente de los chacareros, y guardias para su Quotidiano mantenim.to en que és de su arvitrio la medida y tasa ; por lo que, y para que se óbien, y embarazen estos tan continuados desordenes, y que igualmente Se cumpla y lleve a debido efecto lo por S. M. dispuesto, y a que an V. S. aderido con el recto fin de precaver los Males dejando aparte las razones de ninguna congruencia con que dho. Sargento mayor, y Sus asociados pretenden prevalezcan Sus Dictámenes, y que esto impida el que con la prontitud, y brevedad que exige el real mandato Se verifique el obedecimiento, Siento (Juzgandolo V. S. hazedero) que por parte del

Mui Ilustre Cavildo Se Suplique al Señor Teniente de rey y Governador, que para el proximo Mes de Septiembre del corriente año Se Sirva promulgar por Vando en toda la Jurisdizion para que qualesquiera Vezino, ó no vezino que quisiese alistarse para hir a el reconocimiento de los Parajes que en las Sierras del Bolcan hasta Salinas, ó en sus inmediaciones Se allenque sean de las qualidades, y ventajas que por Leyes de Su Magestad esta ordenado, y que nombrando un sujeto de integridad, y conducta que en consorcio de Inteligentes, y prácticos rexistre, reconozca, y Señale los Sitios y parajes que encuentre mas comodos para los establezimientos, dé parte a Su Señoria p.a que sin perdida de tiempo Se formen los correspondientes resguardos, para que en los principios puedan enbarazar qualesquiera invasiones enemigas, siendo cierto que luego que el crezido Numero de Vezinos y forasteros que se allan en la Jurisdicion Falto de un todo reconozcan las ventajas de los Terrenos, y privilegios de Su M. y la haiuda de Costa que se les puede hacer con el importe del Ramo de Guerra repartido en tres terzias partes para tres distintas poblaciones improntee; una en el bolcan, otra en el comedio de esta y Salinas, y la terzora en las mismas Salinas, ó alguno de sus parajes buenos ; no hay duda que estos pospondrán el Desamparo y desabrigo en que al presente viven a las ventajas y combeniencias que proporcionarse les puedan, pues aun que el panico temor, que algunos mal mirados han esparcido con los Indios enemigos no se ha visto en este pais que aun Simple fuerte de palos lo haian imbadido, Siendo assi que no les abrá faltado boluntad, pues matando a los inmediatos a los fuertes, harian lo mismo, con estos Si reconociesen Salir con ventaja, lo que demuestra patentemente, que teniendo la Jente donde guarezerse, y armas con que defenderse, vibiran con mucha mas Seguridad que la que al presente logran, y experimentará esta Ciudad, y vecindado de su Jurisdizion, los venefizios que logran las Ciudades de Cordova, Santiago, y San Miguel de Tucuman por las medidas disposiciones que tomaron contra los Indios que infestaban Sus Poblaciones, y fronteras de que haze años se ben libres Sin embargo de los Montes, y fraguosidades de los Terrenos, y quando este exemplar tan reciente no nos existirá a Suplicar a el Señor Teniente de rey, y Governador se llevase adelante, y se pusiese en execucion lo mandado por Su Magestad, y acordado por el Mui Ilustre Cavildo ; esto es que las Villas, se formen en parajes donde no solo Se encuentran en ellas los venefizios, y disposiciones que por reales disposiciones esta mandado, Sino que se encuentren en ellos otros arvitrios para que los collonos que alli se establezcan puedan Comerciar y adelantar Su fundación, Siendo Cierto que el alizitivo de la combeniencia, e interés á traerá Crezi do Numero de Jentes que viviendo al presente en estos Campos del Albedrio y Sin domicilio, alli allaran Sosiego y quietud, sin que les óbsten los embarazos que personas Cavilosos y de siniestros fines esparzen de los riesgos enemigos, Siendo assi que los esperimentos que se han Visto, y lo que Igualmente acontece en la Provincia del Tucuman, manifiesta bien claro que verificada la ereccion de los tres fuertes en los distintos parages que Se tenga por combeniente, y usando en lo transeúntes y comercios de las Justas precauciones que en los principios Se puedan rezelar, al fin vendrá a suzeder lo mismo que en la prezitada provincia, y quedara el rey Nuestro Señor en posesión de unos terrenos tan útiles y Dilatados, y esta Ciudad en estado que en qualesquiera Calamidades de Secas, y Carestia de Carnes, y granos podra ócurrir a estas colonias en solicitud del alibio, por cuias razones, y las demas que la prespicacia de la recta intención del Señor Governador y V. S. mediten al logro del deseado fin, debe no postergarse por mas tiempo lo que Su magestad tiene ordenado, siendo constante y cierto que desde que existen las Guardias hasta el presente con el numero de Jentes que los enemigos han muerto, y Captivado por cojerlos en exparramo ; y Sin que las citadas guardias lo haigan



remediado, ni podido remediar, Se pudiera mui bien formar, un crecido Pueblo ; y para que en lo de adelante Se Camine de otro modo maiormente en el Dia con lo acontezido con la presión y Castigo de los Indios que siendo todos unos, y de rencor conocido es mui dable usen de sus Bellaquerias, quando menos Se piense, y acontezca lo que nos recuerdan los funestos Suzedos del año de quarenta y de mas : no hai otro medio mas ventajoso que la precaucion y resguardos, y que se Castiguen dhos. Indios quando lo merezcan Según S. M. lo ordena, y por q.e todo Se fazilite, y execute vajo las prevenciones, y disposiciones que por Leies de S. M. esta dispuesto propone el Alcalde Provincial que con arreglo a éllas se obliga a llevar adelante, y poner en execuzion el reconocimiento y formacion de los tres predichos fuertes en los parages que se encuentren de mas utilidad, y combeniencia asignandose á cada uno la tercera parte que pudiese anualmente importar el Ramo de Guerra, propio dedicado por S. M. para este fin, y de que se haze prezisso que el Mui Ilustre Cavildo Suplique a el Señor Governador Se le reintegre en el manejo, y disposición del expresado Ramo, bien Sea por medio de sus Individuos, ó por alguno de los vezinos de Seguridad y economía que con prontitud, y Sin retardo facilite Su distribuzion, solo en aquello que por Su Magestad esta mandado ; y por que en los principios, y hasta que los primeros que voluntariamente Se quieran hir á poblar a los referidos fuertes tengan algún resguardo y auxilio de la Jente del Pais Miliciana, Se haze prezisso que de los Pagos de la Jurisdizion Se señalen quatrocientos hombres dándoseles armas de Fuego, y lanzas, por mitad comotambién el costo de Su Sueldo a rrazon de cinco pesos al mes, que uno y ótro Se deberá exijir del referido Ramo de Guerra, esto, por tres o quatro Meses, que en lo Suzesivo, y después que los citados fuertes esten en suficiente resguardo, y Seguridad Sobran doscientos hombres, para que cada quatro Meses visiten los fuertes y lleven viveres, y familias que de grado, y voluntad quieran hir a poblarse en ellos vienentendido que a estos dhos. doscientos hombres se les deberá abonar un Mes de Sueldo, que és el tiempo que pueden gastar en cumplir Su Diligencia. Igualmente Se deveran dar armas, y Cañones para los expresados fuertes, todo a costa de dho. Ramo, vajo de cuio plan, u otro mas circunstanciado que la recta intencion del Señor Governador y V. S. mediten, y dispongan por mas combeniente y Seguro. ofrezze el Alcalde Provincial su Persona afianzando las responsabilidades de los cargos Justos que resultarle puedan con la Ipotecaria Seguridad de su empleo, y dos mil p.s mas, con tal que verificada por Su buena conducta la formacion de los predhos. tres fuertes, y que dentro de tres años, ó quatro se állen ávenzindados en ellos mas vezinos que los que se prescriben por Leies de S. M. por Suficientes Se le compense con el Sobre escrito de primer poblador, y con correspondiente informe para S. M. de los adelantamientos en que se állan dichas Poblaciones con lo demas que se tenga por combeniente. Y quando por esta mi representación, y lo que en ella ba expresado no Juzgue la recta intencion del Señor Governador y V. S. hazedero lo que llevo referido, nada le Servira de mas consuelo á el Alcalde Provincial, que no Se dilate por mas tiempo un medio tan á todas luzes ventajoso, á nuestro Soberano, a esta Ilustre Ciudad, y Su Vezindado, sobre que ablando con el respecto, y veneracion debida ; pido Se resuelva con la brevedad que sea posible mandando se me de un tanto, autorizado de esta mi representación, y lo que en su Vista se ácuerde para los efectos que combenieme puedan. Buenos Ayres y Junio veinte de mil Setecientos Setenta y cinco : diego Mantilla y los Rios = otro sí Dize el Alcalde Provincial que en Diez y Siete de Henero del corriente año representó sobre este mismo ásumpto al Señor Governador y Capitan General, y propuso los medios que Juzgo adaptables, cuia Solizitud no tubo el Deseado exitto por los continuados quehaceres de Su

Señoría, y últimamente trasladadose a la otra Vanda a negocios del real Servicio [...] pp. 376-381

Cabildo del 27 de julio de 1775 (CAMPAÑAS) p. 417

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] Assi mismo se trató, y confirió sobre no haberse dado hasta ahora providencia alguna sobre los Acuerdos pasados al S.or Gobernador en primero veinte, y veinte, y ocho de Junio sobre el punto de poblaciones, de la recoba Portatil del viaxe a Salinas para proveerse la Ciudad de Sal; de las providencias acordadas en la junta celebrada en treintade Mayo para remediar los desordenes de la Campaña que pidió este Ilustre Cavildo testimonio de ellas, y últimamente del manifiesto perxuicio que experimenta el Publico con la Iniquidad hecha p.r los Carreteros en haver achicado los Lechos de las Carretas para conducir menos leña de la que hasta aquí conducían Sacando mas cantidad para los Dueños de las Lanchas ; y de un Acuerdo, y conformidad Se dijo q.e no pudiéndose dudarel Servicio que se háze á ambas Magestades, y a la Causa publica el que no se difiera por mas tiempo el Cumplimiento de lo mandado por Su Magestad en que se verifique el proyecto de las poblaciones pues hasta se ha dignado su real Clemencia franquear de su herario los Caudales necesarios, yá este efecto se ha ofrecido el Señor Alcalde Provincial, passár personalmente, y fomentar en los términos q.e constan de su representacion la expedicion, y quanto conduzga á que se Cumplan las intenciones del Soberano como lo desea igualmente este Ilustre Cavildo, empleando al mismo fin todas sus facultades ; Del mismo modo contempla mui útil el viaxe a las Salinas asi porqué de su frecuente execucion, resulta el adquirir mas conocimiento de los terrenos para facilitar, y asegurar los establecimientos, y el Lograr la Ciudad abastecerse, de Sal, como porque con el se evitan las Irrupciones de los enemigos, y se consigue retirarlos a la Sierra, ó reducirlos á que se conserven en Páz, experimentándose por este medio alguna quietud en la Campaña ; pero como uno, y otro expediente depende de la voluntad del S.or Gobernador por que como se le hizo presente a S. S.a en el Acuerdo celebrado en primero de Junio en el punto de poblaciones desde el mes de Sept.re del año proximo passado de setenta y quatro contextó, y se evacuó por parte de este Ill.re Cavildo todo lo que se le ordenó por el S.or GOv.or Propietario, y Se passaron a sus manos la Cedula de S. M. y demas documentos ; se le Suplique interpele a S. S.a con testimonio de este Acuerdo que pasaran a sus manos los Señores Diputados de mes, se Cumpla, y ponga en execuzion con la brevedad posible lo primero por lo mucho q.e Se Interesa el Servicio de ambas Magestades, y el bien de la Causa publica ; Concediendo igualmente lo Segundo, y mandando publicar por vando en esta Ciudad, y los Pagos de Su Jurisdiccion, para que con tiempo Se puedan aprontar las Carretas q.e quisiesen hir a las Salinas, con aquella escolta que destinase S. S.a respecto de lo avanzado q.e está, y lo q.e urge ya tomar estas providencias. [...]

Tambien Se le passe a S. S.a el mismo oficio, assi por lo que haze al testimonio que pidio este Ilustre Cavildo en el citado Acuerdo de primero de Junio, sobre las Justas, y aregladissimas providencis q.e se acordaron, y firmaron en la Junta que por ord.n y dispocision de S. S.a se Celebró el dia treinta de Mayo para remediar los muchos y Gravisimos desordenes de la Campaña, Suplicandole se sirva mandarsselo dár, para que

tenga este Ilustre Cavildo, un Documento q.e en lo Subcesivo le puede importar de mucho para los Cassos, y dificultades que Se puedan ofrecer ; como el que se digne no diferir mas tiempo el Cumplimiento de dichas providencias, mandándolas inmediate publicarse por Vando en esta Ciudad, y en todos los Pagos de la Juridics.on pues quando no tuviesen la recomendable circunstancia de dirigirse a poner a esta Ciudad á cubierto de la manifiesta ruina q.e le amenasava la falta de avasto de la Carne, consiguiendose de Su comercio que lo haze Subsistente por ser el único thesorero de estas Campañas la conservación, y aumento de los Ganados prohibiendose las Matanzas que se hazen en la misma Campaña, principalmente de las Bacas para que de esta Suerte Cesando los desordenes, y aplicando el Celo correspondiente, pudiesen volver a revivir, y restablecerse las estancias, recuperando las Considerables perdidas que han ocasionado las Secas los mismos desordenes y las irrupciones de los enemigos Infieles vastava el que huvies.n sido adaptadas por S. S.a y acordadas con su entera aprovacion, y contentimiento en los términos q.e se determinó en la expresada junta, para que no le quedase a este Ill.recabildo la menor duda en la Justicia y empeño con que concurrió a su resolución después de haber oído atenta y maduram.te las repetidas representaciones de este Ilustre Cav.o el informe del Apoderado de los Asendados, y el q.e uniformemente le dieron el crecido numero q.e concurrió, y formó de estos mismos; ni en que quanto quedo allí resuelto y determinado con Conocimiento de que hera lo unico q.e havia y Combenia ser, y lo que sobremanera importaba al bien de la Causa publica se devia poner luego en execucion; pero como al cavo de dos meses que se han passado poco menos no há visto este Ilustre Cavildo verificadas las fundadas esperansas con q.e consintió de q.e por medio de tan acertadas providencias, no Solo Se remediarian todos los desordenes q.e se experimentavan en la Campaña, sino q.e ellas mismas fomentarian el aumento de las Haciendas, y asegurarian a esta Ciudad la Subsistencia de un alimento tan apreciable, como lo es la abundancia de la Carne, no puede en Cumplimiento de Su Obligacion dexar de hacer presente a S. S.a q.e quanto mas se difieran se aumentarán los mismos desordenes que se le han representado yá, y tanto que quando se quieran remediár, no se podrá conseguir, p.r cuius Causa podrá llegar el Caso de experimentarse la m.r escases, y mendigarse el sustento por ser constante, y Notorio que faltando este a esta Ciudad le falta todo, y se exponen los pobres a perecer. De modo q.e siendo estas reflexiones dignas de toda atencion se le hace indispensable a este Ilustre Cavildo ponerlas en la consideración del S.or Governadór para que determine lo q.e fuere de su Superior Agrado, y a este Ilustre Cavildo le quede a lo menos el Consuelo de haver cumplido con lo que deve para que no Se le impute en ningun tiempo el defecto de no haverse representado a S. S.a omitiendo este oficio. pp. 419-423

TESTEMONIO DE LA JUNTA DE HACENDADOS A QUE SE HACE REFERENCIA  
EN EL ACUERDO ANTECEDENTE (ACUERDO ANTECEDENTE: 02/09/1775)  
(JUNTA DE HACENDADOS) p. 476

Escrivão: Pedro Nuñez

Cabildo del 20 de septiembre de 1775 (CARTA DEL GOVERNADOR INTERINO) p.

494

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] Y luego se aviso Por el Porteri que el ess.no de Gov.no pedia Lizencia para entrar de ôrn.del S.or Gov.or y haviendosele conzedido esta entrego una Carta de dho. S.or Gov.or con Fechade este Dia, en la que avisa que los Indios Infieles Se preparaban para acometer a estas Campañas Segun los Informes que le habían comunicado los Sarg.tos maiores y el Casique de Paz, Thomas Yati, y que por esta razon havia determinado Suspende la espedizion de Salinas,hasta otro óportuno tiempo ; Inteligenciados los S.res de un Acuerdo y conformidad Dijeron que desde luego se hazen cargo y conocen la necesidad de que por aora Se suspenda la espresada expedición de Salinas ; pero que respecto a que se tiene noticia que muchos Pobres habían hecho Sus gastos y providencias para verificar este viaje y que Dilatandose la expedizion las perdera con notable perjuicio, considerando que los motibos que aora obligan a la Suspension es mui regular Se allen disipados para el tiempo en que se concluia la Siega de la proxima cosecha : Suplican a S. S. que en aquel tiempo y no ocurriendo como espera este I. C. yguales inconvenientes que al presente tenga efecto la espresada espedizion de Salinas y que se haga entender esto mismo a los que Se allavan preparados para evitar los Daños que de ótro modo se espermentaria, y que para la Inteligencia del S.or Gov.or Se pase a S. S. Testimonio de lo que se ha acordado en este asumpto. Pp. 498-499

Cabildo del 10 de octubre de 1775 (CAMPAÑAS) p. 508

Escrivão: Pedro Nuñez

Por el Señor Alc.e de primer voto Se Dijo que estava informado estarse haciendo muchas estorsiones en la Campaña a sus moradores quitandoseles Sus Cavallos con el pretesto de no tenerlos en pastereo y otros muchos excesos, lo qual le parecia Se devia tratar de su remedio : Y haviendose conferenciado Srê. el asumpto Se acordó el que por el Señor Alcalde Provincial Se proceda a la averiguacion de los desordenes que se practican en la Campaña una vez, que por su empleo le és peculiar el hazerlo para que con vista de lo que resulte Se pueda ocurrir conJustificazion Si fuere nezesario a el S.or Governador para que libre las Providencias que se conzeptuen oportunas dándosele testimonio al expresado S.or Alcalde Prov.l de este Acuerdo.Con lo que se Zerro este que firmaron los Señores de que doy fee = p. 511

Cabildo del 21 de octubre de 1775 (CAMPAÑAS) p. 512

Escrivão: Pedro Nuñez

Se leyó la petición del S.or Sindico Procurador en el expediente sobre remediar los desordenes de la Campaña y Se acordó Se agregase a el testimonio de lo resuelto en la junta de los hasendados hecha en treintas de Mayo de este año, y q.e todo Se passe al S.or Alc.e Prov.l p.a q.e se digne instruir a este I. C.do de los medios mas combenientes al beneficio Publico. pp. 516-517

Cabildo del 31 de octubre de 1775 (CAMPAÑAS) p. 523

Escrivão: Pedro Nuñez

[...] Haviendose tratado, y conferenciado sobre la provid.a librada p.r el S.or then.te de Rey

y Gov.or int.e en diez y seis de Agosto en el expediente de las poblaciones mandadas a haser por S. M. q.e se intimó a este I. C. en dies, y nueve del mismo mes, y a estado pend.te Su respuesta hasta hoy, por motivos q.e han ocurrido de un Acuerdo, y conformidad Se dijo q.e exponiéndose por el mismo S.or Govern.or que siendo un objeto tan interesante y de veneficio, q.e este I. C.do produciere los medios conducentes a su verificacion, y tambien los arvitrios que puedan Sufragar los caudales necessarios, en inteligencia que los que rinde el ramo de Guerra estan consumidos como los demas de la Real Hacienda en los importantes fines del Real servicio que ocurren, Se le hase indispensable y preciso representar a S. S. que teniendo este I. C.do positiva noticia que de los fondos existentes en estas R.s Caxas del ramo de Guerra se han Suplido y sacado p.a el de situados con Cargo de reintegro treinta mil p.s el año de setenta y tres, y quarenta mil el proximo passado de setenta, y quatro y q.e actualmente hay en Caxas mas de diez mil p.s no queda la menor duda q.e queriendo dedicar su autoridad, y celo assi el señor Gov.or propiet.o como s. s. a que se verifiquen unos establecimientos ô colonias q.e son de la maior importancia para el servicio de ambas Magestades de un Gral. veneficio de esta Ciudad, y de donde depende la Seguridad, y tranquilid.d de la Campaña del comercio para luego se debe lisonjear esta Ciud.d de que no solo logrará la Subcist.a del abasto de la Carne con la Equidad que lo Consigue oy en los años de esterilidad, y seca en que se retiran los Ganados acer victimade los Indios Infieles sinó la combercion de estos mismos en cuios infieles no parece se puede ofrecer estorvo ni obstoculo alguno, porque tomándose con empeño el reintegro de los setenta mil p.s y dándose principio a una obra tan util assi con el caudal existente, como con los fondos que cada dia entran de los dros. de este Ramo, se lograra lo menos el haberse dado principio a ella, y q.e se verifique lo q.e S. M. recomienda en su R.l Cedula dada en el Pardo a nueve de Febrero de mil setecientos setenta y quatro, pues a este fin Se previene en ella q.e quando el ramo de Guerra no pudiesse Sufragar a los Gastos se Suplan de su R.l herario todos los q.e fuesen indispensables, y precisos haser porq.e bien savia que entre tanto se fundamentasen estos establecim.tos se havian de haser algunos de bastante concideracion con quanta m.r rason, teniendo un fondo de mas de ochenta mil p.s destinado a este fin egecuta â que se complete ô reintegre lo que de el Se ha dispuesto, y sacado. Esto que es innegable por ser conforme a la mente del Soberano, no se puede reducir a disputa, y mas quando estos mismos fondos destinados a satisfacer las Campañas q.e resguardan los varios puestos de la Campaña no Se imbierten em beneficio alguno de ellas por ser constante hacen su servicio, sin que se les contribuia con su Salario muchos a.s há y se mantienen a expensas de los Hasendados, pero aun en el dia concurren los poderosos motivos de las irrupciones tan lastimossas que vienen de haser los enemigos infieles en el Rio tercero de la Jurisdiccion de Cordova con la Conciderable mortandad, y cautiverio q.e han hecho de Españoles dejando desalojadas todas aquellas estancias y varias Tropas de Carretas que venían de Mendosa, cuias desgracias no sse pueden oir sin la maior compacion, y lastima, ni dejarse de sentir p.r q.e no habiendo otro arvitrio para embarazar a estos enemigos Infieles semejantes irrupciones que las proyectadas poblacion.s en los parajes que se han determinado establecer seguramente continuaran con ellas en aquella y esta Jurisdiccion, no se conseguirá nunca castigarlos, y contenerlos, ni se podrá fundar la mas remota esperansa de su reducion ; pues si el fin de estos mismos Establecimientos no es otro q.e el tenerlos reducidos en la Sierra y librar estas Campañas de las frequentes irrupciones p.a que de esta suerte precisados a pedir la paz sacan de ellos todos los partidos ventajosos q.e proporcionasen con el tpo., y el trato con los mismo Españoles, Civilizarlos, y reducirlos a una vida rasonal tomando conocimi.to de unos terrenos no conocidos, y formando Pueblos p.a q.e assi abrasassen la Ley evangelica como Se podra conseguir este

proyecto, si en lugar de lograr el fomento, y valor q.e exige Su misma importancia, se imposibilita p.r el S.or Then.te de Rey, y Gov.or int.o determinando que este I. C.do premedite ô proponga los medios conducentes a su verificación quando los que contribuye el Ramo de Guerra, y los ochenta mil pesos que de su fondo hay existentes Contempla mui Suficientes p.a dar principio y fomentar tan util, y venefica obra? pero quando no lo fuesen le Suplica este I. C.do se digne S. S. leer con atencion la Cedula que S. M. expidio sobre este particular pues independiente de lo mucho que recomienda la pronta ejecución de estas poblaciones por lo util agradable que será a su distinguida piedad, Su verificacion, previene Se disponga de los Caudales de su R.l herario sin reserva de Ning.o : Y a la verdad parese que el mismo Soberano con su prespycas penetrasion consultando por una parte lo importante de este proyecto, y el servicio que de su verificación havia de resultar a ambas Magestades poseydo de aquel espiritu de Religion y amor por Sus vasallos previó quanto devia prevenir para q.e tuviese efecto : Y por otra el q.e solo, y por medio de su poderoso Braso, franqueando de los fondos de su Thesoro lo q.e Se necesitasse se podían lograr estos establecimientos, y asi no escusó Su R.l Generosid.d Se dispudiese de ellos. De modo que aunque contra esto Se puede objetar el fundado reparo de haver sido preciso hechar mano en las urgentes Circunstancias del R.l servicio de este, y los demas Ramos q.e havia existentes en las Caxas R.s pero como ha sido con cargo de reintegro del q.e corresponde a cituados, contempla desde luego este I. C.do Se conseguirá inmediate sprê. q.e p.r parte del S.or Gov.or y Cap.n Grâl., y de S. S.a tomando este asunto con la eficacia q.e exige su Gravedad se le noticie al ex.mo S.or Virrey de estos Reinos con test.o de la expresada R.l Cedula, y el informe correspondiente el descubierto de este Ramo, y la Suspensión de este proceyto tan recomendado p.r S. M. por falta de fondos y medios con que principiario, pues entonces es mui regular q.e S. Ex.a proporcione de las Caxas del Perú la remesa del dinero, y siendo esto el mas prudente arvitrio que pueda proponer, y adaptar este I. C.do pues la pobresa, y deplorable estado de esta Ciudad y Prov.a no permite pensar en ningun nuevo gravamen, y arvitrio maiorm.te quando Sufre este de Guerra tan conciderable solo por proporcionarse los Beneficios que le ofrece la execucion de estas Poblaciones interesandose como es de su obligacion en que no Se difiera p.r mas tiempo la execucion de un proyecto q.e contempla es el mas profiquo a esta Ciudad, y a toda su Jurisdiccion consiguientemente a las Provincias del Tucuman, y Cuio, le suplica a S. S. lo abrase dando todas aquellas providencias que Juzgase oportunas assi en informar al ex.mo S.or Virrey para el reembolso, y reintegro de los Setenta mil p.s que se han tomado del ramo de Guerra destinado a este fin, como a S. M. .a q.e Su real Clemencia determine lo que fuere de su real Agrado, en el Caso de no proporcionar el ex.mo S.or virrey promptam.te el expresado reembolso p.r q.e con este objeto hará lo mismo este I. C.y p.a q.e S. S. Se inteligencie de este Acuerdo Se sacará testim.o y se pasará a sus manos p.r los S.res Diputados de Mes. Asi mismo Se sacará otro test.o a continuas.n de los Acuerdos q.e sobre el mismo asunto Se Celebraron en primero de junio y veinte, y siete de Julio de este año con la provid.a del S.or then.te Rey, y Gov.or Inter.o de diez y Seis de Agosto p.a remitir a S. M. con el informe Correspondiente a fin de que Su Real animo quede inteligenciado de los verdaderos motivos de la Suspencion de este import.te proyecto, y determine lo q.e fuere de Su real Agrado = Con lo q.e se cerró este Acuerdo q.e firmaron los s.res de q.e doy fee = pp. 533-537.

## Cabildo del 7 de diciembre de 1775 (CAMPAÑAS) p. 571

Haviendose tratado y conferenciado Srê. ek espediente formado para remedio de los Desordenes que se perpetran en la campaña por no haver sido bastantes los que anteriorm.te Se premeditaron por el Gov.no y Se relacionan en la real Cedula dada en s.n Lorenzo en doce de oct.re de mil Setecientos Sesenta y Seis, Se acordó el que assi Se informe a el S.or Gov.or con testimonio de todo lo obrado en el particular y de este Acuerdo a cuiã continuas.on Se copiara la Carta a fin de que S. S. Se digne por su parte representar a S. M. lo urgente, y preciso que és el que se establezca un juzgado que con arreglo a las disposiciones de Drô. Persiga a los Delinquentes que se allaren en la Campaña inponiendoles las penas que merecieren para que assi reposen los azendados con la tranquilidad y Sosiego que mas que otros necesitan por lo utilque és al bien General del estado Su aplicacion y desvelo, en la crianza de Ganados y cultivo de las tierras porque de otro modo frustrándoseles el fruto de su trabajo por los robos e insultos que los mal intencionados les hazen desmaiaran de su constancia, y abandonaran Sus Tareas, de que resultara la ruina Total de estas Prov.s que se mantienen a expensas de lo que rinden las crias de Ganado y Sementeras ; para éjerzer las funciones relativas a esta Comision, conoze este I. C. que ninguno mas propriamente que el s.or Alc.e maior Provincial puede desempeñarlas asiporque por este empleo y Su alta representacion le es conzedido por las Leies el conocim.to delos prinzipales crimines que se cometen en la Campaña, como por la Instruzion que prezisamente adquiere de los ociosos y mal entretenidos para perseguirlos. Que el Sueldo o gratificación que haia de contribuirsele, y a los que le acompañen puede Salir de todo el GanadoBacuno Lanar y Mular, que Se estrae de esta Jurisdizion pagándole los conductores ó compradores media real opr Caveza aplicandose también para este fondo las condenaciones q.ese hagan en justicia a los culpados ; de modo que dandosele al S.or Alc.e maior Provincial dos mil pesos anuales para si y Su Asesor, y doscientos p.s a cada uno de los Doze hombres que hade tener en su comitiva

## Cabildo del 10 de julio de 1776 (SALINAS) p. 715

En cuyo estado – se dijo ser necesario al publico hacer expedición a Salinas, por este Ilt.e Cavildo y que para q.e tenga efecto, acordaron, que para que puedan aprontarse, para el mes de septiembre las carretas que deven hir, a ellas â conducir Sal, Se le Suplique al S.r Governador Interino Se digne aprobar esta determinacion y mandarla publicar, por Bando, en esta Ciudad, y los pagos de su jurisdicción, para que llegue a noticia de todos, librando las demas providencias, para la seguridad. con que se debe ejecutar el viaje, y nombraron por diputados para que provean lo necesario, a dha. espedicion â los Señores D.n Fran.co Cabrera, y D.n Xavier Saturnino Sarasa, Individuos de este Ilt.e Cuerpo, de todo lo qual Se le de parte á Su Señoria el S.r Governador Interino con testimonio a este acuerdo, que conduciran â Sus manos los Señores Diputados nombrados arriba.

## Cabildo del 9 de octubre de 1776 (ABASTO DE CARNE) p. 739

Asi mismo Se Leyo una representacion del S.or Fiel executor en que haze presente la escasez que se experimenta de Carne para el Abasto de la Ciudad, y que para remediarlo Se represente al S.or Gov.or pidiendo le permita Lizencia para traer del Campo

despoblado el Ganado que fuese menester, y enterados los Señores de su contenido, Dijeron que para con maior acierto determinar el asunto Se transfiera para otro Acuerdo.  
P. 740

Cabildo del 31 de octubre de 1776 (SALINAS) p. 746

Escrivão: Pedro Nuñez

[...]Haviendose tratado y conferenciado Srê. El espediente formado para remedio de los Desordenes que se perpetran en la campaña por no a ver sido bastantes los que anteriorm.te Se premeditaron por el Gov.no y Se relacionan en la real Cedula dada en s.n Lorenzo en doce de oct.re de mil Setecientos Sesenta y Seis, Se acordó el que assi Se informe a el S.or Gov.or con testimonio de todo lo obrado en el particular y de este Acuerdo a cuja continuas.on Se copiara la Carta a fin de que S. S. Se digne por su parte representar a S. M. lo urgente, y preziso que és el que se establezca un juzgado que con arreglo a las disposiciones de Drô. Persiga a los Delinquentes que se allaren en la Campaña inponiendoles las penas que merecieren para que assi reposen los azendados con la tranquilidad y Sosiego que mas que otros necesitan por lo utilque és al bien General del estado Su aplicacion y desvelo, en la crianza de Ganados y cultibo de las tierras porque de otro modo frustandoseles el fruto de su trabajo por los robos e insultos que los mal intencionados les hazen desmaiaran de su constancia, y abandonaran Sus Tareas, de que resultara la ruin Total de estas Prov.s que se mantienen a expensas de los que rinden las crías de Ganado y Sementeras ; para éjerzer las funciones relativas a esta Comision, conoze este I. C que ninguno mas propiamente que el s.or Luego Se Leyo un oficio q.e el S.or Then.te de Rey Gov.or ha pasado a este I. C. en que prebiene los Inconvenientes que hay para que por ahora no se verifique el viaje a Salinas, y Se suspenda para el Mes de Marzo proximo venidero ; y enterados los Señores de su contenido Dijeron que respecto a que los incombenientes que S. S. haze presentes en el Zitado ofizio Son los mismos que este I. C. ha indicado en sus conferencias, desde luego les parece mui conforme y arreglada esta Providencia y en su consecuencia Se le pase a S. S. el correspondiente oficio de quedar Inpuesto este I. C. de Su determinacion.